

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

Mulheres na Agroecologia: resistências e respostas frente à mineração e ao uso de agrotóxicos na Zona da Mata de Minas Gerais.

Liliam Telles
Doctor Scientiae

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2025**

LILIAM TELLES

Mulheres na Agroecologia: resistências e respostas frente à mineração e ao uso de agrotóxicos na Zona da Mata de Minas Gerais.

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Doctor Scientiae*.

Orientador: Alair Ferreira de Freitas

Coorientadora: Isabelle C. B. Hellenkamp

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

T274m
2025
Telles, Liliam, 1976-
Mulheres na Agroecologia: resistências e respostas frente à
mineração e ao uso de agrotóxicos na Zona da Mata de Minas
Gerais / Liliam Telles. – Viçosa, MG, 2025.
1 tese eletrônica (205 f.): il. (algumas color.).

Inclui anexo.

Orientador: Alair Ferreira de Freitas.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Viçosa,
Departamento de Economia Rural, 2025.

Referências bibliográficas: f. 188-202.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2026.453>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Mulheres na agricultura. 2. Agroecologia. 3. Agricultura
familiar. 4. Conflito social. 5. Produtos químicos agrícolas.
6. Bauxita - Minas e mineração. I. Freitas, Alair Ferreira de,
1986-. II. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de
Economia Rural. Programa de Pós-Graduação em Extensão
Rural. III. Título.

CDD 22. ed. 630.277

LILIAM TELLES

Mulheres na Agroecologia: resistências e respostas frente à mineração e ao uso de agrotóxicos na Zona da Mata de Minas Gerais.

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Doctor Scientiae*.

APROVADA: 8 de julho de 2025.

Assentimento:

Liliam Telles
Autora

Alair Ferreira de Freitas
Orientador

Essa tese foi assinada digitalmente pela autora em 07/08/2026 às 17:44:42 e pelo orientador em 10/08/2026 às 09:01:26. As assinaturas têm validade legal, conforme o disposto na Medida Provisória 2.200-2/2001 e na Resolução nº 37/2012 do CONARQ. Para conferir a autenticidade, acesse <https://siadoc.ufv.br/validar-documento>. No campo 'Código de registro', informe o código **XCK7.JA1X.NVIX** e clique no botão 'Validar documento'.

AGRADECIMENTOS

Essa tese é fruto de um processo coletivo, construído a muitas mãos, muitos quilômetros percorridos, cuidado e solidariedade feminista.

Agradeço imensamente às agricultoras que se dispuseram de seu tempo valioso para essa empreitada e por fazerem da agroecologia seu instrumento de luta e de construção de um novo mundo, pelas margens despercebidas do capitalismo...

À Thay, minha companheira e amor de todas as minhas vidas! Obrigada pela paciência dos fins de semana, feriados e carnavais que fiquei concentrada na tese, por todo o cuidado comigo e com a equipe do projeto GENgiBRe indo ou voltando de campo, nas atividades coletivas e tantas reuniões que fizemos, pela revisão, correções, enfim...por estar ao meu lado. Agradeço ao universo por toda a confiança e amor que nos une!

À minha irmã, Lygia, à Raissa e Yasmin pelo apoio e compreensão nos momentos em que estive ausente para me dedicar ao trabalho de campo e à escrita. Enfim, terminou!

À Roberta, minha dupla dinâmica no projeto GENgiBRe, pela confiança e leveza com que conseguimos fazer tantas coisas! Nossa família aumentou e é uma alegria para nós compartilhar a vida e a luta com você!!

À Isabelle, por acreditar num projeto tão ousado, com pesquisadoras e militantes genuinamente brasileiras! Obrigada pelos ensinamentos, pela confiança e pelos espaços de diálogo e reflexões que me inspiraram profundamente!

Ao Alair por me orientar no doutorado, mesmo com toda a sobrecarga do pós-doc. Agradeço pela parceria, pela confiança nos nossos processos coletivos e pelos ensinamentos e aprendizados com o GENgiBRe.

Às companheiras do CTA-ZM em diferentes momentos dessa caminhada: Beth, Indyra, Roberta, Nayara, Alê, Camila e Ana Clara. Obrigada por sustentarem essa proposta e por dividirem comigo as tarefas em vários momentos. Vocês precisam saber que essa tese só foi possível porque temos umas às outras e somos boas coletivamente!!! Essa caminhada foi cheia de emoções e ...agradeço por ter vocês como companheiras de luta!

Ao CTA-ZM enquanto instituição, que, pelo seu legado e confiança construída com as agricultoras e agricultores da Zona da Mata, tornou possível essa pesquisa do GENgiBRe, especialmente naquele momento de muito medo e insegurança pela pandemia da Covid-19.

Às companheiras da SOF: Miriam, Sheyla e Nata, por caminharmos juntas e sempre darmos um jeito de fazermos coisas incríveis, com comprometimento, confiança e solidariedade feminista!

Às companheiras do projeto GENgiBRe, agradeço por tudo o que

conseguimos fazer juntas, pelo conhecimento partilhado e pela confiança e amorosidade com que fomos co-construindo conhecimento...

À Irene por nos inspirar com um novo olhar sobre os solos e a terra e por toda a contribuição na pesquisa do GENgiBRe! E à Irene e ao Arne por nos acolherem em Wageningen e toparem essa empreitada de aventuras e diálogos com organizações internacionais na França, Holanda e Alemanha, pelo CTA-ZM e GT Mulheres da ANA!

À Fabrina, Julianna, Gustavo, Larissa e Clara Ferrari que compuseram a banca e acompanharam as diferentes etapas da produção da tese...obrigada pelo olhar atento e pelas contribuições genuínas na leitura dos textos, que me inspiraram e, em vários momentos, me ajudaram a rever minhas posições...

Ao governo Lula 3, por reajustar a bolsa que me permitiu estudar e realizar essa pesquisa! A ciência ganha quando um governo investe nas universidades públicas e na produção de conhecimento para e pelo seu próprio povo!

À Agence Nationale de la Recherche (ANR) da França que financiou a pesquisa do GENgiBRe.

Este trabalho foi realizado com o apoio das seguintes agências de pesquisa brasileiras: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

RESUMO

TELLES, Liliam, D.Sc., Universidade Federal de Viçosa, julho de 2025. **Mulheres na Agroecologia: resistências e respostas frente à mineração e ao uso de agrotóxicos na Zona da Mata de Minas Gerais..** Orientador: Alair Ferreira de Freitas. Coorientadora: Isabelle Claudine Buscail Hellenkamp.

A tese analisa conflitos socioambientais na Zona da Mata mineira, território com forte presença da agricultura familiar e reconhecido por uma Rede de Agroecologia de cerca de quatro décadas. Apesar disso, a região é também a segunda maior produtora mundial de café arábica como commodity e concentra a segunda maior reserva de bauxita do país, tornando-se alvo estratégico de empresas mineradoras. A partir de 2020, com a alta do preço do café e incentivos governamentais à mineração, aumentam as pressões do modelo extrativista industrial, que se manifesta num *continuum* de violências: desde ameaças às lideranças até formas mais invisibilizadas que atravessam o cotidiano das comunidades, afetando especialmente as mulheres. Adotando uma perspectiva sobre masculinidades, a pesquisa investiga relações de poder entre homens e mulheres e entre diferentes grupos masculinos (agricultores, técnicos, agentes financeiros, comerciantes de insumos, representantes de empresas, atravessadores) em territórios ameaçados pela mineração e pelo uso intensivo de agrotóxicos no cultivo do café. O modelo de produção do extrativismo industrial articula escalas diversas de poder, desde a intrafamiliar às dinâmicas globais que regulam os preços das commodities. As indústrias de agrotóxicos instrumentalizam papéis de gênero ao reforçar atributos da masculinidade hegemônica e o papel do homem como provedor, subordinando mulheres, seus saberes e a natureza à lógica capitalista. A expansão da agricultura de commodities aprofunda a mercantilização da vida comunitária e intensifica desigualdades de gênero, criando condições favoráveis à entrada de projetos extrativistas, como a mineração, frequentemente legitimados pela promessa de emprego e renda masculina. Assim, agronegócio e mineração operam articuladamente, impulsionando um processo de (re)patriarcalização do território que limita a autonomia de mulheres e comunidades tradicionais. Em contraponto, agricultoras produzem novas escalas de disputa ao politizar impactos dos agrotóxicos e sementes transgênicas e ao visibilizar resistências cotidianas – muitas vezes no espaço doméstico e em práticas pouco reconhecidas publicamente. Por meio de sistemas agroecológicos diversificados e manejo multiespécies em quintais, hortas e áreas abandonadas, tensionam a racionalidade da agricultura “moderna”, defendendo a centralidade da produção de

alimentos, biodiversidade e “bonitezas”. Enquanto a lavoura de café, geralmente responsabilidade masculina, tende à simplificação produtiva e à valorização do saber técnico-científico, as agricultoras promovem resistências graduais que preservam saberes empíricos e diversidade. A tese conclui que os conflitos socioambientais refletem disputas mais amplas sobre a produção do território e a organização das relações de gênero, nas quais o modelo extrativista atua tanto sobre a materialidade do espaço quanto sobre subjetividades, reforçando hierarquias de poder. A agroecologia, praticada por agricultoras e alguns agricultores, surge como campo político e ontológico de disputa, onde saberes, práticas e afetos contestam a mercantilização da vida e a reprodução de masculinidades hegemônicas. Contudo, esses processos têm contradições e limites internos, exigindo compreensão da agroecologia como fenômeno relacional, histórico e situado. A principal contribuição do trabalho é articular gênero, território e agroecologia como dimensões indissociáveis para compreender criticamente a reprodução das desigualdades e as possibilidades concretas de transformação socioambiental nos territórios em disputa.

Palavras-chave: conflitos socioambientais; gênero; agroecologia; mineração; agrotóxicos

ABSTRACT

TELLES, Liliam, D.Sc., Universidade Federal de Viçosa, July, 2025. **Women in Agroecology: resistance and responses to mining and pesticide use in the Zona da Mata region of Minas Gerais.** Adviser: Alair Ferreira de Freitas. Co-adviser: Isabelle Claudine Buscail Hellenkamp.

This thesis analyzes socio-environmental conflicts in the Zona da Mata region of Minas Gerais, an area with a strong presence of family farming and recognized by an Agroecology Network for nearly four decades. Despite this, the region is also the world's second-largest producer of Arabica coffee as a commodity and holds the country's second-largest bauxite reserves, making it a strategic target for mining companies. Starting in 2020, with rising coffee prices and government incentives for mining, pressures from the industrial extractivist model have increased, manifesting in a continuum of violence: ranging from threats against community leaders to more invisible forms that permeate the daily lives of communities, affecting women in particular. Adopting a perspective on masculinities, this research investigates power relations between men and women and among different male groups (farmers, technicians, financial agents, input traders, company representatives, middlemen) in territories threatened by mining and the intensive use of pesticides in coffee cultivation. The industrial extractive production model articulates diverse scales of power, ranging from intra-family dynamics to global dynamics that regulate commodity prices. The pesticide industries instrumentalize gender roles by reinforcing attributes of hegemonic masculinity and the role of men as providers, subordinating women, their knowledge, and nature to capitalist logic. The expansion of commodity agriculture deepens the commodification of community life and intensifies gender inequalities, creating conditions conducive to the arrival of extractive projects, such as mining, which are often legitimized by the promise of male employment and income. Thus, agribusiness and mining operate in tandem, driving a process of (re)patriarchalization of the territory that limits the autonomy of women and traditional communities. In contrast, women farmers create new levels of resistance by politicizing the impacts of pesticides and genetically modified seeds and by making everyday acts of resistance visible—often within the domestic sphere and through practices that receive little public recognition. Through diversified agroecological systems and multi-species management in backyards, vegetable gardens, and abandoned areas, they challenge the rationality of “modern” agriculture, defending the centrality of food production, biodiversity, and “ornaments.” While coffee farming, generally a male responsibility, tends

toward production simplification and the prioritization of technical-scientific knowledge, women farmers promote gradual forms of resistance that preserve empirical knowledge and diversity. The thesis concludes that socio-environmental conflicts reflect broader disputes over the production of territory and the organization of gender relations, in which the extractivist model acts upon both the materiality of space and subjectivities, reinforcing power hierarchies. Agroecology, practiced by women farmers and some men farmers, emerges as a political and ontological field of dispute, where knowledge, practices, and affect challenge the commodification of life and the reproduction of hegemonic masculinities. However, these processes have internal contradictions and limits, requiring an understanding of agroecology as a relational, historical, and situated phenomenon. The main contribution of this work is to articulate gender, territory, and agroecology as inseparable dimensions for critically understanding the reproduction of inequalities and the concrete possibilities for socio-environmental transformation in contested territories.

Keywords: socio-environmental conflicts; gender; agroecology; mining; pesticides

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Mapa da Zona da Mata com a delimitação dos municípios envolvidos na pesquisa do projeto GENgiBRe	25
Figura 2 - As 3 escalas da pesquisa GENgiBRe	48
Figura 3 - Mapa elaborado por Girassol, agricultora de Simonésia (2022)	56
Figura 4 - Mapa elaborado por Primeira Dama, agricultora de Divino (2022)	57
Figura 5 - Encontro para a realização da Cartografia Socioambiental Feminista em Acaiaca (2022) ..	62
Figura 6 - Cartografia Socioambiental Feminista em Divino (2022)	62
Figura 7 - Uso do Google Earth com as agricultoras para qualificar as informações da Cartografia Socioambiental Feminista (2022)	63
Figura 8 - Cartografia Socioambiental Feminista em Simonésia (2022).	64
Figura 9 - Momento de encerramento da Caravana Agroecológica e Feminista na Zona da Mata - Viçosa/MG	68
Figura 10 - Visita à Comunidade de Carangolinha de Cima, município de Divino/MG, durante a Caravana Agroecológica e Feminista na Zona da Mata mineira (2022)	69
Figura 11 - Momento de culminância da Caravana Agroecológica e Feminista na universidade Federal de Viçosa, Zona da Mata - MG (2022)	69
Figura 12- Construção do Rio da Vida da Comunidade Carangolinha de Cima, município de Divino-MG	72
Figura 13 - Construção do Rio da Vida com as agricultoras agroecológicas do Município de Acaiaca-MG	77
Figura 14 - Rio da Vida do município de Simonésia-MG pelo olhar das agricultoras	80
Figura 15- Preço médio anual da saca de café (60kg) no período de 2020 a 2024	92
Figura 16 - Propaganda veiculada na internet para a comercialização de um inseticida utilizado no manejo do café	97
Figura 17 - Gráfico dos Conflitos no Campo relacionados à contaminação por agrotóxicos no primeiro semestre de 2023	98
Figura 18 - Elaboração da Cartografia Socioambiental Feminista na comunidade de Carangolinha de Cima, município de Divino.	101
Figura 19 - Mapa Corpo-Território produzido com as agricultoras de Acaiaca (2022).	104
Figura 20 - Horta da Kéture em novo local, próximo à casa, com o cultivo de café em volta.	107
Figura 21- Vista da paisagem no caminho para a comunidade de Carangolinha de Cima	115
Figura 22 - Vista de área minerada pela CBA com degrau no relevo e erosão do solo.	117
Figura 23 - Mapa de Projetos Minerários na Zona da Mata Mineira (Magno, Milanez, 2022).	123
Figura 24 - Polígonos de localização de Ouro, Bauxita, Ferro, Granito e Lítio na Zona da Mata até outubro de 2024.....	124

Figura 25 – Mapa do Território Corporativo da CBA na Zona da Mata mineira.	131
Figura 26 – Representantes da empresa e da SEMAD em infraestrutura disponibilizada para a audiência pública na sede da SEMAD, em Belo Horizonte-MG.	136
Figura 27- Placa em frente à casa na comunidade de Carangolinha de Cima, município de Divino/MG	144
Figura 28 - Lista com 23 tipos de alimentos derivados do milho, produzidos localmente na comunidade de Carangolinha de Cima, município de Divino/MG.....	147
Figura 29 - Consórcios de alface, repolho e cebolinha utilizados por Maria do Toin na produção em canteiros	160
Figura 30 - Horta com alta densidade e diversidade de plantas manejadas por Socorro (Divino/MG)	161
Figura 31 - Área atrás da casa de Rosa ocupada com o cultivo de alimentos e a criação animal	163
Figura 32 e 33 - Vista da frente da casa de Rosa, com detalhe para as plantas ornamentais (flores) e espécies arbóreas frutíferas num dos locais de convívio social preferidos por Rosa	164
Figura 34 - Vista da área do fundo, onde Rosa plantou variedades de banana, café e outros cultivos de ciclo curto.....	165
Figura 35- Vista da horta comunitária, com detalhe para o cultivo em canteiros e em consórcios no declive do morro	166
Figura 36 - Árvores plantadas por Rosa, ao longo da rua	166
Figura 37 - Criação de aves soltas, sob a responsabilidade de seu Antônio, com estrutura de galinheiro ao fundo.....	178
Figura 38 - Mapa produzido durante o Etnomapeamento Feminista com Maria do Toin.	179
Figura 39 - Galinheiro e chiqueiro construídos por Kéture, em meio à lavoura de café, próximo à casa	180

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

AAMA – Associação Amigos do Meio Ambiente.

AAPRA – Associação dos Artesãos e Produtores Rurais de Acaiaca.

ABRASCO – Associação Brasileira de Saúde Coletiva.

ACAR- Associação de Credito e Assistência Rural

AGRIFAS – Associação dos Agricultores Familiares de Simonésia.

ANA – Articulação Nacional de Agroecologia.

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

APA – Área de Proteção Ambiental.

APTA – Associação de Programas e Tecnologias Alternativas.

ASEAF - Associação Estadual da Agricultura Familiar

AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa.

AVs – Articulação dos Atingidos e Atingidas pela Vale.

CAA/NM- Centro de Agricultura Alternativa do norte de Minas

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

CAR – Cadastro Ambiental Rural.

CAT - Centro Agroecológico Tamanduá

CAV - Centro de Agricultura Vicente Niva

CBA – Companhia Brasileira de Alumínio.

CEASA – Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A..

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base.

CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais.

CESSMA – Centre d'Études en Sciences Sociales Sur les Mondes Africains, Américains et Asiatiques.

CMDM – Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

CONTRAF - Conferência Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil

COOAPRA – Cooperativa da Agricultura Familiar Solidária de Acaiaca.

COOPAF – Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar Solidária.

COOPERSIM – Cooperativa de Agricultores Familiares de Simonésia.

COP 30 – 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas.

COPAM – Conselho Estadual de Política Ambiental.

CPT – Comissão Pastoral da Terra.

CREMSB – Comissão Regional de Enfrentamento à Mineração da Serra do Brigadeiro.

CTA-ZM – Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata.

CTDM – Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração.

DEC - Divisão de Economia Cafeeira

DRP – Diagnóstico Rural Participativo.

EFAMA – Escola Família Agrícola Margarida Alves.

EFAP – Escola Família Agrícola Paulo Freire.

EIA – Estudo de Impacto Ambiental.

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais.

EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Entesão Rural

EPI – Equipamento de Proteção Individual.

FASE – Federação dos Órgãos para Assistência e Educação.

FETAEMG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais.

FETRAF/MG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado de Minas Gerais.

FPA – Frente Parlamentar da Agropecuária.

FUNAI – Fundação Nacional dos Povos Indígenas.

GT Mulheres da ANA – Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia.

IBC – Instituto Brasileiro do Café.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IRD – Institut de Recherche pour le Développement.

LAC – Licenciamento Ambiental Concomitante.

LARF – Laboratório de Restauração Florestal.

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens.

MAM – Movimento pela Soberania Popular na Mineração.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário.

MIB – Muriqui Instituto de Biodiversidade.

MMM – Marcha Mundial das Mulheres.

MMZML – Movimento de Mulheres da Zona da Mata e Leste de Minas.

MOBON – Movimento da Boa Nova.

MPMG – Ministério Público de Minas Gerais.

OGM – Organismos Geneticamente Modificados.

OIT – Organização Internacional do Trabalho.

ONG – Organização Não Governamental.

OPL - Organização do Povo que Luta

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos.

PESB – Parque Estadual da Serra do Brigadeiro.

PNAE – Programa Nacional da Alimentação Escolar.

PNDTR – Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural.

PPGER – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural.

PPIGRE – Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia.

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

PROTER- Programa da Terra

PT- Partido dos Trabalhadores

RAZM – Rede de Agroecologia da Zona da Mata.

RBJA- Rede Brasileira de Justiça Ambiental.

REDE – Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas.

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental.

RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural.

SAM- Sul Americana de metais

SASOP- Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais

SEMAD – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

SINTRAF – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar.

SISEMA – Sistema Estadual de Meio Ambiente.

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

SOF – Sempre Viva Organização Feminista.

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

SUPPRI – Superintendência de Projetos Prioritários.

TERRA VIVA - Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Extremo Sul da Bahia

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

UFRPE – Universidade Federal Rural do Pernambuco.

UFV – Universidade Federal de Viçosa

VIGIAGUA- Programa Nacional de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	i
LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES	iii
Introdução	17
Um Rio da Vida que se torna afluente: os antecedentes da produção de um saber localizado	18
A Rede de Agroecologia e as ameaças do modelo de produção extrativista da Zona da Mata Mineira	22
Objetivo Geral	31
Objetivos Específicos	31
Capítulo 1 – Confluências teóricas para uma abordagem de gênero sobre as resistências e respostas na defesa dos territórios na Zona da Mata mineira	33
Capítulo 2 – Metodologia	40
2.1 Por que a pesquisação como metodologia de pesquisa feminista?	43
2.2 Projeto GENgiBRe: metodologias e práticas feministas de pesquisa e transformação social	45
2.3 Considerações Finais	70
Capítulo 3 – Os Rios da Vida de três municípios da Zona da Mata pelo olhar das agricultoras na agroecologia	72
3.1. Divino – comunidade de Carangolinha de Cima	72
3.2. Acaiaca	76
3.3. Simonésia	79
3.4. Considerações Finais	84
Capítulo 4 – Agrotóxicos, masculinidades e politização das mulheres	86
4.1. “O vendedor é formado, vem na minha lavoura”: gênero, masculinidades e uso de agrotóxicos	89
4.2. Agrotóxicos: uma ameaça que vem de fora	95
4.3. Os impactos dos agrotóxicos na saúde e no ambiente	102

4.4.	O Round-up orgânico como uma falsa solução ao uso de agrotóxicos	108
4.5.	“Eu não fui na lavoura, nem levar comida eu levo”: corpo, trabalho e resistências das mulheres frente aos agrotóxicos	109
4.6.	Considerações Finais	113
Capítulo 5 – Quem disse que as bauxitas que estão aqui no terreno, no quintal da minha casa querem sair daqui?		115
5.1.	O “dinheiro da destruição”: mineração, gênero e escalas dos impactos	119
5.2.	“Pelas nossas águas, agroecologia e futuras gerações. Mineração aqui não!”: gênero, escalas e resistências.....	143
5.3.	Considerações Finais	152
Capítulo 6 - “Meu modo de pensá é minhas hortas”: as agricultoras criando mundos pela agroecologia.....		154
6.1.	As agricultoras criando mundos e resistências com suas hortas	156
6.2.	As lavouras de café e as tensões de gênero: entre as lógicas da monocultura e dos manejos multiespécies	168
6.3.	Por uma agroecologia com animais na Zona da Mata de Minas Gerais.....	175
6.4.	Considerações Finais	182
Capítulo 7 – Considerações Finais		185
REFERÊNCIAS		188
APÊNDICES		203
APÊNDICE A – AGRICULTORAS/ES ENVOLVIDAS/OS NAS ATIVIDADES NA ESCALA 1 - ETNOMAPEAMENTO FEMINISTA.....		203
APÊNDICE B – NÚMERO DE PARTICIPANTES DAS ATIVIDADES NA ESCALA 2 – CARTOGRAFIA SOCIOAMBIENTAL FEMINISTA, RIO DA VIDA DO TERRITÓRIO E MAPA CORPO-TERRITÓRIO.....		204
APÊNDICE C – NÚMERO DE PARTICIPANTES DAS ATIVIDADES NA ESCALA 3 - ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS COM ATORES CHAVE E OBSERVAÇÃO		205

Introdução

O afluente de um rio volumoso nasce pequenino, como uma nascente. Ao se encontrar com águas de outras nascentes e córregos que correm para o fundo do vale, esse afluente se torna um rio que, ao se juntar com outros rios, vai dando corpo a um rio volumoso. O encontro das águas guarda as memórias das nascentes e, na sua composição, os sedimentos como marcas das rochas originais dos territórios. Mas o encontro das águas também as transforma. Os rios são, então, a síntese de memórias e histórias que as águas contam sobre os territórios por onde passaram. Assim como se forma o afluente de um rio volumoso, minha trajetória – ou minhas águas – se encontrou com a de outros sujeitos e sujeitas que constroem a Rede de Agroecologia neste amplo território que é a Zona da Mata mineira. O conceito de território adotado nesta tese tem o sentido dado por Souza (2013, p. 97-98), não como coisa (substrato espacial material), mas como expressão espacial das relações de poder ou “uma relação social tornada espaço”; incluindo a escala do corpo ou do corpo-território (Cruz Hernandez, 2017), como a primeira instância de expressão das relações de poder na vida das mulheres. Aqui, assumo a compreensão de que nem todos os corpos são iguais, em função das interseccionalidades de gênero, raça, classe, etnia, idade, entre outros marcadores sociais que se impõem na experiência vivida.

Início esta introdução explicitando os encontros das minhas águas com o Rio da Vida da Rede de Agroecologia da Zona da Mata (RAZM). É desses encontros que nascem as questões dessa tese e que, por uma combinação de fatores, me tornaram parte da equipe da pesquisa do projeto GENgiBRe. Este, como apresentarei adiante, é a base sobre a qual elaborei esta tese.

O projeto GENgiBRe é uma pesquisa internacional iniciada em 2021 e intitulada: “Relação com a natureza e igualdade de gênero: uma contribuição à teoria crítica a partir da prática e da mobilização feminista em agroecologia no Brasil” (projeto GENgiBRe)¹. A proposta está sendo coordenada por Isabelle Hillenkamp, membro do *Centre d’Études en Sciences Sociales Sur les Mondes Africains, Américains et Asiatiques* (CESSMA), do *Institut de Recherche pour le Développement* (IRD) da França, numa parceria interinstitucional envolvendo a Sempreviva Organização Feminista (SOF) em São Paulo; o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) e a Universidade Federal de Viçosa (UFV) em Minas Gerais; além da Universidade de Toulouse Jean Jaurès, na França.

Como será discutido no capítulo 2, sobre a metodologia de pesquisa, optamos por utilizar o termo “pesquisação”, sem hífen, para reafirmar a inseparabilidade entre pesquisa e ação, que

¹ Projeto ANR-20-CE41-0002-01, financiado pela Agência Nacional de Pesquisa da França (março de 2021 a agosto de 2025), sob a coordenação científica de Isabelle Hillenkamp; realizado como parte do acordo de parceria nº 164/2021 entre o Institut de Recherche pour le Développement (França) e a Universidade Federal de Viçosa.

marcou todo o processo de diálogo e produção do conhecimento entre as pesquisadoras e com as agricultoras, ao longo do projeto.

Nesta Introdução, apresento sinteticamente os elementos da minha trajetória que me posicionam na relação com a Zona da Mata e com diferentes atores envolvidos na problemática e na forma de produção coletiva de conhecimento que deram origem a esta tese. Na segunda parte, apresento o contexto do território a partir da Rede de Agroecologia da Zona da Mata, abordando a problemática relacionada aos agrotóxicos e à mineração, que afetam as agricultoras envolvidas na agroecologia e produzem conflitos socioambientais. Para finalizar esta Introdução, apresento os objetivos e a forma como a tese está organizada, percorrendo sinteticamente sobre cada capítulo.

Nesta breve apresentação que se segue, afirmo uma práxis feminista de pesquisa, explicitando minha posição e meu lugar de fala (Oyarzún; Álvarez, 2019), minha corporificação específica e particular (Haraway, 1995), que condicionam a produção de um conhecimento situado, territorializado e historicizado. São as águas desse meu rio da vida que, ao se juntar com outras águas, se torna um afluente da RAZM.

Um Rio da Vida que se torna afluente: os antecedentes da produção de um saber localizado

“Enquanto o Tocantins enfrentava o agronegócio, Minas Gerais enfrentava a mineração” (Provazi; Moreno, 2022). Essa frase, reproduzida no documentário “Formigueiro: a revolução cotidiana das mulheres”, anuncia um momento durante a 4ª Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres (MMM), realizada em 2015, que ilustra os encontros dos rios da vida de algumas mulheres que seguem militando no movimento feminista e agroecológico em Minas Gerais e, particularmente, na Zona da Mata. A ação foi realizada no Norte de Minas Gerais, no contexto das ações internacionais realizadas pela MMM a cada cinco anos.

Na cena que ocorre em Montes Claros, estávamos com mais de 200 militantes denunciando a ação das mineradoras em frente à sede da Promotoria de Justiça de Defesa da Bacia do Rio São Francisco, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Pressionado pelas mulheres, o promotor decidiu receber apenas um grupo de representantes da ação. Nesse grupo estávamos eu e Terezinha Trindade, à época presidenta do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na Agricultura Familiar (SINTRAF) de Simonésia, junto com outras militantes da MMM e de movimentos sociais parceiros. No diálogo com o promotor, apresentamos as denúncias sobre as violações e ameaças dos projetos minerários no Norte de Minas como das empresas Sul Americana de Metais (SAM) e Carpathian Gold Inc.

Nesse período trabalhava no CTA-ZM num projeto com as Cadernetas Agroecológicas² (Cadernetas), metodologia desenvolvida por esta organização para mensurar e dar visibilidade ao trabalho das mulheres na agroecologia, contribuindo para sua maior autonomia (Jalil *et al.*, 2021). A relação com o CTA-ZM vinha de anos anteriores, desde a década de 1990 quando cursava a graduação em engenharia florestal na Universidade Federal de Lavras. Neste período conheci também outras organizações não governamentais (ONG) do campo agroecológico, como a Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (Rede) em Minas Gerais, a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA) no Rio de Janeiro, a Associação de Programas e Tecnologias Alternativas (APTA) no Espírito Santo e a Federação dos Órgãos para Assistência e Educação (FASE) no Mato Grosso. Tais organizações – exceto a APTA, que encerrou suas atividades em 2018 – permanecem ativamente, até os dias atuais, em minhas redes de relações profissionais e políticas no movimento agroecológico.

A cena relatada do documentário é parte da minha trajetória na Zona da Mata, que se consolida com o meu envolvimento com essas organizações do campo agroecológico, a partir do Grupo de Trabalho de Gênero do Fórum Sudeste da Rede de Projetos em Tecnologias Alternativas (GT Gênero da Rede PTA Sudeste), no início dos anos 2000. Participavam deste espaço de articulação o CTA-ZM, a Rede e outras organizações não governamentais (ONG)³ de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia. Assessorado pela Sempre Viva Organização Feminista (SOF) – uma ONG feminista –, o GT Gênero se configurou como um espaço de articulação das mulheres no âmbito da Rede PTA Sudeste, visando ampliar a participação das mulheres e qualificar a ação dessas entidades com relação ao público feminino.

A participação neste espaço e no Grupo de Trabalho Sapucaí de certificação orgânica⁴, é uma parte das águas que me conectou com a Zona da Mata e que me aproximou das

² Em linhas gerais a Caderneta Agroecológica é uma metodologia baseada nas epistemologias feministas, que permite dar visibilidade à produção, monetária e não monetária, incluindo a pluriatividade, resultante de atividades econômicas protagonizadas pelas agricultoras agroecológicas. Além disso, evidencia a contribuição das mulheres para a soberania e segurança alimentar e nutricional e para a conservação da sociobiodiversidade. Baseada em anotações autodeclaradas, possui forte potencial para subsidiar análises interdisciplinares sobre o valor sociocultural e econômico do trabalho das agricultoras na conjunção de sua relação com a natureza e, por conseguinte, para o delineamento de políticas públicas de inclusão produtiva para a erradicação da fome, da superação da pobreza e das desigualdades de gênero no meio rural.

³ Constituído em 1998, participavam deste espaço de articulação, além da APTA no Espírito Santo, o CTA-ZM, a Rede, o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA/NM), o Centro de Agricultura Vicente Niva (CAV) e o Centro Agroecológico Tamanduá (CAT) em Minas Gerais; a AS-PTA no Rio de Janeiro; o Programa da Terra (Proter) em São Paulo; e na Bahia, o Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (SASOP) e o Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Extremo Sul da Bahia (Terra Viva). Para saber mais, consulte: https://alimentacaosaudavel.org.br/wp-content/uploads/2022/11/69.Mulheres_e_agroecologia_transformando_o_campo_as_florestas_e_as_pessoas.pdf.

⁴ O GT Sapucaí era composto por organizações da agricultura familiar e ONGs de assessoria envolvidas na estruturação da certificação orgânica do café da agricultura familiar do ES e da Zona da Mata e Sul de MG.

organizações da agricultura familiar deste território, a partir dos anos 2000. Nestes espaços mantive estreita relação com o CTA-ZM, a Rede, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) dos municípios de Espera Feliz, Simonésia e Araponga e outras organizações⁵ que atuavam entre a Zona da Mata e o Leste de Minas Gerais.

Deste lugar, trabalhando nessas organizações, como na APTA no ES e, depois na Rede em MG, acompanhei o processo de constituição da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) em 2002. Em 2004 participei ativamente da construção do seminário intitulado “Construindo um Diálogo entre Feminismo e Agroecologia”, organizado pelo GT Gênero da Rede PTA Sudeste, em conjunto com outras entidades. Ao final deste seminário, se constituiu o Grupo de Trabalho de Gênero da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), com o objetivo de ampliar e qualificar a participação das mulheres na ANA, dando visibilidade à sua contribuição à agroecologia no Brasil. Mais tarde denominado como GT Mulheres da ANA, se tornou um espaço de auto-organização das mulheres do movimento agroecológico e de disputa do próprio sentido de agroecologia, na perspectiva feminista.

Como será visto no capítulo 3, pela militância iniciada na MMM em 2005, contribui para a constituição do primeiro núcleo rural deste movimento social em Minas Gerais, com as agricultoras envolvidas com a agroecologia no município de Simonésia, onde atuava pela Rede. Um processo desses só é possível pelo encontro de muitas águas, de várias nascentes que se juntam e vão formando um pequeno rio ou córrego.

A participação no GT Mulheres da ANA e a militância na MMM, me colocou em contato com autoras da Economia Feminista crítica que denunciam a invisibilidade do trabalho doméstico e de cuidados – e o seu não reconhecimento como trabalho –, como uma estratégia de opressão e exploração das mulheres pelo sistema capitalista, racista e patriarcal que estrutura a sociedade. Como sintetiza a antropóloga, engenheira, professora e ativista espanhola Yayo Herrero (2020), somos seres que habitamos o planeta e extraímos dele tudo o que precisamos para viver, o que marca nossa condição de ecodependência. E, além disso, somos seres socialmente interdependentes e precisamos do tempo de cuidado físico e emocional, que outras pessoas dedicam a nós, em todas as etapas da vida.

Os textos produzidos e publicados pela SOF alimentaram as reflexões e análises que eu – e muitas outras companheiras do movimento agroecológico no Brasil – fizemos com as agricultoras agroecológicas, sobre seu trabalho e sua contribuição para a sustentabilidade da

⁵ Como a Organização do Povo que Luta (OPL) uma associação do município de Caratinga, a Associação Estadual da Agricultura Familiar (ASEAF) com sede em Espera Feliz e a Fundação Biodiversitas, com atuação em Simonésia.

vida. Essas reflexões se traduziram na produção acadêmica, mas também em práticas educativas, em metodologias feministas para assessoria técnica e em ações de incidência política; moldaram minha percepção de mundo e minha práxis.

Anos depois, em 2013, fui contratada pelo CTA-ZM para um projeto nacional do GT Mulheres da ANA com as Cadernetas. Neste período contribuí com a organização da 4ª Ação Internacional da MMM, como relatado acima, realizada no Norte de Minas. Não faz muito tempo, me dei conta que meu envolvimento com a questão da mineração e dos agrotóxicos vêm de longe.

O acompanhamento das Cadernetas em diferentes contextos no Brasil, me motivou a aprofundar as análises na perspectiva crítica sobre a economia. Em 2016 ingressei no mestrado no Programa de Pós Graduação em Extensão Rural (PPGER) da UFV, que possibilitou a parceria com Alair Ferreira de Freitas, como orientador e com Isabelle Hillenkamp, como coorientadora. A dissertação foi desenvolvida no Vale do Ribeira, estado de São Paulo, junto às agricultoras e quilombolas do município de Barra do Turvo assessoradas pela SOF. Este processo se deu em diálogo com ONGs da região Sudeste, no contexto da ação de sistematização das Cadernetas Agroecológicas, mobilizada pelo GT Mulheres da ANA, como mencionado anteriormente. Também envolveu pesquisadoras de outras instituições de ensino superior brasileiras, como a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidade Federal Rural do Pernambuco (UFRPE).

Este período coincide com uma série de eventos na conjuntura política no Brasil – o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, o governo de Michel Temer, a eleição de Jair Bolsonaro como presidente da república e a pandemia – que trouxeram consequências para a Zona da Mata e que serão abordadas na próxima seção desta Introdução. Este processo foi determinante para a definição da problemática da pesquisa do projeto GENgiBRe que, conforme citado anteriormente, foi a base para a elaboração desta tese. O encontro das águas do meu rio da vida com o CTA-ZM, e o legado desta organização em sua atuação na Zona da Mata por quase 40 anos, criaram as condições que nos permitiram acessar pessoas e conhecimentos muito específicos e em escalas bastante sensíveis, como as relações intrafamiliares, durante a pesquisa do projeto GENgiBRe.

Nessa pesquisa desempenhei múltiplos papéis: como pesquisadora, articuladora, motorista, membro da equipe técnica do CTA-ZM – e a partir de determinado momento, como coordenadora do Programa de Mulheres e Agroecologia desta organização –, além de doutoranda. As reflexões políticas e teóricas que produzimos no movimento feminista e agroecológico no Brasil, possibilitaram desenvolver uma percepção fina, multidimensional,

sobre alguns aspectos do trabalho e da vida das mulheres na agricultura. A elaboração da tese possibilitou alargar e aprofundar essas compreensões no contexto dos conflitos socioambientais da Zona da Mata. Dessa pesquisa, a partir de uma delimitação dos dados secundários sistematizados, extraí os fundamentos para estruturar essa tese.

É esta confluência de trajetórias – ou de águas e rios – que resulta nessa tese de doutorado e que, como um afluente, deságua no Rio da Vida da Rede de Agroecologia da Zona da Mata, configurando-o mutuamente.

A Rede de Agroecologia e as ameaças do modelo de produção extrativista da Zona da Mata Mineira

Nos dias 02 e 03 de abril de 2025, cerca de cem mulheres agricultoras, indígenas e quilombolas da Zona da Mata mineira se reuniram em Viçosa para o Encontro das Mulheres da Zona da Mata para o Bem Viver. Este evento ocorreu no âmbito do projeto Quintais das Mulheres para o Bem Viver⁶ que está sendo executado pelo CTA-ZM em parceria com outras organizações da região Sudeste do Brasil. O projeto é resultado das reivindicações da Marcha das Margaridas⁷ em 2023, que resultou no lançamento do Programa Quintais Produtivos pelo governo federal, entre outros anúncios.

O encontro foi um espaço de diálogo com gestoras/os públicos onde as mulheres expuseram as dificuldades enfrentadas no trabalho realizado nos quintais e as demandas por políticas públicas específicas. Elas afirmaram que seus quintais são territórios de cuidado, de produção de alimentos, de conhecimentos e de geração de renda. Reivindicaram políticas públicas específicas que reconheçam a inseparabilidade da produção e reprodução social, sintetizada no trabalho e nas relações produzidas nos quintais.

⁶O projeto Quintais das Mulheres para o Bem Viver é financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), por meio do Termo de Fomento 950532/2023, e possui a Cáritas Regional Minas Gerais como instituição celebrante do lote sudeste do Brasil. A execução é realizada em rede com oito organizações executantes: Sempreviva Organização Feminista (SOF); Instituto Terra Viva; Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas; Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA/ZM); Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (ASPTA); Cáritas Regional Espírito Santo; Aliança Pela Pedra Branca/Polo Agroecológico do Sul e Sudoeste de Minas; Associação do Coletivo de Mulheres Organizadas do Norte de Minas (ACMON).

⁷A Marcha das Margaridas é um processo formativo e de articulação, de denúncia, reivindicação e negociação política das mulheres do campo, das florestas e das águas com o Estado brasileiro. Organizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag) e movimentos e organizações parceiras, culmina com um grande ato em Brasília que reúne milhares de mulheres em defesa de direitos sociais e contra a violência. Realizada a cada 4 anos, desde os anos 2000, é considerada a maior mobilização de mulheres trabalhadoras rurais da América Latina. Seu nome homenageia Margarida Maria Alves, trabalhadora rural e líder sindical assassinada em 1983 por lutar pelos direitos dos trabalhadores rurais na Paraíba.

Este momento, ocorrido recentemente, condensa elementos centrais da agroecologia construída – e disputada – na Zona da Mata mineira: uma agroecologia com perspectiva feminista, que coloca a produção do viver como eixo central das análises e da ação política, desde a vida concreta das mulheres e com elas. Ao ocuparem o espaço público as mulheres se afirmam como sujeitas políticas na construção da agroecologia e das respostas ao modelo de produção extrativista – baseado na extração de valor do território a partir do modelo de mineração industrial e da produção de café como *commodity*.

O termo extrativismo tem sido utilizado na América Latina de distintas maneiras por diversos atores (bancos, indústrias, organizações e movimentos sociais, populações tradicionais entre outros). O conceito de extrativismo ou modelo de produção extrativista usualmente utilizado no Brasil, se refere a qualquer atividade humana de extração ou coleta de recursos naturais (vegetal, mineral e animal), para o consumo, a comercialização ou industrialização. Segundo essa definição, a coleta e a pesca realizada por diferentes etnias indígenas e por povos e comunidades tradicionais, são consideradas atividades extrativistas (Dilger; Filho, 2016). O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), por exemplo, define o extrativismo como “sistema de exploração baseado na coleta e extração, de modo sustentável, de recursos naturais renováveis” (Brasil, 2000).

Reconheço a importância da luta das populações extrativistas e agroextrativistas no Brasil, que afirmam um modo de vida profundamente vinculado à terra, ao território e à conservação e proteção da socio e agrobiodiversidade. Contudo, para as análises empregadas nesta tese, adoto o conceito de extrativismo em seu sentido crítico, conforme proposto por autores latino americanos como Gudynas (2015) e Acosta (2016), que examinam as múltiplas dimensões – política, econômica, social, ambiental e jurídica – dos extrativismos na perspectiva da Ecologia Política.

Para Acosta (2016, p. 49), o extrativismo é “uma modalidade de acumulação que começou a ser forjada em grande escala há quinhentos anos [...] determinada pelas demandas das metrópoles – os centros do capitalismo nascente”. Esta definição inclui a exploração mineral, de petróleo, mas também o extrativismo agrário, florestal e pesqueiro e enfatiza o papel primário exportador, dos países do Sul global como o Brasil, na divisão internacional do trabalho. De maneira convergente, Chagnon et al. (2022), propõem compreender o extrativismo como um conceito analítico mais amplo que articula práticas sociais, políticas, econômicas e relações de poder que favorecem a acumulação de capital, a concentração de riqueza e a centralização de decisões; além de reforçar mutuamente o modo de produção capitalista, que legitima a expropriação dos bens comuns e a exploração de vidas humanas e dos outros

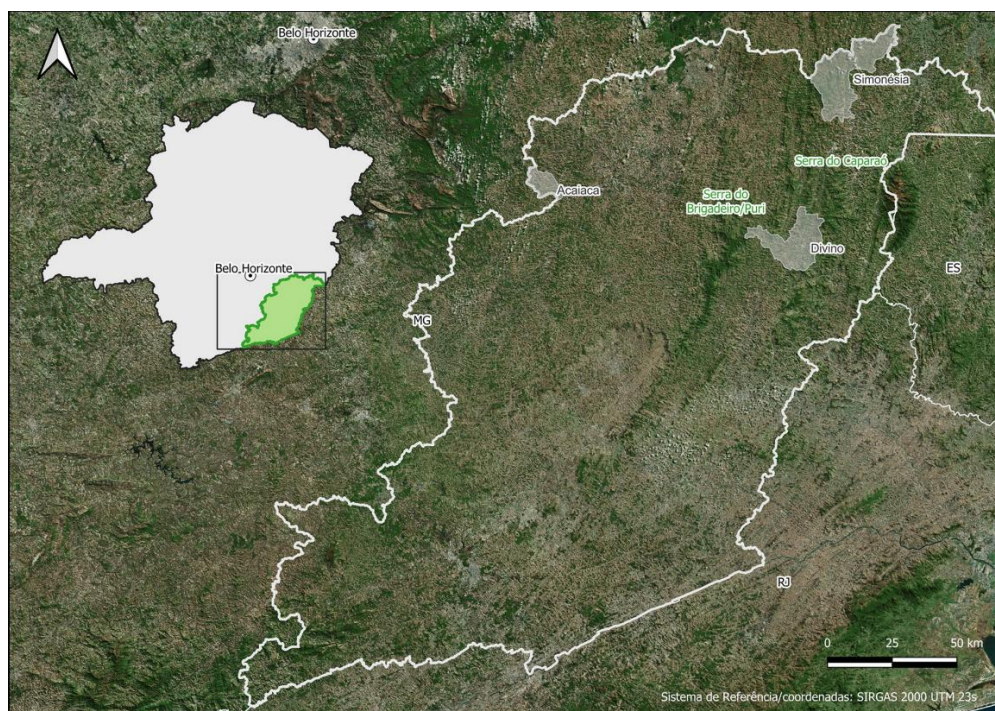
elementos da natureza. Desde essa perspectiva crítica, o conceito de extrativismo contribui para analisar os processos de territorialização do modelo de produção extrativista na Zona da Mata mineira, em constante tensionamento com os modos de vida da agricultura familiar, do povo indígena Puri e de comunidades quilombolas engajadas na agroecologia.

A Zona da Mata mineira situa-se na porção sudeste de Minas Gerais, na divisa com os estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo e abrange 142 municípios. A região está inserida no bioma Mata Atlântica, que se estende por 17 estados no Brasil e é considerado um dos maiores *hotspots* mundiais de biodiversidade, com alto grau de endemismo, estando entre as áreas mais ameaçadas do planeta. Minas Gerais foi considerado o estado com as maiores extensões de áreas classificadas como prioritárias para a conservação, de acordo com estudos realizados pelo Ministério de Meio Ambiente e Mudança do Clima (BRASIL, 2023). A Zona da Mata mineira abriga duas importantes unidades de conservação de proteção integral, o Parque Nacional do Caparaó e o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, que compõem a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (Lino, 2018). A área do Entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro abriga a mais importante área remanescente de floresta semidecídua da Mata Atlântica do estado de Minas Gerais, onde recentemente têm sido identificadas novas espécies da fauna e da flora (Hammes *et al.*, 2020; Hentz Júnior *et al.*, 2021; Rippel *et al.*, 2025), evidenciando sua importância ecológica.

Os sistemas agrícolas da agricultura familiar geralmente possuem uma maior diversidade de plantas com maior produção de biomassa e proteção dos solos (Gomes; Cardoso, 2021), o que pode contribuir para a conservação e preservação da biodiversidade no nível local. No caso da Zona da Mata mineira, dados do Censo Agropecuário de 2017 mostram que cerca de 75% dos estabelecimentos agropecuários deste território são da agricultura familiar e ocupam cerca de 40% da área dos estabelecimentos agropecuários nessa mesorregião (Fortini, 2021).

A Figura 1, abaixo, apresenta o mapa de Minas Gerais com o detalhe da Zona da Mata e da localização dos municípios de Acaiaca, Divino e Simonésia, cujas agricultoras se envolveram na pesquisa do projeto GENgiBRE:

Figura 1- Mapa da Zona da Mata com a delimitação dos municípios envolvidos na pesquisa do projeto GENgiBRe



Fonte: Elaborado por Gustavo Soares Iorio (2024).

Este território é reconhecido pela construção da Rede de Agroecologia, que já completa cerca de quatro décadas, envolvendo diversos atores (organizações representativas da agricultura familiar, das comunidades quilombolas e do povo indígena Puri, ONGs, movimentos sociais, e instituições de ensino, pesquisa e extensão rural que atuam no território) e múltiplas dimensões. A perspectiva feminista da agroecologia é forjada pelas mulheres em sua diversidade: agricultoras, indígenas, quilombolas, técnicas, lideranças de movimentos sociais e acadêmicas e molda a configuração da própria RAZM.

Sua origem na década de 1980, está relacionada aos movimentos de contestação dos impactos negativos da Revolução Verde⁸ – em função do uso intensivo de agrotóxicos e adubos químicos – e da luta por direitos sociais e acesso à terra, mobilizada por setores progressistas da igreja católica vinculados à corrente teológica conhecida por Teologia da Libertação. Esse

⁸ A Revolução Verde foi o processo de modernização conservadora da agricultura, nos países do chamado Terceiro Mundo, no contexto da Guerra Fria, entre 1940 a 1960. No marco da política externa dos Estados Unidos (EUA), teve forte participação do Estado brasileiro (crédito agrícola subsidiado, pesquisa e assistência técnica e extensão rural). Provocou profundas transformações no campo, levando a uma maior concentração da estrutura agrária no país; e graves impactos socioambientais pela difusão de novas tecnologias, mecanização, sementes híbridas, fertilizantes e agrotóxicos, o chamado pacote tecnológico da Revolução Verde. Para saber mais: Siliprandi, 2015.

processo será melhor descrito no capítulo 3, que apresenta os Rios da Vida dos municípios envolvidos no projeto GENgiBRe.

A problemática do modelo de produção baseado, predominantemente, no cultivo comercial do café como *commodity*, impulsionada na década de 1970 com a criação do Instituto Brasileiro do Café (IBC), está na origem da constituição da RAZM. De maneira sintética, as *commodities* são mercadorias do setor primário da economia, produzidas em larga escala e comercializadas para o mercado externo – exterior ao território e fora de alcance dos atores locais –, geralmente in natura ou pouco processadas, cujo valor e padrão de qualidade são definidos pelo mercado internacional (Martins, 2009). As *commodities* agrícolas são altamente demandantes de agrotóxicos, adubos químicos, melhoramento genético e biotecnologia. O mercado de *commodities* é organizado pela lógica da concorrência, cujo preço é determinado pelo mercado global.

Para Rosângela Cintrão (1996), o pacote tecnológico difundido pela Revolução Verde teve níveis diferenciados de apropriação pelos agricultores, em função de variações microrregionais e do tipo de cultivo, de acordo com características culturais, de tamanho da terra e momento no ciclo familiar. Tais explicações, contudo, desconsideram o papel que as relações de gênero, de classe ou étnico-raciais, podem ter na apropriação das referidas inovações por agricultores e agricultoras familiares, como também será visto no capítulo 3.

Um estudo realizado por Cláudia Schmitt (2016), em parceria com o CTA-ZM, aponta que a partir de 1996 se intensifica o uso de adubos químicos e agrotóxicos na região, estimulado pela revalorização dos preços do café, com uma ação ostensiva da empresa alemã Bayer, interessada no mercado de venda de insumos aos agricultores familiares. Frente a esse cenário, foi criado pelas organizações e movimentos sociais envolvidos na construção da RAZM à época, o Movimento Em Defesa da Vida e do Meio Ambiente, que atuou de maneira mais intensa entre os anos de 1996 e 2000. Este movimento teve como objetivos denunciar os problemas relacionados ao uso dos agrotóxicos e adubos químicos e, ao mesmo tempo, disseminar as chamadas “alternativas”, como o uso de biofertilizantes, caldas, preparados homeopáticos e fitoterápicos. As agricultoras de Divino e Simonésia, também apontaram na pesquisa do projeto GENgiBRe, o início da década de 2000 como um momento de intensificação da produção de café nesses municípios e na região (vide capítulo 3).

Este processo convergiu com um outro importante momento da constituição da RAZM: a criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB) que será denominado neste texto

como Parque Estadual da Serra dos Puri⁹, em reconhecimento à existência dessa etnia e à sua contribuição para a manutenção deste território até os dias atuais. Com seu início na década de 2000, a criação desta Unidade de Conservação motivou um intenso processo de mobilização, articulado pelo CTA-ZM e organizações parceiras, visando assegurar os direitos da agricultura familiar, ameaçada de perder parte de suas terras pela criação do Parque.

A Serra dos Puri está numa região considerada de extrema relevância para a conservação da biodiversidade e incluída tanto no Mapa de Áreas Prioritárias de Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos Benefícios da Mata Atlântica (MMA, 2002), quanto no levantamento estadual feito pela Fundação Biodiversitas (Drummond, 2009). Contudo, já na década de 1980, pesquisas realizadas pela Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) indicaram que a Serra dos Puri e os municípios do entorno, abrigavam mais de 50% de toda a reserva de bauxita de Minas Gerais (Silva, 2012). Diversos relatos das agricultoras também mostram que a empresa brasileira Mineração Curimbaba Ltda. iniciou as pesquisas minerais nesse período, na região de Simonésia.

Considerada a segunda maior reserva de bauxita no Brasil, a Zona da Mata tem sido alvo dessas mineradoras, que tentam impor seu poder econômico e político, por meio da relação com parlamentares, prefeituras municipais, lideranças sindicais e comunitárias, entre outros atores. Neste contexto, Coelho e Iorio (2021) chamam a atenção para um novo ciclo de expansão da mineração, para além daquelas áreas e minerais já tradicionalmente explorados, colocando a Zona da Mata como uma nova fronteira mineral. Como será visto no capítulo 5, que trata sobre a problemática da mineração, a bauxita é considerada um mineral estratégico para a descarbonização da matriz energética.

No final da década de 1990 e início dos anos 2000 se intensifica a pressão para exploração mineral e a implantação de usinas e pequenas centrais hidrelétricas para a geração de energia (Silva, 2022). Desde esse período, intensas mobilizações que envolvem diferentes atores da sociedade civil, instituições de ensino e pesquisa, setores da igreja católica (Schimitt, 2016) e particularmente as mulheres da agricultura familiar, têm ocorrido para resistir à implantação desses projetos no território. As relações de poder que estão em jogo na luta pelo território podem ser entendidas como a disputa pela territorialização desses projetos distintos e, até

⁹ Em 2023 foi protocolada na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, pelo deputado estadual Leleco Pimentel do Partido dos Trabalhadores (PT), o projeto de lei Nº 1133/2023 que propõe a alteração de nome do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro para Parque Estadual da Serra dos Puri. Essa reivindicação foi feita por indígenas dessa etnia, visando o reconhecimento da contribuição histórica dos povos originários para a manutenção desse território. O processo se encontra em tramitação na Assembleia Legislativa de Minas Gerais e pode ser acessado em <https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/PL/1133/2023>.

mesmo, opostos como a mineração e a agroecologia. A noção de territorialização é utilizada nesta tese para enfatizar as relações de poder entre os diferentes atores que disputam o território e a projeção dessas relações no espaço (Souza, 2013).

A década de 1990 também é um momento de mudanças significativas na participação das mulheres no movimento sindical em escala nacional e que passam a se materializar no território. Isso se traduz na criação da Comissão Regional de Mulheres da Zona da Mata que, entre sua pauta política, denunciava o modelo de produção com uso intensivo de agrotóxicos e apresentava a agroecologia como resposta.

No início dos anos 2000, várias disputas e ações de enfrentamento à mineração passaram a ocorrer no entorno da Serra dos Puri, especialmente no município de Muriaé, com o aumento da pressão da CBA sobre algumas comunidades. O mesmo passa a ocorrer em Simonésia, como será visto nos capítulos 4 e 5. Este período coincide com o que Maristella Svampa (2017) denomina como “Consenso das *Commodities*”, período em que a retomada do crescimento econômico na América Latina se alicerçou na produção de *commodities*, na primeira década de 2000.

No mesmo período, governos progressistas eleitos na América Latina (Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Equador, Honduras, Paraguai, Uruguai e Venezuela) implementam um novo estilo de extrativismo, denominado por Gudynas (2009), como neoextrativismo. Este consiste de um novo ciclo de reprimarização da economia, implementado com a participação decisiva do Estado, baseado na apropriação intensiva da natureza e na inserção subordinada no mercado internacional, aliado a políticas redistributivas. Navarro e Composto (2014) propõem uma dilatação desse conceito, incorporando governos de todo arco político na América Latina, inclusive os conservadores, que também seguiram este modelo de desenvolvimento. Esse processo foi observado nos governos Lula I e II e Dilma, até 2016.

Este é o período que marca o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff e uma escalada conservadora na política, com o aprofundamento das desigualdades, em função da política econômica adotada por Michel Temer. Nesse período de ruptura política vimos o início da desestruturação e da extinção de políticas públicas para a parcela da população mais vulnerável, incluindo o público da agricultura familiar e de povos e comunidades tradicionais. Somando-se a isso, o desmonte da estrutura do Estado responsável pelas ações de controle e fiscalização, o resultado foi o aumento dos conflitos no campo a partir de 2016 (Alentejano *et al.*, 2023).

Na Zona da Mata um exemplo da face violenta desse processo se traduziu na ameaça de morte sofrida por um frade franciscano, em 2017, na comunidade de Belisário, município de Muriaé. Nesse município, articulada por diferentes organizações da sociedade civil e

movimentos sociais, é aprovada a Lei Municipal Nº 5.763, de 28 de novembro de 2018, que institui o Distrito de Belisário como patrimônio hídrico. É a partir dessa iniciativa que leis de proteção ao patrimônio hídrico passam a ser instituídas em outros municípios na Zona da Mata. Esta ação tem inspirado diferentes organizações e movimentos sociais em Minas Gerais e em outros estados do país, como estratégia para a construção de Territórios Livres de Mineração (Territórios Livres de Mineração, s/d).

A partir de 2018, a eleição do candidato da extrema direita, Jair Bolsonaro, representou o avanço de um neoliberalismo autoritário (Andrade *et al.*, 2021) acompanhado pelo anticientificismo e o negacionismo climático; e provocou um processo de desambientalização do Estado (Acselrad, 2022), por meio de uma ação intencional de desmonte das políticas públicas, normas, leis e instituições de proteção ambiental no Brasil. Ao mesmo tempo em que agiu para desestruturar e flexibilizar a legislação ambiental no país, ampliou isenções fiscais e forneceu incentivos financeiros para o agronegócio e o setor mineral. Isso fez emergir e agudizar os conflitos ambientais em todo o país, em áreas urbanas e rurais afetadas por grandes projetos de investimento. O etnocídio do povo indígena Yanomami na Amazônia, fato noticiado em várias partes do mundo (Steiner; Pereira, 2023; Vick, 2023), foi uma face desse modelo de desenvolvimento capitalista, patriarcal, racista e autoritário, fomentado pelo Estado.

Na Zona da Mata entre 2020 e 2021 a pressão sobre o território cresceu com a alta do preço do café e com incentivos do governo de Jair Bolsonaro e do governo do Estado de Minas Gerais na gestão de Romeu Zema, que impulsionaram a exploração mineral. A valorização da saca do café no mercado internacional, resultou na ampliação do desmatamento para abertura de novas áreas de plantio e do uso de agrotóxicos. Essa situação foi relatada pelas agricultoras dos municípios de Divino e Simonésia durante as atividades da pesquisa do projeto GENgiBRe, como será visto nos capítulos 3 e 4.

Conforme aponta Larissa Bombardi (2023), geógrafa, pesquisadora, professora da Universidade de São Paulo (USP) e membro do grupo de pesquisa do GENgiBRe, o setor agropecuário se transformou em algo avesso à produção de alimentos, orientado para a produção de *commodities* e de agroenergia, altamente demandantes do uso de agrotóxicos e biotecnologias. Nesse contexto, a autora chama a atenção para as severas implicações sobre a saúde da população, particularmente dos países do sul global, em função da contaminação por agrotóxicos.

O livro "Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia" evidencia a assimetria entre os países que mais utilizam agrotóxicos em todo o mundo – em geral do sul global – e os países exportadores de agrotóxicos e tecnologias associadas – como

os organismos geneticamente modificados (OGM) – em geral a União Europeia e Estados Unidos (Bombardi, 2017).

Para expressar a nova face dos regimes coloniais contemporâneos, que se reestruturam sobre o “domínio infinitesimal do gene e da molécula”, Margarida Mendes desenvolveu o conceito de “colonialismo molecular” (Mendes, 2018, p. 135). Bombardi (2023) propõe o conceito de colonialismo químico para explicitar esse movimento do capital que, “tal como no colonialismo clássico, tem permitido, através da violência, a reprodução do capitalismo “moderno” dos países do Norte, particularmente da União Europeia”.

Ela própria, mãe de dois filhos, teve sua vida completamente alterada em função das ameaças sofridas pelas pesquisas com agrotóxicos que realizava no Brasil. Sob o governo Bolsonaro, após o lançamento do livro “Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia” no parlamento europeu em 2019, as ameaças sofridas em função do lobby dos agrotóxicos no Brasil se intensificaram. Em 2021, foi obrigada a sair do país mudando-se para a Europa, onde permanece no exílio até hoje. Essa situação evidencia a diversidade de posições e contradições existentes na Europa e, ao mesmo tempo, explicita uma das dimensões violentas do colonialismo químico imposta pelo modelo de produção extrativista, representado pelo agronegócio.

Contudo, a emergência da China como uma potência econômica e seu papel na expansão do extrativismo também merece atenção, para uma compreensão mais matizada das colonialidades no século XXI. Para garantir as condições para sustentar seu crescimento econômico, a China se tornou uma das maiores produtoras – e também consumidora – de agrotóxicos no mundo, inclusive fornecendo agrotóxicos genéricos a preços mais baixos aos países do Sul global (Chagnon *et al.*, 2022).

Nos territórios, o colonialismo químico resulta em formas violentas, e muitas vezes invisíveis, de injustiça ambiental. Dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) referentes aos conflitos no campo no Brasil em 2022, mostram que a violência relacionada à contaminação por agrotóxicos, representa o maior número registrado pela CPT desde 2010. Com um crescimento de 86% em relação a 2021 na quantidade de famílias afetadas pelo uso de agrotóxicos nas lavouras, estes dados evidenciam a gravidade da situação (Vilela, 2023).

Em síntese, esse cenário de transformações políticas e econômicas na América Latina se territorializou na Zona da Mata mineira e se expressou por meio das denúncias feitas por agricultoras e agricultores, lideranças sindicais, de organizações e de movimentos sociais em diferentes espaços de articulação e mobilização da RAZM. Este contexto é o pano de fundo da elaboração desta tese, em que optei por compreender as principais ameaças que afetam o

território na percepção das mulheres agricultoras, sujeitas invisibilizadas e que, ao mesmo tempo, protagonizam as resistências e respostas às ameaças. Ainda, busquei compreender como essas ameaças afetam suas vidas material e subjetivamente, considerando as relações de poder na agricultura familiar e as desigualdades de gênero; bem como os tipos de resistências e respostas que as agricultoras envolvidas na RAZM vão construindo à essas ameaças. Estas questões estão sintetizadas nos seguintes objetivos geral e específicos:

Objetivo Geral

Analisar de que modo as relações de gênero condicionam a territorialização do modelo de produção extrativista na Zona da Mata mineira e como agricultoras familiares constroem resistências e respostas a esse processo por meio da agroecologia, reconfigurando seus territórios em múltiplas escalas.

Objetivos Específicos

- a) Compreender a história dos territórios a partir da perspectiva dessas agricultoras, dando visibilidade às formas de territorialização do modelo de produção extrativista e aos processos individuais e coletivos de resistência e respostas protagonizados por elas;
- b) Analisar, numa perspectiva transescalar, como as desigualdades de gênero e interseccionais (com base na raça/etnia ou classe social), o uso de agrotóxicos e a mineração se articulam na territorialização do modelo de produção extrativista na Zona da Mata mineira;
- c) Investigar como as agricultoras elaboram estratégias de resistência e resposta às ameaças socioambientais e territoriais do extrativismo, a partir de práticas e saberes agrícolas locais e princípios agroecológicos, e que disputam o próprio sentido da agroecologia.

Para abordar estes objetivos e responder às questões que foram surgindo ao longo da pesquisa, estruturei o texto da tese em sete seções, iniciando por esta introdução. Nela, apresentei brevemente a forma como o problema de pesquisa foi sendo construído em minha trajetória acadêmica e ativista, nos movimentos agroecológico e feminista no Brasil. Busco delimitar também, como esta trajetória se encontra com a problemática dos conflitos ambientais na Zona da Mata e apresentar os objetivos geral e específicos deste trabalho. Na segunda seção apresento as confluências entre os campos teóricos do ecofeminismo e da ecologia política

feminista para uma abordagem sistêmica dos conflitos ambientais no contexto do modelo de produção extrativista. Também mobilizo o campo teórico da economia feminista, com foco nas contribuições das feministas materialistas, em diálogo com a antropologia econômica de Karl Polanyi, que possibilitam reconhecer uma parte importante do trabalho realizado pelas mulheres – inclusive o cuidado socioambiental – e invisibilizado nas análises econômicas convencionais. Em seguida, proponho uma análise transescalar, a partir das contribuições de autoras feministas da geografia humana e, finalmente, apresento os argumentos de porque a agroecologia pode ser e tem sido mobilizada por diferentes organizações, agricultoras e agricultores em suas comunidades, como alternativa aos projetos que ameaçam o território da Zona da Mata mineira, particularmente relacionados ao uso intensivo de agrotóxicos e à mineração de bauxita.

Na terceira seção, me dedico a apresentar a metodologia adotada para a pesquisa do projeto GENgiBRe e explicitar o recorte analítico da tese. Na quarta seção apresento os Rios da Vida dos três municípios envolvidos no projeto GENgiBRe, como forma de contar as histórias desses municípios na perspectiva das agricultoras. Em seguida estruturo as sessões 5 e 6 sobre as ameaças do modelo de produção extrativista ao território, baseadas na problemática dos agrotóxicos e da mineração respectivamente. Nestas seções apresento uma análise de gênero sobre estas problemáticas e como as agricultoras têm construído resistências e respostas em diferentes escalas. Na seção 7 apresento as respostas das agricultoras pela agroecologia e a forma como, a partir de suas práticas agrícolas, conhecimentos e formas de organização, elas vão disputando milimetricamente o território com o modelo de produção extrativista que tenta se impor. Na última seção, apresento Considerações Finais e, em seguida, as referências utilizadas para a elaboração desta tese e os Anexos.

Capítulo 1 – Confluências teóricas para uma abordagem de gênero sobre as resistências e respostas na defesa dos territórios na Zona da Mata mineira

Nesta seção busco apresentar as confluências entre as principais abordagens teóricas e alguns conceitos importantes que orientaram as análises de maneira transversal na tese. Tais conceitos não foram apenas definidos a priori, resultado do meu – e do nosso enquanto equipe da pesquisa – posicionamento teórico, epistemológico e político. São, também, produto da práxis da pesquisa feminista, quando a experiência vivida e concreta do campo se impôs, demandando novas abordagens teóricas para as análises. Buscamos, com isso, analisar a forma como as agricultoras envolvidas com a agroecologia fazem a defesa dos seus territórios no enfrentamento à mineração e ao modelo agroindustrial de produção de *commodities*, produzem conhecimentos e respostas.

A agroecologia é um conceito central e multidimensional nas experiências de agricultoras e agricultores envolvidos na pesquisa do projeto GENgiBRe. Pode ser compreendida como ciência, como um conjunto de práticas e como movimento social (Wezel *et al.*, 2009; Wezel *et al.*, 2020); incluindo sua dimensão espiritual e religiosa (Toledo, 2022) e, particularmente no Brasil, sua forte dimensão política, social e cultural, impulsionada por movimentos sociais de base (Wezel *et al.*, 2009; Rosset *et al.*, 2021). Em sua dimensão política, a agroecologia que não apenas adoto, mas que, juntamente com outras militantes e pesquisadoras do projeto GENgiBRe, construímos coletivamente no Brasil, é fortemente influenciada pela perspectiva da Economia Feminista materialista.

As autoras desta corrente teórica denunciam a falsa separação entre produção e reprodução social como uma forma historicamente específica e necessária do modo de produção capitalista (Federici, 2013); e do trabalho doméstico (incluindo o trabalho de cuidados) como uma forma histórica particular do trabalho reprodutivo, inseparável da sociedade salarial (Kergoat, 2003). Transformado em um atributo natural das mulheres para que aceitássemos sua condição não remunerada, o trabalho doméstico foi a forma pela qual a extração de valor do trabalho das mulheres foi realizada em benefício do trabalho considerado produtivo no modo de produção capitalista (Federici, 2013).

Assim que uma enorme quantidade de trabalho invisibilizado, tem sido gratuitamente realizada pelas mulheres, “não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno” (Hirata; Kergoat, 2007, p. 597). Essa expropriação do trabalho das mulheres – a extração de valor – se sustenta pela divisão sexual do trabalho (Hirata; Kergoat, 2007) que se baseia na separação e hierarquização do trabalho de homens e mulheres.

No campo, a divisão sexual do trabalho se estrutura pela distinção entre a casa e o seu entorno – como espaço reprodutivo – e a lavoura ou roçado – como espaço produtivo (Faria, 2009). Essa perspectiva, mobilizada pelas mulheres na agroecologia, possibilitou reconhecer e dar visibilidade ao trabalho produtivo das agricultoras na lavoura, cujo trabalho é invisibilizado e desvalorizado, considerado apenas como “ajuda” aos homens. E também permitiu evidenciar que boa parte do trabalho produtivo realizado por elas não era reconhecido como trabalho, considerado como uma extensão das atividades domésticas, pelo fato de ser realizado em casa ou no seu entorno. Na Zona da Mata, assim como em algumas regiões do Brasil, esse espaço no entorno de casa é denominado como quintal, onde geralmente estão a horta, a produção de plantas medicinais, o pomar e a criação de pequenos animais (aves, suínos, peixes).

As economistas feministas materialistas desafiam a noção hegemônica de economia, que se baseia na separação entre produção e reprodução social e reduz todas as dimensões da vida, das relações sociais e de todo o processo econômico, às relações mercantis (Carrasco, 2003; Orozco, 2012; Picchio, 2012; Hillenkamp, 2016). Desse modo, buscam evidenciar o trabalho realizado pelas mulheres e invisibilizado por um sistema que as subordina, para transformá-lo.

De modo convergente, a economia substantiva de Polanyi (2012) se conecta com a perspectiva da economia feminista, pois denuncia o sofisma economicista do reducionismo mercantil e a universalização do mercado autorregulado a todas as esferas da vida. Ele propõe uma abordagem substantiva de economia que pressupõe a existência de quatro princípios de integração econômica interdependentes no tecido social, dos quais o mercado é apenas um deles. A centralidade das relações de reciprocidade, de redistribuição e “*householding*” (Polanyi, 2000) estão no cerne de sua noção substantiva de economia.

No Brasil, estas correntes teóricas inspiraram as mulheres do movimento agroecológico que sistematizaram as experiências das agricultoras, desenvolveram metodologias para a assessoria técnica e realizaram a incidência política, para dar visibilidade ao trabalho e à contribuição econômica das mulheres agricultoras, indígenas e de povos e comunidades tradicionais, como apresentado na Introdução desta tese. A produção realizada nos quintais e na casa, que envolve o beneficiamento da produção e das plantas medicinais e o manejo de sementes para a conservação da biodiversidade, ficava invisibilizada inclusive para as próprias agricultoras.

A agroecologia no Brasil, como resultado da luta feminista que disputa seus sentidos, incorpora, então, o questionamento de que não bastava a transição para um modelo de produção agroecológico sem alterar as relações de poder que oprimem as mulheres e outros sujeitos com base nas interseccionalidades de gênero, classe, raça, etnia, orientação sexual, idade. Do mesmo

modo, convergem com perspectivas críticas do Ecofeminismo e da Ecologia Política Feminista que consideram que a relação da maioria das mulheres com a natureza não é derivada de características próprias do sexo feminino, mas sim de trabalhos e atividades histórica e socialmente impostas às mulheres, baseadas na divisão sexual do trabalho e na distribuição desigual de poder e da propriedade. O que aproxima as mulheres da natureza não é, portanto, sua suposta “essência feminina” (próprio de uma perspectiva essencialista), mas a interação cotidiana com a natureza, construída a partir da busca por suprir as necessidades diárias e a sustentabilidade da vida (Siliprandi, 2006), como resultado de papéis socialmente atribuídos.

Por este motivo, como veremos nesta tese, é notório o envolvimento das agricultoras em processos organizativos e de mobilização para enfrentar o modelo de produção extrativista na defesa de seus territórios. Elas denunciam a poluição do ar, a contaminação da água e da terra por agrotóxicos e outras substâncias nocivas, o desmatamento, a mineração e a degradação das condições de vida. As vertentes críticas do Ecofeminismo e da Ecologia Política Feminista convergem na compreensão de que tanto a subordinação das mulheres – e de grupos sociais marginalizados – como a exploração da natureza, respondem a um mesmo sistema de dominação. Este se assenta sobre três elementos que se reforçam mutuamente: “um patriarcado capitalista, uma visão mecanicista do mundo e uma cultura de dominação e violência” (Herrero, 2018, p. 22, tradução nossa).

As agricultoras e alguns agricultores envolvidos na pesquisa do projeto GENgiBRe atribuíram vários sentidos à natureza: materiais, espirituais, afetivos e econômicos. Se referiram à paisagem, às matas, aos passarinhos, às águas, flores e ao ar puro, mas também aos animais peçonhentos como uma noção de natureza selvagem. Ao mesmo tempo, citaram a horta, o jardim, os alimentos como uma noção da natureza produzida pelas mãos de mulheres e homens. O marido de Rosa, uma agricultora urbana do município de Acaiaca, envolvida na pesquisa do projeto GENgiBRe disse: “Pra mim eu vivo no meio da natureza [...] eu me julgo aqui uma roça” se referindo às árvores e às plantas cultivadas pela agricultora no entorno de casa. Para Socorro, uma agricultora do município de Divino, “a natureza é tudo, inclusive a gente [...] tudo que a gente precisa para sobreviver”. De modo diverso, para as empresas mineradoras a natureza é reduzida aos meios físicos e bióticos, a recursos naturais a serem explorados. A natureza aqui é entendida não como algo dado, mas como produto de construções sociais (Porto-Gonçalves, 2017) e como o cerne de conflitos socioambientais (Svampa, 2019).

Algumas feministas materialistas, como a antropóloga britânica Marilyn Strathern (2014), têm recusado o uso do conceito de natureza, por reconhecer uma intencionalidade ideológica na produção de uma dicotomia, em que o feminino é associado à natureza e considerado inferior

à cultura, associada ao masculino. Para Hillenkamp (2020) isso acabou deslegitimando e ocultando a capacidade positiva de ação que algumas mulheres – como aqui as agricultoras – podem desenvolver a partir da relação que elas constroem com a natureza – ou poderia dizer, com os outros elementos da natureza, da qual somos parte.

Yayo Herrero, antropóloga, engenheira, professora e ativista espanhola, afirma que o modelo de pensamento patriarcal, antropocêntrico e capitalista se assenta na perigosa crença de uma falsa autonomia, tanto em relação à natureza, quanto às outras pessoas. Deste modo, coloca em risco as condições para a sustentação da vida humana e de outras espécies no planeta, pois desconsidera duas inevitáveis dependências materiais: a natureza finita e a vulnerabilidade da vida humana. E enfatiza que “somos seres radicalmente ecodependentes. Na verdade, somos natureza” (Herrero, 2020, p. 18).

Contudo, como aponta Silvia Federici (2019), há uma relação determinante entre a globalização e a crise do capitalismo, as políticas de ajuste estrutural, especialmente nos países periféricos, e o recrudescimento das formas de exploração do trabalho e da natureza – os comuns. Como vimos na Introdução, a primeira e segunda décadas dos anos 2000 foram marcadas pelo avanço do modelo de produção extrativista no Brasil, resultado do neoextrativismo. Do “Consenso das *Commodities*” (Svampa, 2017) ao “Consenso da Descarbonização” (Bringel; Svampa, 2023), novas dinâmicas de extração capitalista e apropriação de bens comuns e mão de obra, vão sendo implementadas, especialmente nos países do Sul global. Na fase atual, novas zonas de sacrifício têm sido criadas nesses países para colocar em prática um novo acordo global: a mudança da matriz energética baseada em combustíveis fósseis para uma matriz baseada em energias “renováveis”, o “Consenso da Descarbonização”. Em nome de uma transição energética para frear o aquecimento global e a crise climática, amplia a destruição do planeta, “aprofundando as desigualdades existentes, exacerbando a exploração dos recursos naturais e perpetuando o modelo de mercantilização da natureza” (Bringel; Svampa, 2023, p. 53).

O modelo de produção extrativista nos territórios se impõe por uma série de violências que se sobrepõem e vão desde as mais explícitas, como as ameaças, os assassinatos de lideranças e o rompimento de barragens, até as mais invisibilizadas, como descreveremos nos capítulos 4 e 5. Liz Kelly (2019) utiliza o conceito de *continuum* de violências, para explicar a variedade e a extensão das experiências de violência que afetam as mulheres cotidianamente e as molda como sujeitos. O denominador comum da experiência das mulheres são as variadas formas de abuso, coerção e força que alguns homens utilizam repetidamente para nos controlar, que vão desde comportamentos masculinos e agressões aceitas socialmente, incluindo piadas misóginas,

assédio sexista e sexual, sexo coagido com parceiros ou parceiras, até o extremo da violência física e estupro.

O *continuum* de violências evidencia que a dominação e a apropriação dos corpos das mulheres pelos homens constituem um elo estruturante. Todas essas formas de violência têm um caráter funcional: controlar e limitar a vida das mulheres e manter os privilégios masculinos. É necessário, no entanto, considerar as interseccionalidades de raça, classe, religião, orientação sexual etc. para compreender as consequências da violência em diversas circunstâncias. As mulheres acostumam desde cedo a organizar a vida diária em função da ameaça da violência masculina. Isso custa tempo e energia, gastos com o planejamento, a organização, antecipação e cuidados que poderiam ser gastos de muitas outras maneiras.

No entanto, ainda que nem todos os homens manifestem a forma mais extrema do comportamento violento contra as mulheres, todos se beneficiam das relações de poder que nos subordina e mantêm os privilégios masculinos. Isso é o que Raewyn Connel (2005) chama de *dividendo patriarcal*. As abordagens das masculinidades hegemônica, marginalizada e cúmplice, proposta por Connel (2013) e das masculinidades provedora-industrial, ecomoderna e ecológica, propostas por Hultman e Pulé (2018; 2020), foram úteis para analisar as relações de poder entre homens e mulheres e entre os homens (agricultores, técnicos, agentes financeiros, comerciantes de insumos químicos, representantes das empresas e atravessadores), no contexto dos territórios ameaçados pela mineração e pelo uso de agrotóxicos na produção de café como *commodity*.

Conforme proposto por Raewyn Connell (2013), a masculinidade hegemônica é entendida como um conjunto de práticas que sustenta a dominação masculina sobre as mulheres, ao mesmo tempo em que subordina outras formas de masculinidade (Connell, 2013). Ocorre que são poucos os homens que cumprem efetivamente os padrões normativos da masculinidade hegemônica; a grande maioria se beneficia “do dividendo patriarcal – a vantagem que os homens em geral obtêm da subordinação global das mulheres” (Connell, 2005, p. 79). Essa relação de cumplicidade, entre os homens, com o projeto hegemônico é denominada por Connell (2005) como masculinidade cúmplice.

Por sua vez, a masculinidade marginalizada ajuda a esclarecer as interseccionalidades de gênero em relação a outras estruturas sociais, como classe e raça (Connell, 2014). Essa abordagem teórica permite analisar as hierarquias de poder nas relações entre agricultores e agricultoras, bem como entre os agricultores e os diversos agentes envolvidos na rede de produção global de café, como *commodity* (vendedores de insumos químicos, atravessadores, técnicos, agentes financeiros e outros agricultores).

Hultman e Pulé (2018) propõem o conceito de masculinidade provedora-industrial para descrever as formas de masculinidade que envolvem os indivíduos que possuem e gerem os meios de produção e que se beneficiam da riqueza gerada pela extração de valor da natureza; e utilizam o termo “provedor” para se referir aos indivíduos da classe trabalhadora envolvidos com o modelo de produção extrativista e que buscam a dominação da natureza para o crescimento industrial, pois são mutuamente dependentes. Hultman e Pulé (2018) argumentam que essas masculinidades sustentam práticas e políticas que colocam a exploração dos bens naturais e o crescimento econômico à frente das implicações sociais e ambientais decorrentes do modelo extrativista industrial.

A masculinidade ecomoderna, no entanto, é uma categoria de masculinidade proposta por Hultman e Pulé (2018) em que os indivíduos reconhecem os desafios sociais e ambientais – ignorados até então pelas masculinidades industriais/provedoras –, mas aceitam as soluções tecnocráticas e reformistas para problemas ambientais, que não desafiam o paradigma de crescimento econômico e dominação humana sobre a natureza. Já a masculinidade ecológica é considerada uma forma emergente de masculinidade, em que se estabelece uma relação de cuidado e responsabilidade dos homens com o planeta, que contribui para uma análise das práticas dissidentes à masculinidade hegemônica de alguns homens engajados na agroecologia. Como aponta Cruz Hernández (2017), o modelo de produção extrativista é altamente masculinizado e o aumento da violência nesses territórios é mais um fator que leva ao engajamento das mulheres e de alguns homens contra essas formas de patriarcalização e exploração.

Nestas condições, o acesso a informações tão sensíveis foi possível graças às relações de confiança estabelecidas com as organizações locais por mim e pelo CTA-ZM. Para captar as dinâmicas de gênero mais invisibilizadas dos conflitos socioambientais e de como o modelo de produção extrativista se territorializa, foi necessária uma abordagem transescalar na pesquisa. Esta não é apenas uma questão metodológica, mas também teórico-conceitual. O que estamos produzindo, em conjunto com as agricultoras – é um tensionamento das escalas no campo dos conflitos socioambientais na Zona da Mata. Privilegiamos em nossa análise as escalas do corpo e do doméstico e, desse modo, observamos resistências e respostas ainda invisibilizadas sendo produzidas pelas agricultoras.

As contribuições de Doreen Massey (2008) e Sallie Marston, por seu caráter feminista, construtivista e por incorporarem o lar, a casa e o trabalho de reprodução social como um elemento de produção do espaço e da construção de escala, são particularmente importantes

para superar as análises que privilegiam as relações de produção capitalistas como forças motrizes determinantes dos conflitos ambientais e resistências nos territórios.

Estas ainda permanecem invisibilizadas nas análises hegemônicas dos conflitos ambientais, que privilegiam a variável “classe” como dimensão explicativa das desigualdades ambientais; e que tendem a reconhecer apenas as ações de resistência nos espaços públicos de disputa e mobilização como relevantes. Ao jogarmos luz nesses processos, estamos atuando ativamente na construção social dessas escalas do doméstico e do corpo, para denunciar a apropriação e a invisibilização do trabalho de produção e reprodução social atribuído às mulheres pelo modo de produção capitalista e, ao mesmo tempo, para dar visibilidade a essa esfera na disputa pelo território, pelas resistências e respostas construídas pelas agricultoras na agroecologia.

Capítulo 2 – Metodologia

Era abril de 2022 e estávamos – eu e mais 3 mulheres pesquisadoras do projeto GENgiBRe – voltando de uma atividade para a construção do Etnomapeamento Feminista com Girassol¹⁰, uma das agricultoras indicadas pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (SINTRAF) de Simonésia para participar da pesquisa. A metodologia do Etnomapeamento Feminista busca captar os conhecimentos e práticas de cada agricultora e elementos sobre a divisão social e sexual do trabalho na família, aspectos organizacionais e de representação espacial e temporal do trabalho das mulheres, que nos informam sobre a posição das agricultoras frente aos conflitos ambientais e sobre sua relação com os diferentes elementos da natureza. Para isso, integra algumas técnicas de pesquisa: uma Caminhada Transversal, a elaboração do Mapa da Sociobiodiversidade e da Divisão Sexual do Trabalho (Alves *et al.*, 2018; Cardoso *et al.*, 2019), um questionário com a agricultora e entrevistas com ela e com um homem da família, em geral o marido ou o filho que mantém relação de trabalho com a agricultora. Ao todo, durante os Etnomapeamentos Feministas, foram entrevistados 8 agricultores entre as 14 agricultoras envolvidas, devido à indisponibilidade de alguns e à dificuldade de coincidir o tempo da pesquisa com os tempos de trabalho deles.

Após cada atividade da pesquisa realizada, fazíamos um Círculo de Cultura, “como um grupo de trabalho e de debate [...] como lugar de uma prática livre e crítica” inspirado na proposta de Paulo Freire (1967, p. 7-8). Adaptando o Círculo de Cultura para o propósito de refletirmos sobre as questões vivenciadas em campo, em geral esta atividade era feita no carro, com a equipe da pesquisa presente naquele momento e, eventualmente, com as agricultoras lideranças que nos acompanhavam.

Esse Etnomapeamento em particular me provocou a pensar: o que havia motivado as mulheres lideranças do SINTRAF a indicarem justamente aquela agricultora a participar da pesquisa? O que elas esperavam da nossa atuação? No caso específico de Girassol, agricultora de Simonésia que nos recebera para a realização desse Etnomapeamento, nos chamou a atenção um fato que ocorreu logo que chegamos à sua casa. Iniciamos nossa apresentação, conduzida de maneira descontraída por uma das lideranças do SINTRAF que nos acompanhava. Na medida em que começamos a conversar, a agricultora explicou que trabalhava pouco na roça, mas que cuidava de pessoas doentes da sua família: o seu avô e sua filha que havia quebrado a perna. Neste momento ela começou a chorar. Mais tarde ela

¹⁰ Girassol é um pseudônimo que foi escolhido pela própria agricultora. Como será visto adiante, curiosamente o pseudônimo que ela escolheu para seu marido foi Sol, como se ela girasse em torno dele, mesmo embora a agricultora estivesse envolvida nas lutas feministas no sindicato, por maior autonomia para as mulheres.

relativizou essas informações, explicando que ela era responsável pela faxina na casa do avô e que sua filha já havia se recuperado. Contudo, era evidente que ela sentia uma sobrecarga emocional, possivelmente ao se sentir responsável pelas pessoas, mesmo que a carga de trabalho físico tenha diminuído.

No momento em que Girassol começou a chorar, esperamos o seu tempo para se recompor e explicamos que caso não fosse um bom momento, poderíamos voltar em outra ocasião, ou mesmo não seguirmos com aquele nível de detalhamento da pesquisa junto a ela. Sabíamos que o fato de estarmos todas ali já implicava em uma pressão sobre a agricultora, mas reafirmamos que para nós não haveria problema em suspender a realização do trabalho. Girassol, no entanto, insistiu para seguirmos com a agenda prevista, como se percebesse em nós algum apoio ou a possibilidade de escuta sobre determinadas questões vivenciadas por ela no âmbito familiar.

No dia seguinte, durante a elaboração do Etnomapa como uma das etapas do Etnomapeamento e conversarmos sobre a divisão sexual do trabalho na propriedade, a agricultora começou a chorar novamente. Interrompemos o trabalho nesse momento, dando o tempo necessário para que ela se recompusesse novamente e em silêncio por alguns minutos, a acolhemos e demonstramos nossa escuta solidária a ela. Não era a primeira vez que isso acontecia em campo. Assim que possível, explicamos à agricultora que não precisávamos terminar o mapa se ela preferisse. Assim foi feito, acolhemos a vontade da agricultora e encerramos a atividade, expressando nossa empatia para com ela. Após essa atividade, conforme havíamos combinado anteriormente, entramos em contato com algumas lideranças do SINTRAF que estavam mais à frente do acompanhamento das atividades da pesquisa. Apresentamos nossa preocupação quanto à saúde emocional da agricultora, a questão da sobrecarga de trabalho e da falta de autonomia nos espaços de decisão e de trabalho na propriedade, os quais ela havia relatado.

Desse diálogo, uma das lideranças afirmou que a intenção delas era que a pesquisa pudesse ajudar a “resgatar” algumas agricultoras que estavam mais afastadas dos processos de auto-organização das mulheres no município. Elas haviam selecionado as agricultoras, a partir de seus objetivos específicos próprios com a pesquisa, que iam além daqueles definidos formalmente entre elas e nossa equipe de pesquisadoras. Foi aí que pude entender que as agricultoras foram cuidando umas das outras por meio das ações que realizávamos. Em vários momentos as lideranças mobilizaram nossa equipe para apoiar as agricultoras em situações vivenciadas por elas, num processo de apropriação e ressignificação da pesquisa.

Rita Segato, antropóloga feminista e escritora argentina, propõe uma postura teórico política e uma práxis disciplinar que ela denomina como “antropologia por demanda”, que nos permite compreender esse processo de apropriação pelas agricultoras em diálogo com o fazer da pesquisa do projeto GENgiBRe. Segato (2013, p. 11, tradução nossa) enfatiza que a antropologia por demanda é parte de “um projeto histórico alternativo e disfuncional ao capital”, que implica “[...] uma disponibilidade do antropólogo para ser interpelado por comunidades e povos que lhe colocam sua ‘demanda’” e, desse modo, permitem que a ciência tenha um lugar e um sentido. Essa foi nossa práxis desde o início da pesquisa: o de construir uma ciência que contribua com o projeto histórico das organizações populares do campo agroecológico para o território, assim como propõe Segato (2013).

Ao cuidarem umas das outras, as agricultoras também estavam colocando em prática o sentido de comunidade formulado pelo campo teórico do Feminismo Comunitário. Julieta Paredes, que se define como poeta, cantautora, escritora, grafiteira e militante feminista decolonial aymara boliviana, conceitua a comunidade “como princípio inclusivo e de sustentação da vida” (Paredes, 2010, p. 8, tradução nossa). O coletivo de mulheres de Simonésia é – e tem sido historicamente – essa comunidade, no sentido dado por Julieta Paredes. Um espaço de inclusão das mulheres e de sustentação da vida, a partir do cuidado com cada uma, com seus processos organizativos e com o território.

Estes elementos são importantes para explicitar nosso ponto de vista situado ou esse saber localizado, conforme propõe Donna Haraway (1995, p. 18) para uma “doutrina de objetividade corporificada” em detrimento da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto, próprios da ciência moderna. Nessa pesquisa, optamos por compreender, a partir do olhar e da prática das agricultoras – e de alguns agricultores – envolvidos com a agroecologia, como enfrentam as ameaças da mineração e do uso de agrotóxicos sobre o território. Contudo, não se trata de tomar suas perspectivas de maneira acrítica, mas de evidenciar as contradições e ambivalências de suas posições, a partir da reflexão e da produção de conhecimento com esses sujeitos.

Para isso, este capítulo está organizado em três seções, sendo a primeira, esta introdução. A segunda apresenta uma breve reflexão crítica, desde uma perspectiva feminista, sobre o fazer científico; nosso posicionamento epistemológico pela produção de um conhecimento emancipatório e nossa opção metodológica, enquanto pesquisadoras do projeto GENgiBRe, pela pesquisa-ação. A terceira seção aborda, a partir de nossa vivência em campo, as metodologias do projeto GENgiBRe e as questões que foram aparecendo e que alimentaram nossas reflexões e, ao mesmo tempo, retroalimentaram nossa abordagem teórica. Nesta seção

também busco explicitar o recorte analítico da tese em relação à pesquisação do projeto GENgiBRe. Por fim, apresento as considerações finais do capítulo.

2.1 Por que a pesquisação como metodologia de pesquisa feminista?

A vivência de campo relatada acima materializa o exercício da pesquisação, em que vamos produzindo conhecimento e, ao mesmo tempo, transformando a realidade a partir da nossa práxis. É uma metodologia de pesquisa que contesta a racionalidade científica como realidade objetiva, e a própria noção de neutralidade “do pesquisador”, o que tem sido feito por diversos campos teóricos, entre eles os estudos feministas, marxistas e decoloniais.

Donna Haraway (1995, p. 9) afirma que toda a produção do saber científico é localizada, porque se baseia em doutrinas ideológicas ou numa perspectiva parcial. O sujeito do conhecimento científico eurocêntrico, longe de ser universal e neutro, tem como referência o homem, não em seu sentido abstrato, mas o branco, europeu e de elite (Selister-Gomes; Quatrin-Casarin; Duarte, 2019). O conhecimento produzido nessas bases, portanto, reflete não a esperada objetividade e pretensa neutralidade científica, mas as lentes analíticas baseadas nas formas de compreender o mundo de uma parcela particular de sujeitos. Desse modo, assentado sobre relações de poder, o sistema tradicional de conhecimento científico subordina as perspectivas das mulheres, como sujeitos subalternos, invisibilizando-as.

Nossa compreensão é de que, sendo o conhecimento construído socialmente, é mediado por relações de poder que permitem que determinados discursos e categorias se tornem dominantes e até hegemônicos, como se fossem universais. Por este motivo, com a pesquisação do projeto GENgiBRe nos propusemos a produzir um conhecimento científico e práticas de ação feministas que tivessem sentido para nós e para as agricultoras e alguns agricultores agroecológicos/os, porque produzido com elas e eles. Ao mesmo tempo, buscamos produzir um conhecimento que subsidie nossa incidência no universo acadêmico e científico, reafirmando a necessidade de acessarmos, reconhecermos e valorizarmos os diferentes saberes com novas metodologias no fazer científico.

Haraway (1995, p. 24), assim como muitas feministas, argumenta a favor de uma “doutrina e de uma prática da objetividade que privilegie a contestação, a desconstrução, as conexões em rede e a esperança na transformação dos sistemas de conhecimento e nas maneiras de ver”. Para tanto, enfatiza a necessidade de buscar aqueles pontos de vista parciais – porque produzidos desde uma perspectiva e contextos específicos – que nos permitam “[...] a construção de mundos menos organizados por eixos de dominação” (Haraway, 1995, p. 24). Consonante com esta perspectiva crítica do conhecimento situado, a pesquisação se mostrou como um método

adequado para o Projeto GENgiBRe, pois possibilita o exercício de uma práxis investigativa emancipatória para todos os sujeitos envolvidos (Franco, 2005).

A Pesquisa-ação, tem sido utilizada, nas últimas décadas, de diferentes maneiras e com intencionalidades diversas, passando a compor um vasto mosaico de abordagens teórico-metodológicas. Proponho a utilizá-la no sentido dado pelo militante das causas sociais e sociólogo colombiano Orlando Fals Borda (2009, 2020), para quem a pesquisa-ação participativa é um processo que busca romper com a relação sujeito – objeto, como polos discordantes ou antagônicos; para estabelecer uma relação horizontal ou simétrica entre sujeita e sujeita ou sujeito e sujeito. Tal relação é traduzida num compromisso de construção de um contrapoder ou poder popular, visando produzir transformações sociais, políticas, econômicas e culturais fundamentais em benefício dos povos. No nosso caso, optamos por utilizar o termo “pesquisação”, sem hífen, para reafirmar a inseparabilidade entre pesquisa e ação, que marcou todo o processo de diálogo e produção do conhecimento entre as pesquisadoras, e destas com as agricultoras, ao longo do Projeto GENgiBRe, conforme proposto por Hillenkamp e Nobre (2018).

A antropóloga feminista Anna Tsing (2019, p. 129), que trouxe contribuições importantes na forma de compreender e analisar as relações que apreendi em campo, afirma que:

estamos continuamente desenvolvendo novas maneiras de aprender sobre os outros, ampliando nossas maneiras de viver e conhecer. Somos tão participantes quanto observadores; recriamos sensibilidades interespecíficas no que fazemos. Para além de apenas identificar os não humanos como um outro estático, aprendemos sobre eles e sobre nós mesmos em ação, por meio de atividades comuns.

Essa ideia de que aprendemos uns com os outros – inclusive com os outros elementos da natureza –, em ação, expressa muito bem o que significou colocar meu corpo, mente e coração no diálogo com as agricultoras e todas as pessoas – e outros seres – que atravessaram nossos caminhos durante o período em que fomos a campo. A pesquisação aqui empreendida é marcadamente comprometida com a busca pela transformação da realidade social a partir de uma perspectiva feminista, muito influenciada pela Marcha Mundial das Mulheres: um feminismo popular, que é construído a partir das experiências concretas das mulheres da classe trabalhadora, com todas as contradições que se impõem na realidade vivida cotidianamente; anticapitalista e antirracista, porque compreendemos que o capitalismo, o racismo e o patriarcado são parte do mesmo sistema de dominação, subordinação e exploração que sustentam e são sustentados pelo modo de produção capitalista.

Privilegiamos ecoar as vozes das agricultoras agroecológicas da Zona da Mata, envolvidas nas dinâmicas da agroecologia no contexto do enfrentamento aos conflitos ambientais. De

modo colaborativo, esta pesquisa envolve o diálogo com um coletivo de pesquisadoras feministas e um pesquisador¹¹, comprometidas com a produção de um conhecimento compartilhado, que contribua para a afirmação das mulheres, de suas experiências e lógicas específicas na construção de resistências às ameaças ao território. Para isso, busca ouvir atentamente as agricultoras, por serem sujeitas historicamente invisibilizadas, cujas vozes a pesquisa busca “ecoar” de forma prioritária. Ao mesmo tempo, para compreender as relações de gênero é necessário ouvir os homens que mantêm relações familiares e de trabalho com essas mulheres, como maridos e filhos em particular, mas também lideranças comunitárias e das organizações sociopolíticas nas quais as agricultoras estão envolvidas. Buscamos ouvir as histórias, percepções e as narrativas sobre como essas sujeitas e sujeitos enfrentam os problemas socioambientais e constroem respostas. Por este motivo, tecemos o diálogo estreito com as agricultoras e agricultores agroecológicos e lideranças organizadas em sindicatos ou coletivos informais, privilegiando o olhar das mulheres sobre os problemas socioambientais e as práticas de contestação e mobilização para a defesa de seus territórios.

Para que a pesquisa possa produzir reflexões qualificadas e inovadoras, que subsidiem a ação prática e os processos de mudança que se busca implementar, Costa *et al.* (2018) enfatizam a importância do apoio de agentes sociais, entidades ou instituições que atuem localmente. No caso da presente pesquisa, além do diálogo com as agricultoras agroecológicas e lideranças locais, foi envolvido um conjunto diverso de atores políticos pelo projeto GENgiBRe: pesquisadoras/es, organizações não governamentais como o CTA-ZM e movimentos sociais e sindicais. Essa posição de identificação com determinados atores no território e com a agroecologia como tema central da pesquisa, também colocou alguns limites para o acesso a determinadas pessoas e instituições, como agricultores favoráveis à mineração ou ao uso de agrotóxicos, gestores públicos e representantes de ONGs da conservação da biodiversidade, por exemplo. Em função disso, mobilizamos os diferentes perfis da equipe para realizar contatos e entrevistas, de modo a minimizar os efeitos de nossa posição e possibilitar o acesso à diferentes atores e seus pontos de vista sobre o território.

2.2 Projeto GENgiBRe: metodologias e práticas feministas de pesquisa e transformação social

11 Alair Ferreira de Freitas, Alessandra Bernardes Faria Campos, Clara Ferrari, Elisabeth Maria Cardoso, Hélène Guetat-Bernard, Héloïse Prévost, Irene Cardoso, Isabelle Guérin, Isabelle Hillenkamp, Larissa Mies Bombardi, Liliam Telles, Luana de Pádua Soares e Figueiredo, Maria Alice Fernandes Corrêa Mendonça, Miriam Nobre, Natália Santos Lobo, Roberta da Silva Leite Cardoso, Sarah Luiza de Souza Moreira, Sheyla Yusuka Saori.

O projeto GENgiBRe é uma pesquisação iniciada formalmente em março de 2021, envolvendo uma equipe franco-brasileira que reúne pesquisadoras, professoras/es universitárias/os, técnicas de organizações de assessoria da Zona da Mata Mineira e do Vale do Ribeira/SP e ativistas, que atuam no campo da agroecologia e do feminismo.

Coordenada por Isabelle Hillenkamp do Centre d'études en Sciences Sociales Sur les Mondes Africains, Américains et Asiatiques (CESSMA) do Institut de Recherche pour le Développement (IRD), na França, envolve pesquisadoras/es e membros de várias instituições: do laboratório Dynamiques Rurales da Universidade de Toulouse, na França; e da Universidade Federal de Viçosa (Departamento de Economia Rural e Departamento de Solos), do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) e da Sempreviva Organização Feminista (SOF) no Brasil. É financiada principalmente pela Agência Nacional de Pesquisa da França, tendo sua finalização prevista para agosto de 2025.

O projeto GENgiBRe, como pesquisação pretende produzir conhecimentos que contribuam para as lutas feministas e agroecológicas, na intersecção entre diferentes atores, como a universidade, a sociedade civil organizada e gestoras/es públicas/os. Conforme consta no Guia Metodológico, o projeto:

situa-se numa abordagem crítica do conhecimento como expressão de relações de poder; e numa concepção pragmatista do conhecimento como resultado de operações primeiramente práticas, que envolvem comunidades de pesquisadorxs, acadêmicxs e não acadêmicxs (Hillenkamp, 2025, p. 5).

Tem como objetivo “compreender a relação que agricultoras agroecológicas constroem com a “natureza” e o papel que esta relação pode desempenhar em seu engajamento em defesa do território e contra diversas formas de discriminação” (Hillenkamp *et al.*, 2025, p. 5). A pesquisação abrangeu coletivos de mulheres envolvidos na agroecologia e que enfrentam conflitos ambientais nos municípios de Simonésia, Divino e Acaiaca (Zona da Mata, MG) e de Barra do Turvo, Itaoca e Peruíbe (Vale do Ribeira, SP).

O projeto GENgiBRe¹² visa incidir em três níveis: teórico, empírico e epistemológico. Para capturar as dimensões e ambivalências da relação das mulheres com a natureza e apreender as diferentes escalas dos conflitos ambientais – inclusive as mais íntimas – e das respostas produzidas pelas agricultoras, a metodologia conjuga também três escalas de produção de conhecimento:

¹² Para mais informações sobre o Projeto GENgiBRe é possível consultar o website: <https://gengibre.org/> e o guia metodológico, no link <https://ird.hal.science/ird-03940375/file/2022-11-17-Guia-metodologico-completo-final-1.pdf>.

1. Escala 1 – dos espaços de trabalho e vida das agricultoras agroecológicas e das suas relações familiares e comunitárias.
2. Escala 2 – dos espaços de politização das agricultoras e das territorialidades construídas a partir dos seus processos de organização coletiva.
3. Escala 3 – dos espaços políticos (ou político-econômicos) mais amplos de construção dos territórios, onde as questões socioambientais que afetam as agricultoras agroecológicas são debatidas / disputadas (processos de regulamentação do Estado, ação de empresas, organização de movimentos sociais etc.).

Na epistemologia crítica e pragmatista, a pesquisa de campo e sua metodologia têm importância central no processo de construção e socialização do conhecimento (Hillenkamp, 2020); assim como a indissociação dos níveis micro e macrosociológicos (Barthe *et al.*, 2016). Por este motivo, a definição do método de pesquisa exigiu atenção especial da equipe, tendo sido realizadas uma série de reuniões entre março e junho de 2021, com um seminário ao final, para definição do itinerário metodológico que seria adotado. Após esse momento, foi realizado um campo piloto, onde as metodologias foram aplicadas, adequadas e então consolidadas. Nesse processo interativo, novas maneiras de pesquisar e produzir conhecimento foram criadas, com base em referências e metodologias existentes e já utilizadas no campo do feminismo, da agroecologia e da geografia humana, como o Mapa da Sociobiodiversidade (Cardoso *et al.*, 2019), o Rio da Vida (Cardoso *et al.*, 2024) e a Cartografia Social (Cardoso *et al.*, 2024; Campos; Marques, 2025), com perspectiva feminista, descritos mais adiante. Para abordar as distintas escalas de análise, foram propostos diferentes instrumentos, como o Etnomapeamento Feminista, o Rio da Vida do Território, a Cartografia Socioambiental Feminista, o Mapa Corpo-Território e a Caravana Agroecológica e Feminista, além da Entrevista Semiestruturada com interlocutores-chave, da Observação e da Pesquisa Documental.

A Figura 2, abaixo, extraída do capítulo 1 do livro “Raízes da resistência: construindo territórios feministas e agroecológicos no Brasil” elaborado por Alessandra Bernardes Faria Campos, Isabelle Hillenkamp e Héloïse Prévost (2025) sintetiza essa perspectiva transescalar e multidimensional da metodologia do Projeto GENgiBRe, cuja sistematização de informações foi a base para a elaboração desta tese:

Figura 2 - As 3 escalas da pesquisação GENgiBRe



Fonte: Campos; Hillenkamp; Prévost, (2025).

2.2.1. O Projeto GENgiBRe na Zona da Mata de Minas Gerais

Na Zona da Mata mineira a pesquisação foi realizada pelo CTA-ZM, em parceria com o IRD e a UFV. Além de compor a equipe com Roberta Cardoso, com a responsabilidade mais direta de execução das atividades do projeto, me dediquei a um processo de articulação, mobilização e costura com diferentes atores sociais da Zona da Mata, para construir o sentido político dessa pesquisação.

Realizei, em conjunto com outras pessoas da equipe, reuniões com as agricultoras do Movimento de Mulheres da Zona da Mata e Leste de Minas (MMZML), de Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (SINTRAF) dos municípios de Simonésia e Divino, dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) do município de Acaiaca, com a Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (Rede), o Movimento por Soberania Popular na Mineração (MAM), a Comissão Regional de Enfrentamento à Mineração da Serra do Brigadeiro (CREMSB), com um grupo informal de mulheres de Carangolinha de Cima, uma comunidade rural de Divino, que estavam mobilizadas para o enfrentamento à mineração; e com pesquisadoras/es da UFV, envolvidas/os nos temas da agroecologia e da mineração, especialmente dos departamentos de Solos, Economia Rural, Geografia e Ciências Sociais. Estas informações estão organizadas nas Tabela 2, 3 e 4 no Anexo I desta tese.

Desses diálogos foram selecionados os municípios de Acaiaca, Divino e Simonésia para participarem da pesquisa do GENgiBRe, em função da existência de processos organizativos formais e informais das agricultoras, do seu envolvimento com a agroecologia e interesse em participar da pesquisa, bem como da presença de conflitos socioambientais. A descrição desses municípios será realizada no capítulo 3, a partir do Rio da Vida elaborado com as agricultoras como uma das metodologias da pesquisa.

A indicação das agricultoras que seriam envolvidas não ocorreu previamente, como na definição de uma amostra de pesquisa para a extração de dados primários. Foi feita pelos próprios coletivos de mulheres com os quais dialogávamos nos municípios, na medida em que as atividades iam sendo realizadas. Após os primeiros Etnomapeamentos, ao se apropriarem das reflexões produzidas por cada metodologia, as agricultoras iam indicando – num processo coletivo de diálogo – as demais a serem envolvidas. Interagindo com essas indicações, delimitamos alguns pontos de atenção, para garantir um equilíbrio geracional, de identidade étnico-racial e de diversidade de cultivos e tipos de manejo adotados entre as agricultoras envolvidas, particularmente com as que faríamos os Etnomapeamentos. Assim como propõe Borda (2020, p. 197), os interesses dos atores locais e dos pesquisadores devem ser equilibrados a partir de uma interação comunicante e de “[...] um processo de diálogo e aprendizagem mútuo e de mútua confiança”.

Assim como evidenciou o caso apresentado no início deste capítulo, chamou a atenção o fato de que, em algumas circunstâncias, foram indicadas agricultoras que estavam bastante fragilizadas emocionalmente. Foi quando entendemos que a pesquisa era também um processo político de cuidado, através da qual os coletivos de mulheres poderiam reaproximar algumas agricultoras que estavam enfrentando conflitos no interior da família, nas relações comunitárias e as pressões de empresas e do Estado (órgãos públicos estaduais e municipais) relacionadas à atividade minerária.

Em MG, foi realizado o Etnomapeamento Feminista com 14 agricultoras na escala dos espaços de trabalho e de vida, sendo sete agricultoras no município de Simonésia, quatro agricultoras em Divino e três agricultoras em Acaiaca. Na escala dos processos de organização coletiva, organizamos encontros para a realização da Cartografia Socioambiental Feminista, do Rio da Vida e do Mapa Corpo – Território, nos quais contribuí com o processo de articulação e com a execução das metodologias. Em alguns casos, como na elaboração da Cartografia Socioambiental Feminista em Simonésia, foi necessário mais de um encontro com o grupo de agricultoras envolvido na pesquisa. Ao todo as metodologias coletivas envolveram 34

mulheres, sendo 14 agricultoras em Acaiaca, 7 agricultoras em Divino e 12 agricultoras e uma técnica de organização de assessoria em Simonésia.

Além dessas, também foram realizadas entrevistas com 3 atores chave em nível estadual (uma deputada estadual representante da Frente Parlamentar em Defesa da Agroecologia, Agricultura Familiar e Segurança Alimentar e Nutricional, uma representante de ONG da conservação da biodiversidade que atua no estado de MG e no município de Simonésia, um professor e uma doutoranda da UFV para abordar questões relacionadas às mudanças na legislação ambiental do estado); e realizada a observação participantes em diferentes atividades na Zona da Mata, e no nível estadual e nacional, como na audiência pública realizada pela CBA para o licenciamento ambiental de um projeto de expansão das atividades no território, nas reuniões e atividades da Comissão Regional de Enfrentamento à Mineração da Serra do Brigadeiro, em uma reunião da Articulação Mineira de Agroecologia sobre o tema da mineração e nas reuniões do GT Mulheres da ANA.

2.2.2. As metodologias do Projeto GENgiBRe e sua contribuição para a tese de doutorado

Conforme explicitiei anteriormente, essa tese é produto da análise de parte dos dados sistematizados da pesquisa do GENgiBRe, referentes à Zona da Mata mineira. Nesta seção apresentarei as metodologias adotadas para a produção dos dados, como o Etnomapeamento Feminista, o Rio da Vida do Território, a Cartografia Socioambiental Feminista, as Entrevistas Semiestruturadas com atores chave e a Caravana Agroecológica e Feminista. Todas as metodologias, incluindo os roteiros para a sua aplicação, estão compiladas e descritas no Guia Metodológico do projeto GENgiBRe (Hillenkamp, 2025), disponibilizado como um de seus resultados e, por este motivo, não serão incluídas em anexo. Partirei, portanto, de casos concretos vivenciados por mim em campo e sistematizados, para dar a dimensão de como as metodologias foram utilizadas e contribuíram para as análises ou para trazer novas questões para a reflexão.

O relato da vivência de uma de nossas visitas a campo para a realização do Etnomapeamento Feminista com a agricultora Girassol, no município de Simonésia, descrita no início deste capítulo, revela algumas questões orientadoras e posições metodológicas do Projeto GENgiBRe. Essa metodologia, que desenvolvemos coletivamente para o projeto GENgiBRe, tem como objetivo captar a percepção da agricultora sobre seus espaços de trabalho e de vida, como a organização do trabalho, os tipos de manejo realizados e os conhecimentos associados a eles. Também captamos as relações subjetivas que cada agricultora estabelece com

esses espaços para compreender, de maneira multidimensional, a relação com os diferentes elementos da natureza e seus posicionamentos em relação aos conflitos ambientais.

Iniciamos com uma Caminhada Transversal pelos espaços de trabalho e de vida da agricultora – incluída a cozinha, como forma de valorizarmos os conhecimentos e o trabalho socialmente invisibilizado associado a esse espaço; além de outros que podem estar fora da propriedade, como áreas arrendadas ou mesmo outras terras próprias em que se trabalha, áreas de mata, de nascentes ou de coleta de plantas medicinais, lenha, locais de trabalho comunitário, igreja etc.

Ao longo da Caminhada Transversal, íamos perguntando sobre os conhecimentos da agricultora a respeito de cada espaço, como os tipos de cultivo e de criação animal, as formas de manejo dos diferentes subsistemas (do solo, da água, das árvores, dos animais, de doenças nos cultivos etc.), as formas de comercialização dos produtos e outros aspectos. Também valorizamos os conhecimentos e práticas da agricultora sobre as formas de preparo dos alimentos, receitas culinárias e as práticas de seleção de sementes e outros materiais genéticos feitos na cozinha. Inspiradas por Patrícia Howard (2003), enfatizamos em nossa abordagem metodológica a importância da cozinha como espaço de produção e de reprodução social e biológica; e a relação entre a cultura alimentar e a preservação da diversidade de plantas e animais da socio e agrobiodiversidade, realizada por meio do trabalho das mulheres neste espaço.

Um roteiro de entrevista semiestruturada orientava as perguntas, sem qualquer rigidez, de modo que o diálogo fluísse ao longo da caminhada. Além da Caminhada Transversal, o Etnomapeamento Feminista também previu a realização de uma Entrevista com a agricultora e com um dos homens da família – que mantinha uma relação de trabalho com ela, geralmente o marido –, a aplicação de um Questionário e a elaboração de um Mapa da Sociobiodiversidade e da Divisão Sexual do Trabalho.

A Entrevista e o Questionário foram aplicados separadamente com cada agricultora, para criar um ambiente favorável à sua expressão e também com um homem da família que mantinha relações de trabalho com a agricultora (esposo ou filho, por exemplo) para captar a perspectiva masculina sobre as questões abordadas. Estas incluíam uma descrição da trajetória pessoal, envolvendo a história familiar, a relação com a terra e processos de organização sociopolítica; as funções desempenhadas e os conhecimentos e práticas agroalimentares associados; os processos de construção do conhecimento de que participam e a percepção sobre a relação com a natureza em interface com o uso do tempo e a divisão sexual do trabalho.

Estas metodologias têm sido bastante utilizadas pelas organizações do campo agroecológico desde o final da década de 1980, quando passaram a incorporar o Diagnóstico Rural Participativo (DRP) como método de planejamento em seus trabalhos (Faria; Neto, 2006). O DRP prevê um conjunto de técnicas, como observação, entrevistas semiestruturadas e diagramas – que se constituem como representações simbólicas de, pelo menos, quatro dimensões da realidade vivida: espaço, tempo, fluxos e relações (Conway, 1993).

O Mapa da Sociobiodiversidade foi inspirado nas metodologias do DRP e adaptado, incorporando uma perspectiva feminista para compreender a divisão social e sexual do trabalho na família (Cardoso *et al.*, 2019). Consiste na elaboração, pela agricultora, de um mapa do agroecossistema onde são desenhados todos os subsistemas (horta, lavouras, pomar, galinheiro, chiqueiro, mata etc.), as infraestruturas existentes (casa, poço, paiol, terreiro, estufa etc.) e listadas as espécies e variedades vegetais e raças de animais, para uma descrição da socio e agrobiodiversidade manejada e conservada pela agricultora. Após esse momento é feita a representação da organização do trabalho entre os diferentes membros da família – incluindo agregados, se for o caso – em cada subsistema, explicitando a divisão sexual do trabalho e do espaço no agroecossistema.

No caso da pesquisa do GENgiBRe, utilizamos os espaços de trabalho e de vida da agricultora – e não apenas o agroecossistema – como unidade de análise e incorporamos ao Mapa da Sociobiodiversidade a representação dos fluxos econômicos internos e externos ao agroecossistema e a reflexão sobre os tempos e afetos relacionados aos subsistemas, identificando os espaços em que a agricultora dispense mais tempo e que tem maior ou menor afetividade. Neste contexto, a elaboração do Etnomapa como parte da metodologia do Etnomapeamento permite captar a relação da agricultora com os espaços de trabalho e de vida e com os elementos da natureza, mediada pelo trabalho e pelos conhecimentos; perceber como as relações de gênero no âmbito intrafamiliar condicionam a autonomia ou as limitações das agricultoras para tomar decisões sobre o agroecossistema e a organização do trabalho. Além disso, permite identificar os fluxos econômicos, explicitando a dependência/autonomia de insumos e fatores externos, além dos conflitos socioambientais que podem ocorrer no nível local.

Na caminhada realizada junto à agricultora Girassol, em Simonésia, passamos por todos os espaços de trabalho e de vida importantes para ela: o terreiro, o galinheiro – que era parte de um projeto da filha para concluir o curso na Escola Família Agrícola Margarida Alves – a horta, as estufas para a produção de hortaliças, a área de produção de arroz e mandioca, as lavouras de café, o poço de peixe e as nascentes. Seu marido, Sol, foi apresentado por ela como o

principal responsável pelo trabalho na produção e esteve presente em toda a caminhada, a convite da agricultora. Ela explicou que ficava mais responsável por cuidar da casa e de pessoas doentes da família e que, por este motivo, hoje trabalha pouco na roça. Residiam ela, o marido e um filho, na propriedade. Sua filha, havia se mudado há pouco tempo para trabalhar no município vizinho, o que Girassol lamentou.

Com a presença do marido, Sol, nos dividimos entre a equipe, revezando-nos em conversas separadas para tentar captar a sua percepção e seus conhecimentos sobre cada espaço. Em alguns momentos dirigimos perguntas especificamente para a agricultora, mesmo que já tivessem sido respondidas pelo marido, explicitando a nossa intenção de ouvi-la. Neste caso particular, Sol acabou respondendo boa parte das perguntas sobre os manejos, tornando evidente as relações de poder implicadas ali, que se manifestavam na pouca participação de Girassol nas decisões e no trabalho nos espaços de produção. A área no entorno de casa, o quintal, era o espaço em que a agricultora tinha mais conhecimento e domínio, cheio de frutas, flores e plantas medicinais.

Após a caminhada, na entrevista com a agricultora, Girassol mencionou que desde pequena trabalhou muito na roça, casando-se com Sol quando tinha 17 anos. Ela explicou a dificuldade de acesso à terra pela família e os conflitos com o sogro que, segundo ela, “queria mandar em tudo” e que “demorou para ele [o sogro] aceitar tirar o café para pôr a casa. Era tudo muito complicado com ele”. A Entrevista com Sol foi realizada no fim do dia, e ele também mencionou as dificuldades com o pai. Relatou que, quando já estava casado, chegou a cultivar cerca de 11 mil pés de café num terreno cedido pelo seu pai “com muito custo”. Depois de 15 anos plantando neste local, com a lavoura produzindo bem, seu pai resolveu vender a terra, sem oferecer a Sol. Segundo ele, isso desestabilizou a família e Girassol começou a entrar em depressão.

Na entrevista realizada com Girassol, ela disse que depois disso, compraram um pedaço de terra de seu avô, onde chegaram a plantar nove mil pés de café, mas que “daí deu errado, não tinha mais dinheiro para comprar adubo” e o café não produziu bem. Finalmente, tiveram que vender uma parte da terra, por insistência de Girassol que argumentava que poderiam perder tudo o que tinham, para pagar o avô e o financiamento bancário. Essas informações, bastante sensíveis, foram relatadas por ambos em suas entrevistas, o que possibilitou consolidarmos a informação pela triangulação dos dados; para Girassol, este também pareceu ser um momento de desabafo, o que foi possível por nossa posição metodológica feminista de realizar as entrevistas em separado.

Durante a caminhada, Girassol e seu marido também mencionaram três importantes conflitos que vivenciam na comunidade: a escassez de água em função do desmatamento e de queimadas, o uso intensivo de agrotóxicos e a mineração. Na lavoura de café, ao subirmos na parte mais alta do terreno, vimos as terras desse proprietário desmatadas e com grandes instalações de um terreiro e secador de café. Todos esses conflitos foram relacionados por ambos, em alguma medida, à concentração de terras da comunidade nas mãos de um fazendeiro a partir da década de 2000.

Segundo Girassol, o fazendeiro também adquiriu uma terra vizinha deles entre 2008 e 2010 e, assim como fez com outras áreas, queimou e desmatou para plantar pasto e começou a drenar os brejos. Isso impactou diretamente na redução da quantidade de água para o abastecimento de sua família e de outras da comunidade. Com isso, a agricultora relata que houve uma mobilização na comunidade, com uma denúncia no ministério público, o que inibiu a ação do fazendeiro até, pelo menos, 2017 a 2019. Nesse período, segundo a agricultora e seu marido, com a alta do preço do café o desmatamento e as queimadas voltaram a ser feitas pelo proprietário sem que houvesse alguma fiscalização, apesar das denúncias.

Girassol menciona que, na comunidade, há rumores de que este proprietário também receba um ou dois salários da mineradora Curimbaba, pelo arrendamento de áreas demarcadas para a mineração. Esse tipo de relato é realizado por várias agricultoras em diferentes comunidades do município de Simonésia (como será visto no capítulo 5). Outro problema citado pela agricultora foi o uso de agrotóxicos, que ocorre pelo cultivo de café em sistema de monocultura em todo o município e, particularmente nesta comunidade, pela produção de tomate que é comercializada em Caratinga, município vizinho, na Central de Abastecimento de Minas Gerais S.A. (CEASA Minas). Também foi citado durante a Caminhada Transversal, o uso de um produto que eles chamam de “Mata Mato Orgânico” ou “natural” (ver capítulo 4, sobre agrotóxicos) comercializado na região como uma alternativa ao Round-up. Este relato também foi feito por outras agricultoras no município de Simonésia e em Divino, possibilitando a triangulação de informações sensíveis para consolidar tais dados. A opção metodológica da pesquisa e de realizar a Caminhada Transversal, favoreceram o estreitamento da relação de confiança criada com elas, num ambiente em que elas se sentiram seguras.

Após termos realizado a Caminhada Transversal pelos espaços de trabalho e vida da agricultora, normalmente no turno seguinte era realizada a elaboração do Mapa da Sociobiodiversidade e da Divisão Sexual do Trabalho. Conforme explicam Campos, Hillenkamp e Prévost (2025), o mapa – ou etnomapa no projeto GENgiBRe – é uma metodologia já utilizada nos movimentos agroecológico e feminista (Cardoso *et al.*, 2019) e

materializa uma representação visual muito poderosa da perspectiva das agricultoras. O desenho do mapa era acompanhado de algumas perguntas sobre os locais em que a agricultora fica mais tempo, como trabalha, onde e como decide sobre o que será plantado etc. Sabíamos que a elaboração de um mapa pode exercer uma pressão sobre as agricultoras, mas experiências anteriores – no contexto de uso da metodologia da Caderneta Agroecológica – evidenciaram a ampliação da percepção das agricultoras sobre a diversidade de sua produção, o trabalho e riqueza gerada por elas.

Para minimizar a ansiedade das agricultoras, explicamos a intenção do trabalho e acordamos entre nós da equipe a importância de dar o tempo que elas precisassem para começar os primeiros traços do desenho. Também disponibilizamos lápis e canetinhas de cores variadas para que elas pudessem expressar sua criatividade. Em geral este é um momento em que as crianças também se envolvem, colorindo o desenho e opinando sobre os elementos que aparecem no mapa. Com a permissão das agricultoras, fotografamos, anotamos e registramos as informações prestadas por elas minuciosamente em todas as etapas do Etnomapeamento Feminista e demais atividades.

A elaboração do mapa, no caso de Girassol, se iniciou na parte da tarde do primeiro dia do trabalho. No início, como de costume, foi mais difícil. A agricultora achou que não conseguiria fazer essa representação. Nossa equipe e Orídia, liderança do SINTRAF que estava acompanhando a visita, sugeriu que começasse pelos locais mais importantes para ela, que havíamos visitado na parte da manhã. Reforçamos que ela podia desenhar os espaços da forma como enxergava, sem se preocupar com as escalas ou localização exata. Girassol começou a fazer do seu jeito e, na medida em que o desenho tomava forma, fez questão de desenhar as árvores, plantas e animais com bastante detalhes. Ao final do dia, ela afirmou ter gostado do resultado. À noite, demonstrando a importância de compartilharmos o trabalho doméstico, contribuímos com o preparo do jantar e com a organização e limpeza da cozinha, enquanto conversávamos com Girassol e Sol.

No segundo dia, retomamos o desenho do mapa pela manhã. Este momento consistia na reflexão sobre a divisão sexual do trabalho e as relações de poder na família: a organização do trabalho, com estimativas sobre a quantidade de trabalho despendida por cada membro da família e o poder de decisão nos diferentes espaços. Assim como em encontros anteriores com as agricultoras, esta etapa da elaboração do mapa foi muito impactante para algumas mulheres, pois trouxe à tona a sua sobrecarga de trabalho e a falta de autonomia para tomar decisões. Diante disso, Girassol começou a chorar. Sua mãe e irmã haviam chegado em sua casa e valorizaram seu desenho, mas ela solicitou que encerrássemos a atividade. Respeitando os

Figura 4 - Mapa elaborado por Primeira Dama, agricultora de Divino (2022)



Fonte: Acervo GENgiBRe (2022).

As setas coloridas representam os fluxos econômicos internos de autossuficiência na produção de insumos aproveitados nos subsistemas (setas laranjas) ou da produção de alimentos para o autoconsumo da família (setas amarelas); e externos, como as relações de reciprocidade (setas vermelhas), a relação com os mercados (setas azuis) e as relações de redistribuição com o Estado ou outras instituições que atuam no território (setas verdes).

Esse conjunto de fluxos observados no mapa acima, distinguem os tipos de relações econômicas ou os princípios de integração econômica, desde a noção substantiva de economia (Polanyi, 2000). Também materializam a perspectiva da economia feminista crítica – que compreende a economia como o conjunto de atividades necessárias para a sustentação da vida (Pujol, 1992; Carrasco, 1999; Faria, 2009; Pichio, 2012; Orozco, 2012; Faria; Moreno, 2012; Moreno; Nobre, 2020) – incluindo todas as atividades não mercantis como parte da economia. Esse exercício realizado de maneira dialógica com as agricultoras, contribui para visualizar a complexidade e a importância dos saberes e do trabalho delas no agroecossistema. Também explicita a importância dos espaços manejados por elas, em geral em áreas menores e marginais às áreas de produção de *commodities*, para a sustentação da família e da comunidade.

2.2.3. As metodologias coletivas da pesquisa do GENgiBRe

Na segunda escala da pesquisa – dos processos de organização coletiva das agricultoras – foi envolvido um conjunto maior de mulheres na Zona da Mata mineira, conforme a Tabela 1, abaixo:

Tabela 1 - Quantidade de agricultoras envolvidas por município nas atividades de escala 2

Municípios	Cartografia	Rio da vida	Corpo-território
Acaiaca	14	14	13
Divino (Carangolinha)	7	5	6
Simonésia	12	12	10
Total	33	31	29

Utilizamos três metodologias coletivas complementares, o Rio da Vida do Território, a Cartografia Socioambiental Feminista e o Mapa Corpo – Território para construir conhecimentos relativos aos conflitos socioambientais no território e as formas de organização, resistência e respostas das agricultoras – em suas dimensões de tempo, espaço e corpo.

O território foi definido por elas, a partir de escalas de análise que, em geral, refletiam a escala de atuação política das suas organizações. No caso de Simonésia e Acaiaca o território delimitado para a aplicação das metodologias foi o município; e no caso de Divino, a comunidade de Carangolinha de Cima. Esses momentos foram importantes para trazer algumas questões, que apareciam nos Etnomapeamentos Feministas, para uma reflexão coletiva com as demais agricultoras envolvidas na pesquisa e suas organizações.

O Rio da Vida do Território é uma representação gráfica da história do território contada pela perspectiva das agricultoras agroecológicas, explicitando os “problemas” socioambientais e as respostas construídas por elas, em particular a partir da agroecologia. A metodologia se inicia com uma dinâmica de concentração para mobilizar a memória das agricultoras desde a infância, evidenciando os problemas socioambientais e as respostas que marcaram suas trajetórias individuais e coletivas. Essas memórias vão compondo o Rio da Vida do Território a partir da representação em tarjetas pelas agricultoras, de acordo com o período em que aconteceram (Hillenkamp *et al.*, 2025). Assim vai sendo tecida a trajetória do território na perspectiva das mulheres.

Os problemas socioambientais envolvem não apenas os conflitos coletivos e mais politizados, mas também aqueles percebidos e vivenciados individualmente pelas agricultoras, no interior da família ou na relação com vizinhos na comunidade, e muitas vezes invisibilizados.

Do mesmo modo, as respostas incluem os processos coletivos mais amplos de mobilização e luta, mas também práticas não politizadas que acontecem no nível individual.

Em síntese, a representação do Rio da Vida do Território possibilita compreender, de modo relacional, as mudanças no contexto do território, as histórias pessoais e os processos coletivos organizados pelas mulheres agricultoras. A metáfora do rio possibilita representar as nascentes, os afluentes, as curvas, obstáculos e possíveis retrocessos dessas histórias, contribuindo para uma perspectiva dinâmica – não linear – da história do território, como será visto no capítulo 3 (Hillenkamp *et al.*, 2025).

A Cartografia Socioambiental Feminista é uma metodologia que busca fazer uma representação espacial, no momento atual, dos problemas ou conflitos socioambientais e das respostas construídas no território, na perspectiva das agricultoras, inclusive aquelas que podem estar invisibilizadas. A reflexão realizada durante a construção do mapa da cartografia produz conhecimentos emancipatórios, pois permite perceber as formas específicas de como os problemas socioambientais afetam as mulheres e ajudar a identificar possibilidades de ação (Hillenkamp *et al.*, 2025).

O Mapa Corpo – Território consiste num mapa construído pelas agricultoras em um papel em branco, utilizando o corpo de uma delas como molde, para representar a relação vivida com o território. A atividade se inicia com uma mentalização guiada por uma das pesquisadoras para que as agricultoras possam se conectar com seus corpos, sentido cada parte, em conexão com o território. Após esse momento, as agricultoras passam a relatar, por meio de tarjetas, a forma como sentem em seus corpos os impactos socioambientais e as respostas que constroem no território. Também é feita uma reflexão sobre como as dinâmicas de gênero condicionam os problemas e as respostas socioambientais produzidas por elas. Como exemplo, na construção do mapa as agricultoras relataram a forma como os agrotóxicos afetam sua saúde física (desenvolvimento de alergias, dores de cabeça, enjoos etc.), mas também a sua saúde emocional e psicológica, manifestada por aspectos imateriais, como o medo e preocupação que sentem cotidianamente (Hillenkamp *et al.*, 2025).

Estas metodologias adotadas na pesquisa do projeto GENgiBRe possibilitavam ao mesmo tempo a construção coletiva de conhecimento com as agricultoras, com a produção de dados e a realização de reflexões críticas sobre a realidade, onde surgiam também possibilidades de pensar ações futuras. Durante um dos Etnomapeamentos em Simonésia, a liderança do SINTRAF que nos acompanhava, mencionou que a forma como defendia o território do uso de agrotóxicos pelo seu marido, era se recusando a trabalhar com ele na lavoura se essas substâncias fossem utilizadas. Esse caso será melhor abordado no capítulo 4, que trata da

problemática dos agrotóxicos, mas foi por meio das metodologias coletivas que essa questão foi compartilhada com as demais agricultoras e pudemos perceber que este não era um caso isolado.

Outras mulheres, inclusive de outros municípios, também mencionaram a mesma estratégia de se recusar a trabalhar, a fazer ou levar comida para seus maridos e filhos na lavoura, caso utilizassem sementes transgênicas ou agrotóxicos. Ao mesmo tempo, as discussões realizadas durante a elaboração do Mapa Corpo – Território evidenciaram que o uso dessas substâncias era motivo de tensões constantes na relação intrafamiliar e afetava física, psicológica e emocionalmente as mulheres. Em vários casos, as agricultoras também relataram que deixaram de ir na lavoura em função do uso de agrotóxicos e que isso resultou na perda da autonomia delas sobre o agroecossistema e sobre a forma e o que cultivar.

O Mapa Corpo – Território, ao abordar a relação vivida pelas agricultoras com o território através do seu corpo, possibilitou captar “o continuum das violências de gênero – desde a violência patriarcal (familiar, doméstica, etc.) até as violências contra as mulheres como grupo social – como expressão das lógicas agro-extrativo-capitalistas” (Hillenkamp *et al.*, 2025) e, ao mesmo tempo, como as respostas produzidas pelas mulheres também são marcadas pelas dinâmicas de gênero e pela divisão sexual do trabalho.

O Rio da Vida também trouxe elementos importantes para a reflexão e politização do debate das mulheres sobre suas lutas e resistências, e sobre as respostas que elas foram construindo pela agroecologia. As mulheres refletiram sobre como o território vai sendo modelado/produzido a partir da interação de diferentes instituições em diferentes períodos e escalas – por exemplo como o programa de intensificação da produção do café implementadas pelo governo federal na década de 1970, ou a elevação do preço do café no mercado internacional nos anos 2000, alteraram o modelo de produção na Zona da Mata; e como os processos de organização articulados por elas, também em diferentes escalas, foram fundamentais para produzir as resistências e respostas. Como citado anteriormente, essa metodologia será melhor descrita no capítulo 3, que trata da construção do território na perspectiva das mulheres. Contudo, a situação vivenciada por uma das agricultoras e liderança do SINTRAF em Simonésia é bastante ilustrativa das questões provocadas pela metodologia.

Durante a realização do Rio da Vida em outubro de 2021, uma das agricultoras explicou que foi no início dos anos 2000 que houve um novo momento de ampliação do cultivo de café, e conseqüentemente do uso de agrotóxicos no município e região. Essa informação foi corroborada pelas agricultoras do município de Divino, alguns meses mais tarde, quando da realização do Rio da Vida na comunidade de Carangolinha de Cima, em maio de 2022.

Enquanto seguia a discussão entre as agricultoras, para tentar entender os motivos que levaram a essa intensificação no modelo de cultivo de café no território, a agricultora mencionou uma situação que havia vivenciado nesse período em sua comunidade, em que cozinhou para os homens agricultores e técnicos que participavam de um curso oferecido pela EMATER sobre o cultivo de café. Nesse momento ela se mostrou surpresa, ao tomar consciência do que aquele momento representava: em um só tempo, a sua subordinação de gênero e a subordinação dos agricultores homens ao modelo de produção capitalista, com uso intensivo de agrotóxicos.

Esse relato, assim como o de outras agricultoras sobre a forma como a mineração chega no território, também reforçou a necessidade de uma abordagem das masculinidades – como as masculinidades marginalizada e cúmplice (Connel, 1995) e a masculinidade provedora - industrial (Hultman; Pulé, 2018) e ecomoderna (Hultman; Pulé, 2020) – para analisar as dinâmicas de gênero na penetração da lógica extrativista no território. Desse modo, orientou a pesquisa para o aprofundamento de novas perguntas.

A Cartografia Socioambiental Feminista foi um exercício interessante de reflexão das agricultoras sobre o território e mostrou o seu conhecimento sobre as comunidades, particularmente sobre os conflitos ambientais e as respostas relacionadas à cultura popular (existência de benzedadeiras, parteiras, manifestações culturais locais como o congado, folia de reis, encomendação das almas etc.) e à agroecologia (envolvendo também as práticas de conservação e restauração ambiental, tecnologias sociais de saneamento rural). Essa metodologia foi aplicada em um ou mais encontros em cada município, junto aos coletivos de agricultoras envolvidos na pesquisa. As figuras 5 e 6 abaixo ilustram alguns momentos de sua aplicação, respectivamente nos municípios de Acaiaca e Divino.

Figura 5 - Encontro para a realização da Cartografia Socioambiental Feminista em Acaiaca (2022)



Fonte: Acervo GENgiBRe (2022).

Figura 6 - Cartografia Socioambiental Feminista em Divino (2022)



Fonte: Acervo GENgiBRe (2022).

No município de Divino, além de utilizar uma imagem de satélite como base para a cartografia, atendendo à sugestão de uma das agricultoras envolvidas na atividade, também foi possível acessar o Google Earth e fazer aproximações nas imagens, inserir pontos de referência das informações que estavam sendo fornecidas pelas mulheres presentes, como se observa na Figura 7, abaixo.

Figura 7 - Uso do Google Earth com as agricultoras para qualificar as informações da Cartografia Socioambiental Feminista (2022)



Fonte: Acervo GENgiBRe (2022).

Contudo, após concluído esse mapeamento bastante detalhado na escala da comunidade, em diálogo com as agricultoras, avaliamos que essas informações são muito sensíveis para se tornarem públicas, especificamente em função do contexto de ameaça pela mineradora. Mais elementos sobre essa problemática estão sendo abordados no capítulo 5 desta tese. Por este motivo, compreendendo os riscos associados a este material e o que poderiam representar para as agricultoras individualmente e para o processo organizativo da comunidade, acordamos que esse material não seria utilizado para fins de divulgação do projeto ou de publicações posteriores. O documento foi entregue para as agricultoras para seu uso próprio, caso tenham interesse para seus processos organizativos na comunidade.

Figura 8 - Cartografia Socioambiental Feminista em Simonésia (2022).



Fonte: Acervo GENgiBRe (2022).

Para a elaboração da Cartografia Socioambiental Feminista em Simonésia (Figura 8, acima), foram realizados quatro encontros, sendo os três primeiros para construir a representação do território e o último para apresentar o resultado final dos mapas produzidos. No primeiro encontro, após um cochicho entre as agricultoras, uma das duplas mencionou que a existência de benzedeiras, parteiras e de manifestações religiosas e da cultura popular nas comunidades eram importantes para o fortalecimento da identidade da agricultura familiar e como forma de resistência à mineração e ao uso de agrotóxicos. As reflexões que se seguem evidenciam a forma como a pesquisa é pesquisa e ação ao mesmo tempo, pois transforma percepções a partir de uma visão crítica da realidade.

Nesse momento, sentindo-se segura para falar, outra agricultora assumiu, pela primeira vez perante o grupo, que era benzedeira. Ela fez um relato sobre sua ancestralidade Puri, vinda de sua avó que, segundo ela, “foi pega no laço¹³ [...] e viveu em cativeiro por 12 anos”. O termo “pega no laço” se refere “à forma pela qual mulheres indígenas foram capturadas, torturadas, laçadas, amarradas e ‘amansadas’ por colonizadores” (Anaquiri, 2018, p. 752). Ela também

13

relatou situações de violência sofridas pela avó pelo fato de ser indígena Puri e que, por este motivo tinha medo de assumir sua ascendência. Segundo a agricultora, seu pai sempre disse que “tem coisa na vida da gente que não pode revelar”, referindo-se à identidade indígena.

Neste momento foi feita uma reflexão coletiva, quando outras agricultoras reconheceram serem descendentes dos Puri e lembraram histórias contadas pelos “mais antigos” (pessoas mais velhas) relacionadas a algumas comunidades (Comunidades São Vicente, São Pedro, Belisário, Santa Efigênia e São Brás). No diálogo com as agricultoras, explicamos que o silenciamento da identidade Puri foi uma estratégia de sobrevivência desta etnia indígena, em função das violências sistemáticas que sofreu desde o período colonial. Como evidência da importância deste debate, citamos o processo de etnogênese de agricultoras e agricultores familiares que passaram a se identificar como Puri ou descendentes de Puri na Zona da Mata; e a elaboração da tese de doutorado de Clara Ferrari, servidora pública vinculada à FUNAI e uma das pesquisadoras do Projeto GENgiBRe, sobre este tema. Deste modo, a metodologia possibilitou que as agricultoras se reconhecessem mutuamente, formando uma histórica coletiva do território; ao mesmo tempo em que, ao trazer dados sobre a etnogênese Puri, permitiu à equipe da pesquisa situar a experiência das agricultoras, até agora vivenciadas apenas de forma individual, num processo coletivo de afirmação identitária.

Concordando com minha afirmação e enfatizando a importância do reconhecimento das identidades étnico-raciais como forma de resistência, as agricultoras deram o exemplo da comunidade Córrego dos Belisários no município, que está em processo de autorreconhecimento como remanescente de quilombo. Este foi um momento de inflexão na trajetória de vida da agricultora que iniciou essa discussão ao se reivindicar benzedeira e Puri: a partir daí, ela passou a se reconhecer publicamente como Puri em diferentes espaços, afirmando a influência da ancestralidade indígena nos seus saberes e práticas. Essa passagem evidencia o caráter emancipatório da pesquisa, cujo processo de construção coletiva do conhecimento possibilitou a reflexão crítica das agricultoras e pesquisadoras para transformar a realidade.

Durante o Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2022, a agricultora citada acima foi a única pessoa do município que se autodeclarou como Puri. Ao proteger os direitos de povos indígenas e tribais, assim como PCTs, instrumentos jurídicos internacionais como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), têm sido mobilizados para a proteção de territórios ameaçados por projetos extrativistas, como a mineração e o agronegócio. Por este motivo, a afirmação das identidades de

comunidades remanescentes de quilombos e de povos indígenas tem sido uma estratégia de resistência e defesa dos territórios adotada por organizações e movimentos sociais no Brasil.

2.2.4. Metodologias utilizadas em escalas mais amplas de construção dos territórios

Para ampliar nossa capacidade de leitura e a compreensão sobre as relações de poder, particularmente de gênero, que condicionam os conflitos socioambientais e as resistências e configuram o território, adotamos três instrumentos de observação dos “espaços de construção do território”, que foram utilizados de forma complementar: Entrevistas Semiestruturadas, Observação e Análise Documental.

As Entrevistas Semiestruturadas foram realizadas com diferentes atores chave: uma parlamentar, gestores públicos municipais do município de Simonésia (prefeita e secretário municipal de agricultura) e do município de Divino (presidenta da câmara de vereadores), um professor universitário e uma doutoranda da UFV, um morador local e guia turístico do Parque Estadual da Serra dos Puri, uma representantes de organização não governamental do campo agroecológico, uma representante de organização não governamental do setor de conservação da biodiversidade.).

A Observação foi realizada em espaços institucionais, como uma audiência pública realizada pela CBA em Muriaé, como uma etapa do licenciamento ambiental (que será abordada com mais detalhes no capítulo 5), uma reunião das comunidades do entorno com a gestora do Parque Estadual da Serra dos Puri, uma reunião da Comissão Regional de Enfrentamento à Mineração da Serra do Brigadeiro e em uma reunião da Articulação Mineira de Agroecologia sobre o tema da mineração. Além disso, foi realizada uma reunião com pesquisadores e lideranças de movimentos sociais sobre a questão mineral no Vale do Ribeira e na Zona da Mata.

A Análise Documental de artigos de imprensa, vídeos, podcasts, webinars, mobilizações de movimentos sociais, documentos de referência do campo agroecológico, da legislação ambiental estadual e federal e projetos de lei que as alteram também foi realizada. Em conjunto, estes instrumentos possibilitaram contextualizar as outras informações produzidas com as agricultoras na pesquisa, para uma maior compreensão dos diferentes fatores que incidem sobre a construção do território e de como interagem com o trabalho e a vida das agricultoras agroecológicas no nível local, com seus processos de organização e condicionam a sua relação com a natureza (Hillenkamp, 2025).

Além disso, realizamos duas Caravanas Agroecológicas e Feministas, sendo uma na Zona da Mata e outra no Vale do Ribeira. As Caravanas Agroecológicas consistem em percorrer um

território, por meio de uma rota definida previamente, por onde são visitadas experiências que expressem os anúncios e denúncias daquele contexto. Após cada visita, em geral, são organizados os momentos de partilha ou rodas de conversa onde as pessoas participantes compartilham as reflexões e percepções mobilizadas pela experiência vivida. São metodologias emancipatórias, orientadas pelos princípios da educação popular, que possibilitam promover o diálogo de saberes e a participação ativa dos sujeitos envolvidos na reflexão e transformação de sua realidade (Zanelli; Barbosa; Cardoso, 2021).

As Caravanas Agroecológicas e Feministas (Caravanas) realizadas na pesquisa do GENgiBRe foram inspiradas nas experiências anteriores realizadas pelo movimento agroecológico, incorporando a perspectiva feminista em todo o processo.

A Caravana na Zona da Mata teve a duração de 6 dias, no período de 12 a 17/07 do ano de 2022, envolvendo agricultoras/es e suas organizações, movimentos sociais, ONGs, instituições de ensino, pesquisa e extensão atuantes no território e 6 agricultoras e 2 técnicas do Vale do Ribeira/SP. Foi dividida em duas rotas que percorreram 6 municípios do território (Simonésia, Divino, Araponga, Muriaé, Viçosa e Acaiaca). No último dia da Caravana as agricultoras do Vale do Ribeira/SP e técnicas da SOF, também fizeram uma visita guiada em Ouro Preto, situada no caminho para o aeroporto de Confins. Nesta visita puderam conhecer a história violenta da colonização dessa região de Minas Gerais, assentada na mineração e na escravidão, e que criou as bases para o processo de colonização da Zona da Mata.

A Caravana teve diferentes objetivos, como reconhecer e dar visibilidade às injustiças e conflitos socioambientais nos territórios e as respostas que as agricultoras agroecológicas têm construído a partir do seu trabalho, da produção agroecológica, da educação e da valorização da sua cultura e identidades étnicas. Para a pesquisa do projeto GENgiBRe e, em particular, para a elaboração desta tese, a Caravana teve como objetivo criar espaços coletivos de diálogo e acessar determinados atores, como aqueles envolvidos na gestão do Parque Estadual da Serra dos Puri, por exemplo, e que não teria sido possível com as outras metodologias de pesquisa. Assim, ao explicitar as posições dos diferentes atores, foi possível compreender as relações de poder envolvidas nos conflitos socioambientais no território.

Na Zona da Mata a Caravana abordou os conflitos socioambientais decorrentes do modelo de produção de café como *commodity* e da mineração de bauxita, além das respostas produzidas pelas agricultoras e suas organizações, com foco na agroecologia. Contou com a participação de cerca de 50 agricultoras e técnicas que percorreram as rotas, além de cerca de 50 pessoas que se envolveram nas atividades nos municípios que receberam a Caravana. A Figura 9, abaixo

ilustra o momento de encerramento da Caravana em Viçosa/MG, na Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Figura 9 - Momento de encerramento da Caravana Agroecológica e Feminista na Zona da Mata - Viçosa/MG



Fonte: Acervo GENgiBRe (2022).

Na Zona da Mata mineira, desde o momento de articulação inicial – que denominamos como “Abre Caminho” – as rotas, a metodologia e os conteúdos foram definidos e alinhados no diálogo entre a equipe da pesquisa do GENgiBRe e as agricultoras e organizações parceiras envolvidas, para construir os sentidos dessa ação. Dividindo-se em duas rotas, foram realizadas visitas às experiências agroecológicas protagonizadas por mulheres e às suas organizações, como ilustram as Figuras 10 e 11, abaixo.

Figura 10 - Visita à Comunidade de Carangolinha de Cima, município de Divino/MG, durante a Caravana Agroecológica e Feminista na Zona da Mata mineira (2022)



Fonte: Acervo GENgiBRe (2022).

Figura 11 - Momento de culminância da Caravana Agroecológica e Feminista na universidade Federal de Viçosa, Zona da Mata - MG (2022)



Fonte: Acervo GENgiBRe (2022).

A abordagem territorial da Caravana também permitiu compreender as ameaças ou os conflitos socioambientais no território na perspectiva das mulheres, particularmente relacionados ao uso intensivo de agrotóxicos, à mineração e à relação com o Parque Estadual da Serra dos Puri. Alguns meses após a realização da Caravana na Zona da Mata, foi realizada a Caravana no Vale do Ribeira, possibilitando o intercâmbio entre os dois territórios e a identificação de questões comuns. A metodologia das Caravanas Agroecológicas e Feministas está descrita no Guia Metodológico do projeto (Hillenkamp, 2025).

2.3 Considerações Finais

Como buscamos evidenciar, as metodologias adotadas na pesquisa do projeto GENgiBRe, possibilitaram um processo educativo e criativo de co-construção de conhecimentos e espaços seguros para que as mulheres trouxessem questões sensíveis, evidenciando a importância de sua ação em diferentes escalas: desde a escala mais pessoal da relação intrafamiliar, das relações comunitárias, de seus processos organizativos nos municípios e a incidência em espaços mais amplos de articulação.

Também possibilitaram captar, em alguma medida, a percepção dos homens sobre os conflitos socioambientais e sobre as possíveis respostas. Destas entrevistas, foi central perceber a relação entre as masculinidades e a forma como os projetos extrativistas, particularmente a mineração e os agrotóxicos – e outros insumos químicos externos do modelo agroexportador de *commodities* –, se instalam no território: pela interlocução “com” e “entre” os homens (agricultores, técnicos, empresários, agentes financeiros etc.).

Os dados sistematizados, produzidos com as agricultoras – e alguns agricultores –, a partir dessas metodologias foram a fonte principal para a elaboração desta tese. A cada metodologia realizada, era feito um trabalho de sistematizar as anotações de campo e as respostas às entrevistas e questionários. Com o auxílio de gravações, autorizadas previamente pelas pessoas envolvidas, sistematizamos na íntegra algumas citações que elucidam determinadas situações relatadas ou vivenciadas em campo. Em reuniões de equipe realizadas sistematicamente entre 2021 e 2023, orientadas pelo Círculo de Cultura (Freire, 1967) compartilhávamos as principais questões que apareciam em campo para que, coletivamente, fôssemos construindo reflexões e análises. Estas foram compartilhadas com as agricultoras em diferentes momentos coletivos e, desse modo, fomos construindo sínteses analíticas e encaminhamentos políticos.

Produzimos, portanto, um conhecimento comprometido com as agricultoras agroecológicas, atores sociais historicamente marginalizados e com as organizações populares do território. Essa forma de produzir conhecimento é parte de um posicionamento científico e

de uma perspectiva crítica do conhecimento situado, dos saberes localizados (Haraway, 1995), coerente com as epistemologias feministas adotadas nessa pesquisa. Desse modo, seguimos produzindo as condições para a transformação social; e, uma parte desse processo de reflexão e construção coletiva, busco refletir nessa tese.

Capítulo 3 – Os Rios da Vida de três municípios da Zona da Mata pelo olhar das agricultoras na agroecologia

A trajetória dos territórios em que trabalhamos no Projeto GENgiBRe foi construída por meio da tessitura de um Rio da Vida, metodologia que adaptamos para os objetivos da pesquisa. No caso da Zona da Mata, em alguns momentos as histórias dos municípios de Acaiaca, Simonésia e da comunidade de Carangolinha de Cima, no município de Divino se entrelaçam, muitas vezes em um tempo – espaço diferente, como afluentes cujas águas se misturam ao encontrar o rio principal. Contudo, por uma questão de fluidez na organização do texto, os Rios da Vida desses três territórios serão apresentados de forma individual, a seguir.

3.1. Divino – comunidade de Carangolinha de Cima

A memória mais antiga mobilizada na elaboração do Rio da Vida veio do município de Divino, em que cinco agricultoras agroecológicas participaram da construção da metodologia, a partir da comunidade de Carangolinha de Cima, em maio de 2022, como ilustra a Figura 12, abaixo.

Figura 12- Construção do Rio da Vida da Comunidade Carangolinha de Cima, município de Divino-MG



Fonte: Acervo GENgiBRe (2022).

As agricultoras contaram as histórias de seus antepassados e afirmaram que uma grande parte das famílias da comunidade veio de municípios próximos, por terem conseguido comprar algum pedaço de terra ali. Informações sistematizadas no Protocolo Biocultural de

Carangolinha de Cima dão conta de que a comunidade se constituiu como tal a partir de 1930, mas que antes o local já era ocupado por membros da etnia indígena Puri.

Contaram que há muitas histórias na comunidade sobre os Puri, inclusive que os fazendeiros colocavam cachaça, rapadura e fumo como uma armadilha para atraí-los para Carangolinha. Assim, pela dependência do álcool e do tabaco, conseguiam explorar a mão-de-obra para os trabalhos nas fazendas. Contaram também sobre os saberes ancestrais de origem Puri, como a prática das parteiras de curar umbigo de crianças recém-nascidas com azeite de mamona e fumo. Num dado momento, as agricultoras fizeram uma reflexão de que os negros da comunidade têm mais traços indígenas, e Eulália afirmou que “os escravos daqui era índios”. Elas mencionam uma família reconhecida como de ascendência Puri, cuja casa exibia traços da cultura indígena: era baixinha, barreada, diferente.

Outra lembrança marcante relatada pelas participantes foi a de que, até a geração anterior ou até a infância de algumas, as pessoas chegaram a passar fome na comunidade. Uma agricultora fala que chegou na comunidade com seu pai e seus nove irmãos, com a expectativa de comprarem um pedaço de terra, mas não conseguiram e acabaram se tornando meeiros de um fazendeiro. Ela descreve o início da comunidade com poucas casas em meio às pastagens, capoeiras, poucas fazendas e que não havia estrada na época. Em entrevista realizada com Eulália, ela informa que no início da comunidade, por volta da década de 1940, as famílias trabalhavam como meeiras em troca de poucos alimentos. Eram muito empobrecidas e passavam fome porque não tinham terra. Havia quatro grandes fazendas de cana de açúcar e Eulália cita que até 1950 mais ou menos, ainda havia escravidão nas fazendas da comunidade.

Eulália, relatando o diálogo com um outro agricultor mais antigo, disse que “ele me mostrava o tamanho do terreno e falava que até o fazendeiro passava fome, imagina os empregados”. Trabalhava-se por comida: uma semana lavando roupas em troca de um quilo de gordura, uma semana de trabalho em troca de milho e canjiquinha ou nove dias de trabalho por uma lata de óleo. Também contaram a história de uma “venda” em que as pessoas anotavam o que pegavam, mas os valores cobrados posteriormente eram altíssimos e o pagamento era feito com o trabalho, num sistema análogo à escravidão. Elas também mencionaram que há histórias na comunidade de que as dificuldades eram tão grandes que algumas famílias tinham que dar os filhos para outras por não conseguirem sustentá-los.

Durante a construção do Rio da Vida as agricultoras mencionam que entre 1950 e 1960, D. Geisha, uma das matriarcas mais idosas da comunidade, chegou com seu marido após terem vendido um pedaço de terra no município de Sericita e comprado em Carangolinha de Cima.

Segundo Socorro, uma das agricultoras presentes, eles eram pobres, mas menos do que as outras pessoas.

A memória do seu nascimento entrelaça a sua história de vida com a da comunidade, do município e desse território mais amplo, a Zona da Mata mineira. Ela conta ter nascido em 1972, na comunidade mesmo, em casa, pelas mãos de uma parteira. No dia do seu nascimento, pessoas de outras comunidades estavam reunidas na fazenda dos pais para celebrar a palavra de Deus. Naquela época as celebrações aconteciam na fazenda de D. Geisha, pois a igreja da comunidade foi construída apenas mais tarde, por volta de 1980. Esses encontros, denominados como conferências, ocorriam uma vez por mês e eram organizados para se realizar o trabalho com as comunidades, que envolvia rezar e discutir sobre a política local.

Algumas agricultoras de Carangolinha de Cima explicam que essa era uma metodologia adotada pela corrente da igreja católica denominada Teologia da Libertação, que nasceu na América Latina após o Concílio Vaticano II, na década de 1960. Esta corrente teológica propunha a constituição das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e seus grupos de reflexão. Baseados no método “ver – julgar – agir” as CEBs contribuíram – e ainda contribuem – para que o exercício da fé possibilitasse uma reflexão crítica sobre a realidade social, no sentido de transformá-la.

As conferências, citadas por Socorro, eram parte dessa ação de constituição das CEBs e, entre 1965 e 1970, iniciaram-se os grupos de reflexão na comunidade. As agricultoras afirmaram ainda que a organização sindical na Zona da Mata, é resultado desse processo de reflexão crítica promovido pelas CEBs e da instituição do Movimento da Boa Nova (MOBON). Este disseminou-se na Zona da Mata a partir da década de 1960, sobretudo na área rural. De acordo com Comerford (2003, p. 141), consistia numa “[...] estrutura de cursos, equipes de reflexão, comunidades, plenárias e coordenações que formou uma considerável camada de lideranças camponesas católicas”. No município de Divino, a criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais é fruto deste processo, do qual representantes da comunidade de Carangolinha de Cima participaram desde o início e, ainda hoje, contribuem nas instâncias de decisão, como a diretoria.

A década de 1960 marca também a chegada do café na comunidade. Segundo Eulália, apenas três famílias receberam os incentivos governamentais para o plantio de café naquele período. As famílias recebiam o empréstimo do banco com a assistência técnica e o pagamento era feito apenas após o café estar produzindo e, para isso, era necessário possuir terras para dar como garantia pelo recurso público financiado. O cultivo de café foi promovido pelo governo, no contexto do processo de modernização conservadora da agricultura no Brasil.

Esta, também conhecida como Revolução Verde, foi disseminada pelos Estados Unidos no período da guerra fria visando a difusão de um modo de produção agrícola baseado no “melhoramento” genético e nos monocultivos com uso intensivo de mecanização, adubos químicos e agrotóxicos. Para isso, entre outras coisas, consistiu num processo de expropriação e desvalorização do saber camponês, em favor de um conhecimento técnico-científico supostamente superior; e no aprofundamento da divisão sexual do trabalho no meio rural, com uma pedagogia que reafirmava o papel das mulheres no âmbito doméstico, desconsiderando o seu trabalho na produção agropecuária e na organização sociopolítica.

Entre as décadas de 1970 e 1980, com muitos filhos e em meio às difíceis condições de vida à época, D. Geisha e seu marido abriram as portas de casa a realização das conferências – o início da comunidade – e para a educação. Segundo Socorro, eles “cederam espaço para sala de aula, moradia para os professores, ajudou no que foi preciso”. A luta pela educação segue sendo uma agenda política importante para a comunidade até os dias atuais. A década de 1980 foi marcada pela chegada da energia elétrica na comunidade e também é o período em que ocorre uma movimentação na região, por uma empresa com interesse na mineração de malacacheta.

Segundo Eulália, pessoas vinculadas à empresa mineradora passaram nas comunidades e vários proprietários assinaram documentos autorizando a entrada nas suas propriedades, sem terem muita informação sobre o que se tratava. Socorro fala que “[...] a fome ‘acabou’ mais ou menos na década de 80” e que “em 2000 a vida mudou para melhor”. Este período também foi indicado pelas agricultoras como da chegada dos agrotóxicos na lavoura de café, um dos conflitos ambientais enfrentados por elas atualmente. Contudo, apesar das contradições desse processo, as agricultoras avaliam que o cultivo do café melhorou as condições de vida na comunidade e, inclusive, possibilitou o acesso à terra para algumas famílias.

A partir de 1996, representantes da comunidade de Carangolinha de Cima começam a acompanhar as discussões sobre a criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB) e as lutas para que a sua delimitação levasse em conta as famílias que já residiam nas comunidades no seu entorno. Em 2002 a comunidade de Carangolinha de Cima passa a ter uma representação no Conselho Consultivo do PESB. Em 2003 iniciam-se as ações do projeto “Construindo o Futuro”, posteriormente denominado “Projeto Curupira” na comunidade. Executado pelo CTA-ZM com o público de crianças e adolescentes, o projeto foi desenvolvido até 2010.

O engajamento da comunidade de Carangolinha de Cima, na luta contra a mineração começou por volta de 2008, quando iniciam as discussões com a Anglo American Brasil a

respeito da instalação do mineroduto do Sistema Minas-Rio¹⁴, que passaria na comunidade. Nesse período, Eulália, Socorro e Custódia passaram a participar da Comissão Regional de Enfrentamento à Mineração da Serra do Brigadeiro (CREMSB), espaço de articulação existente desde 2004 no território. Este processo será mais detalhado no capítulo 5.

Em 2018, a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), procura um padre do município para apresentar sua proposta de atuação, o que gerou um processo de mobilização e engajamento da comunidade. A partir daí, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) passa a atuar junto às famílias, para apoiar no processo de mobilização para o enfrentamento à ameaça da mineração. Segundo Eulália, em 2019 e, principalmente durante a pandemia, se intensificam as ameaças da CBA com abordagem às famílias, voos de drone e a circulação de carros desconhecidos com homens na comunidade. Várias ações de resistência da comunidade no enfrentamento à mineração, ao uso de agrotóxicos e plantio de sementes de milho transgênico foram realizadas ao longo do tempo, que serão detalhadas mais adiante, nos capítulos 4 e 5.

3.2. Acaiaca

O Rio da Vida de Acaiaca foi produzido em maio de 2022 e contou com a participação de cerca de 15 agricultoras e mulheres urbanas que fazem parte da comissão de mulheres de Acaiaca. A Figura 12, abaixo ilustra esse momento de produção coletiva do Rio da Vida do território na perspectiva das mulheres.

¹⁴ Transporte tubular de minério de ferro, que atravessa cinco comunidades do município, Vargem Grande, Bom Jesus, Carangolinha de Baixo, Santa Mônica e São Pedro.

Figura 13 - Construção do Rio da Vida com as agricultoras agroecológicas do Município de Acaiaca-MG



Fonte: Acervo GENgiBRe (2022).

A memória mais antiga na atividade foi trazida por Flor do Campo, uma das agricultoras de Acaiaca. Ela cita a chegada do Padre João [João do Carmo Macedo] por volta de 1990 no município, como um marco nas lutas sociais dos trabalhadores rurais. Padre João começou a organizar a Festa do Trabalhador Rural e contribuiu para uma reflexão crítica com algumas lideranças à época. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) foi criado em 1994, com o propósito de garantir os direitos previdenciários, mas com pouca participação dos trabalhadores rurais. Flor do Campo explica que o STR foi criado pelos fazendeiros, não tinha a perspectiva de contribuir com a organização dos trabalhadores rurais. Raimunda mencionou que começou a se envolver com o trabalho das CEBs a partir da década de 1990, que converge com a chegada do Padre João ao município. Esses fatores contribuíram para reorientar o foco de atuação do STR, envolvendo os trabalhadores rurais na sua construção.

Raimunda traz a memória da participação do CTA-ZM na discussão sobre desenvolvimento sustentável e agroecologia, no início dos anos 2000. No município de Acaiaca não faziam esse debate e, a partir daí, passaram a se envolver nas dinâmicas em torno da agroecologia na região. Entre 2001 e 2002 começaram as reuniões com as mulheres e os encontros do 8 de março. Este processo é fruto da luta e organização das mulheres trabalhadoras rurais no Brasil, que se territorializou na Zona da Mata a partir de do trabalho da Associação Regional de Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar da Zona da Mata, criada em meados da década de 1990.

No ano de 2000, Margarida, uma agricultora e liderança regional que residia no município de Tombos, fez um processo de formação com as agricultoras e diretores sindicais de vários municípios, para ampliar a participação das mulheres na diretoria dos STRs. Para Flor do Campo “o STR de Acaiaca só começou a caminhar depois que colocou mulher lá dentro”. Em 2001, como resultado desse processo é criada a Comissão de Mulheres do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Entre 2001 e 2002 elas mencionam ter sido realizado o primeiro encontro municipal de mulheres e em 2004 conseguiram eleger a primeira presidenta mulher da história do STR no município.

Entre 1998 e 2005, Padre João foi eleito prefeito de Acaiaca e fez uma parceria com o CTA-ZM para a realização de um trabalho voltado para a promoção da agroecologia no município. Entre 2003 e 2004 foi elaborada a Agenda 21 do município de Acaiaca, com a previsão de várias ações envolvendo a proteção de nascentes, a realização de intercâmbios agroecológicos, a formação das mulheres e os debates em torno da educação do campo. Em 2004 é criada a Escola Família Agrícola Paulo Freire (EFAP) que, desde então tem contribuído para o processo de formação de jovens de toda a região, para a recuperação da cultura popular e da cultura ancestral dos povos indígenas e de comunidades quilombolas em toda a Zona da Mata.

Assim como mencionado na comunidade de Carangolinha de Cima, município de Divino, em Acaiaca as agricultoras enfatizaram a importância do Projeto Curupira realizado pelo CTA-ZM, cujas atividades se iniciaram a partir de 2006 com as crianças do município. Algumas agricultoras presentes falaram sobre a participação de seus filhos e filhas nas atividades do Projeto Curupira nas escolas. Além disso, as agricultoras relembrou um importante processo de organização produtiva apoiado pelo CTA-ZM no município. Flor do Campo mencionou que já estavam dialogando sobre a necessidade de criarem uma associação da agricultura familiar, quando se articularam com os artesãos do município e foi criada a Associação dos Artesãos e Produtores Rurais de Acaiaca (AAPRA) em 2009.

Com a AAPRA constituída formalmente, conseguiram acessar o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em 2010. Neste período também lembraram da realização de um programa de formação com as agricultoras, pelo CTA-ZM, em que começaram a trabalhar com as Cadernetas Agroecológicas¹⁵. Esse processo se desdobrou em algumas ações importantes

¹⁵ A Caderneta Agroecológica é uma metodologia desenvolvida pelo CTA-ZM, em conjunto com o Movimento de Mulheres da Zona da Mata e Leste de Minas e com o GT Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia. Inspirada pela perspectiva de uma pedagogia feminista e pelas análises das economistas feministas materialistas, a Caderneta Agroecológica contribui para dar visibilidade ao trabalho monetário e não monetário realizado pelas agricultoras na produção agroecológica, de modo que as mulheres passem a se reconhecer como sujeitos de sua própria história. Para mais informações: <https://ctazm.org.br/biblioteca/categoria-cadernetas-agroecologicas-48>

apontadas pelas agricultoras: a criação da Cooperativa da Agricultura Familiar Solidária de Acaiaca (COOAPRA) em 2017 e da Padaria Comunitária do Maracujá em 2018. Neste mesmo ano, Rosa lembra que foi constituído o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM) no município, no qual elas estavam envolvidas desde o início.

Ainda em 2015, com o rompimento da barragem de Fundão, de propriedade da Samarco Mineração, o município de Acaiaca foi afetado em função do processo de reparação. Única forma de acesso terrestre para Barra Longa, área afetada pela lama da barragem de rejeitos, a população de Acaiaca passou a sofrer com o estabelecimento de um contingente grande de trabalhadores homens no município e com o trânsito de caminhões e veículos pesados utilizados na retirada da lama, devido às obras de reparação.

Nesse contexto, diversas casas, incluindo a sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, apresentaram rachaduras e risco de desabamento. A secretária do STR afirmou que havia um “comentário” de que a Fundação Renova pagaria uma indenização para algumas pessoas residentes no município que teriam sido “atingidas de verdade”. Segundo ela, o STR precisaria ser indenizado em função de rachaduras e ela, por trabalhar todos os dias na sede, deveria ter acesso a tratamento psicológico, em função do barulho intenso de caminhões e do trânsito de homens na cidade¹⁶. Esse tema é controverso entre as agricultoras, pois algumas sentem as mudanças provocadas pelo processo de reparação à barragem de Fundão, mas as que moram na roça, dizem que nada mudou. Fato é que o município de Acaiaca, até o presente momento, não foi reconhecido como atingido pelo rompimento da barragem de Fundão, quase 10 anos após a tragédia crime da Samarco Mineração.

Rosa, que é agricultora urbana no município, conta que em 2021 conseguiu um apoio da prefeitura municipal para a organização de uma horta comunitária no bairro em que mora na cidade. Além da horta, Rosa também está envolvida com um projeto de reciclagem de garrafas pet, financiado com recursos de emenda parlamentar de uma deputada estadual pelo Partido dos Trabalhadores. Apesar desses apoios pontuais, naquele momento havia uma percepção geral de que a prefeitura não apoia o trabalho com as mulheres ou com a agroecologia no município, o que implica nas dificuldades para sua organização, acesso aos mercados e na construção de resistências.

3.3. Simonésia

¹⁶ Infelizmente, essa companheira veio a falecer em março de 2023, ainda muito jovem, após um longo período em depressão.

No município de Simonésia, o Rio da Vida foi produzido em outubro de 2021, com a presença de agricultoras lideranças do SINTRAF, da igreja católica de diferentes comunidades e a técnica de uma organização de assessoria parceira. A Figura 14, abaixo ilustra o momento final de construção do Rio da Vida em Simonésia.

Figura 14 - Rio da Vida do município de Simonésia-MG pelo olhar das agricultoras



Fonte: Acervo GENgiBRe (2022).

Sua história se entrelaça com a Comunidade de Carangolinha de Cima e com o município de Acaica por diferentes elementos comuns. A lembrança mais antiga, entre as cerca de 10 participantes, remontou às décadas de 1960 e 1970, quando uma das agricultoras trouxe a memória de sua infância. Naquela época, disse ela, se fazia café de rapadura, da cana cultivada na propriedade. Tinha uns “moitão” de inhame que, após colhido, era colocado sob uma área coberta para secar e ia sendo utilizado por muito tempo, cotidianamente, como a base do café da manhã: “nossa comida de manhã era tomar leite e comer um pedaço de inhame” (Agricultora, outubro 2021).

Outra agricultora relatou que entre 1975 e 1976, seus pais trabalhavam como meeiros, mas que, apesar disso, nunca passaram fome, pois sempre produziram muita coisa. A fome era comum entre as famílias meeiras na região, evidenciando a violência e vulnerabilidade de quem não tinha terra e nem direitos trabalhistas garantidos; dispunham apenas de sua força de trabalho, explorada por fazendeiros da região. Essa agricultora menciona que naquela época as pessoas diversificavam mais a produção, se plantava muito milho, feijão, inhame e outros cultivos diversificados. Nesse período, segundo ela, antes do café “chegar” as famílias tinham semente “de tudo”. Com a introdução do café como cultivo comercial na região, por volta de

meados da década de 1970, e com a abertura dos mercados, as agricultoras afirmaram que a diversidade foi diminuindo.

Na década de 1970, durante o período da ditadura militar no Brasil, foi criado o Instituto Brasileiro do Café¹⁷ (IBC). A partir deste período os técnicos da EMATER¹⁸ passaram a questionar o plantio diversificado, pois afetaria a produção de café. Com isso, estimularam a produção em monocultura com o uso intensivo de adubos químicos e agrotóxicos, para aumentar a produtividade. As agricultoras comentam que “o agrotóxico chegou na região junto com o café”.

De modo convergente com a comunidade de Carangolinha de Cima, durante a construção do Rio da Vida de Simonésia, as agricultoras comentaram que entre as décadas de 1970 e 1980, junto com o emaranhado de coisas ruins daquele período, nasceram as CEBs; e a partir dos grupos de reflexão se dá um processo de politização dos agricultores e agricultoras que resulta na criação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais na região. Naquele período, “ser igreja” era falar sobre o bem comum e se envolver com a política.

A década de 1980 foi lembrada por alguns eventos. Chegou a energia elétrica nas comunidades rurais do município, o que significou também, um aumento do tempo de trabalho – começavam mais cedo e paravam mais tarde. Também se iniciaram as pesquisas minerárias no município, sem que as famílias soubessem do que se tratava. Em muitos casos, os funcionários da empresa entravam nas propriedades sem pedir qualquer autorização.

No ano de 1981 foi criado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e em 1988, com a constituição cidadã, os trabalhadores e trabalhadoras rurais conquistaram o direito à aposentadoria rural. As agricultoras trazem lembranças deste período relacionadas à exploração do trabalho e a falta de acesso à terra. Uma delas relatou que quando o pai contratava gente de fora para trabalhar, como na “panha” do café, pagava menos para ela e que era comum as mulheres receberem menos pelo mesmo serviço realizado pelos homens. Kéture contou que elas trabalhavam com os pais na roça, mas não recebiam nada por isso. Outra agricultora contou

¹⁷ Autarquia do governo federal, com sede no Rio de Janeiro, criada pela Lei nº 1.779, de 22 de dezembro de 1952, em substituição à Divisão de Economia Cafeeira (DEC), instituída em setembro de 1946. O IBC vinculava-se ao Ministério da Indústria e do Comércio, com jurisdição em todo o território nacional. Extinto em 1990 pelo presidente Fernando Collor, seu objetivo era executar a política cafeeira nacional. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instituto-brasileiro-do-cafe-ibc>. Acesso em: 12 out. 2021.

¹⁸ A Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) foi criada em 1948, pela cooperação entre o governo Brasileiro e a Fundação Rockefeller nos EUA, no contexto do pós-guerra. Voltada para a modernização da agricultura nos países subdesenvolvidos naquele período, se transformou em EMATER a partir de 1974, quando se cria a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER). Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/136891/texto48-marcuspeixoto.pdf?sequence=1>. Acesso em 04/05/2023.

que a família vivia mudando, pois não tinha terra. Trabalhavam como meeiros em propriedades de outras pessoas e chegaram a passar fome.

No período de 1996 a 2000 foi executado o Projeto Doces Matas, pela Fundação Biodiversitas no município que, segundo as agricultoras, contribuiu para o envolvimento das mulheres nas atividades. Este projeto também investiu na proteção de nascentes e na construção de fossas nas comunidades rurais. A década de 2000 foi considerada como um momento de inflexão na trajetória do território, com uma nova fase de intensificação da produção do café, com a ampliação das lavouras e do uso intensivo de agrotóxicos e outras tecnologias de produção. Por outro lado, foi o momento em que se fortalece a organização sindical, com a criação da Comissão Municipal das Mulheres do STR¹⁹. Em 2003 foi criada a Associação dos Agricultores Familiares de Simonésia (AGRIFAS).

Sem precisar ao certo o período, as agricultoras lembram de uma ação importante que realizaram no enfrentamento à mineração no município, entre o ano de 2000 e 2004. Uma empresa mineradora de granito do Espírito Santo, começou a atuar no distrito de Rio Preto e a agricultora procurou o SINTRAF para conseguir apoio. Após um processo de mobilização contra a mineração, as atividades foram interrompidas na comunidade.

Entre os anos de 2004 e 2005, ocorre o que ficou conhecido como o “racha do movimento sindical” na Zona da Mata, com a desvinculação de parte dos STRs, incluindo o de Simonésia, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG) e da CONTAG. Estes sindicatos se filiaram à Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (CONTRAF) e criaram uma federação própria no estado de Minas Gerais, a FETRAF/MG. Este processo provocou uma mudança na concepção dos sindicatos, com a constituição de uma direção mais colegiada, democratizando o processo de tomada de decisão.

No ano de 2005, a partir do diálogo com outros sindicatos da região e com o MDA, as agricultoras organizam os Mutirões da Documentação da Trabalhadora Rural, vinculados ao Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), que envolveram 11 municípios do território. Entre 2005 e 2006 eu estava vinculada à REDE e atuava no município, fortalecendo os processos organizativos das agricultoras. Com isso, construímos uma aproximação das agricultoras do SINTRAF com a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), constituindo o primeiro núcleo de mulheres rurais no estado.

¹⁹ Nesse período o estatuto do sindicato foi alterado, conforme a deliberação do Congresso Nacional Extraordinário dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, que estendeu aos sindicatos e federações as cotas de, pelo menos, 30% de mulheres nos cargos diretivos.

Entre 2006 e 2007 a AGRIFAS começou a executar um projeto com recursos do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (PPIGRE)²⁰ do MDA no valor de cerca de R\$70.000,00 (setenta mil reais) à época, investidos na realização de oficinas de formação, intercâmbios, ações de articulação política etc. Com este projeto as agricultoras lideranças fizeram cursos de informática e reivindicaram um computador específico para o departamento de mulheres do SINTRAF para terem autonomia na comunicação. No ano de 2007 elas executaram, pela primeira vez, o Programa Minha Casa Minha Vida Rural.

No ano de 2008, as agricultoras do sindicato assumiram uma nova luta no enfrentamento às ameaças de construção de uma usina hidrelétrica, a Barragem do Cachoeirão. Ao mesmo tempo conseguiram acessar pela primeira vez o PAA e o PNAE e iniciaram a luta pela regularização fundiária no município, conquistando a titulação das terras de algumas propriedades. Esta é uma luta que segue até os dias atuais, com um sentido estratégico para a construção da autonomia das mulheres, que têm prioridade na titulação da terra. Neste ano também é criada a Escola Família Agrícola Margarida Alves em Simonésia.

Em 2009 é eleita a primeira mulher presidenta do SINTRAF, como resultado da trajetória de luta e auto-organização das mulheres no município e em 2010 um grupo de agricultoras de Simonésia participa da 3ª Ação Internacional da MMM, numa marcha de mais de 100km, entre Campinas e São Paulo, que envolveu cerca de três mil mulheres de todo o país por dez dias. Neste mesmo ano é constituído o Movimento de Mulheres da Zona da Mata e Leste de Minas, como um espaço regional de articulação das agricultoras familiares.

No ano de 2012, há uma nova ameaça de instalação de uma barragem hidrelétrica na comunidade do Cachoeirão. Entretanto, a partir da organização das comunidades e do trabalho das mulheres que resultou na aproximação do SINTRAF com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a hidrelétrica não foi construída. Contudo, em 2016 ocorre o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff e o início do desmonte das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil, que afetam o município.

Em 2017, com o incentivo do Padre Patrício, é constituída a Pastoral Ecológica, a partir da Campanha da Fraternidade com o tema “Casa comum, nossa responsabilidade”, vinculada ao papado de Francisco e à Encíclica *Laudato Si*, que trouxe este tema. Este ano marcou o início do desmonte dos programas sociais que afetou os agricultores e agricultoras familiares e que se aprofundou com a eleição do governo de extrema direita de Jair Bolsonaro.

²⁰ O PPIGRE foi um programa do MDA, durante o governo Lula, que tinha como foco específico as políticas de apoio à igualdade de gênero, raça e etnia.

Em 2019 é criada a Cooperativa de Agricultores Familiares de Simonésia (COOPERSIM) como uma estratégia de agricultoras e agricultores agroecológicos para avançar no acesso a mercados. Neste ano as agricultoras afirmam que houve uma nova movimentação da Mineração Curimbaba, que atua no território há mais de 20 anos. Com o avanço dos processos minerários na região é criada a Comissão Regional de Enfrentamento à Mineração do Caparaó, com a assessoria do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM).

O ano de 2020, com a pandemia de Covid-19, foi também um momento de construção de importantes alternativas econômicas como a entrega de cestas pela Gaia²¹, a Campanha Periferia Viva²² e a distribuição de cestas de alimentos, com recursos da Fundação Banco do Brasil²³. Em 2021, as agricultoras agroecológicas organizadas no SINTRAF começaram a construir um projeto de criação de galinhas para a produção de ovos. Como elas mesmas afirmam, este projeto é uma alternativa econômica concreta à mineração e tem como objetivo contribuir para a construção da autonomia pessoal, política e econômica das agricultoras do município.

3.4. Considerações Finais

A história dos territórios contada a partir da percepção das agricultoras evidencia elementos importantes e que afetaram não apenas a vida das mulheres individualmente, mas reconfiguraram a economia local e a própria condição da agricultura familiar da Zona da Mata. A metodologia do Rio da Vida possibilitou compor uma história coletiva das mudanças ocorridas ao longo do tempo, a partir da percepção das agricultoras e de suas histórias individuais. Análises sobre a conjuntura política e socioeconômica foram feitas pelas agricultoras, ao longo de cada década, e, em alguns momentos, complementadas pela equipe da pesquisa, contribuindo para conectar processos em diferentes escalas que remodelaram o território e a vida das mulheres.

Entre eles, pode-se citar a mudança no modelo de produção da agricultura familiar com a chegada do café nos municípios de Simonésia e Divino, entre os anos de 1970 e 1980. A introdução do café como cultivo comercial em sistema de monocultivo, com o uso de agrotóxicos e adubos químicos, se deu como parte da estratégia de modernização conservadora

²¹ A gaia foi um empreendimento econômico organizado por jovens no município, para a venda de cestas de produtos agroecológicos.

²² A Campanha Periferia Viva foi uma ação de articulação nacional de diferentes movimentos sociais e populares durante a pandemia de Covid-19 para promover ações coletivas de solidariedade às famílias em situação de vulnerabilidade social.

²³ Esta foi uma iniciativa organizada pela REDE, para a compra de produtos da agricultura familiar e doação às famílias em situação de vulnerabilidade social.

da agricultura pelo governo brasileiro e trouxe grandes transformações no território. Também citaram as pressões e conflitos socioambientais relacionados à pesquisa e à exploração mineral de bauxita e de outros minerais, como o granito.

Ao longo do tempo, também foram demarcados os processos de organização sociopolítica dos sindicatos e a luta por direitos, ao mesmo tempo em que avançava a organização das mulheres no movimento sindical, desde a década de 1980 e 1990. Este processo organizativo das mulheres agricultoras, desde os sindicatos locais até os processos nacionais, repercutiu na ampliação de direitos, no acesso às políticas públicas de incentivo à agricultura familiar e na construção de políticas setoriais específicas para as mulheres rurais, implementadas principalmente a partir de 2003.

A construção do Rio da Vida dos Territórios, ao conectar processos individuais e coletivos, possibilitou a co-construção de uma consciência crítica compartilhada entre agricultoras e equipe de pesquisa sobre os conflitos socioambientais e as respostas das mulheres na defesa de seus territórios, dando atenção aos papéis de gênero como parte desses processos.

Capítulo 4 – Agrotóxicos, masculinidades e politização das mulheres

Este capítulo aborda a forma como as relações de gênero e o uso de agrotóxicos estão imbricados, seja pela construção histórica no modo de produção capitalista dos papéis sociais de homens e mulheres, imputando a estas últimas o trabalho de cuidados, seja, também e de forma articulada, atingindo os homens por meio de padrões de masculinidade. Partimos das experiências de mulheres e homens na disputa pelo território; desde dentro de suas propriedades, com suas práticas de fazer agricultura, às comunidades rurais e às organizações das quais fazem parte, agricultores e agricultoras vão politizando seus fazeres.

As agricultoras envolvidas na pesquisação GENgiBRe mantêm uma relação de interdependência com diferentes elementos da natureza (água, ar, plantas, animais, solo) para reproduzir a vida. Trata-se de tarefas cotidianas, como produzir os alimentos, cozinhar, cuidar da saúde da família e dos animais. A partir da nossa perspectiva feminista materialista, compreendemos que tais tarefas são atribuídas socialmente às mulheres em função da divisão sexual do trabalho. Desse processo, resulta que as mulheres agricultoras percebem e são afetadas, de maneira diferenciada pelo modelo de produção de *commodities*, que contamina a água, o solo, o ar e tem causado intoxicações às pessoas e outros animais.

Este modelo de produção – e seu pacote tecnológico baseado na monocultura, na mecanização, no uso intensivo de adubos químicos, agrotóxicos e sementes transgênicas – tem sido introduzido no Brasil, pelo menos desde a década de 1960, com forte incidência do Estado, do sistema financeiro e das corporações do setor agroquímico do mundo, transformando a agricultura “no substrato da reprodução capitalista de indústrias sediadas no Norte global” (Bombardi, 2023, p. 17). Em nome de uma maior rentabilidade e produtividade, os insumos da agricultura industrial chegaram nas comunidades pelas mãos dos homens, por seu papel social como provedores da família,

Os agrotóxicos têm sido adotados para reduzir a penosidade do trabalho humano com a capina (no caso, herbicidas) e vinculados à promessa de ter maior produtividade e renda com o controle de pragas e doenças dos sistemas de monocultivo (no caso, inseticidas e fungicidas). Ainda, estão associados à noção de inovação, que incorpora conhecimentos técnicos e científicos, novas tecnologias (sementes transgênicas, agrotóxicos, máquinas e equipamentos para sua aplicação) e tem sido facilmente aceita pelos homens. Em função de seu papel socialmente atribuído como chefes de família, aos homens é imposta uma racionalidade produtivista, que associa estas supostas inovações à rentabilidade e ao progresso. Mas inúmeros

foram os depoimentos colhidos em nosso trabalho de campo em distintas comunidades, em que as agricultoras mencionam os agrotóxicos como uma ameaça, como uma forma de destruição dos modos de vida da agricultura familiar e de violência. Os agrotóxicos foram considerados como a face moderna da violência no campo (Feliciano, 2016) ou como uma forma de violência silenciosa (Bombardi, 2011) que ameaça a produção agroecológica nas comunidades, contamina o ambiente e adoce as pessoas, sobrecarregando as mulheres com os cuidados.

Como resultado desse papel de cuidado e de reprodução da vida socialmente atribuído às mulheres, as agricultoras conservam a biodiversidade, selecionam sementes crioulas e mantêm saberes e práticas de manejo em seus quintais e outros espaços sob sua responsabilidade, que contribuem para reduzir a dependência dos pacotes tecnológicos que requerem o uso intensivo de agrotóxicos. Por meio de tais práticas, que envolvem também as relações interpessoais, baseadas na reciprocidade, na troca de dádivas e na horizontalidade; os mercados construídos socialmente, em particular do movimento agroecológico, e os mercados institucionais, estas mulheres têm desempenhado um papel fundamental na construção da soberania e segurança alimentar, da soberania em saúde e da autonomia econômica, constituindo, portanto, formas de resistência (Rody; Telles, 2021).

É importante ressaltar que agricultoras e agricultores fazem frente a um modelo agrícola industrial que se reproduz de forma violenta, provocando o adoecimento, a morte e a contaminação das pessoas e do ambiente. O impacto negativo mais imediato desse modelo para agricultoras e agricultores decorre dos agrotóxicos, o que coloca essas substâncias no centro da sua percepção sobre essa problemática.

A produção e consumo de agrotóxicos associados à exportação de *commodities* é uma face da divisão internacional do trabalho, que subordina os países exportadores dessas mercadorias. Conforme aponta Larissa Bombardi (2023, p. 9) em seu livro “Agrotóxicos e Colonialismo Químico”, o Brasil e outros países do Sul global “têm sido transformados em “máquinas” de produção de grãos, carne, cana de açúcar, celulose e outras commodities para o comércio internacional – “máquinas” cujo “combustível” são as sementes transgênicas, os fertilizantes químicos e os agrotóxicos”. Segundo a mesma autora, o mercado mundial de agrotóxicos tem crescido ano após ano e movimenta cerca de 60 bilhões de dólares anualmente. Este mercado cresce acentuadamente, nos países do Sul e, particularmente, na América do Sul. Nessa região o consumo de agrotóxicos aumentou 119% nos últimos dez anos, enquanto na América do Norte cresceu apenas 1,8% e na Europa diminuiu 0,2% (Tygel *et al.*, 2023).

Em seu estudo intitulado “Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia”, Bombardi (2017) destacou que os impactos dos agrotóxicos são distribuídos

de maneira desigual entre as populações ao redor do mundo. A autora introduz o conceito de “colonialismo químico” para descrever uma nova forma de dominação, onde empresas europeias controlam o mercado de agrotóxicos, perpetuando desigualdades globais. Curiosamente, apesar de a União Europeia ser reconhecida como a região mais rigorosa em termos de regulamentação do uso de agrotóxicos, ela continua a exportar produtos químicos que são proibidos em seu próprio território (Bombardi, 2023). Além da Europa, corporações do Norte Global, particularmente de países como a China e Estados Unidos, estão entre os que mais exportam agrotóxicos no mundo (Tygel *et al.*, 2023).

Dados de 2016 mostram que o café está entre os três cultivos com maior valor de exportação para a União Europeia. Para o seu cultivo no Brasil, estão autorizados 121 tipos de agrotóxicos, dos quais 30 estão proibidos na União Europeia, boa parte desde 2002. Isso evidencia a contradição de que, embora estes agrotóxicos sejam consumidos nos cultivos no Brasil, uma parte volta para os países da União Europeia pela exportação das *commodities*.

O arcabouço institucional e normativo que facilita e promove o uso de agrotóxicos no Brasil tem relação direta com a incidência política do agronegócio. Pompeia (2018, p. 44) descreve o amplo espectro institucional dessa concertação política, que envolve “entidades patronais da agropecuária, das indústrias de máquinas e insumos agrícolas, e daquelas das principais *commodities* de exportação, além de atores dos três Poderes do Estado, da academia, do mercado financeiro, de empresas de comunicação e consultoria”. Com o objetivo de obter legitimidade junto à opinião pública e pressionar o Estado de acordo com os interesses do setor, tais instituições atuam “[...] de forma multilateral, coordenada, institucionalizada e sistemática” (Pompeia, 2018, p. 44).

A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), o núcleo legislativo do agronegócio, elegeu como pautas prioritárias os projetos que alteram os marcos regulatórios da regularização fundiária (PL 2.633/2020), do licenciamento ambiental (PL 2.159/2021) e dos agrotóxicos (PL 6.299/2002) (Vieira, 2022), favorecendo interesses do setor agropecuário – incluindo as indústrias que produzem e comercializam agrotóxicos – e do setor mineral no país.

A maior parte do uso de agrotóxicos no mundo está associada à produção agropecuária: “metade das substâncias aplicadas são herbicidas, que são usados contra ervas daninhas; cerca de 30% são inseticidas, usados contra insetos que podem prejudicar as colheitas e cerca de 17% são fungicidas” (Tygel, 2023). O mercado de agrotóxicos é dominado por apenas 4 empresas do Norte global: Syngenta, Bayer, Corteva, BASF. O Brasil é um dos países que mais utiliza agrotóxicos (em termos de volume) e é, também, o maior importador mundial de agrotóxicos

(Friedrich *et al.*, 2021). De acordo com a Nota Técnica elaborada pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO, 2023, p. 17),

No Brasil, “entre 2013 a 2023, houve um aumento de 45,1% no consumo de agrotóxicos, passando de 495.764,55 toneladas para 719.507,44 toneladas. Enquanto as áreas agricultáveis aumentaram 19,1%, correspondendo em 2013 a 80.731.669 hectares e, em 2023, a 96.159.071 hectares.

Tendo em vista essa problemática, neste capítulo evidenciaremos como as questões de gênero e agrotóxicos se determinam mutuamente. Para além de considerar o sistema capitalista patriarcal e a divisão internacional do trabalho como determinantes desse processo, busco oferecer uma compreensão de como a masculinidade influencia as decisões relacionadas ao uso de agrotóxicos desde o âmbito familiar, considerando as tensões que emergem a partir dessas escolhas. Isso só foi possível pela relação de confiança tecida ao longo do tempo junto às agricultoras agroecológicas na Zona da Mata, o que demonstra nossa posição situada nessa pesquisa. E, finalmente, analisaremos como, por meio de suas práticas e de suas organizações, as agricultoras engajadas na agroecologia, envolvidas na pesquisa, têm construído resistências ao uso de agrotóxicos e ao pacote tecnológico como um todo.

4.1. “O vendedor é formado, vem na minha lavoura”: gênero, masculinidades e uso de agrotóxicos

Para abordar a forma como a construção social de gênero influencia o uso de agrotóxicos, tomaremos como base as experiências de mulheres e homens agricultoras/es na produção de café como *commodity* na Zona da Mata e na gestão dos espaços de produção para o autoconsumo, como as hortas e as entrelinhas do café, em suas propriedades.

A experiência do Etnomapeamento Feminista realizado em outubro de 2021 com uma agricultora do município de Simonésia e a entrevista realizada com seu marido, trouxeram elementos bastante elucidativos sobre a forma como os agrotóxicos são introduzidos nos estabelecimentos da agricultura familiar, nos permitindo enxergar suas diferentes dimensões. O agricultor nos contou que seu avô era indígena, uma das poucas famílias originárias da comunidade e que não possuía terras. Apenas por volta do ano de 2005 ele e sua esposa tiveram acesso à terra, por meio de herança recebida pela agricultora, de seu pai.

É importante considerar que a Zona da Mata é a segunda maior região produtora de café arábica do Brasil (CONAB, 2024) e do mundo; cuja produção acontece em grande parte em pequenas propriedades da agricultura familiar. O município de Simonésia é marcado pela

produção de café como *commodity*, que foi introduzido desde a década de 1970 de acordo com as agricultoras envolvidas nessa pesquisação. O agricultor com o qual conversamos é o principal responsável pelo trabalho com a lavoura de café na propriedade, situação típica na região, em que há uma divisão rígida entre as formas de manejo no entorno de casa e da área de produção do café. Em 2021 eles tinham 8 mil pés de café na propriedade e fazendo uma conta rápida, o agricultor chegou a um custo médio de R\$0,80 (oitenta centavos) por muda. Parte do recurso investido veio do carvão de eucalipto, produzido em dois fornos na propriedade, sob responsabilidade do agricultor.

O cultivo do café é realizado, na maior parte, em sistema de monocultivo, com o uso de adubos químicos e agrotóxicos, seja como “remédios para as folhas” ou herbicida a base de glifosato (Round-up). Plantam anualmente milho e feijão para o autoconsumo em algumas partes da lavoura em que o café não está totalmente formado e deixa algum espaço nas ruas (entrelinhas). Ele diz que deveria fazer a adubação três vezes ao ano, mas só consegue aplicar duas em apenas parte da lavoura; dos 8 mil pés de café que possui, considera que 6 mil são “bem cuidados”, o que sob sua perspectiva, está associado à aplicação de insumos químicos. O seu raciocínio é feito em cifras, contabilizando os fatores de produção do cultivo do café no valor gasto com a aplicação dos adubos químicos, agrotóxicos, com mão-de-obra e mudas.

O agricultor explicou que aprende sobre o cultivo do café nas palestras ministradas por vendedores de insumos químicos, que representam lojas de produtos agropecuários do município e de municípios vizinhos (que se tornaram fonte de informação técnica para os agricultores em geral). Segundo ele, os vendedores convidam os agricultores para o que ele chamou de “palestras” e lançam mão do uso de notebooks e tecnologias como data show para suas apresentações. Nestas palestras, são apresentados vídeos sobre a forma e o período de aplicação dos produtos – antes e depois de abrir a flor, por exemplo – e a quantidade do produto a ser diluída. São técnicas muito simples que encenadas dessa forma, buscam expressar um domínio técnico-científico do saber dos vendedores de insumos em relação aos saberes dos agricultores. Essa abordagem, que torna a agricultura um problema técnico-científico, é parte da visão masculina hegemônica sobre agricultura e meio ambiente, com foco na competitividade e no controle sobre o mundo exterior (Pease, 2021), mais especificamente sobre a natureza.

Durante uma reunião realizada no SINTRAF de Simonésia, em outubro de 2022, para tratar sobre o uso de agrotóxicos, realizada no âmbito da pesquisação do GENgiBRe, algumas agricultoras também mencionaram, o papel da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER) na difusão do uso de agrotóxicos no município. Uma liderança do SINTRAF de Simonésia nos relatou que quem trouxe o Round-up para o

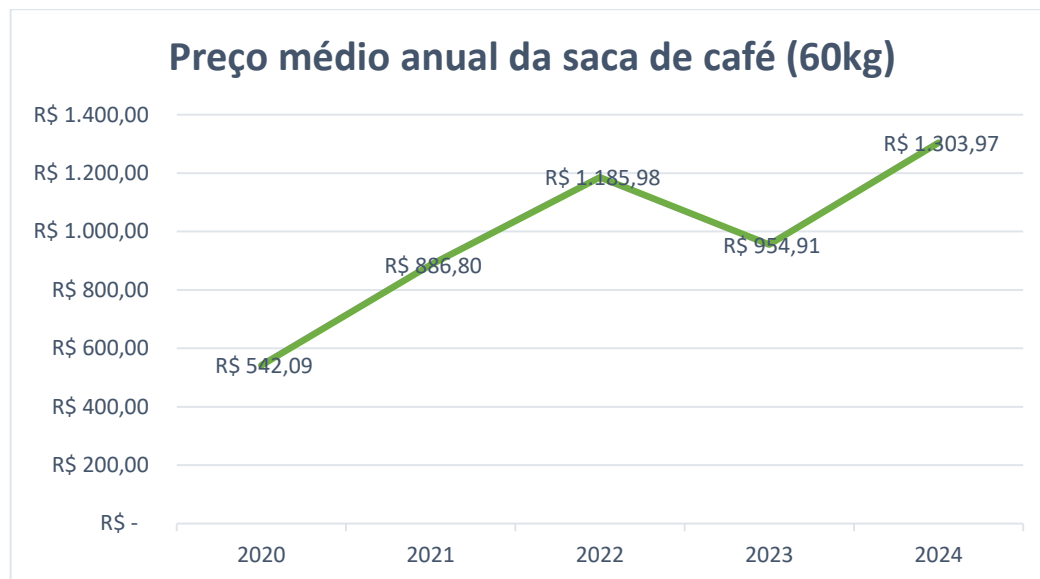
município foram os técnicos da EMATER. Ela comentou que o técnico, que é uma pessoa que detém autoridade, mostrou como usava o herbicida, com o discurso de que “mata o mato, mas não contamina a terra”. Outra agricultora, também liderança sindical, contou que esteve no escritório da EMATER e o técnico “ficou fazendo propaganda do eucalipto, do Round-up, que não faz mal etc. Que o milho bebe muito mais água que o eucalipto”. Outro agricultor presente nessa reunião disse que os agricultores usam sem medo porque os agrotóxicos foram trazidos “como sendo uma coisa que não faz mal. Meu irmão falou que podia tomar, que não era veneno”.

Os agrotóxicos são adquiridos com facilidade nas lojas especializadas na venda de produtos agropecuários, mas é o vendedor que explica quanto deve ser aplicado de cada produto e lhe entrega a prescrição num papel. O agricultor de Simonésia aplica por si mesmo ou contrata alguém para fazer o serviço e, segundo sua esposa, não costumam utilizar equipamentos de proteção individual (EPI), assim como a maioria dos agricultores na Zona da Mata. Ele comentou que “a lavoura aceita [os agrotóxicos], para a gente que não é bom”.

O agricultor se queixa que não tem dinheiro para investir e fala sobre o valor da safra do ano anterior, que estava muito baixo, comparado à elevação média do preço da saca de café na safra seguinte. Dados da Cooperativa Regional de Cafeicultores de Guaxupé LTDA (Cooxupé) no Sul de Minas Gerais²⁴, mostram uma variação importante de aumento no valor médio da saca de café (60kg) entre 2020 e 2021, período a que se refere o agricultor. A figura 15, abaixo ilustra essa elevação, considerando todas as negociações físicas de todas as qualidades de grãos, comercializados pela Cooxupé, no período de 2020 a 2024.

²⁴ Os dados para a Zona da Mata não estavam disponíveis para este período e, por este motivo, optou-se por utilizar os dados do Sul de Minas Gerais. Há diferenças entre os valores da saca de café praticados nas duas regiões, sendo na Zona da Mata, em média, ligeiramente inferior ao do Sul de Minas Gerais.

Figura 15- Preço médio anual da saca de café (60kg) no período de 2020 a 2024



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados históricos disponibilizados pela Cooxupé (2024).

Conforme mostra a Figura 14, acima, o valor médio anual da saca de café em 2020 foi de R\$542,09 e em 2021 de R\$886,80, tendo uma elevação de 63,59%. Esses valores servem apenas como referência para notar as variações no preço médio da saca de café, pois outros fatores podem interferir no valor de venda em cada região: a qualidade e a classificação do grão, a negociação feita com os atravessadores e o preço médio de venda na região e no próprio município, por exemplo.

O agricultor de Simonésia, explica que em 2020 colheu 90 sacas de 60 kg, vendidos a R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais) a saca, o que lhe conferiu um total bruto de R\$31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos reais). Ele concluiu que a safra foi boa, mas o preço do café foi muito baixo, limitando sua capacidade de investir na produção (como adquirir um secador de café ou fazer a aplicação dos insumos conforme recomendação técnica). Como se observa, o preço da saca comercializada pelo agricultor foi cerca de 35% inferior ao preço médio de referência na Figura 1, para o mesmo período.

Essa situação evidencia a subordinação dos agricultores que produzem café ao mercado internacional, por se tratar de uma *commodity*, mas também ao mercado regional e aos atravessadores. O preço médio da saca de café varia regionalmente em função dos custos de produção e de aspectos ambientais que condicionam a qualidade do grão produzido. Além disso, como será visto adiante, o preço da saca de café é definido caso a caso, pelos atravessadores, responsáveis pela classificação da qualidade dos grãos.

Os demais agricultores envolvidos na pesquisação GENgiBRe nos municípios de Simonésia e Divino – maridos das agricultoras agroecológicas que acompanhamos – também produzem café e possuem experiência semelhante à que acaba de ser descrita: aprendem com os vendedores de insumos químicos e também entre eles, por exemplo compartilhando informações sobre novas variedades de café e os tipos de adubos químicos e agrotóxicos que os outros homens da comunidade têm utilizado naquela safra. Desse modo, contribuem com a difusão dessas substâncias e do pacote tecnológico que os integra ao mercado global de produção de café.

Pelas nossas observações, os agricultores têm pouca ou nenhuma apropriação dos aspectos técnicos que subsidiam a tomada de decisão sobre os insumos químicos (adubos e agrotóxicos) que devem utilizar na lavoura ou quando e como aplicá-los. No caso detalhado acima, que também foi partilhado por outros agricultores durante a pesquisação do GENgiBRe, o agricultor não possui conhecimento para interpretar as análises laboratoriais de solo, o que significam os macro e micronutrientes, sua função e interação com as plantas e o solo. Segundo ele: “O vendedor é formado, vem na minha lavoura, faz análise de solo [cobra cinquenta reais], indica a quantidade de calcário, explica os remédios, bota a quantidade no papel” (Entrevista, agricultor de Simonésia, outubro de 2021).

O agricultor entrevistado não lembra que tipos de adubos e agrotóxicos utilizou na safra anterior. Simplesmente, compra os produtos recomendados pelos vendedores e, em alguns casos, por seus vizinhos e os aplica de acordo com suas orientações. Assim como o fazem os outros homens da comunidade. Quando perguntado sobre seus aprendizados no cultivo do café, ele responde que “é fácil” e “não tem muito o que aprender”. Quem não consegue produzir de acordo com o pacote tecnológico recomendado pelos vendedores, fica excluído.

Os atravessadores são um outro elo importante da cadeia de agentes envolvidos na produção de café como *commodity*. Eles possuem empresas corretoras no município, em municípios vizinhos ou na própria comunidade, e são responsáveis pela avaliação da qualidade dos grãos, o que influencia o preço pago pela saca de café. É frequente que ocorram discrepâncias nas análises feitas pelos atravessadores, o que pode reduzir muito o valor do produto. Por essa razão, os agricultores costumam deixar amostras de café em várias corretoras ou com diferentes atravessadores, buscando obter um preço de venda mais vantajoso. Essa situação evidencia a subordinação dos agricultores ao capital comercial, na medida em que não têm autonomia absoluta sobre a venda de seus cultivos.

Para fazer frente a essa realidade, no município de Espera Feliz – que fica próximo a Divino e Simonésia e onde há organizações da agricultura familiar (sindicato, associações, cooperativa)

envolvidas na construção da rede de agroecologia da Zona da Mata –, o SINTRAF estruturou uma sala de classificação e prova de café. Desse modo os agricultores têm atualmente uma referência confiável na avaliação de seu produto, o que lhes confere uma maior capacidade de negociação com os atravessadores na região, além de estimular a produção de cafés especiais.

Contudo, além da subordinação ao capital industrial, representado pelas grandes indústrias de agroquímicos; e ao capital comercial, representado pelos atravessadores e comerciantes locais, as agricultoras e agricultores também estão subordinados ao capital financeiro. Agricultores relataram que, nesta região, o acesso ao crédito rural pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é condicionado ao uso de insumos químicos, como adubos e agrotóxicos. Segundo eles, é muito difícil obter financiamento para a produção de café ou de outros cultivos agroecológicos. As instituições financeiras públicas e privadas, que executam a política de crédito rural, cumprem um papel importante na rede global de produção de café, pois determinam o modelo de produção na região.

Em síntese, os agricultores têm pouca autonomia no processo produtivo, desde o plantio da lavoura até a comercialização dos grãos. No contexto da produção do café como *commodity*, há um processo de aculturação dos saberes locais e empíricos dos agricultores e de dominação epistêmica imposta pelos vendedores de insumos químicos e outros agentes, como os técnicos da EMATER. Essa dominação se fundamenta na dependência dos agricultores em relação ao mercado global de café e na autoridade técnico-científica que estes agentes reivindicam.

A autoridade técnico-científica é um dos aspectos da masculinidade “provedora-industrial” (Hultman; Pulé, 2018), que explica a integração dos homens ao modelo de produção industrial – no caso dos agricultores à produção de café como *commodity* – para cumprirem seu papel, socialmente atribuído, como provedores de renda para a família. Ao mesmo tempo, a masculinidade provedora-industrial também relega a segundo plano as consequências sociais e ambientais do capitalismo industrial, especialmente no setor agrícola, consolidando-se como uma forma hegemônica de masculinidade.

De um lado, esses relatos revelam uma dinâmica de subordinação dos agricultores em relação aos técnicos e comerciantes de insumos, decorrente do poder social, econômico e simbólico vinculado à autoridade técnico-científica. De outro lado, destacam a aliança formada entre os homens – agricultores, técnicos e comerciantes de insumos químicos – que se reconhecem mutuamente por meio de seus papéis sociais de gênero. Esse pacto de masculinidade influencia a escolha dos agricultores ao optarem pelo pacote tecnológico, pois confere legitimidade na relação com outros homens, como outros agricultores, comerciantes locais, vendedores de insumos e atravessadores.

A situação observada na relação entre os técnicos, vendedores e os agricultores ilustra a manifestação da masculinidade hegemônica ou cúmplice. Os técnicos e os vendedores utilizam um discurso e tecnologias para legitimar sua autoridade técnico-científica, estabelecendo uma relação de subordinação explícita em relação ao conhecimento empírico dos agricultores e às desigualdades de classe. Essa dinâmica evidencia como a masculinidade hegemônica e cúmplice reforçam as hierarquias sociais existentes.

Por outro lado, os atravessadores e os agentes financeiros exemplificam a masculinidade hegemônica por meio do poder econômico e do prestígio social que exercem. Essa masculinidade é construída sobre a afirmação da subalternidade de classe em relação aos agricultores. Além disso, os agentes financeiros exercem um papel importante ao definirem a destinação dos recursos do crédito rural para atividades agrícolas intensivas, como a produção de café na Zona da Mata mineira, que são socialmente atribuídas aos homens. Essa configuração revela como as relações de gênero e poder estão entrelaçadas nas práticas agrícolas e nas estruturas econômicas.

4.2. Agrotóxicos: uma ameaça que vem de fora

Os agrotóxicos são percebidos pelas agricultoras como uma ameaça que vem de fora, seja de fora de suas comunidades, pelas mãos de agentes do Estado (técnicos da EMATER, funcionários de prefeituras municipais, agentes bancários e de vendedores de insumos químicos); ou mesmo de dentro de suas propriedades, mas das lavouras e outras áreas de produção que não estão sob seu domínio.

Como vimos no capítulo 3, as agricultoras de Simonésia afirmaram que os agrotóxicos foram introduzidos na Zona da Mata mineira por meio do IBC, que a partir da década de 1970 passou a estimular o monocultivo de café na região. O café já era cultivado em menor quantidade nas lavouras, junto com milho, feijão, arroz e outros alimentos. Mas a atuação do IBC e da Emater questionava essa forma de plantio consorciado, muito comum na região e, com a promessa de aumentar a produtividade, estimulou a produção de café em monocultura com o uso de adubos e agrotóxicos.

Uma das agricultoras deste município e liderança sindical lembrou que, numa ocasião em meados da década de 1990, os técnicos da EMATER fizeram uma reunião com os agricultores para apresentar informações sobre a produção de café, incluindo o uso de adubos químicos e agrotóxicos. Nessa reunião, a participação da agricultora se restringiu à função de preparar a alimentação para o grupo de agricultores e técnicos. Ela menciona que:

eu sempre relato nas reuniões que se eu soubesse o que que era a reunião, que os

técnicos da Emater tava fazendo com os homens e passando, apresentando, né? Foi daí que começou aqui na comunidade o uso maior do Round-up, né? [...] Isso aconteceu aqui na minha comunidade e eu que cozinhei, né, prá esse povo, sem ter muita noção, eu não tinha também conhecimento, né, do que se tratava [...] foi depois que eu passei a ter conhecimento do que era a questão dos agrotóxicos, através dos movimentos, sindicato, é que eu fui tomar consciência disso, né? (Agricultora de Simonésia, 2022)

A situação descrita pela agricultora evidencia o que feministas latino-americanas têm denominado como um processo de (re)patriarcalização dos territórios: quando a acumulação do capital pelo extrativismo – nesse caso, a agricultura industrial – impõe mudanças nas lógicas que organizam os territórios e configuram “[...] uma nova ordem patriarcal, que conflui, enraíza, reforça e amplifica a existência de relações machistas prévias (Vázquez, 2017, p. 1, tradução nossa). A dimensão estrutural desse processo, proposta pela mesma autora e que queremos destacar aqui, ocorre quando a atuação das empresas ou do Estado no contexto do extrativismo, reafirma os papéis de gênero e aprofunda as condições estruturais de subordinação e discriminação das mulheres (Vázquez, 2017).

A indústria de agrotóxicos instrumentaliza características próprias da masculinidade hegemônica, como a noção de poder, virilidade, supremacia e força, associando-as aos seus produtos: herbicidas, fungicidas e inseticidas. Não por acaso, os agrotóxicos têm sido introduzidos no manejo agropecuário pelos homens. Os nomes comerciais desses produtos evidenciam a estratégia das indústrias de vinculá-los às características da masculinidade hegemônica: “Fullguard”, “Parachute”, “Fox Ultra”, “Expoente”, “Prince”, “Galopeiro”, “Inédito”, “Verdadero”, “Finale”, “Sperto”, “Bold”, “Baihta”, “Burner”, “Certeza”, “Completo”, “Chaser”, “Mustang”, “Delegate”, “Brilhante”, “Eleitto”, “Vigold”, “Torino”, “Boiadeiro”, “Huck”, “Titã”, “Frontier”, “Milagro”, “Galapus”, “Brave”, “Patrulha”, “Garantte”, “Scudeiro”, “Malathor”, “Terra Forte”, “Proeza” (Bombardi *et al.*, 2025, no prelo).

A Figura 16, abaixo, uma cópia da tela do site de uma empresa de insumos para a agricultura industrial, mostra um dos novos produtos para o manejo da broca-do-café.

Figura 16 - Propaganda veiculada na internet para a comercialização de um inseticida utilizado no manejo do café



Fonte: <https://ihara.com.br/produtos/terminus-cafe/>

Como pode ser observado, a estratégia de marketing da empresa busca associar o uso do produto às características da masculinidade hegemônica: poder, virilidade, supremacia e dominação. O poder é antrope e androcêntrico; está nas mãos dos homens agricultores para dominar a natureza, representada pela broca-do-café. Contudo, ao adotarem o modelo de produção agroindustrial, os agricultores passam a ser subordinados às indústrias de agroquímicos, tornando-se dependentes de tecnologias e de um repertório técnico-científico que não dominam.

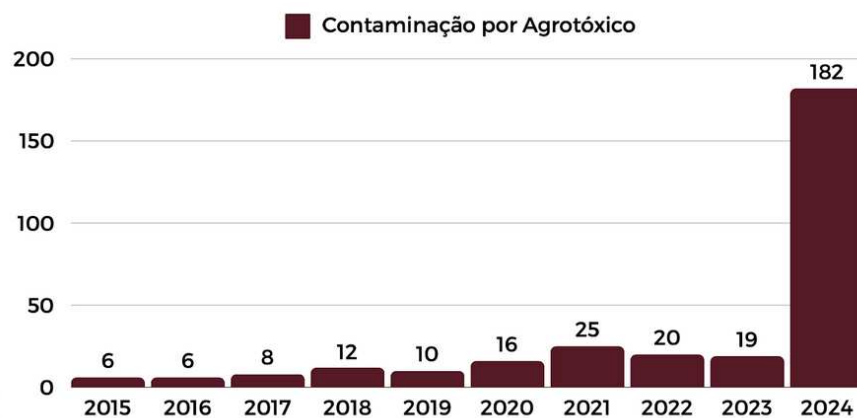
A difusão do pacote tecnológico da Revolução Verde que se alicerçou na – e reforçou a – divisão sexual do trabalho, contou também com um decisivo papel do Estado. A extensão rural no país foi estruturada tendo a propriedade e a família rural como unidades de ação, por meio de duas vertentes: a da produção agrícola e a da economia doméstica (Fonseca, 1985). Para a família a ação realizada por extensionistas mulheres com as agricultoras, era voltada ao planejamento, organização, limpeza, trabalho e higiene, mais adequados à racionalidade capitalista que buscava o aumento da eficiência e produtividade. Sobre as mulheres estas ações tinham uma implicação profunda ao reforçar o papel social de cuidado com o lar e com a família.

O fato acima relatado também evidencia a aliança entre os homens – técnicos da EMATER e agricultores, como expressão da dinâmica da masculinidade cúmplice (Connell, 2005). Esta aliança legitima o papel social dos agricultores como provedores da família e contribui para reafirmar o poder social dos homens em relação às mulheres, perpetuando as hierarquias de gênero. Ao limitar a participação ativa das mulheres e sua capacidade de influenciar práticas agrícolas, as instituições públicas como a EMATER, contribuem para a manutenção de um modelo de produção baseado na exploração da natureza e na subordinação das mulheres.

A territorialização deste modelo de produção extrativista, se dá em conflito com as lógicas de produção das agricultoras. Dona Lia, agricultora do município de Acaiaca, mencionou que “um grande problema dos nossos quintais é ter alguém perto que joga veneno, porque o vento leva aquela neblina”. Essa situação ilustra a noção de que os agrotóxicos vêm de fora das áreas de produção agroecológica sob responsabilidade das mulheres, seja pelas mãos de vizinhos ou de homens da própria família (maridos e filhos). A neblina a que ela se refere expressa um dos mecanismos de dispersão dos agrotóxicos pelo vento, a deriva. Durante a realização do Mapa Corpo-Território em Simonésia, as mulheres falaram que o cheiro do agrotóxico muda no ar, causando enjoo, dores de cabeça, cansaço no corpo todo e “bambeza”.

Dados parciais dos conflitos no campo brasileiro, registrados ao longo do 1º semestre de 2024 publicados pela CPT (2023) mostram o crescimento alarmante da violência decorrente da contaminação por agrotóxicos. Como ilustra a Figura 17, abaixo, de 19 ocorrências em 2023 houve um aumento para 182 em 2024.

Figura 17 - Gráfico dos Conflitos no Campo relacionados à contaminação por agrotóxicos no primeiro semestre de 2023



Fonte: Comissão Pastoral da Terra (2024)

A maior parte desses conflitos foi registrada no estado do Maranhão, em função da pulverização aérea de agrotóxicos. Na Zona da Mata a pulverização dos agrotóxicos nas propriedades da agricultura familiar é feita manualmente, com pulverizador costal e, apenas há cerca de 3 anos, temos visto relatos de agricultores sobre a pulverização de agrotóxicos por drones. Ainda que não haja pulverização aérea por aviões no território, cujos impactos da contaminação sobre a saúde humana e o ambiente são ainda mais expressivos, os relatos das agricultoras sobre a deriva de agrotóxicos em suas áreas de produção de alimentos, são recorrentes.

No relatório de 2023 da CPT, não há ocorrências de conflitos decorrentes da contaminação por agrotóxicos na região Zona da Mata de Minas Gerais. Tampouco foram encontrados estudos sobre o uso ou a contaminação por agrotóxicos relacionados ao cultivo de café nessa região, em que pese seu papel central na rede de produção global desse produto. Contudo, os relatos das agricultoras e de alguns agricultores apresentados nessa tese, explicitam a ocorrência da contaminação por agrotóxicos e de conflitos decorrentes disso, inerentes não ao cultivo de café, mas ao seu modelo de produção como *commodity*. Essa situação evidencia a necessidade de realizar estudos específicos, que possibilitem compreender a extensão e a profundidade dessa problemática no território com uma abordagem de gênero.

Algumas agricultoras de Acaiaca, durante a realização da Cartografia Socioambiental Feminista, também denunciaram que a própria prefeitura municipal vinha fazendo uso de agrotóxicos para a capina química em vias públicas, tanto em áreas urbanas quanto rurais. A agricultora Flor do Campo contou que há anos atrás, quando ainda estava grávida, alguns funcionários públicos estavam utilizando agrotóxicos para a capina química no posto de saúde na cidade. Ela ainda afirmou que nas ruas em Acaiaca, a prefeitura é responsável pelo uso de muito “veneno” que, normalmente, são aplicados por funcionários terceirizados.

Rosa, agricultora urbana de Acaiaca, também contou que um dia os funcionários da prefeitura estavam fazendo a capina química com agrotóxicos em seu bairro e teve que intervir: “[...] eu falei que as crianças estavam perto e eles jogando veneno”. Ela mencionou que a prefeitura utiliza muito “veneno” na porta das casas, como medida de controle de plantas espontâneas nas ruas e calçadas, pela capina química. Outras agricultoras corroboraram essas informações, dizendo sobre um funcionário específico da prefeitura que sempre aplicava os agrotóxicos na estrada. Uma delas contou que durante as obras para asfaltar a estrada rural que passa em frente à sua casa, a empresa contratada pela prefeitura utilizou herbicidas: “afetou minha plantação de quiabo, morreu tudo. Eles não estão nem aí, vão jogando veneno para facilitar a vida, porque não tem trabalhador” (Agricultora de Acaiaca, 2022). Ela contou que fizeram aquela barreira com cana, mas pouco adiantou, “porque o vento leva tudo” pela deriva.

Uma agricultora de Simonésia da etnia indígena Puri, durante a elaboração do Mapa Corpo – Território, disse que a questão do agrotóxico é um desafio muito grande para as mulheres e que travou uma disputa com o marido e o filho, em sua casa, devido ao uso de agrotóxicos e transgênicos. Sendo uma liderança sindical, ela nos contou que, antes, era comum que, quando saísse para trabalhar nas atividades do SINTRAF, ao voltar para a casa “já tinham [o marido e filho] batido Round-up até na porta da cozinha”. ela disse que essa situação a afetava violentamente e que “chorava demais da conta, de raiva, de tristeza” ao chegar em casa.

Ela, que também é reconhecida como guardiã de sementes crioulas, mencionou que, certa vez, eles plantaram milho transgênico, mas não tiveram uma boa colheita. Segundo ela, foi um ano de briga, pois não deixou ninguém colocar o milho dentro de casa: “foi briga todos os dias”. A agricultora citou que eles ainda continuavam pulverizando agrotóxicos em uma parte do terreno, mas que em volta de casa não utilizavam mais. Outras agricultoras deste município também reclamaram que em volta de sua propriedade se utiliza muito agrotóxico, o que afeta, além da saúde, na perda de autonomia das agricultoras sobre o manejo na propriedade.

Na visita à propriedade de um jovem casal de agricultores do município de Divino, durante a Caravana Feminista e Agroecológica na Zona da Mata, a agricultora anfitriã relatou que eles “vivem ilhados” porque é muito forte a presença dos agrotóxicos nos cultivos de café e tomate nas redondezas. Como eles trabalham com a produção agroecológica e de café orgânico em sistema agroflorestal, cujo manejo envolve a presença de espécies arbóreas, a capina seletiva e a roçada do mato, sem o uso de agrotóxicos e adubos químicos, são, por vezes, considerados loucos pelos vizinhos.

Durante a realização da Cartografia Socioambiental Feminista em Divino, as agricultoras da comunidade de Carangolinha de Cima localizaram minuciosamente no mapa, as casas das pessoas e as lavouras que utilizavam sementes de milho transgênico e agrotóxicos, conforme ilustra a Figura 18, abaixo:

Figura 18 - Elaboração da Cartografia Socioambiental Feminista na comunidade de Carangolinha de Cima, município de Divino.



Fonte: Acervo GENgiBRe (2022).

Na imagem acima, as lavouras de milho com variedades transgênicas resistentes ao herbicida Round-up, foram identificadas com as sementes de milho pintadas de preto. As agricultoras presentes afirmaram que mais pessoas utilizavam herbicidas na lavoura de café, mesmo sem o plantio de milho: “Cumpadre V. também usa transgênico, mas em outro terreno fora da comunidade. Mas usa Round-up na lavoura na comunidade”. Primeira Dama, outra agricultora de Divino fala que seu marido também utilizava Round-up, mas “só nos caminhos”, porque tinha muita braquiária. Maria Flor, outra agricultora da mesma comunidade afirma que seu marido também jogava Round-up “para matar o mato”. Custódia, agricultora de Divino, também fala que o marido usa Round-up de vez em quando e justifica pela dificuldade de conseguir mão de obra, mas também pelo alto custo de pagar alguém para capinar.

Socorro deu o exemplo de seu marido, que plantou transgênico numa lavoura na própria comunidade, mas um pouco mais distante, “porque lá ele não tem companheiro”, ou seja, tem dificuldade de conseguir mão de obra para a capina ou roçada do milho. Ela fala que “se ele plantasse transgênico aqui [próximo à casa] eu batia nele”. Segundo ela, seu marido se decepcionou com a colheita, pois achava que a produção seria melhor com o milho transgênico.

O uso de herbicidas a base de glifosato para a limpeza de ruas e beira de estradas em substituição à capina manual foi citado como uma prática comum na região, seja por agricultores que têm dificuldade de conseguir mão de obra; ou, como visto, até mesmo por prefeituras que promovem a capina química em áreas urbanas e rurais. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), no entanto, proibiu a prática da capina química em ambiente urbano, por meio da Nota Técnica 04/2016, em função dos riscos à saúde humana e ao ambiente. Além desses, a contaminação da água e do solo por agrotóxicos também foi relatada pelas agricultoras e agricultores envolvidos na pesquisa e será abordada na próxima seção.

Como foi evidenciado, os agrotóxicos são uma ameaça que vem de fora, pela imposição de um modelo de produção industrial sobre a agricultura. Este modelo, alicerçado no uso de insumos químicos como os agrotóxicos, e de sementes transgênicas, instrumentaliza o papel dos agricultores como provedores da família, apoiando-se nas masculinidades hegemônica, marginalizada e cúmplice para a sua difusão entre o público masculino. Assim, o modelo de produção agroindustrial contribui para um processo de (re)patriarcalização dos territórios, reforçando a divisão sexual do trabalho e a subordinação das mulheres.

4.3. Os impactos dos agrotóxicos na saúde e no ambiente

Na medida em que a pesquisa avançava, algumas atividades foram demandadas pelas agricultoras, com o objetivo de ampliar a reflexão sobre determinados temas com grupos maiores ou para aprofundar a compreensão sobre temas específicos. Uma dessas atividades se deu no município de Simonésia, em outubro de 2022, demandada pelo coletivo de agricultoras do SINTRAF para tratar sobre a questão do uso de agrotóxicos e transgênicos com a participação das organizações parceiras do sindicato.

Nesta reunião, que contou com a participação de cerca de 30 pessoas, agricultoras e agricultores relataram os impactos multidimensionais da contaminação dos agrotóxicos sobre a saúde humana, dos animais, a água, o ar e o solo. Sônia, uma agricultora de Simonésia, comentou sobre uma pessoa na comunidade que estava trabalhando com criação de porcas e teve problemas com a má formação fetal e o acometimento de doenças. Ela acredita que esses problemas começaram a ocorrer quando passaram a tratar dos animais com ração e outros produtos transgênicos. Outra agricultora comentou que ela própria teve problemas com sua ninhada de porcos e atribuiu ao uso de ração e fubá transgênicos. De acordo com minha revisão de literatura, há uma escassez de estudos que façam a correlação entre a alimentação transgênica e o acometimento de doenças ou a má formação fetal em porcas. A percepção das agricultoras

aponta para a necessidade de desenvolver pesquisas nessa área, para analisar esses casos e investigar tal hipótese.

Algumas pessoas relataram sintomas de intoxicação ao passarem em locais onde haviam sido utilizados agrotóxicos. Uma das agricultoras explicou que tem uma reação muito severa de alergia: “fico com o corpo todo encalombado, toda machucada, empipocada”, quando passa perto de algum lugar em que tenha sido utilizado o Round-up. Outra agricultora relatou sintomas semelhantes, como coceira no corpo, espirro, falta de ar e o corpo “empipocado”. Para outro agricultor a cabeça começa a doer na hora, quando passa próximo de algum local com agrotóxicos.

Em entrevista realizada com uma liderança da Pastoral Ecológica do município de Simonésia, esta comentou que sua mãe faleceu em função de um câncer no colo do útero, que atribui ao uso intensivo de agrotóxicos ao longo da vida. A médica que acompanhou o caso de sua mãe, explicou-lhe em particular, que o câncer possivelmente tinha relação com a exposição contínua a agrotóxicos durante a vida e destacou a relação já comprovada entre estas substâncias e problemas de saúde da mulher:

A médica que acompanhou minha mãe não quis se expor nas redes sociais, ou com meio de gravação ou de vídeo, não quis colocar nenhuma prova no laudo na minha mãe que o câncer tinha relação com o tipo de agricultura que ela praticava há anos e anos, que era uma agricultura convencional, com veneno (Liderança da Pastoral Ecológica, 2021).

A agricultora de Simonésia Maria do Toin, que também acompanha pessoas da sua família / comunidade em tratamento de saúde há mais de 30 anos, disse que percebe que tem aumentado a incidência de câncer no município, o que ela associa ao uso crescente de agrotóxicos:

Câncer é o que mais tem aqui, por causa de agrotóxicos. [...] Há mais de 30 anos levo pessoas para tratamento, muita gente morreu por causa dos agrotóxicos, já perdi irmão, sogra. [...] Eu tenho medo do câncer, da mineração destruindo tudo, gosto de alimento saudável (Maria do Toin, 2022).

Rayline, uma jovem liderança do movimento agroecológico de Simonésia, enfatizou que as pessoas têm pouca consciência sobre os riscos do uso de agrotóxicos e deu o exemplo de pessoas que aplicam essas substâncias de chinelos, sem qualquer proteção, ou que fazem a pulverização perto das águas de nascentes e córregos. Ela também falou do Hospital do Câncer em Muriaé, da Fundação Cristiano Varella, como um lugar que, infelizmente, passou a ocupar um espaço central na vida de muitas famílias e, particularmente das mulheres, em função da divisão sexual do trabalho.

A relação que Rayline fez entre o uso de agrotóxicos e o hospital do câncer se tornou mais concreta ao vermos – durante uma de nossas viagens de campo – um *outdoor*, colocado em

local de grande circulação na BR 262, na entrada de Manhuaçu, com o anúncio da chegada do Hospital do Câncer neste município. Manhuaçu, fica a apenas 30km de Simonésia e ocupa posição estratégica na Zona da Mata para a logística e o comércio de café, sendo o maior produtor da região e, portanto, um dos maiores produtores mundiais desse grão.

Nos encontros dedicados à construção do Mapa Corpo-Território (vide cap. 4) nos três municípios envolvidos na pesquisa, os relatos das agricultoras revelaram a complexidade de suas percepções sobre os impactos dos agrotóxicos em seus corpos. Rosa, de Acaiaca, nos contou que sente “uma dor no coração” com o uso desenfreado de agrotóxicos, conforme ilustra a Figura 19, abaixo, sentimento compartilhado por outras agricultoras em Simonésia e Divino.

Figura 19 - Mapa Corpo-Território produzido com as agricultoras de Acaiaca (2022).



Fonte: Acervo GENgiBRe (2022).

Sentimentos como tristeza e preocupação também foram associados à cabeça. As mulheres mencionaram que os agrotóxicos afetam sua mente, pois, além de sentirem dores, elas “ficam preocupadas com aquilo” e isso “afeta o psicológico”, podendo gerar depressão. Elas expressaram que se sentem atingidas, mas não conseguem identificar se a sensação é no coração, no peito ou nos “nervos”. Sentem medo, aflição associados à barriga, porque é onde gera a vida e pode levar ao aborto ou ao nascimento de filhos com deficiência.

Outro aspecto bastante citado pelas agricultoras e agricultores durante a realização da pesquisa do GENgiBRe foi a contaminação da água pelos agrotóxicos. A água é um bem essencial para a reprodução da vida, para o consumo humano e de animais, para o preparo dos alimentos, a limpeza da casa e a higiene pessoal; além de ser um bem fundamental para a produção de alimentos. Por este motivo, as mulheres têm particular preocupação com possíveis

impactos sobre a sua qualidade e quantidade, como a contaminação por agrotóxicos, o desmatamento e as queimadas.

Uma agricultora de Acaiaca contou, durante a realização da Cartografia Socioambiental Feminista, em 2022, que teve um problema com uma proprietária vizinha. Esta tem uma propriedade na comunidade do Maracujá, mas reside em Ponte Nova, a cerca de 50 quilômetros da comunidade, e havia orientado um funcionário a pulverizar herbicida em volta do poço que abastece cerca de 70 famílias. A agricultora enfrentou a vizinha e impediu o uso de agrotóxico nesse local e, a consequente contaminação da principal fonte de água para toda a comunidade. Em outra comunidade deste município, outra agricultora comentou indignada sobre o vizinho que utilizou herbicida em cima da cisterna da casa dela, sem se preocupar com a contaminação da principal fonte de água para o consumo da família.

Algumas agricultoras também mencionaram preocupação com o uso de agrotóxicos por vizinhos em lavouras que ficam acima da água utilizada para o consumo. Esperança, agricultora de Simonésia, comentou que percebe a diferença na qualidade da água, que era mais “leve” e que agora é mais “pesada”. Ela afirmou que em relação a outros lugares a água deles é boa, dando o exemplo de que seu filho prefere tomar água na casa dos pais, pois na casa dele é ainda mais “pesada”. A percepção da água ser “pesada” pela agricultora, está relacionada à possível contaminação pelos agrotóxicos utilizados nas lavouras de café em volta, que afetam a qualidade da água consumida pela família. Sueli, agricultora de Simonésia, contou que um vizinho utiliza agrotóxico em sua lavoura no topo do morro e que ela tinha receio de contaminar sua água. Apesar disso, não deixava de usá-la, pois não tinha outra opção.

Apesar de o Brasil ser um dos maiores consumidores de agrotóxicos do mundo, há uma escassez de dados e pesquisas sobre a contaminação das águas, ao mesmo tempo em que a legislação permite níveis muito elevados de contaminação, se comparados aos países da União Europeia, por exemplo. A concentração máxima de glifosato, um dos agrotóxicos mais utilizados no Brasil, na água potável no Brasil é de 500 µg/L, 5 mil vezes mais elevada que na União Europeia, de 0,1 µg/L.

De acordo com o Atlas dos Agrotóxicos no Brasil elaborado pela Fundação Heinrich Böll Stiftung em 2023, a análise de dados publicados no Brasil entre 2012 e 2019, constatou a presença de 21 agrotóxicos em águas, sendo o flutriafol, o alfa e beta-endossulfan, o metolaclo e a atrazina os mais frequentes. No entanto, a maioria dos estudos não inclui os dois agrotóxicos mais comercializados no Brasil – glifosato e 2,4-D – entre os parâmetros pesquisados, em função do custo elevado para as análises (Tygel *et al.*, 2023).

A ocorrência de misturas de agrotóxicos, frequentemente tem sido identificada em pesquisas científicas e nas amostras analisadas pelo Programa Nacional de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (Vigiágua), embora seus efeitos sejam ainda pouco explorados nas pesquisas e abrangidos na legislação regulatória. A mistura de agrotóxicos “[...] mesmo com níveis de resíduos dentro dos parâmetros previstos na legislação, pode desencadear efeitos tóxicos – possivelmente pelo somatório ou potencialização da toxicidade desses agentes, quando combinados” (Tygel *et al.*, 2023, p. 30).

O modelo extrativista da produção de café como *commodity*, que contamina as fontes de água, afeta particularmente as mulheres que, no sistema patriarcal, são responsabilizadas pelo trabalho doméstico e de cuidados, atividades que dependem fundamentalmente desse bem comum. O seu maior contato com a água (lavando e higienizando as roupas de trabalho, cozinhando, limpando a casa, cuidando dos pequenos animais etc.) implica que as mulheres estejam mais expostas à contaminação por agrotóxicos, derivada do modelo de produção agroindustrial (Vázquez, 2017).

As agricultoras também ficam mais sobrecarregadas com o trabalho de cuidados, devido ao aparecimento de doenças decorrentes do consumo da água contaminada ou da sua escassez, provocada pelo desmatamento, queimadas e pela produção em sistema de monocultivo. A contaminação ou a escassez de água, além de impactos na saúde física, também afeta as mulheres emocionalmente: sua preocupação aumenta com a incidência de doenças ou com as dificuldades impostas para a manutenção das condições de vida de sua família e da comunidade. A ruptura dos ciclos de reprodução da vida, nesse caso especificamente do ciclo da água, é uma expressão da dimensão ecológica dos processos de (re)patriarcalização dos territórios (Vázquez, 2017).

A contaminação da água, do ar e do solo também coloca em risco a manutenção de estratégias de soberania e segurança alimentar das famílias, protagonizadas pelas mulheres agricultoras, como o cultivo de sementes crioulas e a produção para o autoconsumo. Sueli, agricultora de Simonésia nos contou que deixou de plantar alimentos nas divisas da propriedade, pois “às vezes o vizinho – já contei que eu planto abobrinha – às vezes ele vai e joga Round-up no pé das plantas. Aí eu não aproveitei. (...) Eu já parei de plantar coisas na divisa, que eu não vou comer, né?”. Essa situação também expressa a disputa milimétrica pelo território, colocando em oposição as lógicas econômicas da produção para o autoconsumo, relações de reciprocidade e o acesso aos mercados territoriais – em geral protagonizada pelas mulheres – e a produção de *commodities*, sob responsabilidade dos homens.

O caso de Kéture, também explicita essa disputa pelo território entre a produção de alimentos e “bonitezas” (flores, plantas medicinais, criação de pequenos animais) pelas agricultoras, em geral no entorno de casa, mas também nas áreas marginais da lavoura; e a situação típica do cultivo de café com o uso intensivo de agrotóxicos pelos homens. Kito, esposo de Kéture, pretendia adquirir um secador de café, mas o valor obtido com a venda do café em 2021 não possibilitou esse investimento. Isso, no entanto, não o impediu de mudar a horta, que fica sob responsabilidade de Kéture, de lugar. Durante nossa visita para a elaboração do Etnomapeamento, a horta já estava em novo local, próximo à casa, mas íngreme e com pouco espaço, como ilustra a Figura 20, abaixo:

Figura 20 - Horta da Kéture em novo local, próximo à casa, com o cultivo de café em volta.



Fonte: Acervo GENgiBRe (2022)

A horta, rodeada pelo café, expressa a disputa entre os papéis de gênero e as lógicas econômicas e de produção: a produção agroecológica para o autoconsumo sob responsabilidade de Kéture e a produção de café como *commodity* de Kito. Ele ainda comentou sua intenção de investir num terreiro de cimento ao lado da casa, o que implicaria tirar várias plantas, inclusive um pé de amora, que tem um valor afetivo para Kéture. Ele já cortou várias flores e plantas neste espaço sem o consentimento dela, gerando conflitos. Para ele, a prioridade é o café e chegou a falar, na nossa presença, que as flores que ela tanto gosta de cultivar, não valiam nada. Por este motivo, quando Kéture se referiu a este espaço como “beirada do terreiro”, Kito

respondeu que era a “beirada da briga”. Essa situação vivenciada por Kéture e por nossa equipe, pode ser analisada como uma expressão da masculinização do espaço, proposta por Vázquez (2017), no contexto específico da produção de café como *commodity* pela agricultura familiar na Zona da Mata. Uma política de produção de “corporalidades, sensibilidades e sociabilidades” (Vázquez, 2017, p. 3) pela “[...] regulação das formas socialmente inscritas de perceber e sentir e se relacionar com o mundo” (Aráoz, 2014, p. 62).

4.4. O Round-up orgânico como uma falsa solução ao uso de agrotóxicos

Na entrevista realizada com Sol, esposo da agricultora Girassol, em abril de 2022, ele mencionou que foi intoxicado três vezes com agrotóxicos na “terra dos outros”, durante a colheita do café, e chegou a ter sintomas graves como queimaduras na pele. Após esses episódios deixou de usar agrotóxicos, contabilizando cerca de 8 anos no momento de nossa entrevista. Para ele, a lavoura de café é a “natureza”, explicitando uma relação mediada por outros valores que não apenas o da produção de *commodity*. Faz um sistema de manejo do café para “cuidar do meio ambiente”, “ter renda o ano todo” e “mais alimento na lavoura”. Nas suas palavras, “a terra é para se alimentar, não é só para ter dinheiro do café”. Esse relato de Sol pode ser compreendido pelo que Hultman e Pulé (2018) denominam como masculinidades ecológicas, uma categoria relacional, baseada no cuidado com os bens comuns e privados e que desafia a noção hegemônica de masculinidade, associada à dominação, à força, agressividade e competição.

Sol, no entanto, na busca de uma alternativa ao uso de agrotóxicos, começou a utilizar um produto popularmente chamado de “mata mato natural”, “mata mato orgânico”, “Round-up orgânico” ou “Round-up natural” entre outras denominações semelhantes. O uso desses produtos tem crescido nos municípios da região como uma “alternativa” à escassez de mão de obra e ao uso de agrotóxicos como o “Round-up”. Os agrotóxicos supostamente naturais ou orgânicos consistem em herbicidas produzidos sem os devidos registros nos órgãos responsáveis que são comercializados ilegalmente. No entanto, esse fato não era de conhecimento de agricultores e agricultoras envolvidos na pesquisa do GENgiBRe. Foi por meio da pesquisa que esta informação se tornou pública. Durante a Caravana Feminista e Agroecológica realizada na Zona da Mata em julho de 2022, no município de Divino, as agricultoras da comunidade de Carangolinha de Cima confirmaram que o “Round-up orgânico”, ganhou espaço devido à dificuldade de mão de obra para trabalhar nas lavouras de café, cada vez maiores.

Na reunião realizada em Simonésia sobre os agrotóxicos, citada acima, uma agricultora mencionou que “tinha muita dificuldade em casa porque meu marido batia Round-up até no terreiro. Pelo menos foi uma opção para sair do veneno, ter o ‘Round-up natural’. Do ano passado [2021] para cá começou a usar o mata mato”. Uma das formulações bastante comercializadas neste município, é produzida em Espera Feliz, um município reconhecido na região pelo trabalho histórico das organizações da agricultura familiar com agroecologia. A disseminação do uso dessa substância entre os agricultores e agricultoras agroecológicos está associada à ideia de ser um produto “natural” ou “orgânico”, produzido à base de plantas sem os princípios ativos dos agrotóxicos, danosos à saúde.

Nesta reunião, Irene Cardoso, professora e pesquisadora no Departamento de Ciências do Solo da UFV, uma referência internacional no tema da agroecologia, compartilhou os resultados de um laudo laboratorial referente a uma das formulações de "mata mato" desenvolvidas em Espera Feliz. O resultado comprovou a existência de glifosato no produto e um dos agricultores comentou: “não fiquei surpreso, porque já achava estranho matar o mato e não matar o milho”. Outro agricultor e liderança do SINTRAF, disse que “descobrimos muita gente que queria uma alternativa. O ‘mata mato’ veio como uma solução”. Nesta ocasião, vários foram os relatos de agricultores e agricultoras que passaram a utilizar o “mata mato” como estratégia para o manejo agroecológico nas propriedades.

Estas tecnologias, desenvolvidas como parte de uma modernização ecológica, apresentam-se como soluções inovadoras para os problemas ambientais decorrentes da produção agroindustrial. Essas soluções incorporam duas dimensões que Hultman e Pulé (2020) associam a um tipo de masculinidade denominado como ecomoderna: a valorização da sustentabilidade em alinhamento com o crescimento econômico e as forças do mercado. O caso de Sol é bastante ilustrativo da dinâmica das masculinidades, que não é determinada apenas pela decisão do agricultor, mas está em tensão com as outras masculinidades. O fato é que o uso do “mata mato” e de outras soluções supostamente inovadoras para os problemas ambientais decorrentes do modelo de produção agroindustrial, é orientado por relações de poder, instituições, técnicas e tecnologias a serviço do mercado (Hultman; Pulé, 2018).

4.5. “Eu não fui na lavoura, nem levar comida eu levo”: corpo, trabalho e resistências das mulheres frente aos agrotóxicos

Maria do Toin explicou que, apesar das mulheres “ajudarem” na roça, são os homens que, em geral, se responsabilizam pela lavoura e trabalham mais nesse espaço; por isso, têm maior poder de decisão sobre o tipo de manejo que será feito, incluindo o uso de herbicidas ou outros

agrotóxicos. Há vários casos em que as agricultoras deixaram de ir à lavoura para trabalhar ao longo do ano, em função do uso de agrotóxicos por seus maridos e filhos. Assim, boa parte delas passou a ir apenas na “panha” do café, que é muito demandante de trabalho. Kéture, disse que gosta da “panha”, mas não pode ir depois do marido ter pulverizado Round-up ou agrotóxicos foliares na lavoura. Ela tem problemas no pulmão e nos rins e, ainda assim, seu marido continua utilizando agrotóxicos na lavoura, mesmo que isso prejudique ainda mais sua saúde.

O relato de Maria do Toin sobre a lavoura de café que estava sendo manejada pelo filho, ilustra essa situação:

Eu venho menos aqui [na lavoura]. Só mesmo na época que eu for plantar os pés de fruta [...] eu fiquei um pouco desanimada com isso aqui para falar a verdade. [...] É a gente desanima com certas situações, né? Às vezes você batalha, batalha, quer tocar o serviço bem tocadinho, fazer o serviço bem assim feito, as pessoas já querem trabalhar com coisas que a gente não gosta, né? E eu não posso ficar trabalhando [...] onde joga veneno. O meu cunhado [...] joga ali tudo, sabe? Então tem época que eu nem posso subir para trabalhar no meio, né? Aí a gente pega e desanima. Fiquei muito doente por causa de agrotóxico (Agricultora de Simonésia, setembro de 2022).

Outra agricultora de Simonésia compartilhou que, devido a problemas de saúde, não consegue mais trabalhar na lavoura, limitando-se apenas ao período da “panha”. Para ela, o fato de a terra ter sido herdada de seu pai, não lhe confere o poder de decidir sobre o que e como plantar, pois na prática, “quem não trabalha, não decide!”. Outro relato de uma agricultora, durante a Caravana Agroecológica e Feminista na Zona da Mata em julho de 2022, reforça essa ideia. Ela enfrentou uma discussão com o marido ao afirmar que, se ele optasse por usar agrotóxicos no café, ela não contribuiria mais com o trabalho na lavoura. Quando o esposo ameaçou aplicar venenos, ela declarou: “Se você jogar veneno, você vai perder uma companheira duas vezes: como trabalhadora e como esposa!”. Essa agricultora é reconhecida entre as demais mulheres do coletivo por sua capacidade de trabalho. Consciente de sua importância para a produção e a economia da família, o marido decidiu não usar agrotóxicos. Em uma entrevista, ela destacou: “Eu sou uma revolucionária do agrotóxico. Vou trabalhar com ele [com o marido], mas se for para jogar agrotóxico... tchau! Prefiro cortar a lavoura do que jogar veneno!” (Agricultora de Simonésia, julho de 2022).

Em determinadas situações, como a mencionada anteriormente, podemos observar uma análise e uma postura crítica sobre a utilização de agrotóxicos feita pelas agricultoras. Como já destacado, existe uma disputa no âmbito familiar, onde as agricultoras se opõem ao uso de agrotóxicos promovido por seus maridos, familiares próximos e vizinhos.

De maneira semelhante, uma agricultora do município de Divino compartilhou durante o Etnomapeamento Feminista que, se dependesse da vontade de seu marido, ele optaria por usar “veneno” no café para controlar insetos que ele considera pragas. No entanto, ela observou que, mesmo sem o uso de agrotóxicos, a produção do café estava indo bem. Após muitas discussões e pressões por parte do marido, ela deixou claro que, se ele decidisse aplicar “veneno” na lavoura, teria que arcar com o trabalho sozinho. Esses relatos evidenciam formas de resistência das agricultoras em relação ao uso de agrotóxicos, que muitas vezes permanecem invisíveis. Essas práticas, que ocorrem no âmbito doméstico e são frequentemente vistas como insignificantes, na verdade, têm grande importância política e social, formando a base da luta contra os agrotóxicos (Oyarzún, Evelyn Arriagada; Álvarez, Antonia Zambra; 2019).

Socorro, agricultora de Divino, descreve as estratégias que tem adotado para se opor ao uso de agrotóxicos pelo marido: decidiu que não iria mais trabalhar na lavoura nem levar comida para ele:

Eu não fui na lavoura, nem levar comida eu levo. Não fui na lavoura mais. Quando ele arou o terreno eu fui, mas depois de plantar o transgênico eu não vou mais. Não quero que o P. [filho] leve comida para vc. Não sei o tanto que deu, não me interessa (Socorro, 2022).

Marli, agricultora de Acaiaca, contou sobre um mutirão realizado com onze mulheres e três homens, para capinar o caminho que leva à igreja, pois havia sido pulverizado com agrotóxicos por um funcionário da prefeitura. Como participam frequentemente de atividades religiosas, o trânsito neste local as deixaria expostas à contaminação por agrotóxicos. A auto-organização das agricultoras é uma condição importante para que possam resistir ao avanço dos agrotóxicos em suas famílias, comunidades e municípios.

O acesso ao conhecimento e novas formas de manejo agroecológico também são uma peça fundamental dos processos de resistência produzidos pelas agricultoras e agricultores. Durante a Caravana Feminista e Agroecológica em julho de 2022, Sueli afirmou que parte significativa do seu conhecimento sobre manejo agroecológico na propriedade foi adquirida em cursos, visitas de intercâmbio e trocas de experiências promovidas de forma sistemática por organizações parceiras, além das entidades das quais faz parte, como o SINTRAF, a Cooperativa da Agricultura Familiar Solidária de Simonésia (COOPERSIM) e a Associação dos Agricultores Familiares de Simonésia (AGRIFAS). Outras agricultoras desse município, assim como Raimunda e Rosa, de Acaiaca, e Socorro de Divino, enfatizaram a importância desses espaços coletivos para a construção do conhecimento agroecológico e o enfrentamento às ameaças ao território em suas diferentes dimensões.

As agricultoras e alguns agricultores entrevistados na Zona da Mata mineira também destacaram o papel relevante da Teologia da Libertação da igreja católica para a organização sociopolítica do campesinato brasileiro durante e após a ditadura militar. Ressaltaram como essa corrente teológica progressista ajudou a conscientizar as famílias sobre questões ambientais e o uso de agrotóxicos e sementes transgênicas.

Sol, o agricultor de Simonésia esposo de Girassol, mencionou, que as cerca de 10 famílias que não utilizam Round-Up em sua comunidade, “se conhecem da igreja [católica]”. Para ele, o principal espaço para a conscientização e discussão sobre problemas ambientais e o uso de agrotóxicos é o grupo de reflexão da comunidade, base estrutural das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) onde se relacionam esses assuntos com a defesa da “natureza” e a “palavra de Deus”. Em sua comunidade, Girassol afirmou que cerca de metade das famílias é evangélica e que as mulheres dessa religião trabalham com monocultivo do tomate para o CEASA. Segundo ela, “os evangélicos são os que mais usam veneno, creio que não há uma conscientização” e há muitos casos de adoecimento e problemas na pele decorrentes do uso intensivo dessas substâncias.

A Primeira Dama de Divino é uma liderança importante na comunidade e têm várias atribuições nos espaços organizativos da igreja. Durante o Etnomapeamento Feminista, ela nos contou que quando foi coordenadora da comunidade, participou da Campanha da Fraternidade de 2016, cujo tema foi “Casa Comum, Nossa responsabilidade”. Com apoio do Padre João – pároco da Paróquia Divino Espírito Santo que envolve Carangolinha de Cima e que, pelos relatos, tinha um posicionamento crítico ao uso de agrotóxicos e outras formas de exploração dos bens comuns – foram feitas várias discussões nos grupos de reflexão na comunidade. Esse processo teve um papel importante na conscientização das pessoas sobre o uso de agrotóxicos, inclusive de seu marido, que se denominou como Lula¹³ em nossa pesquisa, que parou de usar Round-up na lavoura depois disso. Ela disse que ele ainda usou por algum tempo para “limpar caminhos” quando crescia muita braquiária, mas que já “curou” e parou totalmente de usar.

No município de Acaiaca houve relatos de duas agricultoras, durante a realização da Cartografia Socioambiental Feminista, de que em uma reunião do grupo de reflexão na comunidade foi feito o debate sobre os agrotóxicos e elas levantaram essa problemática da contaminação da água. Flor do Campo afirmou que “foi a mesma coisa que cutucar um marimbondo”, e alguns homens reagiram dizendo que “quem defende a agroecologia só tem mato na porta de casa”. Isso evidencia que os grupos de reflexão também podem ser espaços bastante conservadores em relação à agenda ambiental e à agroecologia. Revela também a

relação de poder baseada no uso de agrotóxicos: esses homens reagem violentamente às críticas das mulheres e tentam silenciá-las, desqualificando-as. As CEBs seguem anualmente o tema definido pela Campanha da Fraternidade, que é organizada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) desde 1964. Um dos principais objetivos dessa Campanha é fomentar uma reflexão abrangente sobre os problemas sociais, buscando superá-los por meio de ações concretas. Conforme explica Nandi (2015, p. 28), a temática ambiental vem sendo abordada nas Campanhas da Fraternidade desde 1979, com o tema: “Preserve o que é de todos!”. Neste ano, a campanha problematizava a ganância frente à necessidade de preservação dos “bens da criação”: do ar, da água, da flora e da fauna. Contudo, os temas ambientais ganharam destaque especialmente a partir do papado de Francisco, iniciado em 2013. Em 2025, o tema será “Fraternidade e Ecologia Integral”, em comemoração aos 10 anos da Carta Encíclica *Laudato si*, publicada em 2015, que trata do “Cuidado da Casa Comum”, e em consonância com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 30) no Brasil. A Campanha da Fraternidade, promovida pela CNBB, se traduz em instrumentos de reflexão e ação em nível local, por meio das CEBs e dos grupos de reflexão nas comunidades rurais, o que proporciona um significativo alcance local.

As mulheres, ao se apropriarem das discussões realizadas em suas comunidades e em espaços de articulação mais amplos, adquirem uma autoridade moral que lhes permite negociar a diminuição ou a proibição do uso de agrotóxicos e transgênicos por parte de seus maridos, filhos e vizinhos. Esse processo, conforme relatado por agricultores e agricultoras, tem sido fundamental para a diminuição do uso de agrotóxicos e de sementes transgênicas e para uma maior conscientização ambiental nas comunidades. Durante uma reunião de seu coletivo, uma agricultora do município de Divino expressou que “o transgênico é ruim por que? Para você ter uma ideia: tem um transgênico que até os animais rejeitam. Faz mal para a saúde! É uma semente modificada” e acrescentou uma perspectiva moral ao afirmar que “o crioulo é uma semente abençoada, vindo de Deus. O transgênico é uma semente amaldiçoada”.

4.6. Considerações Finais

Nossa pesquisa revelou que as relações de poder envolvidas na implementação do pacote tecnológico da agricultura moderna, desvelando as tensões desde a escala intrafamiliar, a relação com atravessadores, corretores, técnicos e vendedores de insumos; às dinâmicas em escala global que determinam o modelo de produção agroindustrial e o próprio preço do café como *commodity*. As indústrias de agrotóxicos instrumentalizam os papéis de gênero e, ao valorizar características associadas à masculinidade hegemônica – virilidade, força, supremacia

e dominação – reforçam a noção patriarcal do homem como provedor da família, performada na masculinidade provedora/industrial.

Assim, os agrotóxicos chegam nos territórios pelas mãos dos homens agricultores e reforçam as relações de subordinação das mulheres – e do trabalho que realizam – e da natureza à lógica da produção agroindustrial. Em função da divisão sexual do trabalho, as agricultoras ficam muito expostas à contaminação da água, da qual depende o trabalho doméstico e de cuidados realizado por elas. Ainda, ficam mais sobrecarregadas quando precisam cuidar das pessoas adoecidas em função da contaminação e da degradação ambiental; e têm seu modo de produção ameaçado com o uso de agrotóxicos e de sementes transgênicas.

Por este motivo, as agricultoras desempenham um papel crucial na resistência ao uso de agrotóxicos e transgênicos, engajando-se em disputas em diversas escalas. Alguns homens também protagonizam resistências, por meio do cuidado com os bens comuns (sementes, água, terra, animais), o que associamos à performance das masculinidades ecológicas. Ao mesmo tempo, na tensão entre seu papel como provedor da família e o cuidado ambiental, adotam as falsas soluções do mercado para problemas técnicos, supostamente mais sustentáveis, performando as masculinidades ecomodernas,

As agricultoras produzem novas escalas de disputa ao politizarem os impactos do uso de agrotóxicos e sementes transgênicas, mas também as resistências que realizam no âmbito doméstico, longe dos holofotes das mobilizações públicas e negociações políticas. Elas não apenas rejeitam o uso dos agrotóxicos e transgênicos, desafiando as práticas de seus familiares e de outros homens em suas comunidades, mas também implementam sistemas de produção altamente diversificados, baseados na agroecologia e no manejo multiespécies, conforme será abordado no capítulo 6.

Capítulo 5 – Quem disse que as bauxitas que estão aqui no terreno, no quintal da minha casa querem sair daqui?

Era outubro de 2021 e saímos de manhã de Viçosa num carro do CTA-ZM com quatro pessoas envolvidas na pesquisa do GENgiBRe, para uma reunião na comunidade de Carangolinha de Cima, no município de Divino. Lá encontraríamos com quatro lideranças mulheres da comunidade para explicarmos com mais detalhes a proposta da pesquisa e planejarmos os passos seguintes. Já na estrada de terra no caminho para a comunidade, paramos para contemplar e fazer o registro fotográfico de uma cachoeira que pode ser avistada na beira da estrada. O relevo é entrecortado por remanescentes florestais de Mata Atlântica, áreas de pastagem, cultivos agrícolas, como o café, como ilustra a Figura 21, abaixo, e as águas que nascem em diferentes pontos nas serras.

Figura 21- Vista da paisagem no caminho para a comunidade de Carangolinha de Cima



Fonte: Acervo GENgiBRe (2022).

A comunidade de Carangolinha de Cima faz divisa com o Parque Estadual da Serra dos Puri que, conforme apresentado na introdução desta tese, é também conhecido como Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), “um dos últimos fragmentos da Mata Atlântica com grande extensão de florestas contínuas do Estado de Minas Gerais” (Minas Gerais, 2007) e morada de espécies raras, endêmicas e ameaçadas de extinção.

Nessa reunião, previmos fazer uma conversa aberta com as agricultoras, sem pressa. Assim que chegamos, nos cumprimentamos com um abraço e sentamos na varanda da casa de uma delas. Sem que tivéssemos nos apresentado formalmente as agricultoras começaram a contar a

situação que estavam vivenciando na comunidade, sinal da urgência de falarem sobre a ameaça da Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), mineradora que realiza a exploração mineral de bauxita na região. As agricultoras falaram com emoção sobre os acontecimentos e suas preocupações, por vezes demonstrando raiva e/ou medo. Apenas depois de quase duas horas de conversa, chegamos a nos apresentar, explicar a proposta da pesquisa e definir alguns acordos, a partir de suas demandas.

Não era a primeira vez que a comunidade enfrentava o que as mulheres percebiam como uma ameaça das mineradoras. A partir de 2007, quando a Anglo American²⁵ iniciara as obras do Projeto Minas Rio, algumas famílias de Carangolinha de Cima se mobilizaram para evitar que o mineroduto passasse na comunidade. O Projeto Minas Rio conta com a mina e unidade de beneficiamento de minério de ferro situadas em Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas, em Minas Gerais; o mineroduto com 525 km de extensão e que atravessa 32 municípios mineiros e fluminenses, considerado o maior do mundo; e o terminal de minério de ferro do Porto de Açu, em São João da Barra/RJ.

Elas comentaram que o mineroduto passa por cinco comunidades do município, sendo a Comunidade de Carangolinha de Baixo a mais próxima. Da estrada é possível avistar as placas que indicam o local por onde o mineroduto passa, entrecortando o relevo e a paisagem no caminho para a comunidade de Carangolinha de Cima. De acordo com as agricultoras, quando a Anglo American iniciou o projeto de construção do mineroduto no município, havia a previsão de passar por Carangolinha de Cima, mas o conselho consultivo do Parque Estadual da Serra dos Puri manifestou-se negativamente quanto ao pedido, que afetaria a unidade de conservação. As agricultoras afirmavam que essa posição do parque somada à mobilização de algumas famílias da comunidade, havia tornado possível evitar que o mineroduto passasse por ali.

Durante a Caravana Feminista e Agroecológica da Zona da Mata (denominada como “Caravana” ao longo do texto), em julho de 2022, agricultoras dos municípios envolvidos na pesquisa, inclusive do Vale do Ribeira, puderam visitar as áreas mineradas pela CBA em comunidades rurais nos municípios de Miraf e São Sebastião da Vargem Alegre. Nessa visita as agricultoras e membros da equipe do projeto GENgiBRe vivenciaram uma paisagem completamente alterada para a exploração mineral. Acima de algumas casas, tratores operavam incessantemente, escavando o solo em busca de bauxita, matéria-prima para a produção do

²⁵ A Anglo American é um conglomerado britânico que atua na exploração de diamantes, cobre, metais do grupo da platina, minério de ferro, carvão e níquel em diversos países do mundo. No Brasil, atua na exploração de minério de ferro, níquel, fosfato e nióbio.

alumínio. Nos morros, surgiam grandes degraus, formados após a exploração da bauxita, onde uma parca vegetação crescia e sinais de erosão do solo estavam evidentes. O registro fotográfico (Figura 22, abaixo) de uma visita de intercâmbio em áreas mineradas, organizada pelo Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) em outubro de 2021, no mesmo local, ilustra essa situação.

Figura 22 - Vista de área minerada pela CBA com degrau no relevo e erosão do solo.



Fonte: Registro realizado pela autora, durante o intercâmbio em áreas mineradas, organizado pelo MAM em outubro de 2021.

De acordo com relatos de participantes da Caravana, nas estradas, um intenso fluxo de caminhões transportava a terra para a unidade de beneficiamento onde seria feita a extração do minério e o descarte dos rejeitos na barragem. Uma espessa camada de terra recobria a vegetação e caminhões-pipa circulavam molhando as estradas para reduzir a poeira, uma condicionante para o licenciamento ambiental da atividade de mineração. A circulação de diversos tipos de caminhões da empresa (pipa e de transporte do minério) esteve incessante, causando grande barulho e limitando a própria circulação de crianças, mulheres e outras pessoas. Nesses mesmos caminhos, os raros encontros com os moradores locais eram marcados

pelo silêncio e olhares desconfiados, uma realidade bem diferente da vivenciada em várias comunidades rurais da região.

Ao longo de todo o trajeto dessa visita, uma variedade de placas sinalizando rotas de fuga, pontos de encontro, restrições de uso e controle do espaço, evidenciavam o tipo de territorialidade estabelecida pela empresa mineradora. A visita causou um grande impacto nas mulheres presentes, parte das quais são agricultoras que residem em áreas que elas consideram ameaçadas por mineradoras, como a comunidade de Carangolinha de Cima.

As pessoas que compõem a Comissão Regional de Enfrentamento à Mineração da Serra dos Puri, que conduziram a visita, compartilharam sua análise da forma como a chegada da CBA desarticulou as comunidades. Segundo eles, a abordagem da mineradora às famílias é sempre individualizada, evitando realizar reuniões coletivas; e utilizando a oferta de emprego, renda e melhores condições de vida como argumento para convencer as famílias a aderirem ao projeto de extração mineral. Numa reportagem exibida na TV, no programa Globo Rural, intitulada “Área de extração de bauxita em MG é recuperada com mata nativa, café e pasto” (Globo Rural, 2017), em um município afetado pela mineração na Zona da Mata, esse diálogo ocorre principalmente com os homens, reforçando uma perspectiva patriarcal que reafirma a posição dos agricultores como “chefes de família”.

Neste capítulo, discutiremos as interfaces entre mineração, agroecologia e gênero, explorando as diversas dimensões dos processos extrativos nas áreas da pesquisa do GENgiBRe na Zona da Mata mineira, os municípios de Acaiaca, Divino (comunidade rural Carangolinha de Cima) e Simonésia. Destacamos suas inter-relações e particularidades a partir de uma perspectiva feminista e transescalar. Essa abordagem nos permite examinar, de maneira relacional, como os processos econômicos e políticos globais se manifestam nos territórios, assim como as formas de resistência que emergem desde a escala intrafamiliar e local até escalas mais amplas. Essa análise transescalar do problema mineral, inspirada na abordagem da Geografia Humana e Feminista de Sallie Marston (2000), considera a escala da reprodução social das comunidades, além da produção capitalista, como elementos estruturantes das relações de poder nos territórios. Defendendo nossa posição teórico-metodológica, apresentada no capítulo 1 desta tese, baseamo-nos nas percepções e relatos das agricultoras – e também de outros atores – para entender como as empresas mineradoras invadem os territórios, mobilizando masculinidades (Connell, 2014) e contribuindo para o aumento das desigualdades de gênero e das violências contra as mulheres.

Simultaneamente, nosso objetivo é dar visibilidade às resistências e respostas lideradas pelas agricultoras em diversas escalas, muitas vezes assentadas na agroecologia e na

valorização das identidades da agricultura familiar e das comunidades tradicionais, como modo de reprodução social. Desse modo, utilizamos as perspectivas teóricas da Ecologia Política Feminista Latino-americana e da Sociologia Feminista, do Gênero e das Masculinidades, para examinar os conflitos ambientais e suas consequências nesses territórios.

O texto a seguir está organizado em duas partes. Na primeira, analisamos a mineração nos territórios da pesquisa GENgiBRe, conectando-a ao problema mineral no Brasil e no contexto latino-americano. Também refletimos sobre as masculinidades como elemento central na entrada e avanço dos processos minerários nos territórios. Na segunda seção, apresentamos as resistências e respostas das mulheres à mineração numa perspectiva feminista, agroecológica e transescalar, abordagem ainda pouco explorada na literatura sobre o tema.

5.1. O “dinheiro da destruição”: mineração, gênero e escalas dos impactos

Era outubro de 2021 e, ainda que as restrições sanitárias relacionadas à pandemia de Covid-19 estivessem mais flexíveis, de modo geral não estavam sendo realizadas atividades coletivas pelos movimentos e organizações no território. No entanto, a Comissão Regional de Enfrentamento à Mineração do Caparaó, que envolve cerca de 25 municípios, em parceria com o MAM e a Pastoral Ecológica dos municípios de Simonésia e Santana do Manhuaçu, mobilizou um intercâmbio em áreas mineradas – no qual estive presente como participante – no mesmo trajeto percorrido meses depois pelas agricultoras na Caravana na Zona da Mata.

O intercâmbio realizado em outubro de 2021, teve como objetivo apresentar informações sobre a exploração de bauxita e seus impactos, a partir da visita a áreas mineradas pela CBA. Participaram da atividade, cerca de 50 agricultores e agricultoras (maioria de homens) dos municípios de Simonésia e Santana do Manhuaçu e representantes da igreja católica (lideranças comunitárias e freiras). Além disso também havia agricultores/as que moram numa comunidade situada abaixo da barragem e que participam da Comissão Regional de Enfrentamento à Mineração da Serra dos Puri há muitos anos.

Durante a visita foram feitas paradas em alguns pontos na beira de estrada que, pedagogicamente, contribuem para abordar aspectos técnicos sobre o processo de exploração da bauxita e sobre os impactos da mineração nos territórios. Ao longo do trajeto as agricultoras do sindicato de Simonésia indagaram os representantes das comunidades afetadas pela CBA sobre o argumento da geração de empregos, muito utilizado pelas mineradoras e que atrai muito os jovens nas comunidades rurais. Eles explicaram a grande influência da mineradora na economia local e disseram que havia a expectativa de geração de empregos na região, mas que, segundo eles, os trabalhadores locais acabaram ficando com as piores condições de trabalho em

empresas terceirizadas. Segundo suas informações, mesmo o trabalho de transporte do minério em carretas e caminhões, é realizado por empresas terceirizadas de outras regiões do estado e do país.

Coelho *et al.* (2023), analisando o perfil socioeconômico dos municípios brasileiros mais minerados, evidenciaram a ocorrência da especialização produtiva nesses territórios. Os autores evidenciaram que a contratação direta pelas empresas mineradoras é realizada de trabalhadores com maior qualificação, como geólogos, engenheiros de minas e para cargos de direção, gestão e gerência, que recebem os melhores salários. Já os trabalhadores com menor qualificação – como dos setores de limpeza, manutenção, transporte e construção –, são contratados por empresas terceirizadas com os menores salários. Ainda, os autores demonstraram que a mineração “contrata mais homens que mulheres e emprega mais na faixa etária entre 30 e 40 anos que nas demais” (Coelho *et al.*, 2023, p. 116).

Esta é uma face da extração mineral em larga escala que, segundo Coelho (2017), é intensiva em capital e tecnologia, mas não em trabalho. Quando comparada às atividades intensivas em mão de obra, a mineração em larga escala gera poucos empregos, boa parte em condições de terceirização e mais precarizadas. Com a especialização da estrutura produtiva do município, país ou região envolvido na extração de minerais, os rumos da estrutura produtiva e da economia local passam a ser definidos por agentes e em lugares de poder externos ao território: empresas do setor, responsáveis políticos dentro e fora do país e os mercados de *commodities*. Estes elementos caracterizam o que Coelho (2017) denominou como minério-dependência e criam dificuldades para a diversificação econômica nesses municípios.

Durante a visita um integrante do MAM disse sobre o medo que agricultores e agricultoras passam a ter quando a empresa se instala, seja por aquelas famílias que autorizaram as áreas de lavra nas suas propriedades – e que ganham algum recurso com isso – ou por aquelas famílias que lutam contra a atividade minerária no município. Segundo ele, houve várias tentativas de dialogar com as famílias que assinaram contrato com a mineradora, mas há muito medo de falar sobre isso nas comunidades. No entanto, nos casos apresentados, a interlocução do MAM com a família foi realizada com os homens, considerados “chefes de família”. Isso demonstra que, mesmo os processos de resistência, têm sido construídos sobre bases patriarcais.

Essa situação de medo também foi relatada por agricultoras em Simonésia, durante as atividades realizadas na pesquisa do GENgiBRe. Algumas comunidades desse município têm atuação da Mineração Curimbaba, denominada como Curimbaba ao longo do texto, uma

empresa de mineração nacional pertencente ao Grupo Curimbaba²⁶. Nas comunidades em que há interesse minerário da empresa Curimbaba, as agricultoras expressaram desconfiança em relação à possibilidade de que algumas famílias estejam recebendo recursos da empresa, embora não haja evidências concretas que comprovem essa situação. Essa desconfiança reflete um clima de incerteza e divisão entre os moradores, evidenciando as complexas dinâmicas sociais geradas pela presença da mineração na região.

O contexto de desinformação promovido pelas empresas, a dificuldade de obter informações precisas e confiáveis, é uma das características dos conflitos ambientais com o setor minerário (Malerba, 2022). Em outubro de 2021, durante a primeira reunião da pesquisa do GENgiBRe na comunidade de Carangolinha de Cima, as agricultoras relataram que dois homens que se apresentavam como funcionários da CEMIG (Companhia Energética de Minas Gerais), estavam circulando pela comunidade. Eles mostravam um mapa que justificava sua presença, mas não deixavam nenhuma cópia para os moradores. Estes homens informavam que uma linha de transmissão de energia seria instalada na área, o que afetaria algumas propriedades, e que as famílias afetadas teriam direito a uma indenização. Para isso, eles procuravam os maridos, considerados os chefes de família, a fim de apresentar o contrato que deveria ser assinado para que as indenizações fossem efetivadas.

Maria Flor, uma das agricultoras presentes na reunião da pesquisa do GENgiBRe na comunidade, relatou que ao ser abordada por esses homens, afirmou que seu marido não estava em casa, sem revelar onde ele se encontrava. Ela temia que, caso os homens o encontrassem, ele pudesse assinar algum contrato sem antes discutir a situação com ela. Socorro, outra agricultora de Carangolinha de Cima, expressou seu incômodo ao saber que estavam procurando o marido para tratar desses assuntos e questionou: “Por que ele?”. A jovem filha de Maria Flor, respondeu com indignação: “porque é o chefe da família”.

As agricultoras presentes na reunião expressaram seu receio em receber os dois homens em suas casas, pois se sentiam expostas a possíveis violências e não tinham certeza sobre a identidade dos indivíduos e para quem trabalhavam. Elas suspeitavam que os homens fossem empregados da CBA e que o contrato que apresentaram poderia ser uma forma de autorização para atividades de pesquisa ou exploração mineral. Desde que a empresa começou a realizar

²⁶ Atualmente o Grupo Curimbaba é composto pelas seguintes empresas, Mineração Curimbaba Ltda., Mineração Caldense Ltda.; Elfusa Geral de Electrofusão Ltda., Olga S.A Indústria e Comércio, Empresa de Transportes Alcace Ltda; Tarumã Agropecuária e Florestal Ltda, Brita Caldas Ltda.; Fazenda Espigão e Yoorin Fertilizantes, no Brasil; Sintex Minerals & Services, Inc, Sintex Minerals International, U.S Minerals; Electro Abrasives, nos Estados Unidos; e Sublime Technologies, na África do Sul. Fonte: <https://www.curimbaba.com.br/pt/empresa/historia>.

estudos na região em 2020, o medo e a preocupação tornaram-se parte do cotidiano das famílias da comunidade. Além disso, as agricultoras levantaram questões sobre a falta de informação relacionada à mineração de bauxita. Temendo que as ações da empresa resultem em muito mais destruição do que o que é divulgado, elas pedem uma melhor compreensão dos processos minerários. Nos seus canais de comunicação, a empresa afirma estar comprometida com uma "mineração sustentável", mas na percepção das agricultoras, o resultado da recuperação de suas áreas de exploração mineral, é questionável. Nossa observação dos sinais de erosão no solo e os degraus no relevo, durante o Intercâmbio em Áreas Mineradas e na Caravana na Zona da Mata, ilustrados na Figura 22, acima, são evidências das controvérsias que envolvem a atividade de exploração mineral pela empresa no território.

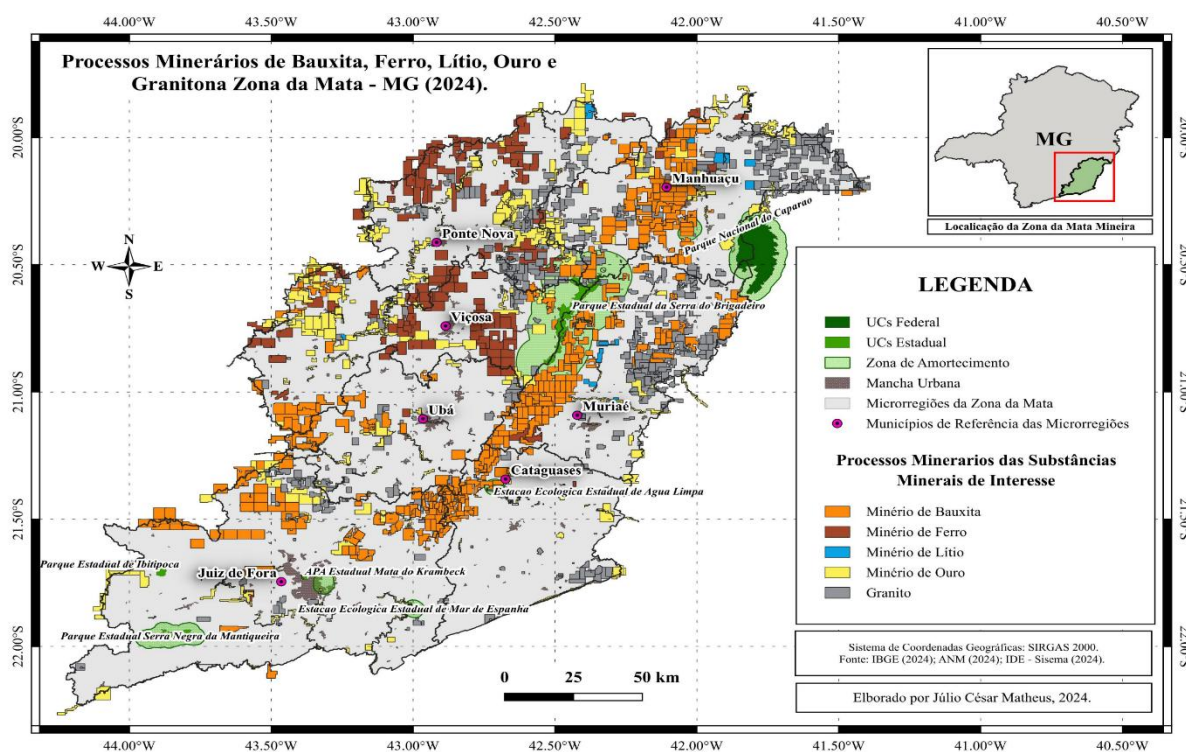
A CBA iniciou sua atuação na Zona da Mata entre as décadas de 1980 e 1990. Essa região, que abriga a segunda maior reserva de bauxita do Brasil – a matéria-prima essencial para a produção de alumínio – é vista como uma nova fronteira para o capital mineral (Coelho; Iorio, 2021). Em uma entrevista ao jornal Estadão, o presidente da CBA destacou que o alumínio é um mineral crucial no cenário da transição energética, e há uma expectativa de aumento na demanda por esse recurso (Capirazi, 2024). A empresa opera uma planta de beneficiamento distante a aproximadamente 100 km de Divino.

Segundo os relatos de moradores e lideranças da Comissão Regional de Enfrentamento à Mineração da Serra do Brigadeiro, durante a Caravana na Zona da Mata, quando essa empresa chegou ao território, por volta de 1990. Neste período, indivíduos que se apresentavam como pesquisadores visitavam as comunidades e procuravam os proprietários, homens. Segundo esses relatos, sem fornecer muitas explicações sobre suas atividades, coletavam amostras de solo e solicitavam que os agricultores assinassem um documento. Os moradores afirmaram que, posteriormente, em encontros e audiências organizadas pela Comissão Pastoral da Terra, descobriram que esse documento era, na verdade, uma autorização para a entrada da mineradora em suas propriedades.

A Zona da Mata em Minas Gerais é uma área com alta densidade populacional, onde aproximadamente 75% das propriedades agropecuárias pertencem à agricultura familiar, ocupando o terceiro lugar entre as mesorregiões com maior concentração de estabelecimentos da agricultura familiar no estado (Fortini, 2021). Além de ocupar a segunda posição no ranking das regiões maiores produtoras de café no mundo, a Zona da Mata é reconhecida nacional e internacionalmente pela rede de agroecologia que se organiza no território já há quase 40 anos. Por este motivo foi reconhecida por lei como o primeiro Polo de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil, em 2018.

De maneira complementar, o mapa abaixo, na Figura 24, com os polígonos atualizados das áreas de interesse mineral até o ano de 2024, permite identificar sua distribuição na região e evidenciar a sobreposição ou proximidade desses processos com unidades de conservação estaduais e federais, destacando possíveis conflitos ambientais (OLIVEIRA, 2025).

Figura 24 - Polígonos de localização de Ouro, Bauxita, Ferro, Granito e Lítio na Zona da Mata até outubro de 2024



Fonte: Processos Minerários Ativos. Agência Nacional de Mineração (2024). Elaborado por Júlio César Matheus.

Ambos os mapas expressam a pressão sobre o subsolo como resultado de relações de poder que envolvem diferentes atores do setor mineral. Contudo, a capacidade de operação e de mercado de ambas as empresas – CBA e Curimbaba – é limitada se comparada às principais empresas internacionais do setor de exploração mineral de bauxita – alumínio no Brasil. Desse modo, CBA e Curimbaba buscam uma certa compensação, por meio de alguns fatores: o controle territorial sobre as reservas de bauxita e as fontes de energia; e o investimento na expansão da produção de alumínio e transformados, já que ocupam uma posição privilegiada no sudeste do país (Silva; Iorio, 2022). No entanto, essa pressão sobre o subsolo na Zona da Mata se dá num território densamente ocupado por pequenos estabelecimentos da agricultura familiar, onde o café ocupa o primeiro lugar em valor da produção (Fortini, 2021) e que tem a atividade agropecuária como setor importante de sua dinâmica econômica.

Neste contexto, para ganhar legitimidade para a exploração mineral de bauxita na Zona da Mata, a CBA vem desenvolvendo um programa de pesquisa para a “mineração sustentável”, em parceria com professores e pesquisadores da Universidade Federal de Viçosa (Companhia Brasileira de Alumínio, 2022).

Desse modo, mobilizando o conhecimento técnico-científico universitário, a empresa busca conciliar a proposta de mineração do subsolo com o modo de produção da agricultura familiar e de povos e comunidades tradicionais, predominante no território. Para isso, propõe reabilitar o solo minerado com técnicas de restauração florestal ou implantação de cultivos comerciais como o café, pastagem ou eucalipto. Nesses casos, a reabilitação das áreas é realizada com base no modelo dominante de produção agropecuária, com a introdução de mudas, ditas de “alta performance”, sementes selecionadas e uso intensivo de adubação mineral e orgânica.

Em matéria publicitária no jornal G1, publicada em 2021, há uma citação direta atribuída a um professor da UFV, engenheiro agrônomo especialista em solos, que explica que “uma área reabilitada não só volta a dar frutos, mas produz mais e com maior conservação do solo e da água”. A matéria ainda atribui ao professor da UFV a afirmação de que “sem a camada de bauxita, a terra fica melhor, pois foi feito um trabalho de descompactação e correção profunda no perfil do solo, o que favorece a descida de raízes e, principalmente, a infiltração de água” (Companhia Brasileira de Alumínio, 2021). Em outro trecho, a mesma matéria cita a afirmação do coordenador do Laboratório de Restauração Florestal (LARF) e professor titular do Departamento de Engenharia Florestal da UFV de que nas áreas reabilitadas com eucalipto, chegaram “[...] a uma produtividade de 40 m³/ha/ano sete anos depois do plantio das mudas, bem mais do que os 25 m³/ha/ano de antes da mineração”.

Nesse contexto, a crítica empreendida não se refere à atuação científica individual do docente citado, mas à circulação pública de seu discurso, mobilizado como recurso de legitimação técnico-científica no enquadramento midiático do projeto de mineração. A autoridade técnico-científica é um dos atributos da masculinidade “provedora-industrial” (Hultman; Pulé, 2018), quando em prol do crescimento econômico, são colocadas em segundo plano as implicações sociais e ambientais mais amplas da industrialização. Neste caso descrito acima, fica explícito o uso da autoridade técnico científica como critério de legitimidade do projeto de “Mineração Sustentável de Bauxita” da empresa.

A autoridade e o prestígio associados a professores pesquisadores de universidades públicas, como a UFV, contribuem para sedimentar junto à opinião pública, a percepção de que “depois de minerada, a área de extração da bauxita é totalmente reabilitada e fica em condições até melhores do que as originais” (Companhia Brasileira de Alumínio, 2021), conforme

descreve o próprio subtítulo da matéria publicada no site do portal de notícias g1. Contudo, algumas pesquisas realizadas em áreas mineradas por esta empresa na Zona da Mata (Pires Júnior, 2021; Henriques; Porto, 2015; Silva, 2012; Maffia, 2011), evidenciam a existência de impactos danosos sobre a água e a fauna que explicitam a controvérsia a respeito do projeto de mineração sustentável da empresa.

Henriques e Porto (2015) empreenderam um estudo de caso em Itamarati de Minas, para identificar danos ambientais relacionados à extração e ao transporte da bauxita e situações de injustiça ambiental; e sua articulação com o processo de produção de saúde e doença. Itamarati de Minas foi o primeiro município da região a receber investimentos e ter uma planta industrial para a exploração de bauxita. No momento do estudo, segundo os autores, possuía 4.079 habitantes e uma economia baseada na agricultura familiar em pequenas propriedades. Os autores afirmam que

mesmo com a adoção, por parte da empresa, de medidas mitigadoras, ocorre sensível redução das águas que são usadas pelas famílias desses territórios. [...] Conforme as entrevistas, os assoreamentos, em períodos chuvosos, são constantes e muitas vezes vêm acompanhados pela poluição das águas que servem para uso diário, como a cocção de alimentos e a higiene, para criação de peixes etc. São comuns depoimentos do tipo: ‘tem época em que ficamos sem água por mais de uma semana e quando chega nem dá pra cozinhar de tão suja’ (A, 67); ou ‘a água está suja de barro, quando chove a situação piora. Essa situação teve início a partir do começo da mineração na região’ (Aa, 51); ‘a água sujou e não limpa mais (A, 37) (Henriques; Porto, 2015, p. 1370).

Os impactos na qualidade da água também foram registrados por Pires Júnior (2021) num estudo realizado nos municípios de Sebastião da Vargem Alegre e Rosário da Limeira, em áreas afetadas pela mineração de bauxita na bacia do Rio Preto. Esta é uma área de relevante importância ecológica, considerada prioritária para a conservação da herpetofauna (anfíbios e répteis) e onde foram descritas pelo menos 5 novas espécies de anuros, sendo a mais recente em 2017. Pires Júnior (2021, p. 27) também verificou “modificações significativas na paisagem local em relação as condições físicas nos cursos de água referente a atividade de mineração” e afirmou que “para as espécies que dependem da água para reproduzir, a mineração de bauxita pode impactar em casos de assoreamento dos corpos de água”. No entanto, o autor conclui que são necessárias análises em escala temporal mais abrangente, que possam dimensionar os impactos do assoreamento sobre a fauna aquática ao longo do tempo.

A reabilitação das áreas mineradas é uma peça chave na comunicação dos resultados alcançados pela mineradora. O conhecimento e as tecnologias desenvolvidas pela empresa em parceria com a universidade, reforçam os benefícios decorrentes da mineração e que os efeitos negativos da atividade são anulados com as práticas de reabilitação das áreas mineradas, sem

interferir na “vocação do meio rural” (CBA, 2021). Esse é um argumento importante na Zona da Mata, marcada por uma economia agrícola familiar, em pequenas propriedades.

A disputa realizada nesse contexto, exige que as mineradoras negociem diretamente com as famílias. Reafirmando uma perspectiva patriarcal, o diálogo das empresas para a implementação do projeto minerário e, posteriormente, para a reabilitação das áreas mineradas, é estabelecido principalmente com os homens. Estes, considerados chefes de família e responsáveis pela decisão sobre as terras, possivelmente são também considerados racionais e capazes de compreender os argumentos técnico-científicos voltados para o progresso e crescimento econômico. Essa situação também foi descrita por Henriques e Porto (2015) no município de Itamarati de Minas, em comunidades afetadas pela exploração de bauxita. Segundo os autores,

Os agricultores são procurados pela empresa e negociam um valor específico de indenização pela extração da bauxita na propriedade. Conforme relato dos agricultores, a indenização é estipulada pela empresa e os mesmos não possuem conhecimento técnico que permita avaliar o valor real da bauxita a ser explorada. As condições socioeconômicas dos agricultores os levam na maioria dos casos a aceitar os valores estipulados pela mineradora (Henriques e Porto, 2015, p. 1368).

Com argumentos baseados em números e promessas de geração de emprego e renda, essas empresas, dirigindo-se aos homens agricultores, reforçam uma estrutura social de classe e de gênero desigual. Reforçam o poder de decisão dos homens como “chefes de família” quando negociam com eles a autorização para o direito de exploração mineral da propriedade e, assim, subordinam as mulheres, num processo de (re)patriarcalização do território em sua dimensão estrutural (Vázquez, 2017).

De modo semelhante ao que foi observado no capítulo 4, sobre a adesão masculina ao uso de agrotóxicos, há um uso dos papéis de gênero e das masculinidades (Connell, 2005) para promover a mineração como alternativa econômica. Durante a Caravana na Zona da Mata, uma liderança regional do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) destacou que a empresa “fala muito para os homens, dizendo ‘você vai trabalhar de caminhoneiro, você vai ganhar, vai ser bacana’, mas depois a realidade é completamente diferente”. Assim, a abordagem das empresas especificamente em relação aos homens, se apoia no e reforça o papel socialmente atribuído a eles como provedores ou chefes de família.

Situações semelhantes foram relatadas pelas agricultoras e lideranças no município de Simonésia, onde atua a Mineração Curimbaba Ltda (Curimbaba), durante a Caravana na Zona da Mata. A agricultora Maria do Toin compartilhou que sua comunidade está ameaçada pela mineração devido à abundância de bauxita na região. Ela e outras agricultoras disseram que,

em algumas comunidades, há boatos de que alguns vizinhos, homens, já haviam firmado contratos com a Curimbaba anos antes. Embora, até então, nenhuma área tivesse sido efetivamente minerada, essas pessoas receberiam uma remuneração mensal pelo arrendamento das terras para exploração. As informações sobre quem assinou contratos e os valores recebidos não são precisas, pois a abordagem individualizada da empresa às famílias dificulta o acesso a dados confiáveis.

Durante um Etnomapeamento realizado com uma agricultora em outubro de 2021, seu marido relatou que sua terra foi demarcada pela empresa Curimbaba para a extração de bauxita em 2006. Ele mostrou placas deixadas pela empresa com o número do processo de lavra, mas hesitou em permitir fotografias. Mencionou um vizinho que recebeu uma oferta da mineradora no valor de US\$1,00 (um dólar americano) por tonelada de terra para a exploração de bauxita, mas recusou. Na visão do agricultor, seu vizinho “podia ter ficado rico”, e afirmou que, se necessário, venderia sua terra para a empresa, mesmo contra a vontade da esposa.

Esse posicionamento reflete a lógica da masculinidade provedora-industrial descrita por Hultman e Pulé (2018), na qual o papel de provedor é reforçado pela promessa de ascensão econômica, ainda que os ganhos reais sejam limitados a pequenos dividendos patriarcais (Connell, 2005) do sistema minerário para os agricultores. Essa aliança entre pequenos agricultores e as empresas mineradoras, mas sobretudo das elites industriais da mineração, que exercem poder econômico, institucional e simbólico sobre os agricultores, define a forma hegemônica de masculinidade. Ao privilegiar a lógica do lucro e do desenvolvimento econômico, negligenciando as consequências sociais e ambientais do extrativismo mineral a masculinidade hegemônica incorpora o conteúdo da masculinidade provedora-industrial, conforme definida por Pulé e Hultman (2019).

Um exemplo do poder econômico da CBA no território é dado por uma agricultora, liderança da Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar Solidária (Coopaf) de Muriaé. Ela contou que a mineradora ofereceu R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) para apoiar projetos do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Muriaé, o que foi recusado pela diretoria.

Essa liderança também mencionou uma matéria que foi feita pelo programa de TV Globo Rural, sobre a proposta de mineração sustentável de bauxita implementada pela CBA. Segundo ela, propuseram entrevistar algumas lideranças das organizações locais, mas eles se recusaram para evitar que sua fala fosse instrumentalizada e conferisse legitimidade à ação da empresa no território. Outra pessoa afirma que “na época do CAR” (Cadastro Ambiental Rural), cuja realização foi obrigatória a partir de 2014 em Minas Gerais, a referida empresa ofereceu apoio aos agricultores, com o intuito de obter autorizações para a exploração mineral.

Algumas lideranças destacaram como essa dinâmica reforça a posição das empresas na definição de políticas e decisões locais. Nos casos relatados, as múltiplas ações da mineradora em diferentes escalas e esferas de gestão, vão criando um clima de preocupação e incertezas no território. Para Acselrad *et al.* (2012) essa é uma estratégia recorrente e sistemática das empresas onde grandes projetos de investimento – como a mineração – são implementados. Uma maneira de despolitizar a questão ambiental e evitar que controvérsias, sobre os distintos modos de uso e apropriação dos recursos ambientais, se tornem públicas.

No município de Simonésia, a Curimbaba também tem adotado estratégias semelhantes à CBA, segundo relatos de lideranças locais. Além do pagamento de valores mensais para proprietários que teriam assinado contrato de arrendamento com a empresa, a Curimbaba desenvolve ações para associar sua imagem à sustentabilidade ambiental. Destaca-se a aquisição, de uma área de quase 340 hectares, destinada à conservação da biodiversidade, especialmente para a preservação do macaco Muriqui-do-norte, o maior primata das américas que consta na Lista Brasileira da Fauna Ameaçada de Extinção. Essa área, adjacente à Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Mata do Sossego, gerida pela Fundação Biodiversitas, foi adquirida pela Curimbaba em 2007, com o apoio da Associação Amigos do Meio Ambiente (AAMA), com sede em Manhuaçu. Em 2018 essa área foi transformada na RPPN Sossego do Muriqui com apoio da AAMA e do Muriqui Instituto de Biodiversidade (MIB).

Em sua página web²⁷, a Curimbaba enfatiza que além de contribuir para a conservação da biodiversidade, assume o compromisso de que a mineração de bauxita será realizada apenas em áreas cobertas por café, eucalipto e pasto, cultivadas há muitas décadas e não de fragmentos florestais existentes. Ainda, se compromete a fazer a reabilitação dos cultivos ou a restauração florestal com mudas de espécies nativas, “em comum acordo com o proprietário da terra”. No município de Simonésia a empresa atua desde o início dos anos 2000, segundo as agricultoras, mas até 2022 não tinham efetivamente iniciado o processo de exploração mineral em nenhuma comunidade. Um vídeo realizado por militantes do MAM, no dia 18 de dezembro de 2020, denuncia a tentativa da empresa de iniciar, de forma irregular, a primeira mina de extração de bauxita na região do Caparaó, na zona rural de Manhuaçu (MAM Nacional, 2020).

A Comissão Regional de Enfrentamento à Mineração do Caparaó foi criada em 2020, como resposta às movimentações da Curimbaba na região entre 2017 e 2019, de acordo com uma liderança da Pastoral Ecológica de Simonésia e integrante da comissão. Ela contou que a

²⁷ Fonte: MINERAÇÃO CURIMBABA. **Reserva Sossego do Muriqui**. Disponível em: <https://curimbabaleste.com.br/Publicacao.aspx?id=206161>. Acesso em: 11 jan. 2025.

administração municipal que governou o município entre 2016 – 2019 tinha um bom relacionamento com as organizações locais, como o SINTRAF. Neste período, o Secretário de Agricultura e Meio Ambiente informou o sindicato que a Curimbaba estava buscando o licenciamento ambiental, e a consequente autorização para a lavra, de áreas mapeadas há muitos anos no município.

Segundo ela, essa movimentação da Curimbaba no município e na região está relacionada à “eleição desses governos, federal e estadual, pela facilitação dos licenciamentos, com a chegada de empreendimentos que tem grande impacto ambiental, na mineração e em outros setores. [...] A Curimbaba enxergou um campo livre.” (liderança da Pastoral Ecológica da igreja católica de Simonésia, 2022). Essa análise converge com os dados apresentados por D’Andrea e Wanderley (2023, p. 41) sobre a situação dos títulos minerários em 2020. Os autores demonstram que 51% dos títulos minerários ativos de diferentes tipos, haviam sido requeridos entre 2011 e 2020, no período de pós-*boom* das *commodities*; e apenas 27% solicitados no período de *boom* das *commodities*, entre 2003 e 2011. Em 2020, das 138 empresas envolvidas em conflitos socioambientais decorrentes da mineração, a Curimbaba ocupava a sexta posição (Mansur; Wanderley, 2023).

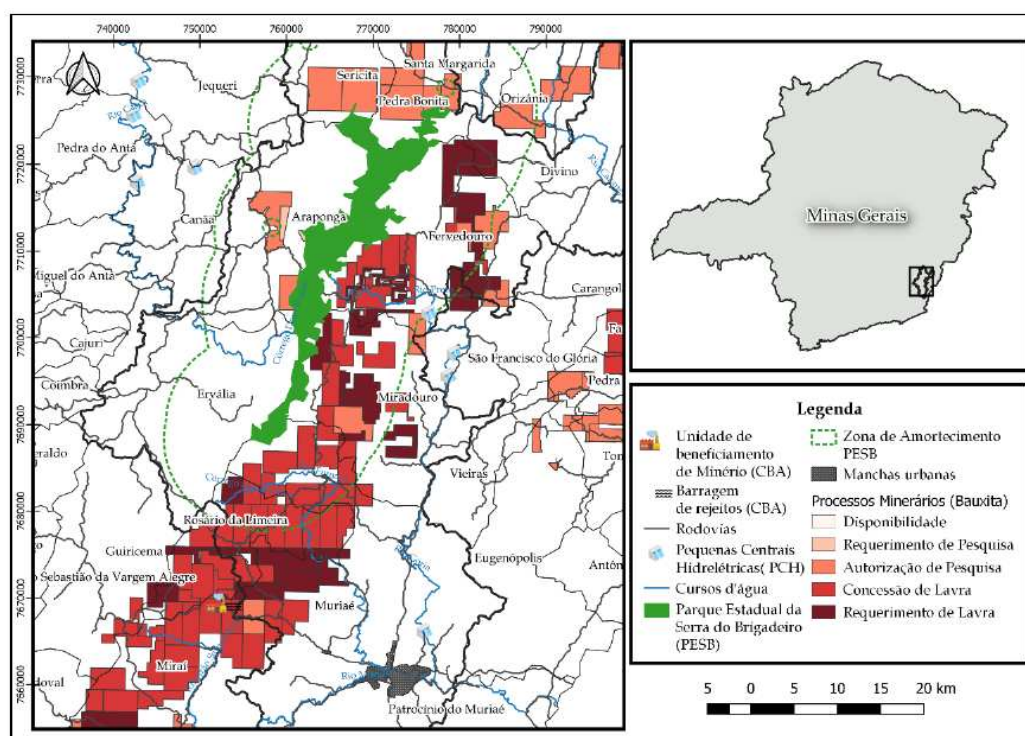
No início do século XXI a pressão sobre os territórios se intensificou, impulsionada pelo que Svampa (2019) denominou como “Consenso das Commodities”, um modelo econômico baseado na reprimarização da economia dos países na América Latina, como visto no capítulo 1 desta tese. Para esta autora, o “Consenso das Commodities” impõe uma nova ordem econômica e político-ideológica baseada no extrativismo, o que reforça a dependência externa e a vulnerabilidade socioambiental dos territórios afetados. Para Svampa (2019, p. 38), no contexto de governos progressistas, “esse modelo aparece associado à ação do Estado – assim como a uma série de políticas econômicas e sociais dirigidas aos setores mais vulneráveis –, cuja base foi o lucro extraordinário associado ao modelo extrativista/exportador”. Gudynas (2009) caracteriza esse modelo de desenvolvimento baseado na exploração intensiva dos bens comuns, com decisiva participação do estado em políticas econômicas e sociais redistributivas, como neoextrativismo.

A participação dos países do Norte Global na economia regional na América Latina, bem como as estratégias da Comissão Europeia em torno à descarbonização da matriz energética (Bringel; Svampa, 2023), reforçam por um lado dinâmicas históricas de espoliação e exploração do trabalho e da natureza, remetendo às relações coloniais seculares; e por outro, novas relações de exploração e expropriação, como no caso dos crescentes investimentos da China na região. Este novo movimento de acumulação capitalista tem sido denominado pelo Grupo de Estudos

en Geopolítica y Bienes Comunes da Universidad de Buenos Aires, como uma “acumulação pela desfossilização” (Bringel; Svampa, 2023). Como consequência, o Brasil continua desempenhando, na divisão internacional do trabalho, um papel centrado em atividades “[...] mais intensivas em exploração de recursos naturais, mais predatórias do ponto de vista ambiental e menos rentáveis do ponto de vista da captura do valor” (Iorio; Magno, 2019, p. 44).

Essa inserção subordinada e dependente do setor mineral e, consequentemente, da balança comercial brasileira, se traduz numa relação de minério-dependência de estados e municípios minerados (Coelho, 2017) que pressiona territórios ainda não explorados. Essa pressão poderia contribuir com a situação na zona de amortecimento do Parque Estadual da Serra dos Puri, na Zona da Mata mineira, como pode ser observado na Figura 24, abaixo:

Figura 25 – Mapa do Território Corporativo da CBA na Zona da Mata mineira.



Fonte: SIGMine, Ide-Sisema, IBGE. Sistema de Coordenadas: Utm 23s. Sistema de Referências: Sirgas 2000 (Iorio; Magno, 2019).

A zona de amortecimento corresponde à área ao redor de uma unidade de conservação onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o objetivo de reduzir impactos negativos sobre o ambiente protegido (Brasil, 2000). No Plano de Manejo original do Parque Estadual da Serra dos Puri, foi estabelecido um raio de 10 quilômetros para essa delimitação, determinando que “[...] deverão ser vedadas ou restringidas atividades impactantes

sobre solo e águas, como extração mineral, barragens, dragagens, construção de aterro sanitário, e outras, obedecida a legislação específica em vigor” (Minas Gerais, 2007, p. 25).

Agricultoras e lideranças do território manifestam preocupação com a possível redução da zona de amortecimento do Parque Estadual da Serra dos Puri para apenas 3 quilômetros, que pode ocorrer no processo de revisão do Plano de Manejo, seguindo um padrão já observado em outras unidades de conservação no estado. Em áreas de interesse para exploração mineral, as mineradoras têm exercido forte pressão para ampliar sua influência nos processos de gestão dessas unidades. Conforme evidencia a Portaria IEF nº 63, de 8 de outubro de 2024 (Minas Gerais, 2024), que dispõe sobre a composição do Conselho Consultivo do parque em 2024, além da CBA, que já ocupava uma vaga, o Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais também passou a integrar esta instância, como suplente. Lideranças da Comissão Regional de Enfrentamento à Mineração da Serra dos Puri temem que esta seja uma ação coordenada para incidir sobre o Plano de Manejo facilitando a mineração nessas áreas.

Esse processo que ocorre no território resulta de um contexto nacional de flexibilização e desregulamentação da legislação ambiental que se acentuou durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022). Como visto na Introdução desta tese, Acseirad (2022) chama a atenção para um processo de desambientalização do Estado brasileiro no mandato de Bolsonaro, imposto por meio da convergência entre um antiambientalismo liberal e um antiambientalismo autoritário racializado. Para atender às pressões do agronegócio e do setor minerário, as ações do Estado foram direcionadas para legitimar a expropriação de povos originários e quilombolas, acelerando o avanço do modelo de produção extrativista no Brasil.

Em Minas Gerais, em 2016, a aprovação da Lei Estadual 21.972/2016 deu início a uma reestruturação do Sistema Estadual de Meio Ambiente (SISEMA) e flexibilizou o modelo de licenciamento ambiental. A criação da Superintendência de Projetos Prioritários (Suppri) enquanto unidade administrativa da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) é um elemento fundamental desse processo (Santos; Borges, 2017). Outro exemplo foi a publicação da DN (Diretriz Normativa) Copam (Conselho Estadual de Política Ambiental) nº. 217/2017 que ampliou a aplicabilidade da modalidade de Licenciamento Ambiental Concomitante (LAC) para atividades com grande potencial de danos ao meio ambiente, como a mineração (Fialho, 2022).

Desde a eleição de Romeu Zema como governador de Minas Gerais em 2019, organizações da sociedade civil vêm denunciando o governo estadual por promover o enfraquecimento dos mecanismos de controle social no Copam, resultando em benefícios para empresas do setor mineral. Fialho (2022) demonstrou em sua pesquisa que as atividades minerárias foram as

maiores beneficiárias da modalidade de LAC no período compreendido entre 2018 e 2021. Uma ação civil pública movida pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) questiona a assinatura de atos administrativos pela SEMAD, os quais teriam favorecido a atuação de empresas mineradoras. Além disso, a ação investiga possíveis condutas irregulares de servidores deste órgão que teriam beneficiado diretamente o setor mineral (Maciel, 2024). De acordo com Iorio, Magno e Umbuzeiro (2022), pela forte influência das empresas mineradoras nesse processo, limitou-se a capacidade dos órgãos de controle na avaliação dos riscos associados a grandes empreendimentos, reduzindo o rigor do licenciamento ambiental.

O caso da audiência pública referente ao empreendimento da CBA para a Produção Sustentável de Bauxita da Zona da Mata, Processo LAC2 (LP) COPAM Nº 3184/2019/001/2019 é simbólico, pois dá materialidade à fragilização da legislação ambiental do Estado. De acordo com o Superintendente da SUPPRI em 2021, quando da realização da audiência pública, o projeto da CBA foi considerado prioritário para o Estado de Minas Gerais por critérios definidos pelo Grupo de Desenvolvimento Econômico do Estado (MINAS GERAIS, 2021).

5.1.1 A audiência pública de um projeto prioritário para o Estado de Minas Gerais: disputas no licenciamento ambiental para a exploração minerária na Zona da Mata

A audiência pública ocorreu de forma híbrida (presencial e por videoconferência), em 07 de outubro de 2021, e foi coordenada pelo Superintendente de Projetos Prioritários da SEMAD. Esta audiência foi requerida pela ONG ambientalista Amigos de Iracambi, que tem sede no município de Rosário da Limeira e cujos membros compõem a Comissão Regional de Enfrentamento à Mineração da Serra dos Puri. Estávamos – eu e integrantes do projeto GENgiBRe – em Simonésia, na Casa da Agroecologia, sede da Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas, ONG parceira e que deu abrigo à equipe da pesquisa durante nossas idas à campo nesse município. Participamos de modo remoto, assistindo a audiência pelo Youtube, após termos passado a tarde toda com as agricultoras de Simonésia para a elaboração da Cartografia Socioambiental Feminista. Nessa ocasião, várias informações sobre a ameaça da mineração de bauxita pela Curimbaba no território foram apresentadas pelas mulheres. Algumas lideranças presentes e que também participavam das reuniões do Núcleo Municipal de Enfrentamento à Mineração (que será melhor descrito na próxima seção deste capítulo) estavam cientes da realização da audiência pública. As reflexões que fizemos durante

a atividade da pesquisação na parte da tarde, aguçaram o interesse das demais agricultoras presentes para assistirem a “audiência da CBA”, como elas mesmas se referiam.

Por sua trajetória de luta e organização para o enfrentamento à mineração no município, assessoradas por movimentos sociais como o MAB e o MAM, as agricultoras de Simonésia haviam adquirido conhecimentos específicos sobre as práticas empresariais do setor mineral. Sabiam, portanto, a importância de compreenderem as práticas adotadas pela CBA durante a audiência pública, porque futuramente poderiam ser utilizadas pela Curimbaba no município. Corroborando com essa percepção, Deborah Bronz (2016, p. 51), afirma que ainda que com algumas adaptações, as práticas empresariais nas etapas do licenciamento ambiental no Brasil,

[...] são pensadas e experimentadas como práticas generalizadas e generalizáveis, na medida em que refletem a reprodução dos modelos de gestão e moralidades que compõem o ethos empresarial da responsabilidade social e do desenvolvimento sustentável.

A audiência pública durou pouco mais de quatro horas, tendo se realizado à noite, o que, certamente, limitou a participação das mulheres. No período noturno elas se responsabilizam pelo preparo de alimentos para o jantar da família ou pelo cuidado com as crianças e pessoas idosas, em função da divisão sexual do trabalho. Isso se refletiu também na baixa inscrição de mulheres para se manifestarem durante a audiência pública. Além disso, o processo de inscrição para manifestação foi bastante complexo: era necessário entrar no site da empresa, clicar num link que direcionaria a pessoa ao processo de inscrição virtual. Feito esse procedimento, no momento da audiência, era necessário entrar num link específico da sala da audiência, dificultando a participação de pessoas que não têm habilidade no uso da internet.

À população dos cinco municípios envolvidos neste processo foram disponibilizadas apenas 50 vagas em um único ponto físico de transmissão para a participação presencial na audiência. O restante das pessoas poderia participar da audiência pública por meio da inscrição no sistema desenvolvido pela mineradora; assistir pelo canal da empresa no Youtube ou ouvi-la por uma emissora de rádio. O ponto físico foi estruturado na quadra poliesportiva do distrito de Pirapanema, zona rural de Muriaé, que foi adaptada para esta finalidade. Apesar de a empresa ter afirmado que disponibilizou transporte até o ponto fixo, apenas 30 pessoas participaram presencialmente. Não foi possível entender como esse transporte foi organizado em cada município. Chovia muito nesse período do ano e, particularmente neste dia, houve um temporal na região o que implicou em dificuldades para a locomoção das pessoas e para o acesso à internet. Diferentes intervenções durante a audiência evidenciaram as dificuldades técnicas para transmitir as manifestações de pessoas presentes no ponto fixo em Pirapanema.

Também houve o questionamento realizado por alguns manifestantes sobre a limitação do número de participantes. Muriaé se encontrava na “Onda Verde” do Programa Minas Consciente de enfrentamento à pandemia de Covid naquele momento, cujas normas permitiam atividades presenciais com até 250 pessoas. Contrariando as normas do próprio governo do Estado de Minas Gerais e um decreto municipal, a audiência pública limitou a participação das pessoas no ponto fixo a apenas 50 vagas.

Ao todo foram apenas 36 inscrições disponibilizadas pela SEMAD. Dessas, apenas 22 pessoas puderam se manifestar, em função de problemas técnicos de acesso à internet ou por dificuldades de acesso à sala virtual no sistema em que a audiência foi realizada. A concentração das falas foi maior entre os homens, que totalizaram 17 das 22 participações inscritas na audiência pública. Dessas, 11 pessoas se posicionaram de modo favorável à empresa: 3 membros do grupo de pesquisa da UFV, 5 funcionários da empresa ou de terceirizadas, 2 representantes do poder público municipal e uma mulher do distrito de Pirapanema, em Muriaé. Entre os 11 representantes que apresentaram críticas ao EIA/RIMA ou à instalação do empreendimento minerário nas comunidades, houve a participação de 1 professor da UFV, 2 agricultores, 1 agricultora e liderança do STR de Muriaé, 1 assessor parlamentar e 6 ativistas de ONGs e de movimentos sociais que atuam no território, sendo 4 mulheres no total.

Logo no início, o representante da SUPPRI afirmou que esta etapa da audiência pública marcava o início de um processo de validação da sociedade em relação ao processo de licenciamento. Neste caso, de um projeto que envolve 10 pedidos de lavra abrangendo o território de cinco municípios da Zona da Mata: Rosário da Limeira, São Sebastião da Vargem Alegre, Miraí, Guiricema e Muriaé. Contudo, um professor do Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais – Campus de Muriaé – durante sua manifestação, compartilhada no tempo destinado à ONG Amigos de Iracambi, assinalou que no documento do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), constava 71 concessões de lavra de diferentes tipos de minerais, sendo 43 de bauxita. Deste modo, o professor enfatizava a necessidade de que o licenciamento ambiental fosse feito com uma análise integrada do impacto ambiental das 43 concessões, e não apenas das 10 concessões da mineradora, que constavam no processo de licenciamento em discussão na audiência pública.

As audiências públicas são os principais rituais do licenciamento e são estruturadas com base em padrões sistemáticos: regulamento, cenário e público. A disposição dos participantes, segundo Bronz (2016, p. 34), “representa simbolicamente a distribuição das hierarquias e dos poderes em jogo no licenciamento”. Estes elementos são particularmente importantes para

analisarmos as relações de poder explicitadas pela disposição dos atores nos ambientes reservados para a referida audiência pública.

Enquanto a participação popular foi designada para um único ponto fixo com condições precárias para o acesso ao sistema em que a audiência pública foi realizada, os representantes da SEMAD, da CBA e seus assessores estavam juntos, em Belo Horizonte na sede da SEMAD. Tinham à sua disposição infraestrutura para o acesso à internet, sonorização e aparatos tecnológicos como projetores multimídia para apresentações de vídeo e em Power Point com mapas, imagens, tabelas e matrizes, como ilustra a Figura 25, abaixo:

Figura 26 – Representantes da empresa e da SEMAD em infraestrutura disponibilizada para a audiência pública na sede da SEMAD, em Belo Horizonte-MG.



Fonte: <https://www.youtube.com/live/3COEucT4nFg>

À disposição da empresa em Belo Horizonte, estava um conjunto de atores que dominam o léxico do licenciamento ambiental. Conforme afirma Deborah Bronz (2016), uma mão de obra com uma qualificação específica, e alto valor mercadológico que, por compreender os termos do licenciamento e os modos de sua operacionalização, passa a ocupar posições estratégicas de assessoramento técnico junto aos empreendedores. Além dos seus gestores, a empresa contou com a assessoria de um advogado, dois consultores de empresa especializada na produção de estudos e relatórios de impacto ambiental e de um professor da UFV, na condição de especialista. Ele representava o grupo de pesquisadores que atuam nas áreas de reabilitação ambiental, restauração florestal e conservação hídrica em parceria com a CBA, no projeto de “Mineração Sustentável de Bauxita” na Zona da Mata.

A participação dos pesquisadores vinculados aos laboratórios da UFV que desenvolvem pesquisas em parceria com a CBA foi frequente durante a audiência pública, sempre em favor do projeto de “Mineração Sustentável da Bauxita”. Além do professor que estava junto dos representantes da mineradora na sede da SEMAD em Belo Horizonte, participaram de modo remoto, por meio das poucas inscrições disponibilizadas para a participação popular, dois professores desse grupo de pesquisa e um mestrando orientado por eles.

Durante a apresentação realizada pelo gerente das Unidades de Mineração da empresa na Zona da Mata mineira, foi destacada a parceria com a UFV há 13 anos, que resultaram em 132 publicações, 08 teses de doutorado e 12 dissertações de mestrado indicando o acionamento recorrente da autoridade técnico-científica como elemento central do discurso empresarial. A autoridade técnico-científica conferiu legitimidade às ações propostas pela empresa no projeto de exploração mineral. Ele também buscou minimizar os impactos causados pelo processo minerário de bauxita na região e maximizar os impactos positivos deixados após o processo de reabilitação das áreas:

A bauxita, conforme eu já disse, na Zona da Mata, ela se dá de uma forma bem superficial, né? Então isso pra água é importante, pois a gente não tem que formar cava, a nossa lavra é superficial, com isso não há necessidade de rebaixamento do lençol freático. [...] com o retorno do solo rico, a adubação, a vegetação ela vai ficar mais densa, seja ela eucalipto, seja ela pastagem, café ou até as nativas, ela fica mais densa, a cobertura vegetal é mais forte; com isso a gente aumenta absorção mais uma vez da água, né? Então podemos dizer que a CBA passa pelas suas atividades de lavra gerando impactos positivos com relação a infiltração de água no solo, inclusive temos trabalhos de pesquisas publicados abertamente né, junto da nossa parceria com UFV que demonstram claramente esta melhoria (Christian Fonseca de Andrade, gerente de unidade da CBA).

Conforme exposto anteriormente, a autoridade técnico-científica é um dos atributos da masculinidade industrial (Hultman; Pulé, 2020). Estes autores utilizam o termo "industrial" para se referirem aos indivíduos que, como o gerente das unidades de mineração da empresa na Zona da Mata mineira, estão na posição de gerenciamento dos meios de produção; ou aos responsáveis pela empresa de consultoria especializada em avaliação de impactos ambientais e os pesquisadores da UFV, que prestam serviços de suporte à atividade de exploração mineral da empresa.

As cenas transcritas abaixo ilustram a forma como determinado tipo de conhecimento científico adquire centralidade discursiva na legitimação do projeto de “Mineração Sustentável da Bauxita” pela empresa mineradora. Após um participante ter afirmado em sua manifestação que a mineração causava a morte, a destruição da natureza e da água preocupação defendida por outras pessoas durante a audiência pública –, o professor coordenador do Laboratório de Hidrologia Florestal da UFV, reagiu da seguinte maneira:

[...] como pesquisador da área de hidrologia florestal e coordenador do laboratório de hidrologia Florestal da UFV [...] nos nossos projetos de pesquisa, em todos os projetos de pesquisa que a gente atua né, que o laboratório atua, nós sempre nos preocupamos com essa questão da água estar dando condições de vida. E aí me chamou atenção esse termo que foi utilizado né, sobre a morte da água [...] até o momento eu posso garantir que [nas áreas mineradas pela empresa] não, não temos encontrado a morte da água. Até porque ela não tem vida e ela continua sustentando a vida.

Este mesmo professor reforçou os impactos positivos nos processos hidrológicos após a atividade de extração mineral de bauxita, com base nas pesquisas desenvolvidas em parceria com a CBA:

Aproveitando o gancho ainda né? Do que foi dito aqui com relação às pesquisas, dos trabalhos que estão em desenvolvimento, que estão trazendo resultados. Destacar que os processos hidrológicos mais estudados até o momento, são justamente infiltração e o escoamento superficial de água de chuva né? E como já foi dito, por isso que estou aproveitando esse gancho, que esses processos tem melhorado significativamente de antes do que era antes da mineração com o pós-mineração, justamente pela preocupação e a qualidade da restauração das áreas já mineradas. Os trabalhos dos colegas que já manifestaram [...] têm contribuído absurdamente com essa melhoria na infiltração e na diminuição do escoamento de água nas áreas mineradas.

O pesquisador do Departamento de Solos, também fez sua manifestação afirmando sua posição como professor da UFV e especialista na área de solos para a reabilitação dos cultivos comerciais nas propriedades mineradas:

Boa noite, [...], eu sou professor especialista aí na área de solos que foi muito comentado aqui. Trabalho lá na Universidade Federal de Viçosa [...]. Quero agradecer meu patrocinador que é a UFV [...] eu queria dar um depoimento aí e vai, mais ou menos, na linha de um trabalho que eu, que eu desenvolvo nessas áreas de mineração, já tem 12 anos [...]. Eu trabalho com solo, com qualidade de solo, eu estou preocupado, que solo é a base de tudo, é aonde que a água vai ser produzida, a gente acha que quem produz água é chuva, não, quem produz água é solo, então eu trabalho nas áreas de mineração com reabilitação, ou seja, as áreas que são áreas de café, lavoura de café, elas têm que voltar a ser áreas de café, as áreas de pastagem têm que voltar a ser boas áreas de pastagem, as de eucalipto, as de espécies florestais nativas [...]. Então a gente desenvolve estudos para que essas áreas lá, sejam reabilitadas e voltam a ser produtivas na mão dos produtores rurais da mesma forma que eram antes, então primeira coisa que a gente faz, eu entro nessas áreas [...] fazer análise de solo, fazer toda a qualidade da microbiota do solo, dos bichinhos, da fauna e ver como é que isso está antes da mineração e depois eu entro na área medindo tudo novamente, o qual foi o impacto que a mineração teve. Ninguém está defendendo a ideia aqui de que a mineração não tem impacto, o próprio relatório do consultor mostrou que existe alguns impactos...e importante a gente saber esses impactos pra gente poder o quê? Remediar.

Como se observa no comentário acima, o professor reconhece a existência de impactos decorrentes da mineração, os quais será preciso “remediar”. Essa afirmação contradiz os argumentos expressos no vídeo da empresa apresentado no início da audiência pública, de que os impactos seriam anulados, ou com os argumentos do gestor da empresa de que as áreas seriam devolvidas em condições melhores do que as anteriores à exploração mineral.

O EIA/RIMA apresentado pela empresa de consultoria ambiental também reconhece que na fase de implantação/operação do empreendimento pode causar assoreamento dos cursos d'água e, a depender de sua intensidade “[...] pode alterar a dinâmica hidrossedimentológica de toda uma bacia hidrográfica” (BRANDT, 2019, p. 1735). Referindo-se a essa questão, o professor do Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais, que fez questionamentos críticos à empresa, mencionou que as áreas previstas no licenciamento ambiental são de relevante importância para o abastecimento do município de Muriaé. Contudo, segundo ele, o EIA/RIMA apresenta informações insuficientes sobre os impactos na quantidade e qualidade da água e não previu o impacto que pode vir a ocorrer no abastecimento de água no município de Muriaé:

o EIA fala em 414 nascentes que serão afetadas, das quais a maioria no Rio Preto e no Rio Muriaé né? Dessas nascentes, apenas 129 foram feitas, foram mapeadas, com trabalho de campo né? In loco. A maioria através de técnicas de processamento sem supervisão. [...] Esses mapas estão lá nas páginas 663 a 672, mas segundo o próprio EIA, na página 528 há a necessidade de refinar esse mapeamento, ou seja, eles consideram ele ainda insuficiente. Bom, sobre isso é importante mencionar, que a ausência dessa informação sobre captação de água pelo Município de Muriaé, é uma grande preocupação, né? No momento que a gente vive justamente uma escassez hídrica nacional né? Mas isso não é o pior é ao meu ver. O pior é que o EIA não mensura quando e como as intervenções nas áreas de interesse da mineração [...] afetarão a quantidade a qualidade dessas águas, que por sua vez, interferirão na quantidade e na qualidade das águas que abastecerão parte do município de Muriaé. Isso é uma informação imprescindível e está ausente no estudo.

Cabe esclarecer que as áreas a serem mineradas afetarão as nascentes do Rio Preto, já apontada como uma área de grande relevância ecológica por Pires Júnior (2021), citado anteriormente. Contudo, em que pese as considerações realizadas pelo professor do Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais, outro professor da UFV, utilizando-se de uma linguagem técnica complexa e incompreensível para uma parte significativa das pessoas que participavam da audiência, buscou legitimar a proposta de mineração sustentável realizada pela empresa na região:

Boa noite a todos. Quero agradecer a oportunidade, [...] sou professor na UFV, na Universidade Federal de Viçosa, na área de ecologia e restauração florestal e nós temos uma parceria, o laboratório que eu coordeno é o laboratório de restauração florestal, com a CBA desde 2011. Então já está indo para 10 anos de parceria. Durante esse tempo, nós desenvolvemos ao longo de todo esses 10 anos, várias pesquisas e resultaram em várias teses de mestrado e doutorado, vários artigos científicos nacionais e internacionais, dezenas de artigos, capítulos de livro e etc. Nossas pesquisas são voltadas para avaliar as áreas que estão sendo restauradas, mineradas e restauradas com floresta. Nossa linha nessa parceria é a restauração florestal e biodiversidade. Então a gente tem avaliado essas áreas mineradas e áreas de compensação, auxiliando a empresa na orientação técnica da restauração florestal dessas áreas, sempre visando a melhoria contínua dessa restauração, aplicando bioindicadores para avaliar essas áreas. Quais bioindicadores? Inventários florísticos, fitossociológicos da vegetação arbustivo-arbórea, a regeneração natural, o banco de sementes do solo, a fauna, monitoramento de fauna, a fertilidade do solo nas matas restauradas, matéria orgânica tudo isso, e o conjunto de resultados que nós encontramos até hoje eles são muito positivos. Nós temos vários indicadores, a gente

sempre compara com as matas nativas da região. Então nós encontramos, por exemplo, nas áreas restauradas 160 espécies de árvores nativas da Mata Atlântica, isso é fantástico, tem várias espécies que nem se encontram mais nas matas nativas secundárias da região por ter sido tão exploradas no passado e hoje a CBA está trazendo de volta essas espécies. Na fauna também nós temos várias espécies, Irara, cachorro-do-mato, paca, várias espécies que é até raras na região, que nós amostramos, nós temos as imagens desses animais, quantificamos, então nós temos dados publicados, então o conjunto dos nossos trabalhos mostram a sustentabilidade ambiental, sustentabilidade ecológica da mineração de bauxita na região.

Conforme afirmam (Hultman; Pulé, 2020), todos eles são generosamente recompensados pelas práticas de produção de riqueza dessas indústrias: executivos de corporações do setor petrolífero e da mineração, banqueiros, gerentes financeiros e administradores de nível médio ou sênior dessas corporações. Esses são exemplos muito visíveis da masculinidade industrial que, conforme propõem Hultman e Pulé (2018), é performada em sua maioria, por pessoas do sexo masculino, brancos, da elite econômica, mas também indivíduos de classe média e proprietária que obtêm ganhos com esse modelo social e econômico hegemônico.

Mas além dos acionistas e gestores sêniores das indústrias extrativas e das empresas que subsidiam suas operações, Hultman e Pulé (2018) citam os homens da classe trabalhadora que performam as masculinidades “provedoras”, que configuram um grupo distinto, mas intimamente interdependentes das masculinidades industriais. No nosso caso, podem ser representados pelos trabalhadores da mineradora ou de empresas terceirizadas que se manifestaram em defesa da empresa durante a Audiência Pública, como ilustram os relatos abaixo:

Eu sou motorista, trabalho lá dentro da CBA. Eu já faz 16 anos, e, eu tenho a dizer a vocês que dentro do que eu conheço, as empresas têm sempre trazido muito progresso, muitos benefícios a cidade onde eu moro São Sebastião da Vargem Alegre, entendeu? Não sei o que seria se eles não tivessem se instalado ali, porque através de mim, né? A minha família tem o sustento ali como vários amigos meus. Acredito que cada família que tem ali deve ter uma pessoa que trabalha lá dentro da empresa, eu sou muito grato a isso. [...] Essa é minha fala, para mim a empresa só tem trazido benefícios ao nosso lugar (Motorista da CBA, 2021).

[...] sou morador de Santo Antônio do Rio Preto, município de Mirai, conhecido como patrimônio. Vou falar um pouco da CBA na minha comunidade. A CBA atua da seguinte forma na comunidade: gerando vários empregos para comunidade, principal parceira na associação intermunicipal de confecção de roupa. Antes da CBA chegar na minha comunidade, nossa comunidade vivia na zona rural com [...] plantio de café, feijão, milho e o trabalhador rural, não tinha benefício nenhum, não tinha a carteira assinada, entendeu? E não tinha recurso no trabalho, não tinha segurança (Morador de uma comunidade rural no município de Mirai, 2021).

Os relatos acima ilustram a relação de codependência socioeconômica e simbólica entre os homens da classe trabalhadora – como provedores da família – e os donos dos meios de produção ou gestores em altos níveis de comando das empresas mineradoras. Hultman e Pulé

(2018) propõem compreender as masculinidades industrial/provedoras como um conceito relacional, que simboliza essa codependência. O trabalho assalariado masculino cumpre a dupla função de integrar os homens à sociedade e aos padrões da masculinidade hegemônica. Ao mesmo tempo, há uma valorização dos homens como provedores e chefes de família, outorgando-lhes mais poder no âmbito familiar (García-Torres *et al.*, 2020). A essa dinâmica que, com a instalação dos projetos extrativistas nos territórios, aprofunda e reconfigura relações patriarcais e machistas preexistentes, o *Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo* denominou como (re)patriarcalização dos territórios (Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo, 2017).

No caso do projeto de exploração de bauxita pela CBA na Zona da Mata mineira, a aliança entre os homens pelas masculinidades industrial/provedoras produz a retórica de que a mineração traz benefícios socioeconômicos indiscutíveis. O conceito do que é econômico, no entanto, parte de uma perspectiva ortodoxa, androcêntrica, da economia – que reduz a economia às relações de mercado. Neste caso, a economia das famílias é reduzida ao cultivo comercial de café e à criação de gado em pastagens extensivas, atividades foco do projeto de reabilitação das áreas, conduzido em parceria com a UFV. A fala do gestor da mineradora, ilustra essa perspectiva:

Nossa operação é desenvolvida dentro das propriedades rurais. A atividade de lavra, ela é conciliada com a produção rural, antes da gente adentrar uma área, antes da gente iniciar uma mineração, tem todo um trabalho prévio muito grande [...] a gente levanta a produtividade agrícola de propriedade por propriedade, mapeia toda atividade econômica daquela propriedade e após o processo de levantamento a gente inicia o trabalho de negociação para implantação do contrato de servidão minerária, feito sempre dentro dos parâmetros legais, observando o lucro cessante da propriedade que vai acontecer durante o processo de lavra [...]. Após a conclusão do processo de reabilitação, nós voltamos, continuamos as nossas tratativas para o encerramento do contrato de servidão minerária e assim segue a produção agrícola no campo, só que num patamar de produtividade mais elevado, pois nós trazemos todo conhecimento científico da Universidade Federal de Viçosa para dentro daquelas propriedades. Esse é um benefício imensurável que nós estamos promovendo na região, aumentando o conhecimento e isso flui entre os proprietários [homens] rurais.

Ao final, como foi mencionado diversas vezes por representantes da mineradora e de seus interesses, durante a audiência pública, buscou-se consolidar a narrativa de que os impactos negativos da mineração são inexistentes ou são anulados com os processos de reabilitação das áreas, coordenados por pesquisadores especialistas. Contudo, desafiando as relações de poder desiguais durante a audiência, houve contestações pelos participantes. Um militante do MAM apresentou fotos de algumas áreas declivosas, consideradas como recuperadas pela empresa, que apresentavam sinais de erosão e lixiviação do solo para as estradas, causando preocupação aos moradores das comunidades. Em outro momento, em resposta às afirmações dos

pesquisadores, representantes da empresa de consultoria ambiental responsável pelo EIA/RIMA e representantes da CBA, um agricultor reivindicou o direito de dizer não à mineração, em favor da vida das pessoas e dos outros seres que habitam esse território. Ainda, outros valores, como a espiritualidade e a ancestralidade, foram enfatizados como elementos fundamentais para a defesa da vida:

“[...] que nós agricultores, muitas vezes, não precisamos não é de dinheiro, não é de nada disso, o que nós precisamos é ter os nossos direitos respeitados, de valorizar o espaço que para gente é sagrado, os ancestrais que cuidaram dele até aqui, os seres que vivem aqui a nossa volta, sejam eles animais, vegetais e até mesmo minerais. Quem disse que as bauxitas que estão aqui no terreno, no quintal da minha casa querem sair daqui? Dinheiro não preenche isso não, pode querer pagar o que for, não adianta, não tem preço, a vida não tem preço. Eu respeito, né? Eu consigo compreender, respeitar a posição de todos aí, sabe? Não tô querendo conflito, briga com ninguém, mas para mim [...] eu não concordo com a mineração, não quero mineração aqui [...]. Então acho que eu queria deixar bem claro isso, que pra mim a vida tem mais valor e gostaria que a minha opinião servisse para exemplificar o de vários outros agricultores”.

Essa posição, que destaca a interconexão entre o corpo, a terra, o território e as diferentes formas de vida, tem sido defendida e politizada pelo campo da ecologia política feminista latino-americana e do feminismo comunitário (Cabnal, 2012; Paredes, 2014). A profundidade das questões trazidas pelo agricultor evidencia uma perspectiva genuína dos saberes locais e das práticas comunitárias, fundamentais nas resistências ao modelo de produção extrativista (Svampa, 2019). Ao afirmar sua recusa à mineração, o agricultor reforça um posicionamento contra a lógica extrativista dominante, que desconsidera os laços afetivos, culturais e espirituais das comunidades com seus territórios. Essa posição desafia os padrões das masculinidades provedora/industrial e se aproxima de uma masculinidade ecológica, engajada no cuidado com os bens comuns (Hultman; Pulé, 2020).

O avanço da mineração sobre os territórios impõe a minério-dependência, gera intensos conflitos socioambientais e reforça relações de poder que aprofundam as desigualdades socioeconômicas e de gênero. Nesse contexto, as mulheres, os povos indígenas e as comunidades tradicionais emergem como sujeitos centrais na resistência ao extrativismo na América Latina (Svampa, 2019). Estes sujeitos constroem alianças com movimentos sociais, pesquisadoras/es de instituições de ensino e pesquisa de nível superior e gestoras e gestores públicos, ampliando sua capacidade de disputa e incidência política. Como aponta o documento “Transição Desigual: as violações da extração dos minerais para a transição energética no Brasil” e evidenciam as mulheres e alguns homens que participaram desta pesquisação, “as comunidades, que historicamente preservaram os bens naturais, vêm resistindo aos projetos de morte, defendendo seus territórios e modos de vida” (Mansur et al., 2024, p. 52).

Essas lutas tornam públicos “os processos – muitas vezes autoritários de esvaziamento das críticas e de invisibilização das desigualdades e da diversidade das práticas sociais e sentidos de apropriação do mundo material” (Malerba, 2014, p. 13). Ao mesmo tempo, produzem a resistência por meio de processos organizativos – incluindo a auto-organização das mulheres, pela afirmação das identidades da agricultura familiar e de povos e comunidades tradicionais e pela agroecologia, conforme será visto na seção seguinte.

5.2. “Pelas nossas águas, agroecologia e futuras gerações. Mineração aqui não!”: gênero, escalas e resistências

Maria Flor, moradora de Carangolinha de Cima, assim como muitas agricultoras da Zona da Mata mineira, enfrentou sozinha os representantes da mineradora que chegaram à sua casa procurando por seu marido para que assinasse um documento. Como vimos no capítulo 1, as agricultoras se tornam mais atentas aos impactos da mineração sobre os bens naturais, como a terra e a água, em função da sua responsabilização pelo trabalho doméstico e de cuidados. Por essa razão, muitas tentam ganhar tempo para dialogar com seus companheiros, buscando convencê-los a resistir às propostas das mineradoras.

Durante a pesquisa do projeto GENgiBRe foi possível evidenciar que essa é uma estratégia comum entre as agricultoras, e decisiva para o enfrentamento à mineração, embora elas mesmas não a tenham percebido como tal. Por ser uma ação individual e circunscrita ao ambiente familiar, permaneceu invisibilizada ao longo do tempo, como uma forma imperceptível de luta no território. Evelyn Arriagada Oyarzún e Antonia Zambra Álvarez (2019), enfatizam o valor e a relevância social e política dessas práticas que, por ocorrerem no âmbito doméstico, são frequentemente vistas como insignificantes. Ao dar visibilidade a essa ação e politizá-la – como a síntese feminista, forjada por Carol Hanisch em seu ensaio de 1969 nos Estados Unidos, que afirma que “O Pessoal é Político” – produzimos uma nova escala de lutas.

Ampliando a escala de luta a partir de seus processos de auto-organização, na comunidade de Carangolinha de Cima, as agricultoras desenvolveram estratégias locais de cuidado e resistência. Organizaram um grupo de WhatsApp para se comunicarem, alertando umas às outras sobre a presença de pessoas desconhecidas, o trânsito de veículos desconhecidos ou das empresas mineradoras e o sobrevoo de drones nas propriedades. Situações comuns nas comunidades ameaçadas pelo modelo de produção extrativista, causam medo nas pessoas em geral, mas nas mulheres em particular, que temem também pela violação de seus corpos e das jovens e meninas da comunidade.

Além disso, ao longo da estrada que atravessa a comunidade, várias propriedades exibiam placas com mensagens como: “Pelos nossas águas, agroecologia e futuras gerações. Mineração aqui não!”, conforme ilustrado na Figura 26, abaixo. As placas foram colocadas na porteira das casas, em local bastante visível, para intimidar os representantes da mineradora que, por ventura, resolvessem abordar as famílias; e demonstrar a existência de um processo de organização popular na comunidade, contrário à mineração.

Figura 27- Placa em frente à casa na comunidade de Carangolinha de Cima, município de Divino/MG



Fonte: Acervo GENgiBRe (2021).

Essas placas foram produzidas por uma iniciativa da Comissão Regional de Enfrentamento à Mineração da Serra dos Puri, da qual algumas agricultoras participam representando a comunidade. Em contraposição às territorialidades de medo, disciplinamento e controle produzidas pelas mineradoras nas comunidades afetadas, tais placas materializam territorialidades de resistência. Explicitam o cerne da disputa entre o uso do solo e do subsolo e anunciam valores sobre os quais as resistências são produzidas: a produção agroecológica, que preserva as águas e garante as condições de vida das futuras gerações.

Em Simonésia, na Zona da Mata mineira, a resistência contra a mineração é protagonizada pelas agricultoras há mais de duas décadas. A primeira grande mobilização ocorreu entre 2007 e 2008, quando uma mineradora tentou explorar granito em uma das comunidades locais.

Na época, uma agricultora recorreu ao SINTRAF após seu marido ter assinado um contrato permitindo a extração mineral em sua propriedade, apesar de sua oposição, pois sua casa teria que ser destruída para dar lugar à exploração do granito. Ele era alcoólatra e as lideranças do sindicato explicaram a forma como a mineradora o abordou: transitando com ele em carros de luxo, oferecendo bebidas alcoólicas e cigarro. Símbolos da masculinidade hegemônica, foram instrumentalizados pela mineradora para obter a autorização do agricultor. Para Connell (2005), mesmo que eles não incorporem a masculinidade hegemônica, a sua cumplicidade com o projeto hegemônico é induzida pelas vantagens que os homens em geral obtêm da subordinação das mulheres, consideradas como pequenos dividendos patriarcais.

À época, com a diretoria do sindicato majoritariamente composta por homens, foi o Departamento de Mulheres do SINTRAF que tomou a frente na defesa da agricultora. A necessidade de destruir a casa, elemento simbólico do trabalho de reprodução social protagonizado pelas mulheres, materializava a crise capital – vida na realidade concreta das agricultoras. Para enfrentar essa ameaça, as mulheres realizaram algumas reuniões para o diálogo com a comunidade, onde foram compartilhadas informações sobre os possíveis impactos da mineração. Esse processo de politização culminou em um protesto envolvendo cerca de 40 mulheres, que pintaram as máquinas da mineradora com palavras de ordem exigindo sua retirada. Como resultado, a empresa abandonou a exploração de granito na região.

A resistência das mulheres se fortaleceu ainda mais entre 2008 e 2009 quando, pela primeira vez, uma agricultora assumiu a coordenação do SINTRAF. Nesse período, com o engajamento do Departamento de Mulheres do sindicato, foi possível impedir a instalação de uma usina hidrelétrica no município. A luta envolveu um processo intenso de conscientização e formação das agricultoras e das lideranças locais sobre os impactos das barragens, realizado em parceria com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Essa atuação não apenas barrou projetos que ameaçavam as condições de vida nas comunidades, mas também fortaleceu a organização das mulheres na defesa de seus territórios e direitos.

Entre 2017 e 2019, diante de uma nova investida da empresa Curimbaba em Simonésia, o SINTRAF buscou fortalecer sua articulação com o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM). Como resultado dessa parceria, em 2019, foi realizado o primeiro curso municipal voltado para lideranças locais, abordando o modelo mineral brasileiro e os impactos da exploração de bauxita.

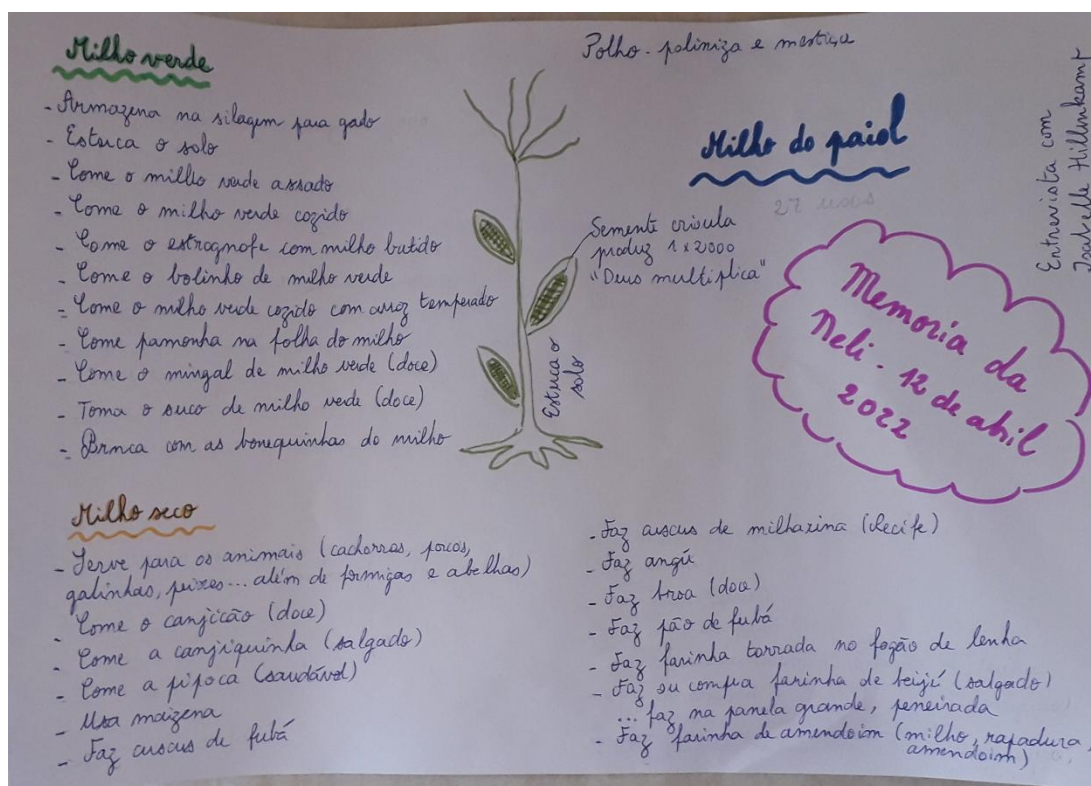
O evento contou com a participação de diversas organizações e entidades comprometidas com a defesa do território e da agricultura familiar. Estiveram presentes representantes da Escola Família Agrícola Margarida Alves (EFAMA), da Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (Rede), do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Sintraf), da Associação dos Agricultores Familiares de Simonésia (Agrifas), da Cooperativa da Agricultura Familiar Solidária de Simonésia (Coopersim) e das pastorais do município, ampliando o debate sobre os desafios da mineração e fortalecendo a resistência comunitária.

No município de Simonésia as mulheres organizadas pelo SINTRAF também construíram a proposta da Granja da Autonomia Feminina, que entrelaça três elementos fundamentais para a luta nas comunidades: a identidade da agricultura familiar, a agroecologia e a construção de outras economias. O projeto previa a criação de galinhas poedeiras e caipiras, para a produção de ovos e carne, para o autoconsumo e a inserção em mercados (compras institucionais como PAA e PNAE, mercados locais, feiras e venda direta na comunidade).

Ao valorizarem uma economia agrícola assentada na agricultura familiar e na produção diversificada das mulheres, buscavam contrapor a narrativa empresarial-estatal “que descreve os territórios como vocacionados à mineração, desprovidos de desenvolvimento, precários, atrasados ou carentes” (Malerba; Wanderley; Coelho, 2022, p. 38). De fato, a Granja da Autonomia Feminina representava também uma ação afirmativa das agricultoras na perspectiva feminista, ao colocarem o trabalho das mulheres na agricultura familiar e a agroecologia como elemento central da resistência à mineração.

Em Carangolinha de Cima, as mulheres também argumentavam que já tinham tudo o que precisavam para viver bem e de maneira digna na comunidade, valorizando a diversidade de produtos in natura e os preparos culinários (polvilho, farinha de mandioca, fubá, broas, biscoitos, queijo etc.) da agricultura familiar produzidos localmente. Numa entrevista realizada com uma agricultora da comunidade, ela mencionou uma reflexão que havia feito na igreja católica sobre o milho. Em uma espiga de milho crioulo ela contou cerca de 600 grãos de milho, cada um com o potencial de gerar uma nova planta. Cada planta de milho crioulo, cujas sementes sua família é guardiã, produz cerca de 3 espigas de milho, em média. Com isso, cada planta de milho pode gerar entre 1500 e 2000 novas plantas, concluindo que “Deus multiplica as sementes”. Ao todo ela identificou 27 tipos de preparos culinários, produtos e usos feitos do milho e insistiu ao destacar a importância da diversidade de sabores de cada alimento. A Figura 27, abaixo é uma ilustração feita pela agricultora, com o registro desses usos e produtos:

Figura 28 - Lista com 23 tipos de alimentos derivados do milho, produzidos localmente na comunidade de Carangolinha de Cima, município de Divino/MG



Fonte: Acervo GENgiBRe (2022).

Em ambos os casos, as agricultoras trazem para o centro das reflexões outros valores e relações com o território, indecifráveis ao modelo de produção extrativista. Suas lutas se baseiam numa perspectiva centrada nos cuidados com a família, a comunidade e a “natureza”. Contrapondo-se a esse modelo de produção que transforma tudo em mercadoria, colocam no centro a valorização de uma vida saudável e digna (García *et al.*, 2017), que valha a pena ser vivida. Ao mesmo tempo, desafiam as estruturas de gênero que tentam circunscrevê-las ao âmbito doméstico e se envolvem em espaços de articulação e mobilização mais amplos, para enfrentarem a ameaça da mineração. Além da atuação em suas comunidades e no âmbito municipal, as mulheres também marcam presença em espaços regionais de resistência. Na Zona da Mata mineira, elas participam das Comissões Regionais de Enfrentamento à Mineração da Serra dos Puri e do Caparaó, estabelecidas em 2004 e 2019, respectivamente. Durante a pesquisa, agricultoras, técnicas de organizações não governamentais e militantes de movimentos sociais destacaram seu papel na mobilização e na articulação das comunidades, exercendo uma resistência diária e decisiva contra a mineração.

Apesar dessa participação ativa, as mulheres enfrentam desafios para se integrar plenamente às Comissões Regionais. Esses espaços, geralmente coordenados por lideranças masculinas, costumam definir horários e datas de reuniões de acordo com suas próprias agendas, muitas vezes sem aviso prévio e sem levar em conta a sobrecarga de trabalho doméstico das mulheres. Agricultoras de Simonésia relataram que essas dinâmicas dificultam sua presença nesses espaços de decisão, evidenciando a necessidade de levar em conta as desigualdades de gênero para a construção das resistências.

Célia, liderança da Pastoral Ecológica de Simonésia, também ressaltou a baixa participação das mulheres na Comissão Regional de Enfrentamento à Mineração do Caparaó. Segundo ela, cada um dos 26 municípios que compõem a comissão deveria indicar dois representantes para as reuniões, mas, na maioria das vezes, participam apenas os homens. Ela observou que é raro formar uma dupla com uma mulher e um homem ou até mesmo com duas mulheres, refletindo uma barreira estrutural à inclusão feminina nesses espaços.

Apesar dessas dificuldades, Célia destacou o papel fundamental das mulheres que conseguem integrar a comissão. Segundo seu relato, são elas que frequentemente conduzem as reuniões, organizam os encaminhamentos e tomam as decisões, assumindo um protagonismo fundamental na luta contra a mineração. Como afirmou: "somos nós, as mulheres, que conduzimos na maioria das vezes todas as reuniões, a gente que dá o encaminhamento, a gente que delibera umas funções. Então o protagonismo é bacana" (Célia, janeiro de 2022).

Durante as atividades de capacitação sobre os impactos da mineração promovidas pela comissão regional, foi solicitado às organizações locais, como sindicatos, igrejas e associações, que priorizassem a participação das mulheres. Para isso, também orientaram realizar atividades de ciranda, permitindo que as mulheres deixassem seus filhos em um ambiente seguro enquanto participavam das formações. Esse esforço levou a uma mudança no horário das reuniões, que passaram a ocorrer no período da tarde, considerando que, em muitas famílias, as agricultoras são as principais responsáveis pelo preparo da alimentação na hora do almoço.

Essa adaptação evidencia como a divisão sexual do trabalho ainda representa um obstáculo invisibilizado, mas significativo, para a participação política das mulheres. Em sua entrevista, Célia refletiu sobre essa realidade, ressaltando a importância de ajustes que possibilitem maior inclusão das mulheres nos espaços de decisão, sem ignorar as responsabilidades que historicamente recaem sobre elas:

[...] as mulheres que participam não trazem muito esta discussão mais politizada e consciente do impacto da mineração para a mulher, mas indiretamente elas demonstram isso a todo momento. [...] a gente percebe as mulheres preocupadas com as nascentes, as mulheres preocupadas com os impactos sociais que pode causar, preocupadas em perceber, por exemplo, nos municípios que já são minerados, os

índices de estupro, de gravidez na adolescência, que pode ter aumentado; então assim, no que diz respeito ao cuidado com a família ou com a vida, a percepção mais fina, da água, da comida, a gente percebe as mulheres com certeza levantando esta questão. Agora os homens muitas das vezes trazem a pauta assim do dinheiro. (janeiro de 2022).

Como fica evidente no relato acima, a participação e o engajamento das mulheres nos processos organizativos são construídos sobre uma agenda de defesa da vida, dos bens comuns necessários à reprodução de uma vida digna e boa de ser vivida. Com base nessa agenda política, em dezembro de 2020, moradores de diversas comunidades do município de Manhuaçu que compõem a Comissão Regional de Enfrentamento à Mineração do Caparaó, se reuniram na comunidade Taquara Preta para exigir a retirada da máquina retroescavadeira da Curimbaba que iniciara a extração mineral de bauxita. Seria a primeira mina de exploração de bauxita da Curimbaba na região.

No vídeo postado no Youtube (MAM, 2021), com o título “População de Manhuaçu (MG) expulsa máquina da mineração Curimbaba da comunidade”, o protagonismo da organização das comunidades para o enfrentamento à ação da empresa é de uma mulher agricultora, membro da Comissão Regional de Enfrentamento à Mineração do Caparaó e liderança do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Manhuaçu, que explica os motivos pelos quais estavam se mobilizando. Ela reside a cerca de 500 metros dessa área de exploração da Curimbaba e, durante a Caravana no Vale do Ribeira, contou que quando a máquina da mineradora chegou perto da sua casa, conseguiram mobilizar cerca de 70 (setenta) pessoas para expulsarem a retroescavadeira da comunidade.

Ela afirmou que a luta não era apenas das comunidades do município de Manhuaçu, mas uma luta articulada com mais de 20 municípios de toda a região. Demonstrando a politização do debate sobre o modelo mineral brasileiro, ela afirmou que “nós não somos contra mineração, nós somos contra o modelo predatório de mineração” (agricultora de Manhuaçu, 2022). Desse modo, a agricultora envolvida em processos organizativos mais amplos (sindicato, MAM, comissão regional de enfrentamento à mineração), vai produzindo escalas de luta locais, na medida em que elege a comunidade como uma instância de disputa e de defesa da vida. E nessa instância comunitária, a relação de poder com as escalas globais do capital mineral, representado pela empresa, é colocada em tensionamento.

Outra forma de resistência se manifesta por meio da incidência política, com a aprovação de leis municipais voltadas à proteção dos recursos hídricos e à criação de unidades de conservação, como as Áreas de Proteção Ambiental (APA). As primeiras legislações municipais surgiram no início dos anos 2000, buscando regular o uso do solo – com implicações

práticas de restrição ao uso do subsolo para fins extrativos – e delimitar áreas de preservação dos recursos hídricos nos municípios situados no entorno da Serra dos Puri. É o caso das medidas legislativas restritivas à mineração nos municípios de Rosário da Limeira (2005) e Miradouro (2011).

A publicação elaborada pelo Observatório dos Conflitos da Mineração no Brasil/CDTM sobre Territórios Livres de Mineração (Malerba, 2022), destaca a experiência desenvolvida na região da Serra dos Puri como uma referência no processo de luta e resistência contra a mineração. Essa trajetória de lutas convergiu na proposição da Serra dos Puri como um Território Livre de Mineração que, conforme sintetiza o Grupo de Sistematização da Articulação Interredes por Territórios Livres de Mineração (2020, p. 2):

Um território livre não se define enquanto um espaço físico. Ele é antes uma experiência política de resistência e reivindicação para que se proíba ou se crie restrições à mineração. Ela se baseia na afirmação e proposição de estratégias produtivas e socioculturais que garantem renda ou trabalho a um conjunto amplo e diverso da sociedade local, asseguram segurança alimentar, protegem e conservam a sociobiodiversidade e os bens comuns às gerações futuras.

A defesa das águas é um elemento central na luta contra a mineração, sendo ao mesmo tempo uma forma de resistência e uma preocupação de primeira ordem das comunidades e, como vimos, particularmente das mulheres. Por seu caráter transfronteiriço, em diferentes contextos a defesa das águas também tem possibilitado a construção de alianças entre diferentes territórios e entre campo e cidade (Malerba; Wanderley; Coelho, 2022). No caso da Zona da Mata, também evidenciou a contradição entre a disputa sobre o uso do solo para a produção agroecológica e a extração mineral do subsolo, tornando a proteção hídrica um eixo fundamental das mobilizações e um instrumento de defesa nos municípios ameaçados pela atividade mineradora.

A criação de legislação específica nos municípios de Muriaé e de Miradouro, são duas referências importantes. Em Muriaé foi instituída a Lei Municipal 5.762/2018 que reconhece uma área de mais de 10 mil hectares como “Patrimônio Hídrico de Muriaé” (Muriaé, 2018). Esta lei também prevê o incentivo pelo poder público, à

realização de atividades econômicas e sociais sustentáveis, como a prática do turismo natural ou ecológico, a agricultura familiar sustentável, a conservação ambiental e a promoção da pesquisa científica e educação ambiental, dentre outras práticas que colaborem na construção de uma política municipal de proteção aos recursos hídricos.

Em Miradouro, a Lei municipal Nº 1.478/2018 dispõe sobre a criação e o Zoneamento Ecológico-econômico da Área de Proteção Ambiental (APA) Municipal de Miradouro (Miradouro, 2018). Combina a criação de uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável,

como a APA, com o estabelecimento de critérios de zoneamento que propõem “a proteção das águas, das pessoas, do ambiente e da biota como critérios para restringir a mineração” (Montezuma, 2022, p. 85). Em ambos os municípios, de maneira combinada às leis municipais, foram propostos instrumentos relacionados à norma urbanística (Lei Orgânica e Plano Diretor, por exemplo) com a proibição da mineração em condições específicas.

Essas iniciativas de proposição de instrumentos jurídicos municipais inspiraram outros municípios da Zona da Mata mineira a implementar leis semelhantes, como no caso de Visconde do Rio Branco, Divino e Simonésia. Além dessas leis municipais, merece atenção a Lei Estadual Nº 23.207 de 27 de dezembro de 2018, que institui o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica na região da Zona da Mata (Polo Agroecológico). O reconhecimento da Zona da Mata como Polo Agroecológico é fruto de um processo sócio-histórico que, aliado a “características geográficas e ambientais, fez com que se estabelecessem dinâmicas sociais, fundiárias e relações de produção” (Silva; Íorio, 2022, p.118) muito particulares, assentadas em uma economia agrícola familiar e na agroecologia.

As agricultoras da Zona da Mata também destacaram a importância das “Cartografias do Povo”, uma iniciativa desenvolvida no entorno da Serra dos Puri como estratégia da Comissão Regional. Essa ação busca contrapor a visão das mineradoras sobre o território, promovendo a construção de mapas comunitários que evidenciam as riquezas ambientais e culturais da região, como nascentes, matas, comunidades tradicionais, manifestações da cultura popular e religiosa, entre outras formas de expressão cultural do território.

Além disso, as mulheres mencionaram as Caminhadas das Águas, organizadas por setores progressistas da Igreja Católica, que mobilizam centenas de pessoas em defesa dos bens naturais pelas águas. Em Divino, as agricultoras de Carangolinha de Cima iniciaram, em parceria com o Grupo “Entre Folhas” da UFV, a elaboração de um Protocolo Biocultural da comunidade. Esse documento busca registrar memórias e conhecimentos locais para fortalecer os direitos territoriais frente às ameaças da mineração. Essas iniciativas se entrelaçam como uma agenda de luta das agricultoras em defesa da vida, ressaltando a diversidade e a riqueza material e imaterial do território como forma de resistência ao avanço do modelo de produção extrativista.

A inserção no movimento agroecológico representa outra importante forma de resistência para agricultoras e agricultores da Zona da Mata mineira. A agroecologia, construída em diferentes escalas, a partir de uma perspectiva feminista, reconhece e valoriza as identidades étnicas de comunidades indígenas, quilombolas e da agricultura familiar, resgatando e fortalecendo seus conhecimentos ancestrais.

A afirmação dessas identidades tem se consolidado como uma estratégia fundamental de luta contra o modelo de produção extrativista, que ameaçam os modos de vida tradicionais e os territórios dessas populações. Dessa forma, a agroecologia não apenas promove a produção sustentável de alimentos, mas também se torna um instrumento de resistência e defesa da autonomia das comunidades.

A construção de alianças com movimentos sociais, redes e articulações mais amplas, é também uma estratégia fundamental para resistir às ameaças da mineração. Como exemplo, em 2019 foi realizado em Muriaé, o Seminário Nacional “Diferentes formas de dizer não” organizado pelo Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), pela Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), a Articulação dos Atingidos e Atingidas pela Vale (AVs) e o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração (CTDM), que compõem a Articulação Inter-redes por Territórios Livres de Mineração. Deste encontro participaram representantes de organizações, movimentos sociais e comunidades de 15 estados brasileiros. Como resultado deste encontro foi elaborada uma nota em apoio às comunidades que defendem que a Serra dos Puri, ameaçada pelos projetos de extração de bauxita – e atualmente de outros minerais –, seja considerada um Território Livre de Mineração (Malerba; Wanderley; Coelho, 2020).

5.3. Considerações Finais

As dinâmicas de gênero e a ocupação dos territórios pelos modelos de agricultura e de extrativismo mineral industriais seguem lógicas semelhantes e se fortalecem mutuamente. Como discutido no capítulo 4, a produção capitalista voltada para o cultivo de *commodities*, como o café na Zona da Mata, intensifica a mercantilização nas comunidades e aprofunda as desigualdades de gênero. Esse modelo de desenvolvimento, instrumentalizando as masculinidades e a aliança entre os homens, reforça o papel os agricultores como provedores ou chefes de família, imprimindo um processo de (re)patriarcalização do território.

Nesse contexto, são criadas condições favoráveis para a entrada de outros projetos extrativistas, como a mineração, que se apresentam com a promessa de geração de emprego e renda para os homens. Dessa forma, a lógica do agronegócio e da mineração não apenas impacta os territórios em termos ambientais e econômicos, mas também reforça estruturas patriarcais que limitam a autonomia das mulheres e das comunidades tradicionais.

A memória e a história da agricultura familiar, das comunidades quilombolas e dos povos indígenas na Zona da Mata mineira estão profundamente ligadas às relações de cuidado com a natureza e defesa da vida, especialmente por meio da prática agrícola. Como será abordado no

capítulo 6, o manejo agroecológico realizado pelas agricultoras em seus quintais e hortas, e os saberes sobre o cultivo e o uso de plantas medicinais são formas de transformar as margens despercebidas em bordas produtivas, de criar mundos e paisagens multiespécies, conforme propõe Anna Tsing (2015).

Essas práticas não apenas garantem o sustento material e oferecem alternativas econômicas aos cultivos comerciais e às *commodities*, mas também possuem um profundo significado emocional, afetivo e espiritual. A relação dessas comunidades com seus territórios vai além da produção, sendo um modo de vida que fortalece identidades, preserva conhecimentos ancestrais e impulsiona a resistência frente aos avanços dos modelos de exploração predatória.

Capítulo 6 - “Meu modo de pensá é minhas hortas”: as agricultoras criando mundos pela agroecologia

O título desse capítulo foi inspirado na afirmação de Maria do Toin, uma agricultora do município de Simonésia. Como veremos adiante, “Meu modo de pensá é minhas hortas” sintetiza o processo de construção de um modo de pensar e agir sobre o mundo, na inter-relação com outros humanos e elementos da natureza (plantas, terra, bichos, sol, lua, água etc.) assentado numa ética do cuidado (Gilligan, 2013). É um modo relacional de pensar e agir sobre o mundo, uma práxis baseada na empatia, na cooperação e na interdependência, valores atribuídos socialmente às mulheres e considerados inferiores em sociedades patriarcais – alicerçadas na dominação dos homens sobre as mulheres – embora fundamentais para a sustentação da vida.

Nas suas hortas, espaço de sua plena autonomia na propriedade, Maria do Toin expressa seu modo de pensar, com a produção de alimentos, saúde e “bonitezas”²⁸ num trabalho minucioso e cotidiano de observação e interação com diferentes espécies, como será visto adiante. A prática de Maria do Toin materializou uma ideia e um conceito utilizado pela antropóloga e feminista Anna Tsing, que fez muito sentido na medida em que adentrava na vida das agricultoras, a partir das metodologias produzidas com o GENgiBRe, como o caso do Etnomapeamento Feminista, descrito no capítulo 2. O “fazer mundos” ou “criar mundos” de Anna Tsing (2019), busca explicitar como “mundos são feitos nas trajetórias cruzadas de muitas espécies que vivem em comum” (Tsing, 2019, p. 66). Por sua capacidade explicativa e por radicalizar a construção de uma ciência não antropocêntrica, passei a adotá-lo de maneira transversal nas análises sobre as práticas de agricultoras e agricultores que disputam a construção dos territórios.

Oyarzún e Alvarez (2019, p. 11) enfatizam a importância da “multiplicidade de formas de agência das mulheres, muitas vezes invisibilizadas ante a participação pública em manifestações ou em negociações com as autoridades”. Ao trazer as noções de vida cotidiana e resistência para as análises, as autoras buscam dar visibilidade às ações e interações que, a princípio, se interpretam como insignificantes e reafirmam a relevância política e social das práticas locais e domésticas.

²⁸ Paulo Freire (1997, p. 160), em seu livro *Pedagogia da Autonomia*, afirma que “ensinar e aprender não podem dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria”. Tomo emprestada a expressão de Paulo Freire para afirmar o sentido estético, amoroso e educativo de ser e estar no mundo, transmitidos pelas práticas agroecológicas das agricultoras.

Nesse sentido, este capítulo representa o esforço de sistematizar e analisar as informações, produzidas com as agricultoras, sobre as respostas ao modelo de produção extrativista nos municípios de Acaiaca, Divino e Simonésia, com base na afirmação da agroecologia e dos modos de vida da agricultura familiar no território. Para tanto, estão sendo utilizados os dados sistematizados do Etnomapeamento Feminista de 5 agricultoras dos municípios envolvidos na pesquisa GENgiBRe – Acaiaca, Divino e Simonésia. A opção por analisar poucos casos com maior profundidade se deu pelo fato de que ficou evidente a necessidade de produzir a escala no nível mais microsocial, do trabalho realizado pelas mulheres ainda invisibilizado nas hortas e nos espaços marginais. Ao mesmo tempo, para dar visibilidade às lógicas de construção de paisagens multiespécies pelas agricultoras, foi necessário aprofundar nos detalhes de práticas e manejos bastante minuciosos. Foi empreendido um esforço a campo com diálogos interdisciplinares, envolvendo profissionais e abordagens de diferentes áreas do conhecimento – como as ciências agrárias e a agroecologia, a antropologia, as ciências sociais e economia – para captar essa complexidade, enxergar os sentidos e elementos ainda invisibilizados para e por nós mesmas – e também para as agricultoras.

Também abordarei, a forma particular como algumas mulheres e homens, em função de seus papéis de gênero, compreendem e organizam o trabalho em diferentes subsistemas, como o caso da horta, da criação de pequenos animais (aves e porcos) e da lavoura de café. Espera-se, com isso, problematizar como as desigualdades de gênero imprimem, por um lado, formas de organização do trabalho e da produção que podem favorecer a agroecologia, a construção e a defesa dos comuns (Federici, 2021), a autossuficiência, relações de reciprocidade e a construção social de mercados; ou, por outro lado, podem contribuir para a maior mercantilização das relações no nível familiar e comunitário e para a implantação do modelo de produção extrativista, baseados na produção de *commodities*.

Para isso, o capítulo está organizado em cinco sessões: esta introdução, seguida de uma seção que analisa as práticas das agricultoras de construir mundos com as hortas; a terceira seção que trata da relação com a lavoura de café e as tensões com as lógicas mercantilizadoras da produção de *commodities*; a quarta seção que aborda a relação de agricultoras e agricultores com os animais, a partir de seus papéis de gênero; seguida das considerações finais do capítulo. Parto de uma escrita em primeira pessoa do singular, em alguns momentos em diálogo com o “nós” – em primeira pessoa do plural, no sentido de afirmar minhas percepções e análises num movimento relacional de diálogo com as agricultoras e do ambiente de cooperação intelectual proporcionado pelo projeto GENgiBRe.

Conforme expressei anteriormente, compreendo a divisão sexual do trabalho como um fator decisivo para o maior envolvimento das mulheres nas disputas pelo território, desde a escala das propriedades e seus subsistemas, até as escalas mais amplas. Isso significa afirmar que não é a suposta essência feminina, inclinada ao cuidado, que determina o seu maior envolvimento com a agroecologia e com as lutas em defesa dos seus territórios. São as atividades atribuídas socialmente às mulheres, como o trabalho doméstico e o cuidado com a família, com a alimentação e a saúde, por exemplo, que condicionam a sua maior preocupação com os problemas que afetam as condições de vida de suas famílias e comunidades. Por experienciar a estreita interdependência na relação com outros seres humanos e elementos da natureza, seu modo de pensar a produção e praticá-la, se baseia na agroecologia – na produção diversificada em interação com múltiplas espécies e relações de reciprocidade – e no tensionamento cotidiano contra o uso de agrotóxicos e transgênicos, conforme nos mostram os dados analisados adiante.

Contudo, é importante enfatizar que a divisão sexual do trabalho também recai sobre os homens e se aprofunda no modelo de produção extrativista. É o caso dos agricultores que, pressionados a cumprir a responsabilidade socialmente atribuída como provedores, são empurrados para relações de mercantilização do trabalho e da terra. No entanto, exercem essa responsabilização numa posição assimétrica de poder, como por exemplo, na sua relação com os diferentes atores da rede de produção global de café: atravessadores, vendedores de adubos e agrotóxicos, gestores públicos, agentes financeiros etc.

6.1. As agricultoras criando mundos e resistências com suas hortas

No município de Simonésia, na Zona da Mata de Minas Gerais, Maria do Toin é o exemplo de agricultora que trabalha em diferentes subsistemas, com diversos tipos de manejo e cultivos na sua propriedade. No quintal, cultiva uma diversidade de espécies de plantas e animais com seu esposo: cria galinhas, frangos, marrecos, gansos, porcos, bois e cachorros. A área onde estão localizadas as três hortas que ela maneja, foi aterrada e, portanto, não mantém a estrutura original do solo. Isso exige uma maior intensidade de manejo para que se possa produzir, com a incorporação de esterco bovino e de restos de folhas como fontes de matéria orgânica. Segundo ela, foi “espichando as hortas” e, atualmente, nesses três espaços contíguos que ficam sob sua responsabilidade, registramos, pelo menos, 121 espécies e variedades de plantas diferentes. Ela produz hortaliças e legumes, cultiva árvores e uma diversidade de plantas medicinais, temperos e fontes de fibras.

Cada uma das três hortas é organizada dando ênfase a determinados grupos de produtos, como plantas medicinais, temperos, legumes e verduras; mas em todas as hortas tem um pouco

de cada coisa. Sua localização e composição é condicionada pela divisão sexual do trabalho. Como Maria do Toin permanece muito tempo em casa e no entorno, a horta mais próxima possibilita o acesso mais fácil a determinadas espécies para o preparo da alimentação e os cuidados com a saúde da família, por exemplo.

A “Hortinha”, como ela chama, que fica mais próxima da casa, é onde tem mais plantas medicinais e temperos utilizados cotidianamente: “é mais chá...qué panhá uma cebolinha, mais rápido, né?”. Entre a diversidade de plantas encontradas nesse espaço, no momento da entrevista, registramos 29 espécies e variedades diferentes, como: erva cidreira de folha, funcho, pimenta biquinho, salsinha, couve, orégano, almeirão roxo, alho poró, guiné, arruda, chuchu, erva de santa maria, bardana, pariri, mini pepino, manjerição branco, boldo miúdo, hortelã pimenta, hortelã caseira, saião, taioba branca, peixinho da horta, tomatinho, rúcula e capiçova; além de mudas de espécies arbóreas frutíferas como abacate, manga, ameixa amarela e uvaia.

Na outra horta, que é contígua à “Hortinha”, ela cultiva principalmente hortaliças, legumes, plantas medicinais e temperos. Maria do Toin conta que vai experimentando para ver os lugares em que as plantas se adaptam melhor. Nessa horta, que tinha um pouco mais de umidade, ela cultivava pelo menos 30 espécies e variedades diferentes, incluindo tuberosas como a mandioca e inhame; plantas medicinais como o guaco, a cana de macaco, cavalinha, transagem, azedinha do mato, malva e lírio; e algumas variedades de pimentas: pimenta biquinho, pimenta estrelinha ou pata de onça e pimenta malagueta.

Já a terceira horta, está num local cedido pelo cunhado para Maria do Toin plantar, contígua às outras duas hortas, onde ela prioriza a produção de hortaliças combinadas a outras espécies de plantas. Durante o trabalho de campo, registramos 41 espécies e variedades de plantas alimentícias, aromáticas e ornamentais apenas nesse espaço: alho nirã, algodão, jaca, alecrim, almeirão, romã, aipo, azedinha, pimenta-do-reino, pêssego amarelo, pitiaia, abacate, seriguela, espinafre, samambaia, capiçova, taioba, lobrobô, mamão, quebra-pedra, erva-cidreira, serralha, quiabo, inhame branco, inhame roxo, jamelão, sorgo, fumo, capeva, acerola, brócolis, mostarda, agrião, beterraba, cana, jurubeba, abacaxi, gerbão, arnica, rosa, antúrio. Nessa horta Maria do Toin enfatizou a importância de duas plantas – o algodão e o fumo –, as quais não deixava de ter, por suas propriedades medicinais.

O caminho da horta para casa também não é apenas um espaço de passagem; nele Maria do Toin plantou diferentes espécies herbáceas, arbustivas e arbóreas como a mandioca, mexerica, pêssego, chuchu, banana da terra, batata-doce, coqueiro anão, mamão e uma outra espécie arbórea que ela não sabia o nome, mas que mantinha assim mesmo. Inspirada por Anna

Tsing (2019, p. 149), que afirma que “paisagens são mundos ativos da vida”, compartilho com Maria do Toin minha percepção de que ela vai construindo mundos com as hortas, onde aparentemente cada espaço é um universo de possibilidades e resistências. Ela confirma, “exatamente, é isso mesmo!”.

As plantas são cultivadas misturadas umas com as outras, e segundo Maria do Toin, algumas espécies tem “prá todo lado”, a exemplo da couve, alface, peixinho da horta e salsinha. A definição sobre o que e onde plantar leva em consideração a relação afetiva que Maria do Toin tem com algumas espécies de que gosta muito, o sentido estético do plantio, a relação entre as plantas – do ponto de vista agrônomo, se são companheiras ou não – e características como a insolação, umidade e qualidade da terra. Além do plantio da diversidade, Maria do Toin também faz o manejo da regeneração natural de algumas plantas “que vão nascendo”, como é o caso do almeirão. Com sua prática, na interação multiespécies, vão sendo construídas as paisagens, como expressão dos fluxos vitais, de sonhos, memórias e representações” (Tsing, 2019, p. 9).

O plantio com a combinação de diferentes plantas é uma característica marcante das práticas de manejo de Maria do Toin, que diz que não dá para cultivar apenas café, afirmando a importância da produção diversificada. Nos canteiros, que não têm uma forma única, podendo ser quadrados ou retangulares, são combinados de 2 a 6 tipos de cultivos diferentes. Em alguns canteiros ela plantou almeirão e ao lado, nas bordas, a cebolinha para segurar a terra e para “dar um destaque”, deixando o canteiro esteticamente bonito. O rabanete foi plantado pela primeira vez por engano, porque errou ao comprar as sementes, mas como achou a planta bonita continuou plantando. Gosta muito de plantar a alface, salsa, cebolinha e couve, pela relação afetiva com elas. Essas plantas tem o ciclo de vida curto e rapidamente estão produzindo; segundo Maria do Toin, ver as plantas crescerem e produzirem em abundância faz bem: “me sinto feliz perto da natureza, fico feliz na minha horta” (Maria do Toin, 2022). Como afirma a socióloga e ecofeminista marxista alemã, Maria Mies (2004, p. 96), este “trabalho que produz e preserva a vida em todas essas relações de produção, foi e é uma pré-condição necessária para a subsistência, e é realizado em sua maior parte por mulheres” [tradução nossa].

Quando pergunto o que ela leva em consideração para decidir onde vai plantar o que, ela fala: “menina, eu faço tudo no impulso”, evidenciando que, embora haja um conhecimento apropriado por ela e que, em constante construção, orienta boa parte de suas práticas; também há um elemento de indeterminação no que e como ela faz, o “impulso”. Como expressa Anna Tsing (2019), aprendemos sobre os não humanos e sobre nós mesmos em ação, por meio de atividades comuns. Esta perspectiva nos compreende tanto como participantes quanto como

observadores da ação; e assim “recriamos sensibilidades interespecíficas no que fazemos” (Tsing, 2019, p. 129).

Por outro lado, a definição de onde plantar e quais combinações fazer, expressa um refinado trabalho de experimentação e observação cotidianos. Há muito trabalho envolvido na produção desses conhecimentos: Maria do Toin plantou a couve na terra vermelha para “ver se ela sai boa”. Por experimentação própria, sempre planta couve com cenoura porque, segundo ela, o pé de couve “eleva mais rápido” e a cenoura cresce para baixo, como se ambas se complementassem. Ela enfatiza que “o que vai para debaixo da terra eu gosto de plantar no meio das couves”. De outro modo, a engenheira agrônoma e pesquisadora, Ana Primavesi (2020, p. 33), precursora da agroecologia no Brasil, chegara às mesmas conclusões já na década de 1970, afirmando que “plantas do mesmo gênero não penetram no espaço radicular de outra, mas plantas de espécies diferentes podem explorar o mesmo espaço, porque não são concorrentes”.

Utilizando a mesma lógica, Maria do Toin fez uma combinação misturando beterrabas, plantadas no meio do canteiro; almeirão em volta das beterrabas; e repolho, plantado nas bordas, ocupando os espaços que sobraram. A figura 28 abaixo ilustra a organização dos canteiros com a combinação de alface, cebolinha nas bordas e repolho, com algumas variações, mas evidenciando a expressão estética, a diversidade e diferentes combinações na sua forma de produzir.

Figura 29 - Consórcios de alface, repolho e cebolinha utilizados por Maria do Toin na produção em canteiros



Fonte: Acervo GENgiBRe, 2022.

A experiência de Maria do Toin demonstra que a agroecologia que emerge dos quintais e, particularmente das hortas, é uma estratégia concreta de construção de mundos pelas agricultoras, por meio da produção de novas relações interespecíficas; e coloca a reprodução da vida como alternativa central ao modelo de produção extrativista que incide sobre os territórios.

Essa prática de plantio de hortas em combinações com alta diversidade em espaços pequenos, também pode ser observada no município de Divino, na comunidade de Carangolinha de Cima. Socorro nos mostrou sua horta, também localizada na beira do terreiro, próxima à casa. Segundo ela, a horta não estava “bem cuidada”, pois ela e o marido estavam num momento de sobrecarga de trabalho, em função dos cuidados com sua sogra que estava adoecida. Ainda assim, registramos 43 espécies e variedades de plantas manejadas em combinação por Socorro, como expressão do cuidado socioambiental que fica sob sua responsabilidade: batata, cebolinha, tomatinho, jequeri, morango, couve, tanchagem, cebola, funcho, hortelã, beterraba, lobrobô, serralha da horta, serralha do mato, espinafre, mostarda, azedinha, rúcula, caruru de porco, salsa, dente de leão, macaé, boldo, vagem, malva, baspo, beldroegra, sete sangrias, beladona, anador, canela de viado, manjeriço verde, manjeriço roxo, losma, hortelã pimenta, amora, almeirão, meio dia, açafraão, bataba iacon, assapeixe, melissa e kiwi.

Segundo ela, não costuma fazer canteiros, vai dividindo os espaços de plantio com as próprias plantas, num sistema de manejo que, de fato, também privilegia a interação multiespécies. Para desenvolver essa forma de organização dos cultivos, ela foi observando ao longo do tempo que algumas plantas na horta “se dão bem” com outras, enquanto que algumas plantas não convivem bem entre si. Por exemplo, a alface, a cebolinha e a couve são plantas companheiras e podem ser plantadas juntas; mas por outro lado, ela percebe que os repolhos crescem muito e precisam de espaço para se desenvolverem, dificultando o manejo de outras plantas cultivadas entre eles.

Essa percepção é diferente da prática de Maria do Toin apresentada anteriormente, em que ela mistura couve, alface, repolho e cebolinha no mesmo canteiro. Isso evidencia que a prática das agricultoras vai sendo coproduzida a partir da interação multiespécies numa escala local, em oposição às abordagens agronômicas universalistas; e que esta produz resultados diferentes, em função de contextos, histórias, conhecimentos e interações particulares. A figura 29, abaixo, ilustra a diversidade, a densidade de plantas por área e a forma de organização dos cultivos na horta de Socorro, esteticamente diferente em relação às hortas de Maria do Toin.

Figura 30 - Horta com alta densidade e diversidade de plantas manejadas por Socorro (Divino/MG)



Fonte: Acervo GENgiBRe, 2022.

Além de misturar uma diversidade de plantas em consórcio, Socorro afirmou que costuma capinar, estercar e irrigar bem a horta. É curioso e difícil imaginar a prática de capina em meio

à tanta diversidade na sua horta. Para Socorro isso é possível porque as mulheres têm mais sensibilidade e fazem a capina com mais cuidado, olhando os detalhes. Deste modo, conseguem deixar as plantas medicinais e outras espécies, enquanto que os homens “tiram tudo”. Esta passagem evidencia uma posição essencialista em relação ao papel das mulheres, que considera o cuidado como algo natural e positivo.

Numa outra área, no entorno de casa, registramos 40 espécies e variedade diferentes de plantas entre herbáceas, arbustivas e arbóreas, como: café, milho, bananeira, quiabo, abobora, pepino, melão, abacate, feijão, taioba, laranja serra d’água, graviola, mexerica ponkan, laranja comum, laranja bahia, laranjinha, mexirica, sete sabor, uvaia grande, uvaia pequena, mamão, limão, pau brasil, eucalipto, cedro australiano, batata doce, crista de galo, citronela, açafraão, batata iacon, berinjela branca, cana de macaco, mal me quer, babosinha, babosão, manacá, embaúba, fumo, jiló, melão são caetano. A experiência de Socorro evidencia a importância da escala local na experimentação, que vai modelando as práticas das agricultoras, como observado nas formas de manejo e cultivo distintas às de Maria do Toin.

Essa prática de plantar hortaliças, frutas, plantas medicinais e ornamentais em grande diversidade e aproveitando os espaços possíveis, também é reproduzida por outras agricultoras, como no caso de Rosa no município de Acaiaca/MG. Em um conjunto habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida, em área urbana do município, Rosa foi transformando o território com a ocupação de espaços públicos ociosos e que haviam se tornado um problema pelo abandono da prefeitura, com acúmulo de mato e bichos, como animais peçonhentos.

Ela disse que assim que se mudou para o bairro já começou a plantar no local. No primeiro momento começou a plantar num pequeno terreno baldio que se transformou num matagal, atrás de sua casa, construída num corte de barranco. Essa forma de ocupação do terreno por Rosa, com a criação de galinha e o plantio de hortaliças e outras espécies de plantas como árvores frutíferas, milho, feijão, mandioca etc., além de plantas medicinais e ornamentais, incentivou outras famílias vizinhas a fazerem o mesmo. Desse modo, esses pequenos terrenos foram incorporados como quintal das famílias, constituindo-se como verdadeiros territórios de cuidado, onde antes se amontoava lixo. A Figura 30 abaixo, mostra esse espaço.

Figura 31 - Área atrás da casa de Rosa ocupada com o cultivo de alimentos e a criação animal



Fonte: Acervo GENgiBRe, 2022.

Diante desse fato, o prefeito à época formalizou uma denúncia junto ao ministério público, de que ela e as outras famílias estavam invadindo o espaço público nos terrenos da prefeitura. Rosa conta que foi convocada para uma audiência, em que foi alvo de várias acusações, mas que, ao final o processo foi arquivado. Com a mudança no executivo municipal, o prefeito seguinte permitiu que ela e as outras famílias vizinhas pudessem plantar nos terrenos atrás das casas. O fato foi formalizado por um instrumento jurídico e, com isso, Rosa e as famílias vizinhas ampliaram sua autonomia sobre o território, autorizadas legalmente a ocupar os pequenos terrenos acima de suas casas com a produção de alimentos. Ao criar mundos, transformando terrenos baldios por meio do cuidado socioambiental, Rosa – e as famílias vizinhas – tiveram seu trabalho reconhecido pelo poder público local, como forma legítima de cuidar do território, justificando um direito de acesso, mesmo que precário.

Outro espaço em que Rosa começou a plantar, foi no terreno em frente à sua casa, onde os vizinhos começaram a jogar lixo e entulhos de obra. Este terreno consiste em uma área plana,

um topo de morro. Nesse local ela plantou mudas de árvores frutíferas e ornamentais e outras plantas de ciclo curto (anuais e bianuais), como medicinais, alimentícias e flores. Durante a pandemia, esse espaço cumpriu uma importante função social, como um local de lazer ao ar livre para as crianças, com aulas de artesanato e de reforço escolar realizadas por Rosa na parte da tarde. Além disso, tornou-se um espaço comum, no sentido de ser muito utilizado por sua família e outras pessoas do bairro para o convívio social, ao se encontrarem debaixo das árvores para conversarem no final da tarde. Essa área pode ser observada nas Figuras 31 e 32 abaixo:

Figura 32 e 33 - Vista da frente da casa de Rosa, com detalhe para as plantas ornamentais (flores) e espécies arbóreas frutíferas num dos locais de convívio social preferidos por Rosa



Fonte: Acervo GENgiBRe, 2022.

Após ter ocupado esta área em frente à sua casa, com o tempo Rosa pediu autorização para a prefeitura para continuar plantando no declive desse morro até o fundo do terreno, que não lhe pertencia. Com a autorização da prefeitura, decorrente da experiência anteriormente citada, passou a plantar algumas variedades de banana (maçã, caturra e ouro), café, cana, milho de pipoca, abóbora, quiabo etc. Desse modo, passou a ocupar outra parte importante do terreno ampliando a área cultivada e, ao mesmo tempo, contribuiu para manter a área “limpa”, como pode ser observado pela Figura 33.

Figura 34 - Vista da área do fundo, onde Rosa plantou variedades de banana, café e outros cultivos de ciclo curto



Fonte: Acervo GENgiBRe, 2022.

Outro espaço público que Rosa conseguiu autorização da prefeitura para utilizar, está localizado no final da sua rua, que ela chama de “Horta Comunitária”. Era outro terreno baldio, onde também estava se acumulando muito mato e bichos. Graças ao diálogo estabelecido com a prefeitura, Rosa conseguiu apoio para roçar o mato e instalar um ponto de água, além de material para cercamento da área, ferramentas de trabalho (enxada, pá, carrinho de mão etc.) e mudas com o CTA-ZM. Antes da prefeitura instalar um ponto no terreno, a água era fornecida por um vizinho. No momento em que fizemos o Etnomapeamento Feminista com Rosa, apenas ela e outra moradora do bairro trabalhavam na horta e se beneficiavam da produção realizada ali. Contudo, o sentido de “comunitária”, dado à horta por Rosa, residia na tentativa de envolvimento de outras mulheres do bairro com o trabalho e no compartilhamento dos benefícios, de ter aquele terreno baldio transformado pelo trabalho de cuidado socioambiental, com todas as famílias do entorno.

A experiência de Rosa evidencia como ela foi construindo maior autonomia com a apropriação de espaços – e construção de um território – legitimada pelo reconhecimento do valor do cuidado. A figura 34, abaixo, ilustra o espaço cultivado da Horta Comunitária.

Figura 35- Vista da horta comunitária, com detalhe para o cultivo em canteiros e em consórcios no declive do morro



Fonte: Acervo GENgiBRe, 2022.

Além desses espaços públicos, Rosa também estendeu o plantio de árvores ao longo de toda a sua rua, entre a casa e a Horta Comunitária. Neste caminho, como mostra a Figura 35, abaixo, Rosa foi plantando uma diversidade de árvores frutíferas como goiaba, noni, coco, jamelão, amora etc.

Figura 36 - Árvores plantadas por Rosa, ao longo da rua



Fonte: Acervo GENgiBRe, 2022.

Ela nos contou que, em geral, faz suas próprias mudas e que planta as sementes de toda fruta que consome. Apenas no caso das mudas de hortaliças para a horta comunitária, Rosa disse ser necessário comprar de um vendedor, em função da quantidade. Para escolher onde vai plantar, ela percebe onde a planta sai melhor, a partir da experimentação e observação; algumas vezes acaba plantando em alguns lugares para evitar de virar matagal e começar a “aparecer bicho em casa”. Ela aproveita os espaços marginais, as “margens despercebidas”, transformando-as em “bordas produtivas”, como afirma Tsing (2015). Rosa afirma que gosta de “[...] misturar as plantas [...] você pode ver que eu não planto uma coisa só. Eu gosto de plantar mais coisa misturado ou perto”. Dando o exemplo de como lida com o aparecimento de lagartas nas hortaliças, ela fala que faz catação manual e diversifica o plantio no canteiro com culturas que produzem flores para atrair as borboletas. Desse modo, por meio de sua interação minuciosa com outras espécies, ela desenvolve uma prática de manejo em que as lagartas aparecem nas outras plantas e não prejudicam as hortaliças.

Rosa, interagindo com outras espécies de forma variada, moldando e sendo moldada, contribuiu para construir uma paisagem multiespécie na comunidade, conforme propõe Tsing (2019). Este é um trabalho de alto valor socioambiental, em que Rosa assume o cuidado e a luta pela construção compartilhada do espaço público, como um comum. Silvia Federici (2021), propõe que os comuns sejam definidos com base em alguns critérios, entre eles “[...] pela existência de uma propriedade compartilhada, na forma de riqueza natural ou social [...], cuja utilização é destinada a todos os seus integrantes, sem qualquer distinção e que não está à venda” (p. 163).

Este princípio fica evidente no trabalho de Rosa na reconstrução do espaço público, que antes era um terreno baldio e passa a ser cuidado para que a nova riqueza produzida ali (alimentos, sombra, plantas medicinais, beleza cênica etc.) possa ser compartilhada entre os demais membros da comunidade. Substituindo as espécies de capim e outras pioneiras que ocupavam os terrenos baldios, Rosa contribuiu para melhorar as condições de quantidade e qualidade de vida consolidada no ambiente. Em locais em que haveria apenas algumas gramíneas e pouca diversidade, por meio de seu trabalho de manejo ela plantou árvores para dar sombra e frutos na frente de casa, criando um ambiente agradável para o convívio social. O pé de limão foi plantado do lado de fora da horta, na lateral de sua casa próximo à rua, para que os vizinhos tivessem acesso. As flores foi espalhando em frente de casa porque acha que o ambiente fica mais bonito e agradável.

No contexto de Acaiaca, impactada com o processo de reparação no município de Barra Longa, conforme descrito no capítulo 3, o trabalho de Rosa teve um resultado prático importante na co-construção de paisagens multiespécies e de produção de novas relações com os outros elementos da natureza. O manejo iniciado por Rosa, e incorporado pelos vizinhos, com a ocupação do espaço público por meio da produção e criação animal, ao combinar novas espécies, substituindo o matagal antes existente, também contribuiu para tornar o ambiente mais seguro, particularmente para as mulheres e meninas. Em alusão à Silvia Federici (2022, p. 193-194), podemos dizer que essa terra pode ser percebida como “[...] o começo de um comum, uma vez que sua apropriação produz uma relação diferente com o espaço público – uma relação de gerenciamento e de responsabilidades diretos, restaurando a simbiose das pessoas com o ambiente natural”.

As experiências das agricultoras apresentadas nesta seção do capítulo 6, demonstraram que a relativa autonomia que as agricultoras agroecológicas têm sobre determinados espaços, condicionada pela divisão sexual do trabalho, possibilita o manejo multiespécies praticado por elas, influenciando na densidade e variedade de plantas combinadas em determinados espaços – tempos. Contudo, ainda que com menor autonomia para decidir como, quanto e o que plantar em determinados espaços, cuja responsabilidade é socialmente atribuída aos homens, a lógica de produzir com diversidade, permanece como um *continuum* nos diferentes espaços manejados pelas agricultoras agroecológicas. A construção de mundos e paisagens multiespécies pelas agricultoras agroecológicas, desvelada nessa escala analítica, permite politizarmos a contribuição das mulheres, na disputa e na transformação de espaços, frente à penetração do modelo de produção extrativista nos territórios. A legitimação do trabalho de cuidado socioambiental empreendido pelas agricultoras agroecológicas, em diferentes escalas, também pode contribuir para a ampliação da autonomia das mulheres, como nos mostrou a experiência de Rosa.

6.2. As lavouras de café e as tensões de gênero: entre as lógicas da monocultura e dos manejos multiespécies

A lavoura é considerada, em geral, um espaço tradicionalmente masculino na propriedade, pelo menos desde que o café foi introduzido como monocultivo, na década de 1970. Os homens, considerados “chefes de família”, ficam responsáveis pelo trabalho realizado na lavoura de café, enquanto as mulheres apenas “ajudam” no período da “panha” e na secagem do café no terreiro. Esta percepção do senso comum na Zona da Mata mineira, assentada na divisão sexual do trabalho e na ideia de que o café é a principal fonte de renda das famílias, reforça a condição

dos homens como provedores e responsáveis pela manutenção da economia familiar e comunitária; ao mesmo tempo em que considera apenas como acessório o papel econômico das mulheres.

No entanto, uma pesquisa realizada por Oliveira (2015, p. 58) com a metodologia das Cadernetas Agroecológicas (Rody; Telles, 2021) em cinco quintais de diferentes municípios na Zona da Mata, evidenciou que o quintal com a maior produção econômica, considerando a produção para o autoconsumo, doação, troca e venda dos produtos, gerou uma renda bruta equivalente à média produzida por 3.360 plantas de café ou a 28 sacas do grão, o que demanda cerca de um hectare de terra. Em outra pesquisa realizada com as Cadernetas Agroecológicas junto a 24 agricultoras no município de Araponga, na Zona da Mata mineira, demonstrou uma produção econômica de cerca de R\$308.000,00 (trezentos e oito mil reais) entre junho a dezembro de 2023 (Telles *et al.*, 2024, no prelo). Neste cálculo estão incluídas a produção para o autoconsumo, a doação, troca e venda dos produtos – a maior parte alimentos produzidos de maneira diversificada, por meio do manejo multiespécies e de relações de reciprocidade. Ambos os exemplos, reforçam o argumento da importância econômica dos quintais, cuja produção diversificada fica, em geral, sob a responsabilidade das mulheres.

Ainda, além do papel econômico fundamental exercido pelas agricultoras nos quintais, é importante explicitar a enorme quantidade de trabalho realizado por elas nas lavouras e a sua decisiva influência sobre o desenho e o manejo dessas áreas. Sueli, agricultora de Simonésia, explica que quando casou e compraram a propriedade,

aqui era tudo pasto, não tinha nada, nem uma árvore aqui não tinha. [...] Eu até falei com ele assim: Vai plantar café? Vai! Mas não vamo enchê de café não. Porque lá na casa da minha mãe, sempre tudo foi café [...] aí se quisesse plantá uma mandioca ou chegava época de plantá feijão, não tinha espaço. Aí eu falei assim, ó então essa parte de baixo aqui nós não vamo plantá café não. Em cima também, deixa um pedaço prá plantá milho, plantá feijão, eu gosto muito de plantá amendoim. Aí plantô [café], mas deixou o beco largo prá plantá [outros alimentos], ne? (Sueli, julho de 2021)

Ela disse que a sua incidência desde o início sobre a organização da propriedade, no diálogo com o esposo, que também é uma liderança engajada com a agroecologia no município e no estado, foi importante “porque, senão, planta só café, né?”. Ela comenta que seu marido propôs manejar a regeneração natural e plantar algumas mudas, como abacate, consorciadas com café para controlar as pragas e doenças. Este tipo de manejo, ambos foram aprendendo nos intercâmbios e atividades coletivas do movimento agroecológico, que possibilitaram uma versão intermediária – do ponto de vista da diversidade e da complexidade de manejo – entre a produção praticada pelas agricultoras nos espaços protagonizados por elas, como as hortas, e nos espaços protagonizados pelos agricultores, nos quais elas também trabalham.

A lógica de produção baseada no manejo multiespécies é colocada em prática na área da lavoura, mesmo em tensão com os preceitos técnico-científicos que orientam o cultivo de café no território e que pressionam as famílias, até mesmo as agroecológicas, com o uso intensivo de insumos químicos externos. A orientação da produção diversificada para o autoconsumo, protagonizada por Sueli, se sobrepõe à produção de café como *commodity* e tem implicações socioespaciais e econômicas importantes.

Da sua casa, apontando para uma parte do terreno, Sueli afirma que “essa parte de cima aqui é a lavoura! É lavoura de café, planta mandioca, batata, milho [...] que ajuda na renda. Na verdade, o que tá garantindo mesmo é as coisas que sai daqui, não é o café”. A agricultora segue explicando que o “bruto” dos gastos da família é custeado com a renda gerada pelo café, mas que as compras da casa e para as crianças no dia a dia são pagas com a produção diversificada da lavoura, da horta e do quintal: “os produto que a gente vai plantando aí, vai colhendo durante o ano” e, no caso dela, além de alimentarem a família, os produtos eram comercializados para o PAA, PNAE e pela Gaia, um projeto de compra de produtos da agricultura familiar para a entrega de cestas por encomenda no município.

Com simplicidade, Sueli demonstra com sua prática o que as economistas feministas críticas (Carrasco, 2003; Orozco, 2012; Picchio, 2012; Herrero, 2020) afirmam teoricamente: é preciso subverter a lógica econômica dominante e colocar a sustentabilidade da vida – não apenas a humana – no centro dos processos econômicos. As paisagens multiespécies de Anna Tsing e as economias subversivas das teóricas feministas críticas e de Polanyi – que comungam a crítica à falácia teórica do *Homos economicus* e do mercado autorregulado – são sintetizadas nas práticas cotidianas de Sueli: na produção de riqueza e diversidade pela interação multiespécies orientadas para o autoconsumo, para as relações de doação e trocas não mercantis e para os mercados construídos socialmente, assentados em relações de solidariedade e confiança.

Sueli explicou que, naquele momento, produzia cerca de 40 variedades de cultivos ao longo do ano na lavoura de café: mandioca cacau, mandioca amarela, abacate, banana ouro, banana prata, limão doce, café amarelo e vermelho, batata roxa, batata amarela, batata vermelha, abobora (4 tipos), pepino, goiaba, araçá, milho (3 variedades), feijão (4 variedades), amendoim (4 variedades), mamão, cana, taioba, quiabo, cana vermelha, cana caiana, mexerica, abacaxi, ipê e outras árvores nativas.

Na lavoura de café que estava sendo formada ela explicou sobre a combinação de plantas que estavam fazendo naquele momento: nas ruas do café, havia plantado o amendoim, depois o milho e o feijão. De amendoim colheram cerca de 200kg das quatro variedades que plantaram.

Sueli disse que comercializava em diferentes mercados construídos pelas organizações locais – SINTRAF, AGRIFAS, COOPERSIM e REDE – e também para pessoas que os procuravam, pois, a demanda por amendoim é muito grande. Como exemplo, ela cita que na Gaia levava cerca de 5 a 10 pacotes de 500g, a um valor de 10,00/cada. Ela fala que gosta de plantar o amendoim porque ele produz entre as safras do milho e do feijão, não dá muito trabalho, é um produto valorizado e do qual são feitas várias receitas.

Ela afirma que não gosta “desse negócio de comprar feijão, ir no mercado buscar...é milho...porque a gente não sabe de onde tá vindo, né? Sem conta o gosto, né? Que é diferente! Aí o que a gente pode plantar na propriedade eu gosto de plantar” (Sueli, julho de 2021). Sueli valoriza a diversidade pela renda que pode gerar, mas também se preocupa com a qualidade do alimento e valoriza o conhecimento sobre sua origem e o sabor. Como afirmam Weitzman; Schottz; Pacheco (2021), nossa dieta alimentar é socialmente construída e a manutenção da diversidade de cultivos, cujos preparos culinários mobilizam memórias, conhecimentos e afetos, é um trabalho que deve ser valorizado socialmente. A reprodução de sistemas alimentares culturalmente referenciados (Weitzman; Schottz; Pacheco, 2021) produz uma riqueza material e imaterial e requer conhecimentos específicos, em geral salvaguardados pelas mulheres. Conforme afirmam Miriam Nobre e Renata Moreno (2020), é preciso reconhecer o valor de uso para além da forma mercadoria, para compreender que a natureza e o trabalho são, de fato, a base de toda riqueza.

O milho Sueli fala que consome muito para a alimentação dos animais, para fazer fubá, para merenda e quitandas etc., mas a quantidade que produziam não dava para o ano todo. Por isso, em algum momento eles precisaram comprar no mercado local ou emprestaram com os vizinhos ou com o pai de Sueli, que produz muito milho. Já o feijão consumido pela família, ela afirmou que vinha da produção própria.

Quando pergunto como é esse processo de “pegar emprestado” ela responde:

É, aí o vizinho tem, às vezes colhe mais que a gente, né? Pega emprestado lá, às vezes dois, três sacos que precisar e aí, depois quando a gente colhe, a gente vai e devolve pra ele. Feijão também nós já chegou a fazer uma vez. [...] Tinha que guardar o feijão pra plantar aí eu tive que pegar emprestado também. Aí pega emprestado e depois devolve. E pra semente também, igual eu tô falando com você do amendoim, quem procura pra plantar nós não vende também não. Esse ano mesmo, veio umas quatro pessoas buscar. Aí eu falei assim: ‘se for pra plantar eu não vou vender não’. Aí ele leva e depois devolve a quantidade que levou para plantar (Sueli, julho de 2021).

Segundo Sueli, num dado momento chegou a enviar quatro quilos de amendoim para Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, para uma pessoa que estava querendo fazer um banco de sementes. Ela conta que não quis vender as sementes, apenas doou para essa pessoa

porque “[...] ela guarda lá. Talvez eu vou precisar uma hora da semente e aí ela me devolve, aí ela me empresta a sementes de novo” (Sueli, julho de 2021). Apenas de amendoim ela tem quatro variedades: preto, vermelho, branco grande e branco pequeno, todas doadas por outras pessoas que ela conhece. Em sua propriedade ela já havia plantado outras variedades, que não foram muito bem, até que essas quatro deram certo.

Essa lógica é interessante porque evidencia a produção de uma economia plural, conforme teorizada por Polanyi (2000), em que estão presentes as relações de reciprocidade e redistribuição, praticadas pelas pessoas que produzem maior quantidade de determinadas variedades de plantas naquele dado momento. Ao mesmo tempo, estes princípios, além do mercado, estão em interdependência e incluem, também, os princípios de *householding* ou domesticidade, que podem ser entendidas como o tipo de produção para o autoconsumo e satisfação das necessidades do grupo (Hillenkamp, 2015).

No caso da família de Sueli, boa parte da diversidade de sua produção é direcionada para o autoconsumo, relações de reciprocidade e para os mercados construídos socialmente, assentados em relações de confiança – como o caso da feira e da Gaia – e na redistribuição dos recursos pelo Estado por meio de políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A maior parte da produção do café, excluindo-se apenas o que é consumido pela família, é direcionado à venda para atravessadores, como *commodity*, em que há pouca ou nenhuma margem de negociação sobre o preço da saca.

As interdependências entre os princípios de integração econômica, como mostra a experiência de Sueli, desempenham um papel fundamental para garantir a satisfação das necessidades de sua família. No entanto, “são permeadas por relações de dominação baseadas no gênero” (Hillenkamp, 2015, p. 197), que podem significar a maior sobrecarga e/ou a invisibilidade do trabalho não remunerado realizado por Sueli. Ela conta uma rotina que envolve os trabalhos de manutenção da horta, o cuidado com as mudinhas que produz, atividades de colheita e preparo das hortaliças, mandioca etc. para comercialização em diferentes mercados, o manejo da irrigação, em grande parte manual, o cuidado com os filhos e a casa e as atividades organizativas tanto da produção, do acesso aos mercados e das organizações sociopolíticas de que participa, como a AGRIFAS. Como ela fica mais em casa, se responsabilizava mais pelo trabalho doméstico e de cuidados com os filhos, que ainda eram pequenos.

Como se observa há muito trabalho incorporado na riqueza da diversidade de plantas cultivadas e de produtos produzidos por Sueli, resultante das práticas agroecológicas e das

negociações que ela protagoniza e que têm implicações socioespaciais. É ela quem traz a reprodução da vida para o centro das decisões sobre a gestão da propriedade, ao reivindicar um desenho e manejos da lavoura que priorizem a produção de alimentos e não apenas do café como *commodity*. Sueli, na disputa pela definição do que e como produzir na lavoura e na propriedade, materializa a afirmação de Massey (2008, p. 8), de que “o espaço é um produto de interrelações, [...] desde a imensidão do global até o intimamente pequeno”. Esta disputa pela produção do espaço – e por lógicas econômicas distintas – é realizada em tensionamento constante com a pressão exercida pela rede de produção global de café e se materializa numa paisagem multiespécies, adaptada nesse contexto.

Maria do Toin, da mesma maneira, nos mostra que numa área íngreme e um pouco mais distante da casa, estão as lavouras de café, cuja decisão sobre os manejos é dela e do filho. Ela trabalha principalmente durante a “panha” (colheita), não se envolvendo mais no trabalho de capinar ou roçar em função de problemas de saúde, parte dos quais foram causados pela exposição a agrotóxicos ao longo da vida. O marido fica mais responsável pelo manejo dos animais: aves, porcos e gado de leite. Quando questionada sobre quem decide sobre a lavoura, Maria do Toin fala que é tudo conversado junto, “mas eu sou bem opiniuda, gosto de dar muito palpite [...]”, evidenciando seu protagonismo na tomada de decisões sobre o cultivo de café, considerado como uma atividade predominantemente masculina.

Maria do Toin mencionou, durante o Etnomapeamento Feminista, que ela e o marido cortaram alguns pés de caju da lavoura porque, segundo a percepção deles, estava abafando o café. Nesse momento estávamos sob um cajueiro e perguntei qual a impressão dela sobre os cafés que estavam ali. Ela respondeu que “[...] ficou mais viçoso, né? Prá lá, prá você vê, pelou muito, aqui tem folhas ainda, né? Ficou mais verdinho”; e seguiu dizendo que as pessoas costumavam plantar frutas no meio da lavoura, mas essa prática está diminuindo atualmente. Cita a comunidade do Sossego, no município de Simonésia, como uma referência em que os agricultores “cuidavam muito”, plantando café com as árvores. A agricultora que estava acompanhando nosso trabalho de campo comenta que algumas famílias estão começando a plantar abacate e outras frutas na lavoura, ao que Maria do Toin reage: “É meu sonho [...], mas é tudo cada um pensa dum jeito e o outro pensa do outro”, se referindo ao filho.

Evidenciando as relações de poder entre ela e o filho, que implicam no desenho e manejo da lavoura de café com menor diversidade, esse diálogo explicita que, por um lado, Maria do Toin se posiciona pelo corte de algumas árvores que podem estar prejudicando o desenvolvimento da lavoura de café, alicerçada nos preceitos técnico-científicos dominantes, baseados na especialização e, na estandardização produtiva. Por outro lado, ainda que sua

observação mostre o contrário, a racionalidade da produção de café como *commodity* se sobrepõe à lógica de produção de alimentos para o autoconsumo na lavoura.

Kéture, outra agricultora do município de Simonésia, chegou a afirmar durante o Etnomapeamento Feminista realizado com ela, que “quem não trabalha não decide!”. Ela se referia à dificuldade de influenciar o manejo do café realizado pelo marido, com o uso de adubos químicos e agrotóxicos. Da mesma maneira, Maria do Toin, afirma que, embora seja seu sonho produzir café com árvores diversas, há outras formas de pensamento que influenciam no trabalho na lavoura. Ela conta que ficou um pouco desanimada e que, por isso, tem ido menos na lavoura, priorizando apenas a época de plantio das espécies frutíferas, em função do uso de agrotóxicos pelo cunhado e, em menor quantidade, pelo filho. Ela afirma que o filho não aceita manejar a lavoura sem jogar o herbicida Round-up e associa isso à ampliação das áreas de lavoura que não são capazes de “tocar” com a mão de obra familiar.

Ela também demonstrou conhecer toda a área da propriedade, falando sobre os limites da terra, das lavouras e seus confrontantes. Há uma relação de parceria com um de seus cunhados, em uma lavoura na parte de cima de sua propriedade “que o filho toca”. O café foi plantado por eles e, atualmente, 20% do café produzido fica para o cunhado, que não reside em Simonésia.

Na área da lavoura predomina o cultivo de café, mas Maria do Toin explicou que também cultivam uma diversidade de produtos, como batata doce, abóbora, mandioca, feijão, milho etc. Demonstrando conhecimento sobre os cultivos, afirmou que a batata doce dá muito bem na terra no alto da propriedade. A semente de milho é “caseira”, produzida pela própria família há algumas gerações. Para garantir a qualidade e “deixar para a planta”, fazem a seleção escolhendo as espigas mais saudáveis e tirando as sementes mais miudinhas, que ficam nas pontinhas. Em relação à qualidade do solo na lavoura, Maria do Toin fala que a terra é muito fofa, é “sorenta” e que, por isso, resseca muito.

Além dos cultivos anuais e das bananeiras, Maria do Toin menciona que planta outras espécies frutíferas como laranja, mexerica, abacate, caju etc. na lavoura de café, mas que como está ficando muito quente, muitas plantas morreram. Ela conta que tem um pé de goiaba na lavoura no alto e que o filho e o marido quiseram cortar, mas ela não deixou porque dá muita goiaba, “docinha”, e ela gosta.

Maria do Toin fala sobre uma prática de manejo das folhas do café que caem no chão, chamadas de “cisco”, para a cobertura do solo. Segundo ela, no momento de aplicar a adubação química no café – em alguma medida, aceita no processo de transição agroecológica –, eles tiram as folhas para facilitar o contato do adubo com o solo e depois retornam com as folhas, pois quando “vem a chuva, ela reserva água [...] debaixo das folha ali, e não seca fácil”. Desde

uma perspectiva científica sobre a agroecologia, esta prática de manejo contribui para reduzir a dependência por adubos químicos e agrotóxicos, na medida em que retém umidade e alimenta a vida da terra.

A importância desta prática de manejo, foi descrita por Ana Primavesi (2020) na apostila Cartilha da Terra. Ela afirma que a matéria orgânica formada por folhas e restos de plantas e seres vivos que é depositada na superfície, cumpre a importante função de renovar a “pele da terra” ou a sua camada macroporosa mais superficial. Esta é protegida pela parte aérea das plantas vivas, pela camada de raízes e pela serapilheira. O papel da matéria orgânica, portanto, não é o de servir como adubo, como reproduz o senso comum, “mas especialmente como alimento energético aos organismos da terra. E, através deles, é o fator decisivo na formação de macroporos na superfície da terra” (Primavesi, 2020, p. 29).

As experiências apresentadas nesta seção evidenciam que nos espaços mais mercantilizados, como a lavoura de café, há uma penetração do modelo de produção extrativista na forma da produção de *commodity*. Nestes espaços, cujo manejo é protagonizado pelos agricultores, há um constante tensionamento com a forma de produção agroecológica. Isso se manifesta pela hierarquização de saberes – entre o saber técnico-científico e o saber empírico – que resulta numa adaptação do manejo multiespécies praticado pelas agricultoras em suas hortas. Ao final, tem-se uma versão intermediária do desenho e manejo da lavoura de café, entre as hortas e uma produção convencional.

Essa adaptação é possível em função da práxis das agricultoras com a construção de mundos e paisagens multiespécies e o manejo da cobertura do solo, por exemplo, mas também pelo conhecimento adquirido em espaços formais e informais de formação, pela participação no movimento agroecológico. Ao mesmo tempo, quando Kéture afirma: “quem não trabalha, não decide!”, ela evidencia que o trabalho realizado na lavoura segue sendo a forma pela qual as agricultoras conseguem provocar mudanças, seja com a redução do uso de agrotóxicos e adubos químicos, seja com a maior diversificação da lavoura para a produção de alimentos.

6.3. Por uma agroecologia com animais na Zona da Mata de Minas Gerais

Os animais compõem essa paisagem multiespécies que as agricultoras vão construindo pela agroecologia. Contudo, exceto os animais de estimação – que podem ser de espécies variadas – os demais, animais de trabalho e aqueles criados para alimentação humana, recebem menor atenção, cuidado e valor.

Em nossos trabalhos de campo pela pesquisa do GENgiBRe, nos deparamos com algumas situações inusitadas: cachorros e gatos mal alimentados para cumprirem a sua função

de caçar ratos e outros bichos; frangos, galinhas, porcos e bois criados em confinamento, muitas vezes em espaços muito pequenos, úmidos e escuros, em alguns casos com partes do corpo machucadas, sem que recebessem o devido cuidado. Todas essas situações dentro do curso normal da vida cotidiana, sem que despertassem sentimentos de empatia ou estranhamento pelas – por vezes – formas violentas com que são tratados por agricultoras e agricultores.

Falo de um lugar de quem cuida dos animais. Tenho quatro cachorros e três gatos que são parte da nossa família e, exatamente por essa sensibilidade e empatia por essas outras espécies “companheiras”, escrever essa seção me exigiu mais cuidado. As experiências das agricultoras e agricultores exprimem o cuidado cotidiano com os animais, mas evidencia as contradições entre as práticas agroecológicas com as espécies vegetais e a criação animal. Entre o esforço analítico para evitar atribuir juízo de valor moral às práticas correntes nas comunidades rurais e algumas práticas individuais; e o risco de naturalizar as condições de indiferença, insalubridade e crueldade com que animais de diferentes espécies são tratados, faço esse esforço de trazer elementos para nossa reflexão coletiva, a partir das experiências vivenciadas com o GENgiBRe.

Na propriedade de Maria do Toin, o cuidado com os animais como vaca, porcos e as aves (galinhas, frangos, marrecos e gansos) é de responsabilidade de seu marido, seu Antônio ou Toin. Uma parte considerável da alimentação dos animais é realizada com a complementação das plantas da horta, como couve, almeirão, chuchu, alface, repolho e outras. Desse modo, o milho crioulo produzido por eles é suficiente para alimentar as aves e fazer o fubá para os porcos ao longo do ano todo. Apenas quando são muitos porcos para a engorda, precisam comprar um saco de farelo de soja – transgênica – para misturar no fubá. Para facilitar a engorda dos porcos e a preparação da carne para o abate costumam dar Ripercol, um vermífugo e imunoestimulante para bovinos e suínos, que Maria do Toin chama de Repecol.

O trabalho de “capar” ou castrar os porcos machos é feito sistematicamente para estimular a engorda animal, já que são criados para a alimentação humana. Esse trabalho, em geral, é realizado pelos homens e, neste caso particular, pelo marido. Já a castração das fêmeas é feita por um rapaz que mora em outra comunidade, pois não detêm conhecimento sobre essa técnica. Os animais são castrados sem qualquer sedação local ou preocupação com o bem-estar animal, numa explícita relação de dominação e violência, sequer problematizada pelas agricultoras e agricultores. É assim que deve ser feito. Maria do Toin conta que seu marido também sabe várias receitas de remédios caseiros, à base de plantas medicinais, que são colhidas na horta e oferecidas aos animais. Ela citou o chá de mentrasto, mexerica, erva cidreira e uma pitada de

sal, para quando a porca tinha acabado de criar ou quando não estava “panhando produção”, ou seja, as fêmeas não estavam ficando prenhes.

No momento em que fizemos o Etnomapeamento Feminista eles estavam criando poucos animais, pois segundo Maria do Toin, tinham muita gordura, carne e torresmo armazenados. A carne e o torresmo são armazenados na gordura, como se fazia antes de terem acesso à energia elétrica e à geladeira. Conhecida como “carne de lata” é uma forma de preparo e armazenamento tradicional da carne, muito comum na culinária mineira.

O mangueiro onde se tira o leite da vaca foi construído num local muito úmido e Maria do Toin fala que ficou “com dó” porque a vaca não tinha muito lugar para passagem e poderia atolar. Seu marido também colocou uma cruz na estrutura do mangueiro para espantar “mau olhado”²⁹ que, segundo ela, às vezes acontece mesmo que não seja a intenção da pessoa. Ela conta a história de um senhor que foi na sua casa e ela o convidou para ver os leitões, mas ele não aceitou. Depois ela descobriu que ele não aceitou o convite, pois sabia que tinha o “olho forte”.

As galinhas são criadas soltas e seu Antônio falava com muito apreço sobre elas. A Figura 36 abaixo, foi tirada no momento em que ele falava sobre as galinhas, demonstrando carinho e cuidado com os animais, um comportamento a priori, pouco esperado de um homem pelas normas sociais.

²⁹ Mau olhado ou olho gordo são termos popularmente utilizados para expressar a capacidade que algumas pessoas têm de causar malefícios ao olhar para plantas, animais ou pessoas. É comum ouvir dizer que uma planta “definhou” ou que um animal ficou amuado (apático, triste, prostrado) depois de receber alguma visita em casa.

Figura 37 - Criação de aves soltas, sob a responsabilidade de seu Antônio, com estrutura de galinheiro ao fundo

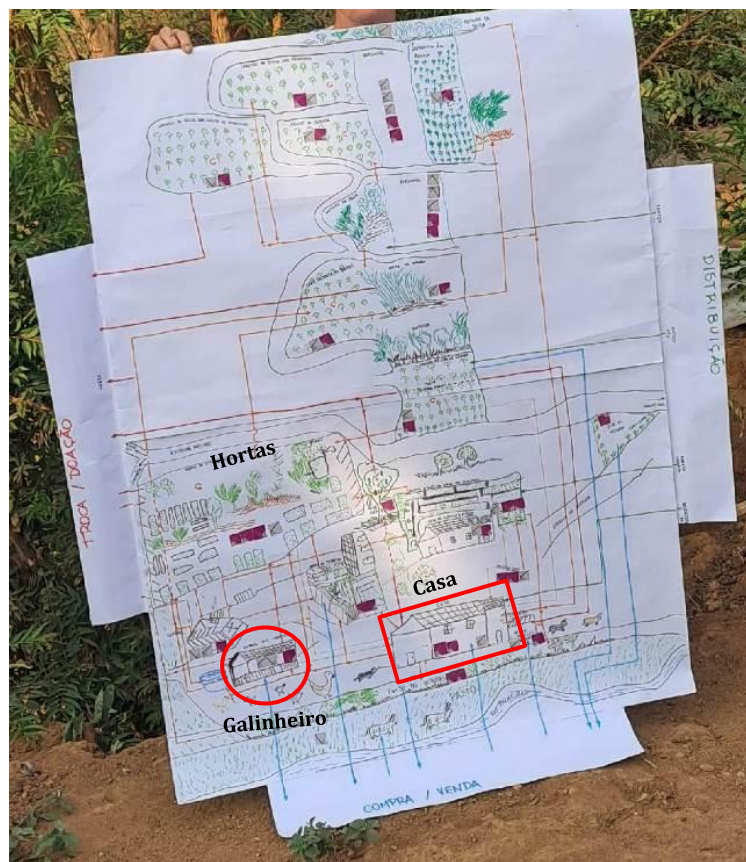


Fonte: Acervo GENgiBRe, set./2022.

Fazem o ninho com pneu e com capim meloso e palha de milho para ficar macio. Já as patas e gansas fazem o próprio ninho no paiol que fica ao lado da casa, na beirada do terreiro. Maria do Toin afirma que não tem problemas com doenças nos animais com frequência, mas eventualmente, quando ocorre uma doença que dá febre, cai o pescoço e “desanda” as galinhas, seu Antônio trata com macaé e limão misturados no fubá. Ela diz que ele às vezes corta o tronco da bananeira e deixa para as galinhas bicarem, como uma boa fonte de cálcio; e que também mistura melão de são caetano no fubá para prevenir doenças.

A experiência de seu Antônio e Maria do Toin revela que os cuidados não são algo próprio da natureza feminina; são construídos socialmente. Seu Antônio tem uma relação afetiva com os animais, mas também baseada no trabalho de cuidados, no conhecimento sobre as plantas e sobre o comportamento animal e na produção material das hortas de Maria do Toin, que os provê de alimentos e remédios. Os fluxos entre as hortas – que produzem as folhas, legumes e remédios –, a lavoura que produz o milho, a criação animal e a casa, são intensos, como se observa na Figura 37, abaixo.

Figura 38 - Mapa produzido durante o Etnomapeamento Feminista com Maria do Toin.



Fonte: Acervo GENgiBRe (set./2022).

O mapa produzido no Etnomapeamento Feminista com Maria do Toin evidencia a intensidade dos fluxos (as setas entre os diferentes subsistemas) que representam relações de interdependência entre nós e os outros elementos da natureza, que sustentam a vida e produzem paisagens multiespécies.

Kéture, agricultora de Simonésia, diz, assim como ouvimos muitas vezes durante as atividades de campo, que quando se começa a cuidar, também se começa a gostar; por isso não se pode dar nomes aos bichos, para não criar vínculos com eles. No momento em que estivemos fazendo o Etnomapeamento Feminista, ela e Kito, seu marido, tinham um porco e sete galinhas de raça caipira e poedeira, e seis frangos. Neste caso, a responsabilidade pelos cuidados era de Kéture. Além disso ela e Kito tinham comprado, recentemente, 3 bezerras com o intuito de ter leite para o consumo, as quais tinham intenção de manter na área que eles chamam de “pastinho”, na parte de baixo, próxima à casa. Ambos dizem gostar de “criação”.

Kéture comenta que onde morava antes de ter acesso à terra, numa casa no patrimônio, o espaço era muito pequeno e ela tinha que escolher entre horta e galinheiro. Quando mudaram para a terra que recebeu de herança do pai, ela se animou a ter galinhas por ter a possibilidade

de plantar milho na propriedade. Disse que era seu sonho ter galinhas. Ela mesma construiu o galinheiro e o chiqueiro em 2017, com material proveniente de outra construção que foi desmanchada. Diz que é mal feito, mas que eles não têm as ferramentas necessárias e Kito também não sabe fazer. Todos os animais ficam confinados e, embora Kéture seja muito habilidosa, o local era pequeno e pouco iluminado, situado em meio à pequena lavoura de café próxima à casa, como ilustra a Figura 38, abaixo.

Figura 39 - Galinheiro e chiqueiro construídos por Kéture, em meio à lavoura de café, próximo à casa



Fonte: Acervo GENgiBRe (set./2022)

A Figura 38, acima, demonstra, além das dependências onde os animais são mantidos confinados, a disputa pelo espaço, entre a beirada do terreiro, onde Kéture cria os animais, cultiva plantas ornamentais que atraem borboletas, plantas medicinais e alimentos. Poderia se chamar de beirada das bonitezas, trazendo à memória a noção freiriana; mas Kito chama de “beirada da briga”, pelo fato de ser um espaço em disputa entre as diversidades criadas por Kéture e a produção de café e os novos investimentos em infraestrutura que ele pretende fazer. A limitação de espaço, que a faz amontoar a diversidade nas “margens” ou “bordas produtivas” como denomina Tsing (2015), reflete também a disputa entre as lógicas da agroecologia e da produção de *commodities*. Kito, mesmo ocupando a maior parte da área da propriedade com a produção de café, insiste na disputa milimétrica pelo território, reduzindo o espaço para a horta e a criação animal de Kéture, o que fica explícito na Figura 14 acima.

As galinhas são alimentadas com fubá do milho produzido na propriedade, restos de comida, folhas, cascas de ovos secas no fogão à lenha e com a ração de crescimento comprada nas lojas agropecuárias. Kéture não sabe a composição dessa ração, mas acreditava que não tinha “tanta gordura” e que graças a isso as galinhas produziam mais ovos. O porco também é alimentado com o fubá da propriedade, mandioca, banana cozida e ração. Eles têm poucas informações sobre o manejo da criação animal, como no caso de prevenção ou tratamento de doenças. Ela comenta que quando as galinhas ficam “moles”, pensa que é por estarem com febre e cuida como dos humanos, com dipirona.

Percebe-se que a tentativa de cuidar é limitada pela falta de conhecimento sobre o manejo, o comportamento animal e também por uma visão antropocêntrica da relação com os animais. As aves são criadas para a alimentação humana, cujo cuidado é concebido desde uma visão utilitarista. Por este motivo, é muito comum os comentários de que não se pode colocar nomes na criação ou estabelecer algum vínculo afetivo, porque são criados com a finalidade de servirem às necessidades humanas por carnes, ovos, gordura e outros subprodutos de origem animal. Esta é uma questão pouco tratada pelo movimento agroecológico na Zona da Mata mineira, o que interfere diretamente na possibilidade de estabelecer relações outras entre humanos e animais.

A filha de Kéture, que acompanhou o trabalho conosco observou a falta de pássaros na lavoura de café, demonstrando uma percepção sensível sobre as paisagens multiespécies:

A única hora que a gente vê pássaros lá em cima é para comer amora. (...) Aqui perto da mãe sempre tem muitos pássaros. Lá tem café e tal, tem poucos pés de fruta. Ai, eu já falei com meu marido para plantar mais frutas. Ele gosta muito de passarinhos também.

Ela associa a falta de pássaros à falta de alimentos diversificados para eles, o que a levou a produzir algumas mudas de espécies frutíferas e plantou na borda da lavoura de café, que fica ao lado da lavoura de Kéture e Kito, com a expectativa de que os pássaros voltem. A relação com as árvores também é uma questão controversa quando o assunto é a produção e café; e há poucos espaços de construção de conhecimento na Zona da Mata, que possibilite às pessoas conhecerem um pouco mais sobre as árvores e suas interações com outras espécies, inclusive animais.

Socorro, agricultora do município de Divino, criava aves e porcos quando fizemos o Etnomapeamento Feminista. Ela comentou que plantam mais milho híbrido por que tem o ciclo mais curto e “um lido melhor”. O milho crioulo produz muita palha, um pé muito alto e o ciclo de vida é mais longo, produzindo mais tarde. Contudo, Socorro faz uma diferenciação entre o

uso das diferentes variedades de milho que eles costumam plantar: o milho híbrido é para criação animal e o crioulo para o consumo da família. Os porcos eram criados confinados e a base da alimentação era fubá misturado com soja, que não sabia se era transgênica. Socorro menciona que antes dava o PX, um suplemento alimentar para o crescimento e engorda de porcos e aves, mas não gostava, não achava “natural” e agora não dá mais. Ela percebe que a carne de porco que é criado com abóbora e outras plantas é mais gostosa, mas normalmente não fornece outras coisas para os porcos, apenas eventualmente coloca uns ramos de folha de batata doce para alimentá-los. Socorro também tinha cerca de 25 galinhas caipiras, um galo gigante e frangos, que vivem soltos. Sua alimentação é o fubá de milho híbrido, folhas que ela colhe na horta e o que elas comem nas lavouras.

A opção pelo milho híbrido para a alimentação animal se deve à maior facilidade para a produção, como ela explica citando os tempos de cultivo, o tamanho do pé e a quantidade de palha produzida. No sentido oposto, Ana Primavesi (2020, p. 52) afirma que “é indispensável produzir a maior quantidade possível de palha durante o cultivo. E esta palha tem de retornar à terra” para garantir as condições de vida de microrganismos que trarão a fertilidade. Essas lacunas no conhecimento apropriado por eles também se refletem nos argumentos de muitas famílias agricultoras nos municípios envolvidos no Projeto GENgiBRe. Isso pode indicar, possivelmente, uma limitação da Rede de Agroecologia da Zona da Mata na criação de espaços de construção do conhecimento agroecológico sobre esse tema, que façam frente ao modelo de produção extrativista que tem avançado na introdução do milho transgênico nas comunidades.

De todo modo, tanto a experiência de Socorro, como das demais agricultoras apresentadas nesta seção, evidenciam uma relação ambivalente com os animais, particularmente aqueles criados para a produção de carnes e ovos. Este viés utilitarista da relação com os animais, ancorada num posicionamento antropocêntrico de agricultoras e agricultores, pode resultar em sofrimento animal e na crueldade. No entanto, este universo de interações multiespécies, mediadas pelo trabalho de cuidados como uma dimensão material, também produz relações afetivas com plantas e animais, pela sua dimensão imaterial. Essa é uma estratégia central das agricultoras na disputa pelo território: construir mundos e paisagens multiespécies, ancoradas nas relações de interdependência e na agroecologia.

6.4. Considerações Finais

A agricultura realizada pelas agricultoras citadas neste capítulo é a expressão da resistência ao modelo de produção extrativista expressa tanto pela produção do café como *commodity*, quanto pelos projetos minerários que ameaçam comunidades rurais na Zona da Mata. Ao

mesmo tempo, é decisivamente uma resposta ancorada na agroecologia, na construção de mundos “nas margens despercebidas” como propõe Anna Tsing (2015) e na produção de relações de afeto, beleza e prazer.

As práticas agroecológicas protagonizadas pelas agricultoras, mas também por alguns agricultores, se contrapõem radicalmente à racionalidade da agricultura “moderna”, orientada pelo e para o mercado autorregulado, estandardizada e tecnificada. Mas, as hortas – como modo de pensar das agricultoras – não são apenas um universo de resistências produzidas, mas de cultivos, experimentação, conhecimentos, afetividades e vida, que transbordam para as lavouras de café e outros espaços manejados por elas, inclusive em áreas urbanas. O trabalho de Maria do Toin, Rosa, Kéture, Socorro e seu Antônio sintetiza a ideia proposta por Tsing (2015, p. 184) de que “a natureza humana é uma relação entre espécies”.

No entanto, é importante afirmar que foi a divisão sexual do trabalho que, ao longo do tempo, fez com que as agricultoras desenvolvessem as habilidades para manejar sistemas complexos, do quintal, às comunidades e paisagens. Isso tem implicações socioespaciais, evidenciadas na maior autonomia das agricultoras para desenvolver a agroecologia como prática, pelo manejo multiespécies, em determinados subsistemas como as hortas, a beirada do terreiro e os espaços públicos abandonados. Na lavoura de café, em geral sob responsabilidade dos homens e manejadas sob uma lógica de mercantilização, há a tendência à simplificação e especialização produtiva. Nesses espaços, a suposta superioridade dos saberes técnico científicos, é colocada em tensão com os saberes empíricos, o que pode moldar as práticas de manejo, reduzindo a diversidade. Ainda assim, há resistências produzidas por elas na disputa milimétrica pelos territórios, desde a escala mais íntima, que colocam em tensão a produção do café como *commodity* – e a lógica econômica e política que o acompanha –, e a produção agroecológica de alimentos e “bonitezas”. O que está em jogo, de fato, é o conflito capital – vida, essa “coisa escandalosa” em que vivemos; e as possibilidades de construção de outros mundos.

A pesquisa do GENgiBRe evidenciou, ainda, que as agricultoras desenvolveram uma relação particular e muito refinada com as plantas cultivadas e com o manejo da regeneração natural. Elas trabalham em espaços pequenos, manejando uma alta diversidade de plantas em combinações orientadas para uma economia substantiva. Produzem para sustentar suas famílias e comunidades, que incluem outros elementos da natureza: os bichos, a terra e a água; alimentam relações de reciprocidade e também os mercados, particularmente aqueles construídos socialmente.

Ao mesmo tempo, ficou explícito que a relação com os animais é mais ambivalente, podendo ser orientada pela empatia e pelo cuidado – inclusive dos homens – mas, em alguns casos, por uma relação estritamente utilitarista. É o caso dos animais “de criação”, cuja existência é justificada para satisfazer as necessidades humanas. Com esta categoria de animais, as agricultoras e agricultores não criam vínculo afetivo, o que pode se desdobrar em negligência dos cuidados e sofrimento animal. Este fato reafirma a análise de que os cuidados não são essencialmente femininos, mas são construídos histórica e socialmente.

Os exemplos que trazemos nesse capítulo expressam essas diferentes formas de interação com outros elementos da natureza que, mediadas pela divisão sexual do trabalho, resultam na coprodução de um mundo multiespécies. A agroecologia, em sua concepção multidimensional como ciência, prática e movimento, é a pela qual esse modo de ser e estar no mundo se expressa na Zona da Mata mineira e pode contribuir para a construção de outros saberes e fazeres que coloquem a sustentabilidade da vida – não apenas a humana – como central.

Capítulo 7 – Considerações Finais

Como buscamos evidenciar, as metodologias adotadas na pesquisa do projeto GENgiBRe, possibilitaram momentos de reflexão pessoais e coletivos e espaços seguros para que as mulheres trouxessem questões sensíveis, evidenciando a importância de sua ação em diferentes escalas: desde a escala mais pessoal da relação intrafamiliar, às relações comunitárias, seus processos organizativos nos municípios e a incidência em espaços mais amplos de articulação. Também possibilitaram captar a percepção dos homens sobre os conflitos socioambientais e sobre as respostas construídas pela agroecologia.

Produzimos um conhecimento que reflete o compromisso com as agricultoras agroecológicas, atores sociais historicamente marginalizados e com as organizações populares do território. Adotamos, na pesquisa do projeto GENgiBRe, uma perspectiva crítica e situada, própria das epistemologias feministas, que estão refletidas nessa tese.

A pesquisa revelou que as dinâmicas de gênero e a territorialização dos modelos de agricultura e de extrativismo mineral industriais seguem lógicas semelhantes e se fortalecem mutuamente. A produção capitalista voltada para o cultivo de *commodities*, como o café na Zona da Mata, intensifica a mercantilização nas comunidades e aprofunda as desigualdades de gênero. Esse modelo de desenvolvimento, instrumentalizando as masculinidades e a aliança entre os homens, reforça o papel dos agricultores como provedores ou chefes de família, imprimindo um processo de (re)patriarcalização do território. Dessa forma, o modelo de produção extrativista não apenas impacta os territórios em termos ambientais e econômicos, mas também reforça estruturas patriarcais que limitam a autonomia das mulheres e das comunidades tradicionais.

Esse processo de territorialização envolve o exercício das relações de poder na disputa pelo território, que se projetam no espaço, remodelando-o. Por um lado, os modelos de agricultura e extrativismo mineral industriais alteram a paisagem com o desmatamento, o revolvimento intensivo do solo, as queimadas, a introdução de monocultivos com uso intensivo de agrotóxicos e deixam um lastro de contaminação ambiental (ar, solo, água, pessoas e outros seres vivos). Também impõe um ordenamento territorial baseado no aparato de infraestrutura e logística que atenda ao modelo extrativista como um projeto territorial hegemônico.

Ao mesmo tempo, recria permanentemente o gênero, produz sujeitos “mulheres” e “homens” com posições, responsabilidades, interesses etc. socialmente diferenciados e hierarquizados. Por esse motivo, justifica-se uma tese que focalize o sujeito “mulher

agricultora”, abordando os conhecimentos e aspectos dos manejos e práticas agroecológicas realizados nos seus espaços de trabalho e vida, invisibilizados pelo modelo de produção extrativista.

Contudo, o manejo agroecológico realizado pelas agricultoras em seus quintais e hortas, e os saberes sobre o cultivo e o uso de plantas medicinais são formas de transformar as margens despercebidas em bordas produtivas, de criar mundos e paisagens multiespécies, conforme propõe Anna Tsing (2015). Essas práticas não apenas garantem o sustento material e oferecem alternativas econômicas às *commodities*, mas também possuem um profundo significado emocional, afetivo, estético e espiritual. Desse modo, disputam milimetricamente o território por meio da territorialização de um projeto contra-hegemônico baseado na agroecologia e na defesa dos comuns. As histórias individuais e coletivas se entrelaçam em processos históricos de construção de sentidos, de resistências e respostas em defesa do território, nos quais as mulheres ocupam um papel central.

Alguns agricultores, no entanto, também aderem ao modelo de produção baseado na agroecologia, contrapondo-se à racionalidade da agricultura “moderna”, orientada pelo e para o mercado autorregulado, estandardizada e tecnificada. Estes agricultores desviam do modelo hegemônico de masculinidade e assumem riscos ao abrir mão de relações hierarquizadas de poder que lhes conferem privilégios. Este é um processo não apenas individual, mas coletivo, no qual os espaços do movimento agroecológico, da igreja – como os grupos de reflexão – e de outros processos organizativos, exercem papel fundamental para que estes agricultores possam sustentar posições dissidentes do modelo hegemônico de masculinidade.

As agricultoras, e alguns agricultores engajados na agroecologia, trabalham em espaços pequenos, manejando uma alta diversidade de plantas em combinações orientadas para uma economia substantiva. Produzem para sustentar suas famílias e comunidades, que incluem outros elementos da natureza: os bichos, a terra e a água; alimentam relações de reciprocidade e também os mercados, particularmente aqueles construídos socialmente. A relação com os animais, contudo, é ambivalente, podendo ser orientada pela empatia e pelo cuidado – inclusive dos homens – mas, em alguns casos, por uma relação estritamente utilitarista. Este fato reafirma a análise de que os cuidados não são essencialmente femininos, mas são construídos histórica e socialmente.

As hortas – como modo de pensar das agricultoras – não são apenas um universo de resistências produzidas, mas de cultivos, experimentação, conhecimentos, afetividades e vida, que transbordam para as lavouras de café e outros espaços manejados por elas, inclusive em áreas urbanas. A maior autonomia das agricultoras para manejar e decidir sobre o que e como

produzir em determinados subsistemas como as hortas, a beirada do terreiro e os espaços públicos abandonados, evidencia as implicações socioespaciais da divisão sexual do trabalho na agricultura.

A agroecologia, enquanto processo dinâmico, aberto e cheio de contradições, possibilita um tensionamento, em diferentes dimensões e escalas, das relações de poder que moldam o território. Desde a escala do corpo, das práticas e saberes agrícolas e da relação com os animais; até as escalas mais amplas, de mobilizações e processos organizativos, a agroecologia tem sido mobilizada para tensionar o modo de produção capitalista e as relações de poder baseadas no gênero (e nas interseccionalidades), que subordina as mulheres e a natureza, e o sustentam. Por outro lado, um viés tecnicista e conservador da agroecologia pode reforçar as desigualdades de gênero, invisibilizar as práticas e o trabalho das mulheres e limitar a autonomia das mulheres.

Em síntese, esta tese evidencia que os conflitos socioambientais analisados expressam disputas mais amplas pela produção do território e pela organização das relações de gênero, nas quais o modelo de produção extrativista atua sobre a materialidade do espaço e sobre as subjetividades, reforçando hierarquias e assimetrias de poder. A partir da pesquisa, demonstra-se que a agroecologia, tal como praticada pelas agricultoras e alguns agricultores, constitui um campo de disputa política e ontológica, no qual saberes, práticas e afetos tensionam a lógica da mercantilização da vida e a reprodução de masculinidades hegemônicas. Ao mesmo tempo, a tese explicita que esses processos são atravessados por contradições e limites internos, o que afasta leituras idealizadas da agroecologia e reforça a necessidade de compreendê-la como um processo relacional, histórico e situado. A principal contribuição do trabalho reside, assim, em articular gênero, território e agroecologia como dimensões indissociáveis para compreender, de forma crítica, tanto a reprodução das desigualdades quanto as possibilidades concretas de transformação socioambiental nos territórios em disputa.

REFERÊNCIAS

- ABRASCO. **Nota Técnica: “Agrotóxicos, exposição humana, dano à saúde reprodutiva e vigilância da saúde”**. 28p. 2023. Disponível em: <https://abrasco.org.br/wp-content/uploads/2023/11/Nota-Tecnica-Agrotoxicos-exposicao-humana-dano-a-saude-reprodutiva-e-vigilancia-da-saude.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2024.
- ACOSTA, Alberto. Extrativismo e neoextrativismo. *Duas faces da mesma maldição*. DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (orgs.) **Descolonizar o Imaginário: Debates sobre pós-extrativismo e desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, p. 46-85, 2016. Disponível em: https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2021/09/Descolonizar_o_Imaginario_web.pdf. Acesso em: 08 ago. 2025.
- ACSELRAD, Henri. Dimensões políticas do negacionismo ambiental – interrogando a literatura. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 60, Seção especial – O desmonte socioambiental e as resistências emergentes, p. 26-42, jul./dez. 2022. Disponível em <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/80028>. Acesso em: 17 fev. 2023.
- ACSELRAD, Henri; ALMEIDA, Alfredo Wagner de; BERMANN, Celio; BRANDÃO, Carlos Antônio; CARNEIRO, Eder; LEROY, Jean Pierre; LISBOA, Marijane; MEIRELLES, Jeovah; MELLO, Cecilia; MILANEZ, Bruno; NOVOA, Luiz Fernando; O'DWYER, Eliane Cantarino; RIGOTTO, Raquel; JÚNIOR, Horácio Antunes Sant'ana; VAINER, Carlos B.; ZHOURI, Andrea. Desigualdade ambiental e acumulação por espoliação: O que está em jogo na questão ambiental?. Coletivo Brasileiro de Pesquisadores da Desigualdade Ambiental. **e-cadernos CES**, n. 17, 2012. Disponível em <https://journals.openedition.org/eces/1138>. Acesso em: 19 fev. 2025.
- ALENTEJANO, Paulo; WANDERLEY, Luiz Jardim; SANTORO, Karoline; LEÃO, Pedro Catanzaro da Rocha; RIBEIRO, Amanda Guarniere; MARTINS, Vinícius. Ruptura política e contrarreforma agrária: geografia dos conflitos no campo brasileiro (2014-2023). In: **Conflitos no campo Brasil 2023**. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – Goiânia: CPT Nacional, 2024. 214 p. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/caderno/conflitos-no-campo-brasil-2024/>. Acesso em: 14 jun. 2025.
- ALVES, Luciana Medeiros; ALVARENGA, Camila Rafaela; CARDOSO, Elisabeth Maria, CASTRO, Nayara Lopes de; SAORI, Sheyla Yusuka; TELLES, Liliam. **Caderneta agroecológica e os quintais: Sistematização da produção das mulheres rurais no Brasil**. Minas Gerais: Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, 2018.
- ANAQUIRI, Mirna P. Marinho da Silva. “Minha avó foi pega no laço”: a questão da mulher indígena a partir de um olhar feminista. In: **Anais do II Seminário Internacional de Pesquisa em Arte e Cultura Visual**, v. 2, p. 752-763, 2018. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/778/o/LC_MIRNA_ANAQUIRI_IISIPACV2018.pdf. Acesso em: 10 jun. 2025.
- ANDRADE, Daniel Pereira; CÔRTEZ, Mariana; ALMEIDA, Sílvio. Neoliberalismo Autoritário no Brasil. **Caderno CRH**, [S. l.], v. 34, 2021. DOI: 10.9771/ccrh.v34i0.44695. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/44695>. Acesso em: 21 mar. 2023.

ARÁOZ, Horacio Alejandro Machado. Territorios y cuerpos en disputa. Extractivismo minero y ecología política de las emociones. **Interstícios. Revista sociológica de pensamento crítico**, v. 8, n. 1, 2014. Disponível em: file:///C:/Users/T.i/Downloads/admin,+05+Machado_territorios.pdf. Acesso em: 05 fev. 2025.

BARTHE, Yannick; RÉMY, Catherine; TROM, Danny; LINHARDT, Dominique; DE BLIC, Damien; HEURTIN, Jean-Philippe; LAGNEAU, Éric; DE BELLAING, Cédric Moreau; LEMIEUX, Cyril. Sociologia pragmática: guia do usuário. **Sociologias**, v. 18, n. 41, p. 84-129, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/BxNzBRcP7JswWVjvDtjkGWJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2025.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Agrotóxicos e Colonialismo Químico**. São Paulo: Elefante, 2023.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia**. São Paulo: FFLCH - USP, 2017. 296 p. Disponível em: <https://conexaoagua.mpf.mp.br/arquivos/agrotoxicos/05-larissa-bombardi-atlas-agrotoxico-2017.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2022.

BOMBARDI, Larissa Mies. Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. **Boletim Dataluta**, v. 45, p. 1-21, 2011. Disponível em: https://mst.org.br/wp-content/uploads/2012/05/9artigodomes_2011.pdf. Acesso em 11 mar. 2025.

BORDA, Orlando Fals. La investigación acción en convergencias disciplinares. **Revista paca**, n. 1, p. 7-21, 2009. Disponível em: <https://journalusco.edu.co/index.php/paca/article/view/2194/3415>. Acesso em: 13 jan. 2025.

BORDA, Orlando Fals. Experiências teórico-práticas. In: **Educação popular na América Latina: experiências e contradições de uma década em movimento (edição especial)**. Cadernos CIMEAC – v. 10, n. 3, 2020.

BRANDT, Meio Ambiente. **Estudo de Impacto Ambiental do Projeto de Produção Sustentável de Bauxita na Zona da Mata**. Companhia Brasileira de Alumínio. 1966p. 2019. Disponível em: <https://www.siam.mg.gov.br/siam/lc/2019/0318420190012019/7711472019.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2025.

BRASIL. **Lei No 9.985, de 18 de Julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial da união: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 18 jul. 2000. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=9985&ano=2000&ato=77ck3aq1kMNpWTfc9>. Acesso em: 8 out. 2024.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Áreas prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade. 2ª Atualização. **Série Biodiversidade 56**. Brasília: DF. 2023. Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/1db449E7Y2i7yGM7Ma01kWJ-mDZZvssRZ/view>. Acesso em: 02 dez. 2025.

BRINGEL, Breno; SVAMPA, Maristella Noemi. **Del “Consenso de los Commodities” al “Consenso de la Descarbonización”**. 2023. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/306-del-consenso-de-los-commodities-al-consenso-de-la-descarbonizacion/>. Acesso em 22 set. 2024.

BRONZ, Deborah. **Nos bastidores do licenciamento ambiental: uma etnografia das práticas empresariais em grandes empreendimentos**. Contra Capa, 2016.

CABNAL, Lorena. **Feminismos diversos: el feminismo comunitario**. ACSUR-Las Segovias Catalunya, 2012. Disponível em: <https://porunavidavivible.wordpress.com/wp-content/uploads/2012/09/feminismos-comunitario-lorena-cabnal.pdf>. Acesso em 10 mar. 2025.

CAMPOS, Alessandra Bernardes Faria; HILLENKAMP, Isabelle; PRÉVOST, Héloïse. Quem são as agricultoras na agroecologia e quem somos nós? Construindo a pesquisa feminista. pp. 41 – 65. In: HILLENKAMP, Isabelle, DE FREITAS, Alair Ferreira, PRÉVOST, Heloïse, BOMBARDI, Larissa; LOBO, Natália Santos. **Raízes da Resistência. Construindo territórios feministas e agroecológicos no Brasil**. São Paulo: Ed. Expressão Popular. 2025. 304p. Disponível em: https://expressaopopular.com.br/wp-content/uploads/2025/12/raizes-da-resistencia_divulgacao.pdf?utm_campaign=livro_completo&utm_id=raizes-da-resistencia-construindo-territorios-feministas-e-agroecologicos-no-brasil. Acesso em: 04 mai. 2025.

CAMPOS, Alessandra Bernardes Faria; MARQUES, Emiliana Maria Diniz. **Educação popular feminista e agroecológica metodologias para a formação de juventudes e mulheres**. Viçosa: UFV, 2025. 66p. Disponível em: <https://ecoa.ufv.br/wp-content/uploads/2025/04/CADERNO-ATUALIZADO-2025-14-04-1.pdf>. Acesso em 07 nov. 2025.

CAPIRAZI, Beatriz. **Alumínio vai ser essencial na transição para uma economia de baixo carbono’, afirma CEO da CBA**. Estadão. 2024. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/economia/governanca/aluminio-essencial-transicao-economia-carbon-ceo-cba/>. Acesso em: 11 out. 2024.

CARDOSO, Elisabeth; JALIL, Laetícia; TELLES, Liliam; ALVARENGA, Camila; WEITZMAN, Rodica. **Guia metodológico da Caderneta Agroecológica**. Recife: EDUFRPE, 2019, 39p. Disponível em: <https://ctazm.org.br/bibliotecas/guia-metodologico-da-caderneta-agroecologica-294.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2024.

CARDOSO, Roberta da Silva Leite; TELLES, Liliam; CAMPOS, Alessandra Bernardes Faria. Reflexões metodológicas acerca da pesquisa-ação GENgiBRe: “Relação com a natureza e igualdade de gênero. Uma contribuição à teoria crítica a partir de práticas e mobilizações feministas na agroecologia no Brasil”. **Cadernos de Agroecologia**, v. 19, n. 1, 2024. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/8617>. Acesso em: 18 ago. 2025.

CARRASCO, Cristina. (org). Introdução: Para uma Economia Feminista. In: **Mujeres y economía: Nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas**. Ed. Icaria, Colección Antrazyt. Espanha, 1999, 438p.

CARRASCO, Cristina. Sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres? In: FARIA, NALU e NOBRE, MIRIAM (orgs.). In: **A produção do viver: ensaios de economia feminista**. São Paulo: SOF, 2003.

CHAGNON, Cristopher Wetherel; DURANTE, Francesco; GILLS, Barry Keith; HAGOLANI-ALBOV, Sophia Elizabeth; HOKKANEM, Saana; KANGASLUOMA, Sohvi Miina Juliaana; KONTTINEN, Heidi; KRÖGER, Markus; LAFLEUR, William; OLLINAHO, Ossi; VUOLA, Paula Sofia. From extractivism to global extractivism: the evolution of an organizing concept. **The Journal of Peasant Studies**, v. 49, n. 4, p. 760–792, 9 maio 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/360484633_From_extractivism_to_global_extractivism_the_evolution_of_an_organizing_concept. Acesso em: 02 nov. 2025.

CINTRÃO, Rosângela Pezza. **ONGs, tecnologias alternativas e a representação política do campesinato: uma análise da relação do centro de tecnologias alternativas e os sindicatos de trabalhadores rurais na Zona da Mata mineira**. 1996. 209f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-CPDA, Rio de Janeiro.

COELHO, Tádzio Peters. Minério-dependência e alternativas em economias locais. **Versos-Textos para Discussão PoEMAS**, v. 1, n. 3, p. 1-8, 2017. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/poemas/files/2017/04/Coelho-2017-Min%c3%a9rio-depend%c3%aancia-e-alternativas-em-economias-locais-Versos.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2025.

COELHO, Tádzio Peters; BELZUNCES, Renata; MANSUR, Maíra; WANDERLEY, Luiz Jardim. Mineração e o perfil socioeconômico nos municípios brasileiros mais minerados. In: Wanderley, Luiz Jardim; Mansur, Maíra; Valente, Phillipe (org.). **Atlas do problema mineral brasileiro**. Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, 2023, p. 20 – 86.

COELHO, Tádzio Peters; IORIO, Gustavo Soares. Fronteira mineral e dependência em Minas Gerais: estudo comparativo da atuação da SAM e ZMM. In: **Anais do 45º Encontro Anual da Anpocs**. 2021, 22 páginas.

COLECTIVO MIRADAS CRÍTICAS DEL TERRITORIO DESDE EL FEMINISMO. (Re) patriarcalización de los territorios. La lucha de las mujeres y los megaproyectos extractivos. **Ecología Política**, p. 65-69, 2017. Disponível em: https://www.ecologiapolitica.info/wp-content/uploads/2018/01/054_ColectivoMiradas_2017.pdf. Acesso em: 07 mar. 2025.

COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO. CBA promove relação sustentável entre mineração, meio ambiente e agricultura na Zona da Mata mineira. **g1 Meio Ambiente**. 21 dez. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/especial-publicitario/cba/noticia/2021/12/21/cba-promove-relacao-sustentavel-entre-mineracao-meio-ambiente-e-agricultura-na-zona-da-mata-mineira.ghtml>. Acesso em: 27 fev. 2025.

COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO. **Mineração sustentável praticada pela CBA ganha destaque internacional**. 18 mar. 2022. Disponível em: <https://www.cba.com.br/conteudo/mineracao-sustentavel-praticada-pela-cba-ganha-destaque-internacional/>. Acesso em: 29 nov. 2024.

CONAB. Acompanhamento da safra brasileira de café: Safra 2024 4º Levantamento. Brasília: **Companhia Nacional de Abastecimento**, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/conab/pt->

[br/atuacao/informacoes-agropecuarias/safras/safra-de-cafe/4o-levantamento-de-cafe-safra-2024/boletim-cafe-janeiro-2025](https://br.atuacao/informacoes-agropecuarias/safras/safra-de-cafe/4o-levantamento-de-cafe-safra-2024/boletim-cafe-janeiro-2025). Acesso em: 20 jan. 2025.

CONNEL, Raewyn. **Masculinities**. 2^a. ed. University of California Press. Berkeley and Los Angeles, California, 2005.

CONNELL, Raewyn. Masculinidade corporativa e o contexto global: um estudo de caso de dinâmica conservadora de gênero. **Cadernos Pagu** (40), janeiro-junho de 2013. p. 323-344. Disponível em: <http://dx.doi.org/https://doi.org/10.1590/S0104-83332013000100010>. Acesso em: 08 de julho. 2024.

CONNELL, Raewyn. **Enjeux sociaux de l'hégémonie**. Paris: Amsterdam Éditions, 2014.

CONNELL, Robert William. **Masculinities: Knowledge, power and social change**. Berkeley/Los, 1995.

CONWAY, Gordon Richard. **Análise participativa para o desenvolvimento agrícola sustentável**. Rio de Janeiro: ASPTA, 1993. Disponível em: <https://aspta.redelivre.org.br/files/2016/09/An%C3%A1lise-participativa-Conway.pdf>. Acesso em 12 nov. 2024.

COSTA, Liana *et al.* (2018). O desafio da supervisão e pesquisa-ação em casos de abuso sexual: os professores e as suas questões. **Paidéia**, 18(40), 355-370.

D'ANDREA, Pedro; WANDERLEY, Luiz Jardim. Para entender a mineração no Brasil: evolução, distribuição espacial e o poder das corporações. In: Wanderley, Luiz Jardim; Mansur, Máira; Valente, Phillipe (org.). **Atlas do problema mineral brasileiro**. Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, 2023, p. 20 – 86.

DRUMMOND, Gláucia Moreira; MARTINS, Cássio Soares Martins; GRECO, Magda Barcelos Greco; VIEIRA, Fábio. **Biota Minas: diagnóstico do conhecimento sobre a biodiversidade no Estado de Minas Gerais – subsídio ao Programa Biota Minas**. Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 2009. Disponível em: <https://biodiversitas.org.br/wp-content/uploads/2021/06/Biotaminas.pdf>. Acesso em 02 dez. 2024.

FARIA, Andréa Alice da Cunha; NETO, Paulo Sérgio Ferreira. Ferramentas do diálogo – qualificando o uso das técnicas do DRP: diagnóstico rural participativo. Brasília: MMA; IEB, 2006. 76 p.

FARIA, Nalu. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. In: BUTTO, Andréa (org). **Estatísticas Rurais e Economia Feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília, MDA, 2009. p. 11-28.

FARIA, Nalu; MORENO, Renata. Apresentação. In: FARIA, Nalu; MORENO, Renata (org). **Análises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia**. São Paulo: SOF, 2012, p. 7-11. (Coleção Cadernos Sempreviva. Série Economia e Feminismo, 3). Disponível em: <https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2017/07/An%C3%A1lises-feministas-outro-olhar-sobre-a-economia-e-a-ecologia.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2024.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Trad. Coletivo Sycorax – São Paulo: Elefante, 2019. 388 p.

FEDERICI, Silvia. **Reencantando o mundo: feminismo e a política dos comuns**. Trad. Coletivo Sycorax — São Paulo: Elefante, 2022. 320 p.

FELICIANO, Carlos Alberto. A prática da violência no campo brasileiro do século XXI. In: RAMOS FILHO, Eraldo da Silva; MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio; SANTOS, Laiany Rose Souza (organizadores). **A questão agrária e conflitos territoriais**. São Paulo: Outras expressões, p. 81-100, 2016.

FIALHO, Sara. **A flexibilização da política ambiental no estado de Minas Gerais: uma análise da Deliberação Normativa Copam nº. 217/2017 e sua repercussão no licenciamento ambiental de empreendimentos minerários**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa. Viçosa-MG. Disponível em: <https://locus.ufv.br/handle/123456789/29953>. Acesso em: 25 mai. 2025.

FONSECA, Maria Teresa Lousa da. **A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital**. São Paulo, Loyola, 1985.

FORTINI, Rosimere Miranda. **Um novo retrato da Agricultura Familiar do estado de Minas Gerais: a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017**. 2021. Disponível em: <https://www.ippds.ufv.br/wp-content/uploads/2021/07/Cartilha-Minas-1.pdf>. Acesso em 06 nov. 2024.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Pedagogia da Pesquisa-ação. **Educação e Pesquisa**, 31(3), 2005, p. 483-502.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Editora Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Editora Paz e terra, 2017.

GARCÍA, Paola Bolados; CUEVAS, Alejandra Sánchez; ALONSO, Katta; ORELLANA, Carolina; CASTILLO, Alejandra; DAMANN, Maritza. Ecofeminizar el territorio. La ética del cuidado como estrategia frente a la violencia extractivista entre las Mujeres de Zonas de Sacrificio en Resistencia (Zona Central, Chile). **Ecología política**, n. 54, p. 81-86, 2017. Disponível em: <https://www.ecologiapolitica.info/ecofeminizar-el-territorio-la-etica-del-cuidado-como-estrategia-frente-a-la-violencia-extractivista-entre-las-mujeres-de-zonas-de-sacrificio-en-resistencia-zona-central-chile/>. Acesso em: 18 nov. 2024.

GARCÍA-TORRES, Miriam et al. Extractivismo y (re) patriarcalización de los territorios. **Cuerpos, territorios y feminismos. Compilación latinoamericana de teorías, metodologías y prácticas políticas**, p. 23-43, 2020. Disponível em: https://dspace.ups.edu.ec/bitstream/123456789/21045/1/Cuerpos%2C%20territorios%2C%20feminismos%2C%20LBP%202019-II.pdf?fbclid=IwAR1YDIS0EirZ5TD_1hLR7XOvTguGBdDQ93tia17wyHs8GDsZhq2-zI5O3Yg#page=26. Acesso em: 05 mar. 2025.

GILLIGAN, Carol. **La ética del cuidado**. Barcelona: Fundación Víctor Grífols i Lucas, 2013. Disponível em: https://www.revistaseden.org/boletin/files/6964_etica_del_cuidado_2013.pdf. Acesso em 08 abr. 2024.

GLOBO RURAL. Área de extração de bauxita em MG é recuperada com mata nativa, café e pasto. **Globoplay**, 2017. 1 vídeo (14 min). Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6233640/>. Acesso em: 1 nov. 2024.

GOMES, Lucas Carvalho; CARDOSO, Irene Maria. Papel da agricultura familiar no sequestro de carbono e na adaptação às mudanças climáticas. **Ciência e cultura**, v. 73, n. 1, p. 40–43, 2021. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252021000100008. Acesso em: 23 nov. 2025.

GUDYNAS, Eduardo. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. **Extractivismo, política y sociedad**, v. 187, p. 187-225, 2009. Disponível em: <http://www.gudynas.com/publicaciones/GudynasNuevoExtractivismo10Tesis09x2.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2024.

GUDYNAS, Eduardo. **Extractivismos: Ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la Naturaleza**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://gudynas.com/wp-content/uploads/GudynasExtractivismosEcologiaPoliticaBo15Anuncio.pdf>.

HAMMES, Janaine Kunrath; NADRUZ, Marcus; TEMPONI, Livia Godinho; LOMBARDI, Julio Antonio. Two new species of Anthurium Schott (Araceae) from the Atlantic Forest in Minas Gerais, Brazil. **Phytotaxa**, v. 440, n. 4, p. 292-300, 2020.

HARAWAY, Donna (1995). Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminino e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, 5, 7-41.

HENRIQUES, Alen Batista; PORTO, Marcelo Firpo de Souza. Mineração, agricultura familiar e saúde coletiva: um estudo de caso na região de Itamarati de Minas-MG. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 25, n. 4, p. 1361–1382, out. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/VWJr4pb8cqkCd9HcMk3Ny9s/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 26 mar. 2025.

HENTZ JÚNIOR, Elmar José; HAMMES, Janaine Kunrath; CAMELO, Mel de Castro; NADRUZ, Marcus; TEMPONI, Livia Godinho; Araceae from Serra do Brigadeiro State Park, Minas Gerais, Brazil. **Phytotaxa**, v. vol. 497, n. no. 3, 22 abr. 2021.

HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz. **Una mirada muy otra a los territorios-cuerpos femeninos**. CLACSO Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/326446571_UNA_MIRADA_MUY_OTRA_A_LOS_TERRITORIOS-CUERPOS_FEMENINOS_1_A_very_other_gaze_at_the_territories-female_bodies. Acesso em: 22 mai. 2025.

HERRERO, Amarantha. Ecofeminismos: apuntes sobre la dominación gemela de mujeres y naturaleza. In: **Ecología Política: cuadernos de debate internacional**. n. 54. Ed. Icaria, pp. 20-27, 2018. Disponível em: <https://www.ecologiapolitica.info/ecofeminismos-apuntes-sobre-la-dominacion-gemela-de-mujeres-y-naturaleza/>. Acesso em: 11 jan. 2023.

HERRERO, Yayo. Economia ecológica e economia feminista: um diálogo necessário. p. 16-31. In: **Economia Feminista e Ecológica: resistências e retomadas de corpos e territórios**. Sempreviva Organização Feminista: São Paulo, 2020.

HILLENKAMP, Isabelle. O princípio de householding hoje. Discussão teórica e abordagem empírica por meio da economia popular. p. 177-199. In: HILLENKAMP, Isabelle; LAVILLE, Jean-Louis. **Socioeconomia e democracia, a atualidade de Karl Polanyi**. Porto Alegre: Escritos, 2016, 248p.

HILLENKAMP, Isabelle (coord.). **Relationship to nature and gender equality. A contribution to critical theory from feminist practice and mobilisation in agroecology in Brazil**. [Paris]: [s. n.], [2020]. 20 p. [No prelo].

HILLENKAMP, Isabelle. (org.). **Guia metodológico – Projeto GENgiBRe**. 2025. Disponível em: <https://gengibre.org/publicamos-nosso-guia-metodologico/>. Acesso em: 20 jul. 2022.

HILLENKAMP, Isabelle, DE FREITAS, Alair Ferreira, PRÉVOST, Heloïse, BOMBARDI, Larissa; LOBO, Natália Santos. **Raízes da Resistência. Construindo territórios feministas e agroecológicos no Brasil**. São Paulo: Ed. Expressão Popular. 2025. 304p. Disponível em: https://expressaopopular.com.br/wp-content/uploads/2025/12/raizes-da-resistencia_divulgacao.pdf?utm_campaign=livro_completo&utm_id=raizes-da-resistencia-construindo-territorios-feministas-e-agroecologicos-no-brasil. Acesso em: 04 mai. 2025.

HILLENKAMP, Isabelle; NOBRE, Miriam. Agroecologia e feminismo no Vale do Ribeira: contribuição para o debate sobre reprodução social. **Temáticas (Unicamp)**, 52, ISSN 1413-2486, p. 167-194, 2018. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/11707/7023>. Acesso em: 02 abril 2024.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, p. 595-609, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 jan. 2024.

HOWARD, Patricia. **The major importance of 'minor' resources: Women and plant biodiversity**. London, UK: International Institute for Environment and Development (IIED), 2003. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/resrep01807.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2021.

HULTMAN, Martin; PULÉ, Paul Mark. **Ecological masculinities: Theoretical foundations and practical guidance**. London: **Routledge**, 2018.

HULTMAN, Martin; PULÉ, Paul. Ecological Masculinities: A response to societal crises of our time. **Population**, v. 23, n. 2, p. 61-71, 2020. Disponível em: https://www.academia.edu/59897469/5_Hultman_and_Pul%C3%A9_2020_Ecological_Masculinities_societal_crises_English_version_of_the_Russian_Article. Acesso em: 26 nov. 2024.

IORIO, Gustavo Soares; MAGNO, Lucas. O território corporativo da mineração na Serra do Brigadeiro, Minas Gerais. **Revista Sapiência: Sociedades, Saberes e Práticas Educacionais**,

p. 2238-3565, 2019. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/sapiencia/article/view/9811>. Acesso em: 16 out. 2023.

IORIO, Gustavo Soares; MAGNO, Lucas; DE FARIA UMBUZEIRO, Guilherme Barbosa. Mercantilização da natureza e acumulação capitalista: o licenciamento ambiental em Minas Gerais. **Revista Trabalho Necessário**, v. 20, n. 43, 2022. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/cafe/boletim-da-safra-de-cafe>. Acesso em: 27 jan. 2025

KELLY, Liz. Le continuum de la violence sexuelle. **Cahiers du genre**, n. 1, p. 17-36, 2019. Disponível em: https://shs.cairn.info/article/CDGE_066_0017. Acesso em: 23 mai. 2025.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, p. 55-63, 2003.

LINO, Clayton Ferreira. **Revisão Periódica (2008 -2018) e Atualização dos Limites e Zoneamento da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica**. RBMA FASE 7. 2018. Disponível em: <https://rbma.org.br/n/wp-content/uploads/2020/05/fase-7-POR-compactado.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2025.

MAFFIA, Angela Maria de Carvalho. **Impactos ambientais decorrentes da mineração de bauxita 2011 e proposição de estratégias de formação docente no entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro**. Tese (Doutorado em Ciência Florestal). Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, MG, 2011.

MAGNO, Lucas; MILANEZ, Bruno. Zona da Mata mineira como fronteira de expansão da mineração: conflitos ambientais e produção de (nova) regionalidade. In: Neto, Roberto; Batella, Wagner; Milanez, Bruno (org). **Dinâmicas geográficas na zona da mata mineira**. Curitiba: CRV, 2022, p. 247 - 276.

MALERBA, Julianna. Apresentação. Áreas livres de mineração: por que e para quê?. pp. 9-18. In: MALERBA, Julianna (org). **Diferentes formas de dizer não. Experiências internacionais de resistência, restrição e proibição ao extrativismo mineral**. Rio de Janeiro: FASE. 2014. 224p.

MALERBA, Julianna; WANDERLEY, Luiz Jardim; COELHO, Tádzio Peters. Territórios Livres de Mineração: pelo direito de dizer não e disputar alternativas. In: MALERBA, Julianna; WANDERLEY, Luiz Jardim; COELHO, Tádzio Peters (org.). **Territórios livres de mineração: construindo alternativas ao extrativismo**. Brasília-DF: Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à mineração, 2022. Disponível em: <http://emdefesadosterritorios.org/wp-content/uploads/2022/02/Livro-TLM.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2025.

MAM Nacional. População de Manhuaçu (MG) expulsa máquina da mineração curimbaba da comunidade. **MAM Nacional**, 2020. 1 vídeo (3 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CB0aaGVwRrA&t=36s>. Acesso em: 01 mar. 2025.

MANSUR, Maíra Sertã; WANDERELEY, Luiz Jardim; FRAGA, Diego José Nogueira. **Transição Desigual: as violações da extração dos minerais para a transição energética no Brasil**. Brasília: Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração. 2024.

MANSUR, Maíra; WANDERELEY, Luiz Jardim. Conflitos e violações da mineração sobre os territórios dos povos do Brasil. In: Wanderley, Luiz Jardim; Mansur, Maíra; Valente, Phillipe (org.). **Atlas do problema mineral brasileiro**. Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, 2023, p. 133 – 200.

MARSTON, Sallie. The Social Construction of Scale. **Progress in Human Geography**, 24(2), pp. 219-242, 2000.

MASSEY, Doreen. **Parte cinco: uma política relacional do espacial**. In.: ___. Pelo espaço: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p. 211-286.

MARTINS, Talita Mauad. **Ciclos e previsão cíclica dos preços das commodities: um modelo de indicador antecedente para a commodity açúcar**. Tese (Doutorado em Administração). Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, 2009. 151 p. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-05022010-122747/publico/Tese_Talita_Mauad_Martins.pdf. Acesso em 15 dez. 2025.

MENDES, Margarida. **Colonialismo Molecular**. 2018. Disponível em: http://inhabitants-tv.org/oct2018_colonialismomolecular/MargaridaMendes_MatterFictions_PT_132-148.pdf. Acesso em: 23 nov. 2022.

MIES, Maria. La necesidad de una nueva visión: la perspectiva de la subsistencia. (pp. 95-126). In: Vázquez, Verónica; Velázquez, Margarita (comp.) **Miradas al futuro: Hacia la construcción de sociedades sustentables con equidad de género**. México, DF: UNAM y Centro Internacional de Investigaciones para el Desarrollo. 2004. Disponível em: <https://biblio.flacsoandes.edu.ec/libros/17679-opac>. Acesso em: 12 fev. 2024.

MINAS GERAIS (Estado). **Ata transcrita da audiência pública sobre o Projeto de Produção Sustentável de Bauxita da Zona da Mata Processo LAC2 (LP) COPAM N° 3184/2019/001/2019**. Belo Horizonte, 07 out. 2021. Disponível em: http://sistemas.meioambiente.mg.gov.br/licenciamento/ata/az_9krF57B3zfgXojkZ9fTOJxiky_mo-e.pdf. Acesso em: 22 fev. 2025.

MINAS GERAIS (Estado). **Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, out. 2007. Disponível em: https://documentacao.socioambiental.org/ato_normativo/UC/3885_20190213_124317.pdf. Acesso em: 8 out. 2024.

MINAS GERAIS (Estado). **Portaria IEF n° 63, de 8 de outubro de 2024**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, out. 2024. Disponível em: https://semad.mg.gov.br/web/semad//busca?p_p_id=com_liferay_portal_search_web_search_results_portlet_SearchResultsPortlet_INSTANCE_rinn&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&com_liferay_portal_search_web_search_results_portlet_SearchResultsPortlet_INSTANCE_rinn_mvcPath=%2Fview_content.jsp&com_liferay_portal_search_w

[eb_search_results_portlet_SearchResultsPortlet_INSTANCE_rinn_redirect=%2Fweb%2Fsemad%2Fbusca%3Fdelta%3D60%26start%3D85&_com_liferay_portal_search_web_search_results_portlet_SearchResultsPortlet_INSTANCE_rinn_assetEntryId=8744077&_com_liferay_portal_search_web_search_results_portlet_SearchResultsPortlet_INSTANCE_rinn_type=content&p_1_back_url=%2Fweb%2Fsemad%2Fbusca%3Fdelta%3D60%26start%3D85](#). Acesso em: 02 mar. 2025.

MONTEZUMA, Talita de Fátima. A criação de leis para garantir proteção jurídica aos Territórios Livres de Mineração: uma cartografia das experiências, desafios e instrumentos legais protetivos. In: MALERBA, Julianna; WANDERLEY, Luiz Jardim; COELHO, Tádzio Peters (org.). **Territórios livres de mineração: construindo alternativas ao extrativismo**. Brasília-DF: Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à mineração, 2022. Disponível em: <http://emdefesadosterritorios.org/wp-content/uploads/2022/02/Livro-TLM.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2025.

MONTEZUMA, Talita de Fátima. A luta por Territórios Livres de Mineração no Brasil: a defesa criativa da vida contra a monocultura do regime minerário In: MALERBA, Julianna; WANDERLEY, Luiz Jardim; COELHO, Tádzio Peters (org.). **Territórios livres de mineração: construindo alternativas ao extrativismo**. Brasília-DF: Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à mineração, 2022. Disponível em: <http://emdefesadosterritorios.org/wp-content/uploads/2022/02/Livro-TLM.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2025.

NANDI, Domingos Volney. Os temas ecológicos nas Campanhas da Fraternidade. **Revista Encontros Teológicos**, Ano 30, n. 3, 2015.

NAVARRO, Mina Lorena; COMPOSTO, Claudia. Claves de lectura para comprender el despojo y las luchas por los bienes comunes naturales en América Latina. p. 33-75. In: **Territorios en disputa. Despojo capitalista, luchas en defensa de los bienes comunes naturales y alternativas emancipatorias para América Latina**. Claudia Composto y Mina Lorena Navarro (Org) -1ª ed.- México, D. F.: Bajo Tierra Ediciones, 2014, 452 p.

NOBRE, Miriam; MORENO, Renata. Natureza, Trabalho e Corpo: percursos feministas e pistas para a ação. p. 33-51. In: **Economia Feminista e Ecológica: resistências e retomadas de corpos e territórios**. Sempreviva Organização Feminista: São Paulo, 2020. Disponível em: https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/06/Economia-Feminista-e-Ecológica_SOFweb-1.pdf. Acesso em: 04 abr. 2023.

OLIVEIRA, Rafael Monteiro de. **Quintais e uso do solo em propriedades familiares**. 2015, 102 p. Dissertação (Mestrado em solos e nutrição de plantas). Universidade Federal de Viçosa. Viçosa-MG. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/6761/1/texto%20completo.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2024.

OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco de. **Tudo está conectado nessa terra comum: espaços de vivência, convivência e resistência camponesa na Serra do Brigadeiro-MG**. Relatório de Pós-Doutorado em Antropologia Social, Museu Nacional-UFRJ. 2025.

OROZCO, Amaya Pérez. Ameaça tormenta: a crise dos cuidados e a reorganização do sistema econômico. In: FARIA, NALU; MORENO, RENATA (org.). **Análises feministas: outro olhar**

sobre a economia e a ecologia. São Paulo: SOF. 2012, p. 51-93. (Coleção Cadernos Sempreviva. Série Economia e Feminismo, 3).

OYARZÚN, Evelyn Arriagada; ÁLVAREZ, Antonia Zambra. Apuntes iniciales para la construcción de una Ecología Política Feminista de y desde Latinoamérica. **Polis. Revista Latinoamericana**, n. 54, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/polis/17802>. Acesso em: 13 fev. 2024.

PAREDES, Julieta. Hilando fino desde el feminismo indígena comunitario. **Aproximaciones críticas a las prácticas teóricas políticas del feminismo latinoamericano**, v. 1, p. 117-120, 2010.

PAREDES, Julieta; GUZMÁN, Adriana. El tejido de la rebeldía. ¿Qué es el feminismo comunitario. **La Paz: Comunidad mujeres creando comunidad**, 2014. Disponível em: <https://redclade.org/wp-content/uploads/El-Tejido-de-la-Rebeldia.pdf>. Acesso em: 16 mar 2025.

PICCHIO, Antonella. A economia e a pesquisa sobre as condições de vida. In: **Análises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia.** São Paulo: SOF, 2012. p. 13-28. (Coleção Cadernos Sempreviva. Série Economia e Feminismo, 3). Disponível em: https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2017/07/An%C3%A1lises-feministas_outro-olhar-sobre-a-economia-e-a-ecologia.pdf. Acesso em 04 abr. 2024.

PIRES JUNIOR, Joaquim Ribeiro. **Anurofauna em áreas de influência de mineração de bauxita na região do Rio Preto, Zona da Mata de Minas Gerais, Brasil.** 2021. 33 f. Dissertação (Mestrado em Biologia Animal) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2021. Disponível em: <https://locus.ufv.br/handle/123456789/28633>. Acesso em: 26 mar. 2025.

POLANYI, KARL. **A grande transformação.** Rio de Janeiro: Compus, 2ª. ed. 2000. 337p.

POLANYI, KARL. **A subsistência do homem e ensaios correlatos.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. 384 p.

POMPEIA, Caio Ribeiro Neto. **Formação política do agronegócio.** 2018. Tese de Doutorado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1045531>. Acesso em: 28 fev. 2025.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** 7º. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

PRIETO, Laura Pérez. Epistemología feminista y conocimientos desde el Sur global. **Ecología política**, p. 12-15, 2017. Disponível em: <https://www.ecologiapolitica.info/epistemologia-feminista-y-conocimientos-desde-el-sur-global/>. Acesso em: 21 mai. 2024

PRIMAVESI, Ana. **Cartilha da terra.** São Paulo: Expressão Popular, 2020, 115 p.

PUJOL, Michele. Feminism and anti-feminism in early economic thought. **Vermont: Edward Elgar**, 1992.

PROVAZI, Bruna; MORENO, Renata. **Formigueiro - A Revolução Cotidiana das Mulheres** [Filme Completo]. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dxRsSoZ1KI0>>. Acesso em: 18 jun. 2025.

PULÉ, Paul; HULTMAN, Martin. Industrial/breadwinner masculinities: Understanding the complexities of climate change denial. In: **Climate Hazards, Disasters, and Gender Ramifications**. Routledge, 2019. p. 86-97. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/333818011_Industrialbreadwinner_masculinities. Acesso em: 18 out. 2024.

RIPPEL, Mellis Layra Soares; ALMEIDA, Lucas Henrique de; Jádila Santos Prando; AVELINO-CAPISTRANO, Fernanda; TAKIYA, Daniela Maeda; SALLES, Frederico Falcão. Taxonomic revision of Guaranyperla Froehlich (Plecoptera: Gripopterygidae): unveiling the diversity and complexity of a unique genus. **Insect Systematics & Evolution**, v. 56, n. 4, p. 387-440, 2025.

RODY, Thalita; TELLES, Liliam (org.). **Caderneta agroecológica : o saber e o fazer das mulheres do campo, das florestas e das águas**. Viçosa, MG: Editora Asa Pequena, 2021. Disponível em: <https://ctazm.org.br/bibliotecas/caderneta-agroecologica-o-saber-e-o-fazer-das-mulheres-do-campo-das-florestas-e-das-aguas-376.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2024.

SCHMITT, Claudia. **Agroecologia, políticas públicas e transições sociotécnicas: ampliação de escala de redes territoriais voltadas à promoção de uma agricultura de base ecológica**. Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro, 2016. 253p.

SEGATO, Rita Laura. **La crítica de la colonialidad en ocho ensayos: y una antropología por demanda**. 1ª Ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013. Disponível em: <https://www.lavaca.org/wp-content/uploads/2016/04/la-critica-de-la-colonialidad.pdf>. Acesso em: 06 jan.2025.

SELISTER-GOMES, Mariana; QUATRIN-CASARIN, Eduarda; DUARTE, Giovana. O conhecimento situado e a pesquisa-ação como metodologias feministas e decoloniais: um estudo bibliométrico. **Revista CS**, n. 29, p. 47-72, 2019. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S2011-03242019000300047&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 10 jan. 2025.

SILIPRANDI, Emma Cadernatori. **Ecofeminismos: mulher, natureza e outros tipos de opressão**. Encontro Fazendo Gênero 7 – Simpósio Temático n.31. UFSC-Florianópolis, 2006. s.n. Disponível em: https://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/fg7/st_31.html. Acesso em: 21 mai. 2023.

SILVA, Claudinei Heleno da. **Conflitos ambientais no entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB): agricultura familiar e mineração de bauxita no município de Miradouro-MG**. 2012. 170f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Lavras. Viçosa – MG. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/4175/1/texto%20completo.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2023.

SILVA, Jean Carlos Martins; IÓRIO, Gustavo Soares. A luta por um Território Livre de Mineração na região da Serra do Brigadeiro (MG). In: MALERBA, J.; WANDERLEY, L. J.;

COELHO, T. P. **Territórios livres de mineração: construindo alternativas ao extrativismo**. Brasília: Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, 2022. p. 114 – 188.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Território e (des)territorialização. In.: **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. p. 77- 110.

STEINER, Sylvia Helena; PEREIRA, Flávio de Leão Bastos. **Extermínio do povo Yanomami e repercussões no direito penal internacional**. Le Monde Diplomatique Brasil, fev. 2023. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/exterminio-do-povo-yanomami-e-repercussoes-no-direito-penal-internacional/>>.

STRATHERN, Ann Marilyn [1941-]. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2014. 576p. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/8891633/mod_resource/content/0/Efeito_Etnografico_o_Strathern.pdf. Acesso em: 08 dez. 2024.

SVAMPA, Maristella. Cuatro claves para leer América Latina. **Nueva sociedad**, 2017.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências**. Editora Elefante, 2019.

TERRITÓRIOS LIVRES DE MINERAÇÃO. **Repositório on line**. Disponível em: <<https://territorioslivres.org/>>. Acesso em: 10 jan. 2026.

TOLEDO, Víctor Manuel. Agroecology and spirituality: Reflections about an unrecognized link. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 46, n. 4, p. 626-641, 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/357814503_Agroecology_and_spirituality_reflections_about_an_unrecognized_link. Acesso em 12 fev. 2024.

TSING, Anna. Margens Indomáveis: cogumelos como espécies companheiras. **Ilha Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 177–201, 2015. DOI: 10.5007/2175-8034.2015v17n1p177. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/2175-8034.2015v17n1p177>. Acesso em: 9 jun. 2023.

TSING, Anna Lowenhaupt. **Viver nas ruínas: paisagens multiespecies no antropoceno**. Brasília: IEB Mil Folhas. 264p. 2019. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5528415/mod_resource/content/1/Anna%20Lowenhaupt%20Tsing%20-%20Viver%20nas%20ru%C3%ADnas_%20paisagens%20multiesp%C3%A9cies%20no%20antropoceno%20%282019%2C%20Mil%20Folhas%20do%20IEB%29%20-%20libgen.lc.pdf. Acesso em: 16 fev. 2024.

TYGEL, Daniel. **Atlas dos agrotóxicos: fatos e dados do uso dessas substâncias na agricultura**. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://br.boell.org/sites/default/files/2023-12/atlas-do-agrotoxico-2023.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2025.

VÁZQUEZ, Eva. “Repatriarcalización de los territorios por actividades extractivas. Salud colectiva, feminismo y ecología política”, **Jornadas Feministas Flacso**, 2017. Disponível em:

<https://territorioyfeminismos.org/wp-content/uploads/2013/07/ponencia-repatriarcalizacic3b3n-territorios-eva-vc3a1zquez.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2025.

VICK, Mariana. **Como a tragédia dos Yanomami volta a ecoar no exterior**. Nexo Jornal, jan. 2023. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2023/01/31/como-a-tragedia-dos-yanomami-volta-a-ecuar-no-exterior>>. Acesso em: 10 jan. 2026.

VIEIRA, Sérgio. Pauta de frente parlamentar reacende debate agronegócio X ambientalismo, **Agência Senado**, Brasília, 15 jun. 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/06/pauta-da-fpa-reacende-debate-agronegocio-x-ambientalismo>. Acesso em: 05 fev. 2022.

VILELA, Pedro Rafael. **Brasil registrou um conflito no campo a cada quatro horas em 2022**. Agência Brasil, Brasília, 17 abr. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-04/brasil-registrou-um-conflito-no-campo-cada-quatro-horas-em-2022>.

WEITZMAN, Rodica; SCHOTTZ, Vanessa; PACHECO, Maria Emília. Mulheres construindo a agroecologia: caminhos para a soberania e segurança alimentar e nutricional. In: **Caderneta agroecológica: o saber e o fazer das mulheres do campo, das florestas e das águas**. Rody, Thalita; Telles, Liliam (org.). Viçosa, MG: Editora Asa Pequena, 2021. Disponível em: <https://ctazm.org.br/bibliotecas/caderneta-agroecologica-o-saber-e-o-fazer-das-mulheres-do-campo-das-florestas-e-das-aguas-376.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2023.

WEZEL, Alexander, BELLON, Stéphane; DORÉ, Thierry; FRANCIS, Charles; VALLOD, Dominique; CHRISTOPHE, David. Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. **Agronomy for Sustainable Development**. p. 503–515, 2009.

ZANELLI, Fabrício; BARBOSA, Willer; CARDOSO, Irene. Metodologias emancipatórias. In: DIAS, Alexandre Pessoa; STAUFFER, Anakeila de Barros; MOURA, Luiz Henrique Gomes de; VARGAS, Maria Cristina. **Dicionário de Agroecologia e Educação**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021. p. 489-500. Disponível em: https://www.epsvj.fiocruz.br/sites/default/files/dicionario_agroecologia_nov.pdf. Acesso em 10 mar. 2025.

APÊNDICES

APÊNDICE A – AGRICULTORAS/ES ENVOLVIDAS/OS NAS ATIVIDADES NA ESCALA 1 - ETNOMAPEAMENTO FEMINISTA

Tabela 2 - Agricultoras e agricultores envolvidas/os nas atividades na escala 1 - Etnomapeamento Feminista

Município	Nome	Autoidentificação	Instrumentos aplicados com o homem da casa
Acaiaca	Flor do Campo	Mulher negra	Entrevista
	Raimunda	Quilombola	Entrevista
	Rosa	-	Entrevista / Questionário
Carangolinha (Divino)	Custodia	Agricultora familiar	Entrevista / Questionário
	Primeira Dama	Agricultora familiar	Entrevista / Questionário
	Socorro	Agricultora familiar	Entrevista / Questionário
	Maria Flor	-	Entrevista
Simonésia	Esperança	Agricultora familiar	Não
	Kéture	Agricultora familiar	Entrevista / Questionário
	Margarida	Agricultora familiar	Não
	Maria do Toin	Agricultora familiar	Entrevista / Questionário
	Oridia	Agricultora familiar	Não se aplica
	Girassol	-	Entrevista / Questionário
	Sueli	Agricultora familiar	Entrevista
Total	14		11

APÊNDICE B – NÚMERO DE PARTICIPANTES DAS ATIVIDADES NA ESCALA 2 – CARTOGRAFIA SOCIOAMBIENTAL FEMINISTA, RIO DA VIDA DO TERRITÓRIO E MAPA CORPO-TERRITÓRIO

Tabela 3 - Número de participantes das atividades na escala 2 – Cartografia Socioambiental Feminista, Rio da Vida do Território e Mapa Corpo-Território

Municípios	Cartografia	Rio da vida	Corpo-território
Acaiaca	14	14	13
Carangolinha (Divino)	7	5	6
Simonésia	12	12	10
Total	33	31	29

APÊNDICE C – NÚMERO DE PARTICIPANTES DAS ATIVIDADES NA ESCALA 3 - ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS COM ATORES CHAVE E OBSERVAÇÃO

Tabela 4 - Número de participantes envolvidas/os em atividades na escala 3 - Entrevistas semiestruturadas com atores chave e Observação

Data	Atividade	Homem	Mulher
07/10/2021	Audiência pública para licenciamento ambiental da CBA	731	
16/11/2021	Reunião das comunidades do entorno com a gestora do Parque Estadual da Serra dos Puri	45	39
21/03/2022	Reunião da Comissão Regional de Enfrentamento à Mineração da Serra do Brigadeiro	10	4
19/10/2021	Reunião da Articulação Mineira de Agroecologia sobre o tema da mineração	3	11
11/10/2021	Reunião sobre legislação ambiental para a mineração com pesquisadores da UFV	1	4
19/10/2021	Reunião sobre Mineração Agroecologia e Gênero MG e SP	3	13
14/10/2021	Reunião com representantes da prefeitura municipal de Simonésia	1	4
14/10/2021	Reunião da Diretoria do SINTRAF de Simonésia	3	9
15/10/2021	Reunião da Rede de Agroecologia do Leste de Minas	12	7
16/10/2021	Reunião com presidenta da câmara de vereadores do município de Divino	1	10
30/10/2021	Visita de Intercâmbio em áreas mineradas pela CBA	33	14
14/10/2023	Entrevista com morador local e guia turístico do Parque Estadual da Serra dos Puri	1	1
04/07/2022	Entrevista com representante de organização não governamental da conservação da biodiversidade		2
06/07/2022	Entrevista com Leninha (deputada estadual pelo Partido dos Trabalhadores)		2
28/01/2022	Entrevista com representante da Pastoral Ecológica do município de Simonésia		4